

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

EDITORIAL

O volume 39, número 1, da *Revista de Arqueologia* reúne um conjunto diverso de trabalhos que evidenciam a amplitude temática e metodológica da área. A edição se inicia com “Propostas de Engajamento Público do Projeto *Paisagens em Branco*”, que discute estratégias de mediação e participação social por meio de novas tecnologias e experiências imersivas, ampliando o diálogo entre arqueologia e público, no contexto da Antártica. Em seguida, “História da Arqueologia e os aspectos interligados da política patrimonial” revisita a trajetória da disciplina no Brasil a partir de seu entrelaçamento com as políticas de preservação, problematizando a institucionalização da arqueologia e os desafios para uma salvaguarda mais equitativa e compartilhada do patrimônio arqueológico.

As relações entre arqueologia, poder e memória ganham centralidade em “Huacas e proselitismo político no Peru”, que analisa o uso de bens arqueológicos e referências ao passado na propaganda eleitoral, evidenciando tensões entre legislação, patrimônio e disputas políticas. Já “Terreiro do Bogum: arqueologia da repressão e da resistência em diálogo com o legado religioso das guerreiras mino” aborda a materialidade ritual e os espaços sagrados afro-brasileiros como expressões de resistência cultural, memória e afirmação identitária na diáspora africana. Em diálogo com as preocupações contemporâneas, “Adaptação de sítios arqueológicos ante os impactos derivados das mudanças climáticas” propõe metodologias de gestão, monitoramento e manutenção, inserindo a arqueologia nos debates globais sobre risco, conservação e sustentabilidade.

O número se completa com estudos que exploram paisagens, práticas sociais e cultura material em diferentes escalas. “Práticas funerárias e paisagem social no Holoceno tardio” analisa rituais mortuários e a construção de paisagens carregadas de memória no sul da América do Sul. “As pederneiras e a ocupação histórica do Seridó Potiguar” contribui para a arqueologia histórica regional ao investigar artefatos líticos associados à expansão colonial no sertão nordestino. A arqueologia da arquitetura urbana é aprofundada em “Um assunto de cor: Arqueologia da arquitetura em La Candelaria de Bogotá”, que problematiza leituras homogêneas do patrimônio edificado a partir da análise estratigráfica das camadas cromáticas. Em uma chave teórica, o artigo “A Arqueologia e suas imagens: algumas condições iniciais” reflete sobre o papel das imagens na produção do conhecimento arqueológico e suas implicações éticas e epistemológicas. Por fim, “Muito além de lágrimas e fuligem: resistência das memórias escultóricas do Brasil Meridional” aborda as esculturas líticas do Brasil Meridional sobreviventes ao incêndio do Museu Nacional, ressaltando a resistência das materialidades e das memórias frente à perda e à destruição.

Para fechar, o número se expande com o ensaio “Kuandik: corpo de material, de ser ou de gente?”, que tensiona as fronteiras entre materialidade, corpo, território e espiritualidade a partir de uma perspectiva indígena situada, e com a resenha de

“Arqueologia do povoamento americano – contribuições a partir do contexto brasileiro”, que revisita criticamente os debates sobre as primeiras ocupações do continente, reafirmando o compromisso desta edição com leituras plurais, críticas e profundamente conectadas às múltiplas histórias do passado.

Neste primeiro volume de 2026, nos despedimos do Conselho Editorial. No biênio de nossa gestão, revisamos algumas diretrizes de submissões para facilitar o fluxo editorial, assim como explicitar as proposições de dossiês. Recebemos 160 submissões, o que gerou cerca de 300 avaliações, envolvendo mais de 100 avaliadores, alguns contribuindo com dois ou até três pareceres nesse período. Para cada texto publicado, são necessárias inúmeras revisões, comunicações e etapas, e por isso agradecemos profundamente o trabalho e o engajamento de todas e todos: autores, pareceristas e colaboradores.

Editamos dois volumes, cada um com três números, totalizando seis números. Entre 2024 e 2025, foram publicados 74 artigos, 3 resenhas, 3 resumos de teses e dissertações, 2 notas de pesquisa, 2 entrevistas e 2 traduções, somando 84 textos. Foram publicados dois dossiês: “Dossiê Arqueologias Negras: nossas lutas, nossas histórias – Parte II” e “Dossiê Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste”. No momento, estamos concluindo o dossiê “Arqueologia de Grupos Caçadores-Coletores no Brasil”, com textos já em fase de avaliação. Encerramos esta gestão com a chamada para envio de contribuições do novo dossiê “Arqueologia e Iconografias Afrodiaspóricas: Agência e Representação”.

A *Revista de Arqueologia* da SAB é totalmente de livre acesso: ninguém paga para publicar, ninguém paga para ler. O Conselho Editorial também atua de forma voluntária. Agradecemos a atual Gestão da SAB por ter mantido o compromisso com a gratuidade, o acesso aberto, a qualidade e o caráter público do periódico, conservando, desde 2022, o mesmo investimento em apoio técnico ao OJS e serviços profissionais de revisão e editoração. Como a receita da SAB vem integralmente das anuidades dos sócios, são essas contribuições que garantem a continuidade da revista no nível de qualidade alcançado.

Agradecemos a todas, todos e todes que enviaram seus textos e, especialmente, aos pareceristas, cuja atuação é fundamental nos aspectos éticos, técnicos, teóricos e práticos do fluxo editorial. Agora, damos as boas-vindas ao novo Conselho Editorial: Fernando Ozório de Almeida, Lorena Garcia e Maurício André Silva.

Encerramos nossa atuação enquanto Conselho, mas seguimos apoiando a Revista em todos os seus processos.

Conselho Editorial (2024-2025)

Daiane Pereira

Daniela Klokler

Meliam Gaspar

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTIGO

PROPOSTAS DE ENGAJAMENTO PÚBLICO DO PROJETO PAISAGENS EM BRANCO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS ANTÁRTICOS EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: NOVAS TECNOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS IMERSIVAS NAS AÇÕES DE MEDIAÇÃO¹

Fernanda Codevilla Soares*, María Jimena Cruz**, Andres Zarankin***, Melisa Salerno****, Alex Martire*****

RESUMO

Este artigo apresenta estratégias de mediação desenvolvidas pelo projeto Paisagens em Branco, do Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (LEACH-UFMG). A pesquisa discute formas de ampliar a participação popular na produção de conhecimento sobre o continente austral, fazendo uso de recursos como tecnologias digitais (modelagens 3D, realidade virtual, videogames e bancos de dados digitais) e atividades imersivas (domo sensorial e performances teatrais). Fundamentados em conceitos como mediação, agência e corporeidade, o trabalho defende que tais iniciativas são capazes de desestabilizar narrativas hegemônicas e incluir sujeitos historicamente marginalizados, como os lobeiros, nas histórias sobre a Antártica, bem como envolver o público com propostas interativas e imersivas. Essas ações visam não apenas divulgar os resultados da pesquisa, mas criar vivências que promovam engajamento público com o patrimônio antártico.

Palavras-chave: Arqueologia antártica; Mediação; Novas tecnologias; Atividades imersivas; Público.

¹ Este trabalho faz parte do projeto “Archaeogaming e Arqueologia Pública: interatividades digitais em tempo real empregadas na construção coletiva de conhecimento de pesquisas antárticas (ARISE-FURG/Leach-UFMG/NAP- UFPI)”, edital PROANTAR, processo nº 440862/2023-0; do projeto “Novas perspectivas em Arqueologia Antártica: atividades de mediação entre arqueólogos/as e não arqueólogos/as”, edital Universal, processo nº 402385/2023-3 e está associado a bolsa de pós-doutorado júnior do Cnpq, processo nº 153356/2024-3.

* Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia na UFPI, E-mail: fernandacodevilla@ufpi.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3714-9397>.

** Pós-doutoranda UFRJ, Museu Nacional, E-mail: jimenacruz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7133-0873>.

*** Professor do Curso de Arqueologia da UFMG, E-mail: zarankin@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0020-0606>.

**** Pesquisadora do CONICET, Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas, E-mail: melisa_salerno@yahoo.com.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2842-8781>.

***** Professor do Curso de Arqueologia da FURG, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, E-mail: alexmartire@furg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1744-3900>.

STUDIES IN HUMAN SCIENCES LABORATORY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS: NEW TECHNOLOGIES AND IMMERSIVE EXPERIENCES IN MEDIATION ACTIONS

ABSTRACT

This article presents mediation strategies developed by the *Paisagens em Branco* project, based at Laboratório de Estudos Antárticos de la Universidad Federal de Minas Gerais (LEACH-UFGM). The research discusses ways to broaden public participation in the production of knowledge about the southern continent, using tools such as digital technologies (3D modeling, virtual reality, video games, and digital databases) and immersive activities (a sensory dome and theatrical performances). Grounded in concepts such as mediation, agency, and corporeality, the work argues that these initiatives can destabilize hegemonic narratives and include historically marginalized subjects, such as sealers (*lobeiros*), in the histories of Antarctica, as well as engage the public through interactive and immersive experiences. These actions aim not only to disseminate research results but also to create experiences that foster public engagement with Antarctic heritage.

Keywords: Antarctic Archaeology; Mediation; New technologies; Immersive activities; Public.

PROPUESTAS DE COMPROMISO PÚBLICO DEL PROYECTO *PAISAGENS EM BRANCO* DEL LABORATORIO DE ESTUDIOS ANTÁRTICOS EN CIENCIAS HUMANAS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE MINAS GERAIS: NUEVAS TECNOLOGÍAS Y EXPERIENCIAS INMERSIVAS EN LAS ACCIONES DE MEDIACIÓN

RESUMEN

Este artículo presenta las estrategias de mediación desarrolladas por el proyecto *Paisagens em Branco*, del Laboratorio de Estudios Antárticos de la Universidad Federal de Minas Gerais (LEACH-UFGM). Esta investigación discute formas de ampliar la participación popular en la producción de conocimiento sobre el continente austral al hacer uso de recursos como tecnologías digitales (modelados 3D, realidad virtual, videojuegos y bases de datos digitales) y actividades inmersivas (domo sensorial y performances teatrales). Fundamentado en conceptos como mediación, agencia y corporeidad, este trabajo sostiene que tales iniciativas son capaces de desestabilizar narrativas hegemónicas e incluir a sujetos históricamente marginados, como los loberos, en las historias sobre la Antártica, así como involucrar al público mediante propuestas interactivas e inmersivas. Estas acciones no solo buscan divulgar los resultados de la investigación, sino también crear experiencias que promuevan el compromiso público con el patrimonio antártico.

Palabras clave: Arqueología Antártica, Mediación, Nuevas Tecnologías, Actividades inmersivas, Público.

“A história não é sobre o que aconteceu. É sobre o que contamos”

A sociedade [...], 2023)

INTRODUÇÃO

Um problema histórico da Arqueologia acadêmica tem sido sua escassa capacidade de comunicação e engajamento com o público leigo. Não por acaso, embora muitas pessoas já tenham sonhado em ser arqueólogas ou arqueólogos em algum momento da vida, a imagem da disciplina ainda é fortemente associada a dinossauros, Indiana Jones, Lara Croft ou à busca por tesouros. Essas referências continuam dominando o imaginário social quando se pensa em Arqueologia.

Cornelius Holtorf (2007) assegura que Arqueologia é cultura popular, e essa característica constitui um ponto de partida promissor para pensar formas de inclusão do público na produção de conhecimento sobre o passado. No entanto, apesar desse apelo popular, o contato entre o meio acadêmico e a sociedade ainda está sendo desenvolvido e novas vias de interação precisam ser pensadas.

Essa problemática tem sido objeto de reflexão no âmbito do projeto Paisagens em Branco nos últimos anos (Soares; Mota, 2017; Soares; Nolasco; Mota, 2018; Soares; Zarankin 2020). Nossa experiência nos permitiu compreender que essa distância entre Arqueologia e público é resultado de múltiplos fatores. Por um lado, como mencionado, a Arqueologia tem historicamente enfrentado dificuldades para estabelecer conexões com o público não especializado, e isso se deve, em grande medida, ao uso de uma linguagem excessivamente técnica, à rigidez na construção das narrativas arqueológicas e à ideia de que apenas os arqueólogos seriam legítimos intérpretes do passado. Por outro lado, no caso específico da Antártica, essa distância é ainda mais acentuada, posto que as narrativas dominantes sobre a história do continente têm privilegiado as chamadas “Eras Heroicas” da exploração polar, destacando figuras como Ernest Shackleton, Roald Amundsen ou Robert Falcon Scott, frequentemente emolduradas por valores de bravura, nacionalismo e individualismo. Em contraste, a presença de trabalhadores anônimos e subalternizados, como os caçadores de lobos e elefantes marinhos do século XIX, permanece amplamente marginalizada na memória histórica e no reconhecimento patrimonial do continente. Essa invisibilidade se manifesta na ausência desses sujeitos em listas oficiais de sítios históricos, nas lacunas documentais e na predominância de discursos científicos e conservacionistas que obscurecem as práticas extrativistas do passado. Essa situação acaba aumentando o distanciamento entre o público e esse contexto.

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as formas de construção e comunicação do conhecimento arqueológico sobre a Antártica, valorizando trajetórias silenciadas e promovendo múltiplas vozes na interpretação do passado. É nesse contexto que se insere o projeto Paisagens em Branco, o qual, além de discutir as relações humanas com a Antártica ao longo do tempo, também propõe uma Arqueologia comprometida com a inclusão e com a pluralidade de olhares sobre a história do extremo austral.

Este artigo tem como objetivo apresentar as estratégias de mediação e engajamento público desenvolvidas pelo projeto Paisagens em Branco, sediado no Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (LEACH-UFMG). Fundamentado nos princípios da Arqueologia Pública, o projeto busca ampliar as formas de participação social na produção de conhecimentos arqueológicos sobre a Antártica. Sua ênfase se dá na incorporação de experiências sensoriais e tecnológicas. Exploramos o uso de ferramentas como modelagens tridimensionais,

realidade virtual, videogames, performances teatrais e um domo sensorial, entre outras iniciativas. Mais do que comunicar resultados científicos de forma acessível, essas estratégias propõem a criação de ambientes de experiência e diálogo, nos quais o público é reconhecido como agente ativo no processo de construção de significados sobre o passado. Defendemos, portanto, que essas ações configuram práticas de mediação transformadoras, capazes de contribuir para o surgimento de narrativas mais inclusivas sobre a ocupação humana da Antártica.

Ao apresentar essas experiências e refletir sobre seus efeitos, o artigo busca contribuir para os debates contemporâneos sobre as potencialidades da Arqueologia Pública, com especial atenção à mediação transformadora e à construção de narrativas plurais sobre o passado humano e o último continente.

PROJETO PAISAGENS EM BRANCO: HISTÓRICO, OBJETIVOS E AÇÕES DE ENGAJAMENTO PÚBLICO

O projeto Paisagens em Branco, sediado no LEACH-UFMG, coordenado pelo prof. Dr. Andres Zarankin, vem se dedicando ao estudo das múltiplas formas de vínculos entre a humanidade e a Antártica ao longo do tempo. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa tem concentrado seus esforços na investigação dos primeiros contatos humanos com o continente, com especial atenção ao contexto da indústria lobeira do século XIX. Trata-se de um período marcado pela atuação de caçadores de lobos e elefantes marinhos – trabalhadores que, combinando funções de marinheiros e caçadores, constituíram a presença humana primária na Antártica, deixando uma influência significativa na configuração histórica e ambiental da região.

Apesar da importância dessa indústria para a formação da história inicial da Antártica, os lobeiros permanecem amplamente negligenciados nas narrativas oficiais e populares sobre o continente. Essa invisibilidade se manifesta de diferentes formas: desde a escassez de referências em representações culturais e na historiografia tradicional, até a ausência de reconhecimento formal de sítios arqueológicos relacionados à caça de mamíferos marinhos na Lista de Sítios e Monumentos Históricos da Antártica (Pearson; Salerno, 2023).

Nas últimas décadas, diversos pesquisadores e pesquisadoras vêm defendendo a necessidade de valorizar as contribuições de indivíduos comuns nos processos históricos globais (Maddison, 2014). Na Arqueologia, esse movimento tem gerado iniciativas que enfatizam o potencial democratizante das evidências materiais (Stehberg, 2003; Zarankin; Senatore, 2007; Zarankin *et al.*, 2011; Zarankin; Salerno; Howkins, 2018). O projeto Paisagens em Branco insere-se nesse contexto ao buscar compreender o papel desempenhado por esses trabalhadores anônimos na integração da Antártica ao mundo moderno (Zarankin *et al.*, 2011). Nossa abordagem enfatiza o caráter coletivo e estruturado das primeiras interações humanas com o território, profundamente vinculadas às dinâmicas expansionistas do capitalismo global.

Os vestígios materiais deixados pelos lobeiros – especialmente os acampamentos que edificaram para moradia e caça nas Ilhas Shetland do Sul – constituem evidências tangíveis dessas relações. Mais de 35 sítios arqueológicos desse tipo já foram identificados, a maioria concentrado na Península Byers, na Ilha Livingston (Zarankin; Senatore, 2007; Zarankin *et al.*, 2011). A análise arqueológica desses locais tem revelado aspectos do cotidiano dos caçadores e de suas atividades laborais, as quais dificilmente seriam acessíveis apenas pelas fontes documentais (Figura 1).

Figura 1. Mapa das Ilhas Shetland do Sul, na Antártica, com indicação dos sítios; foto do sítio arqueológico Punta Elefante II; exemplos de vestígios antárticos vítreos (garrafas), têxteis (luva de lã), de couro (sapato), metálico (botões) e cerâmicos (cachimbo de caulim).



Fonte: Acervo LEACH.

O esforço de construir narrativas mais inclusivas sobre os primeiros encontros humanos com a Antártica também envolve refletir sobre o impacto social e político dessas histórias no presente. Como afirmam Chidester e Gasby (2009), reconhecer o poder da pesquisa arqueológica em influenciar o mundo é um passo vital para se engajar com a sociedade, defendendo a preservação de um “patrimônio emancipatório”. Randall McGuire (2008) destaca a ação política da Arqueologia, voltada para a construção de histórias significativas para diferentes grupos, desafiando os legados persistentes do colonialismo e da luta de classes. De fato, direcionar a pesquisa para grupos marginalizados – como nosso projeto faz – tem o potencial de legitimar as contribuições das pessoas comuns para a formação da sociedade contemporânea, incluindo minorias étnicas e grupos da classe trabalhadora.

Entretanto, aproximar o público de um território historicamente percebido como remoto e inacessível apresenta desafios adicionais. Superar a ideia de que a Antártica pertence apenas a cientistas ou exploradores requer o desenvolvimento de estratégias de mediação que permitam às pessoas experimentar, ainda que simbolicamente, aspectos da vida nesse continente. Nesse sentido, destacar que a Antártica foi historicamente frequentada por trabalhadores de diversas nacionalidades e etnias pode estimular processos de identificação e pertencimento.

Pensando nisso, há alguns anos, o projeto Paisagens em Branco deu início a uma nova linha de estudo voltada a promover um diálogo mais sistemático com o público não

arqueológico (Soares; Mota, 2017; Soares; Nolasco; Mota, 2018; Soares; Zarankin, 2020). Essa proposta delineou novos caminhos para a investigação, alinhando-a aos princípios contemporâneos da Arqueologia Pública.

Assim, buscando fomentar o engajamento público com a Antártica e sua história, elaboramos uma série de estratégias ancoradas no uso de Novas Tecnologias e na estimulação sensorial/corporal. Entre estas, destacamos: modelos tridimensionais de sítios arqueológicos e artefatos; experiências interativas em videogames e realidade aumentada; um domo sensorial contendo a réplica em escala real de um abrigo utilizado por lobos no século XIX; performances teatrais; e outras.

Buscamos estabelecer um diálogo com o público e não apenas um monólogo dos arqueólogos(as). Queremos ouvir o que as pessoas conhecem e pensam do tema, ao mesmo tempo que introduzimos questões que geram interesse por saber mais. Essa interação tem como base a utilização de ferramentas que sejam mais dinâmicas e interativas e ao, mesmo tempo, mais próximas das pessoas. A partir do mencionado, consideramos o universo digital e tecnológico, somado a performances e histórias, os caminhos mais prolíficos para essa conexão com a sociedade.

Baseando-nos em nossa própria experiência na Antártica, acreditamos que a vivência individual e corporal desempenha um papel significativo na produção de conhecimento e memórias. Assim, a possibilidade de o público “ter um gostinho” da Antártica (mesmo que mediada por ferramentas tecnológicas e outros recursos) pode ser relevante para criar representações múltiplas, sobre o continente. A seguir, refletiremos mais detalhadamente sobre o desenvolvimento de uma abordagem focada nas experiências e no engajamento do público, discutindo sua importância tanto para a Arqueologia quanto para o projeto Paisagens em Branco.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E ARQUEOLOGIA ANTÁRTICA

Nas últimas décadas, o campo da Arqueologia Pública consolidou-se a partir do objetivo de transformar a maneira como os arqueólogos e arqueólogas se comunicam com audiências mais amplas. Nesse contexto, a comunicação tornou-se um princípio central da prática arqueológica (Merriman, 2004).

O termo Arqueologia Pública foi cunhado na década de 1970, estando normalmente associado ao livro *Public Archaeology*, de McGimsey (1972). Inicialmente, esteve fortemente atrelado à atuação governamental, no entanto, com o tempo, passou a incorporar os questionamentos dos profissionais da área acerca das funções sociais da disciplina e suas relações com a comunidade (Carvalho; Funari, 2009).

Como resultado, muitos arqueólogos passaram a defender que é fundamental ir além da simples disseminação unilateral de descobertas científicas por meio de textos acadêmicos, conferências científicas e exposições museológicas. Em vez disso, argumentam que é essencial promover o envolvimento ativo do público na pesquisa arqueológica, permitindo que os indivíduos atribuam significados pessoais às descobertas, construam suas próprias narrativas e participem das ações de gerenciamento do patrimônio. Essa mudança representa uma transformação paradigmática, na qual o público deixa de ser visto como um mero receptor passivo de informações e passa a ser reconhecido como um sujeito ativo na produção de conhecimento arqueológico (Holtorf, 2005; Merriman, 2004).

A Arqueologia Pública reconhece que a produção do conhecimento arqueológico não é exclusividade dos cientistas, mas um processo que envolve diferentes agentes, inclusive aqueles que estão fora do meio acadêmico. A aceitação da ideia de que pessoas sem formação em Arqueologia podem oferecer percepções valiosas sobre processos históricos é um passo essencial para promover uma abordagem mais inclusiva, simétrica

e democrática. Nesse sentido, Merriman (2004, p. 12) ressalta que “a questão central da comunicação e da interpretação [em Arqueologia] é a agência do público e até que ponto as experiências individuais são permitidas a moldar e influenciar o engajamento público”.

Holtorf (2007) lembra que as atividades de Arqueologia pública podem ser agrupadas em três modelos principais: o primeiro deles é o Modelo Educacional, baseado na crença de que é possível reconstruir fielmente um período histórico por meio da cultura material, tornando a Arqueologia um instrumento de educação para as massas; o segundo é o Modelo de Relações Públicas, que busca melhorar a imagem da Arqueologia na sociedade, promovendo sua divulgação por meio de filmes e documentários, no entanto, segundo o autor, esse modelo leva à simplificação da Arqueologia e da compreensão do passado; e, por fim, o terceiro é o Modelo Democrático, que pressupõe a valorização equitativa dos diversos saberes no processo de narrar histórias a partir dos vestígios. Holtorf (2007) e Carvalho e Funari (2009) concordam que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e que podem ser incentivadas a se relacionar com a Arqueologia, a qual, por sua vez, pode servir como um instrumento para a leitura crítica da sociedade e sua transformação.

Seguindo essa última proposta, buscamos viabilizar formas alternativas de mediação científica e construção do conhecimento, utilizando as tecnologias digitais e outros recursos sensoriais como ferramentas essenciais para minimizar as barreiras que separam as disciplinas acadêmicas da sociedade em geral. Nosso objetivo é que o público, tanto especializado quanto leigo, participe ativamente da história da Antártica e tenha certo grau de autonomia para construir narrativas próprias sobre a história do continente.

Enfatizamos que não buscamos uma única visão sobre a história da Antártica, mas, sim, a democratização das narrativas, incluindo personagens historicamente marginalizados pelas grandes narrativas hegemônicas e homogeneizantes, e inserindo o público não especialista como partícipes desse processo. Em outras palavras, nossa intenção é garantir que o público tenha acesso a diferentes ferramentas e informações sobre o passado e presente da Antártica e se relacione com elas de acordo com as vivências de cada indivíduo, construindo, por si, reflexões amplas sobre a presença humana no continente.

A vantagem dessa abordagem para a Arqueologia Pública é que ela reconhece a importância da agência: não importa o quanto os arqueólogos se esforcem, os não arqueólogos irão reapropriar, reinterpretar e renegociar os significados dos recursos arqueológicos de acordo com suas próprias agendas pessoais. Certamente, é melhor trabalhar ativamente com essa realidade ao considerar a relação entre a Arqueologia e o público não profissional, em vez de tentar impor uma única perspectiva (Merriman, 2004, p. 7).

Compreendemos que essas abordagens da Arqueologia Pública estão mais voltadas para a criação de conexões, permitindo que as pessoas desenvolvam um vínculo mais significativo com o continente e construam pontes com a Antártica.

CONCEITOS-CHAVE: MEDIAÇÃO, AGÊNCIA, CORPO E NOVAS TECNOLOGIAS

Nossa proposta está fundamentada em quatro conceitos-chave: mediação, agência, corpo e novas tecnologias, todos interligados com o objetivo de criar um canal de comunicação baseado na experiência sensorial.

O conceito de mediação deriva do trabalho de Latour (2005, p. 39-40), que o caracteriza como uma ação que “transforma, traduz, distorce e modifica o significado ou os elementos daquilo que supostamente transmite”. Segundo o autor, toda mediação tem o potencial de provocar “deslocamento, derivação, invenção e/ou criação de uma relação que não existia antes e que modifica dois [ou mais] agentes” (Latour, 2005, p. 39-40). Latour (2005, p.39) também compreende a mediação como um processo de “tradução”, no qual humanos e não humanos se combinam, formando híbridos entre natureza e cultura. Um ator-mediador pode ser definido como “qualquer entidade que modifica uma situação ao fazer a diferença”, estabelecendo, por meio da interação com outros agentes, redes sociotécnicas. Esse mediador pode assumir diferentes formas, como um objeto, um indivíduo ou um coletivo.

Partindo dessa concepção, assumimos que as propostas de Arqueologia Pública do Projeto Paisagens em Branco se caracterizam como ações de mediação científica e não apenas como estratégias de divulgação ou extroversão do conhecimento. Assumimos isso por sua capacidade de criar relações inéditas e transformar os agentes envolvidos, sendo um caminho duplo de construção de conhecimento e não unidirecional. A proposta, como exposto anteriormente, não se limita à apresentação dos resultados da pesquisa para o público não especialista, mas visa desenvolver instrumentos que possibilitem o estabelecimento de relações sensoriais e afetivas com o público participante, estimulando novas formas de engajamento com o patrimônio arqueológico antártico.

O conceito de agência, por sua vez, fundamenta-se nos estudos de Dobres e Robb (2000, p. 4), que a definem como “muito mais do que sinônimo de ação ou algo redutível a ela, sendo uma prática dotada de qualidade social significativa”, ou seja, mais do que a ação propriamente dita, a agência caracteriza-se pelo “ato de agir” – seja essa ação direta ou indireta, individual ou coletiva, intencional ou não, planejada ou espontânea. O aspecto essencial da agência é que sua atuação gere um impacto social significativo, mesmo que não se concretize como uma ação em si.

Sob essa perspectiva, em nosso projeto, a agência deve ser analisada em dois sentidos: tanto a agência dos participantes das ações de mediação, que se envolvem ativamente com nossas propostas e constroem suas próprias narrativas, quanto a agência das ferramentas utilizadas, que possuem o potencial de gerar impactos e influenciar o público, funcionando, assim, como atores-mediadores.

O conceito de corpo é analisado a partir de perspectivas que questionam a visão cartesiana tradicional, segundo a qual o corpo seria apenas um objeto físico com limites bem definidos, em oposição à mente (Le Breton, 2007). Contrapondo-se a essa concepção dualista, diversos autores argumentam que nossa relação com o mundo não ocorre exclusivamente de maneira racional ou consciente, mas se constrói por meio de uma experiência incorporada (*embodiment*) (Hamilakis; Pluciennik; Tarlow, 2002; Ingold, 2000; Thomas, 2004). Considerar o conceito de incorporação implica ultrapassar dicotomias como corpo/mente e objeto/sujeito, compreendendo o corpo como um sujeito vivo que medeia nossa interação com o mundo (Salerno, 2016). Nesse contexto, o corpo deixa de ser uma simples fronteira e passa a atuar como o centro da experiência e da percepção. Nossa relação com o espaço, os sítios arqueológicos e os artefatos não se restringem a uma abordagem visual ou descritiva, mas envolve múltiplas formas de engajamento sensorial. A percepção sensorial é essencial para a construção de imagens de mundo e para a análise de como grupos sociais estruturam, ou estruturaram, sua realidade em contextos socioculturais específicos (Hamilakis, 2013; Pellini, 2018; Tilley, 2004).

Em nosso projeto, a experiência sensorial é promovida como uma forma de facilitar o engajamento público com a história da Antártica, tornando a prática mais pessoal e

encorpada. A ativação dos sentidos permite que o público vivencie o passado de maneira mais imersiva, estabelecendo conexões afetivas e cognitivas que transcendem abordagens tradicionais de divulgação do patrimônio.

E, por fim, as novas tecnologias têm sido empregadas como um meio de tornar as atividades mais interativas e envolventes. Na Arqueologia, essas inovações vêm provocando transformações profundas, impactando seus aspectos teóricos, metodológicos e técnicos. Kristiansen (2014) e Huggett (2015) discutem como a Arqueologia Digital está redefinindo os modos de produção e mediação do conhecimento arqueológico, incorporando abordagens computacionais, inteligência artificial, modelagem 3D, geoprocessamento e *big data*. Essas inovações não apenas aprimoram a documentação e análise dos vestígios materiais, mas também revolucionam a forma como arqueólogos e arqueólogas interagem com o público. As ferramentas digitais têm possibilitado que a comunicação arqueológica se torne mais dinâmica, conectada e interativa, conferindo maior agência aos diferentes públicos na construção de narrativas arqueológicas.

A partir da integração entre mediação, agência, corpo e novas tecnologias, foi desenvolvida uma série de atividades; embora cada uma delas tenha envolvido esses conceitos em diferentes graus, todas tiveram como objetivo estabelecer um diálogo mais acessível e dinâmico com o público por meio da geração de experiências. A seguir, descreveremos as iniciativas mais relevantes do projeto, destacando o elemento que orientou ou teve maior impacto no desenvolvimento e na execução de cada atividade.

NOVAS TECNOLOGIAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS

A aplicação de tecnologias em nossa pesquisa está direcionada a duas frentes interconectadas: a primeira busca oferecer uma interface dinâmica, flexível e colaborativa para pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas, incluindo Arqueologia, Conservação, História e Antropologia (Zarankin *et al.*, 2022); a segunda é voltada para a comunicação com o público não especializado (Martire; Soares; Zarankin, 2021; Soares; Mota, 2017; Soares; Nolasco; Mota, 2018). Essas frentes são complementares, permitindo tanto a interação com especialistas quanto a mediação do conhecimento para um público mais amplo.

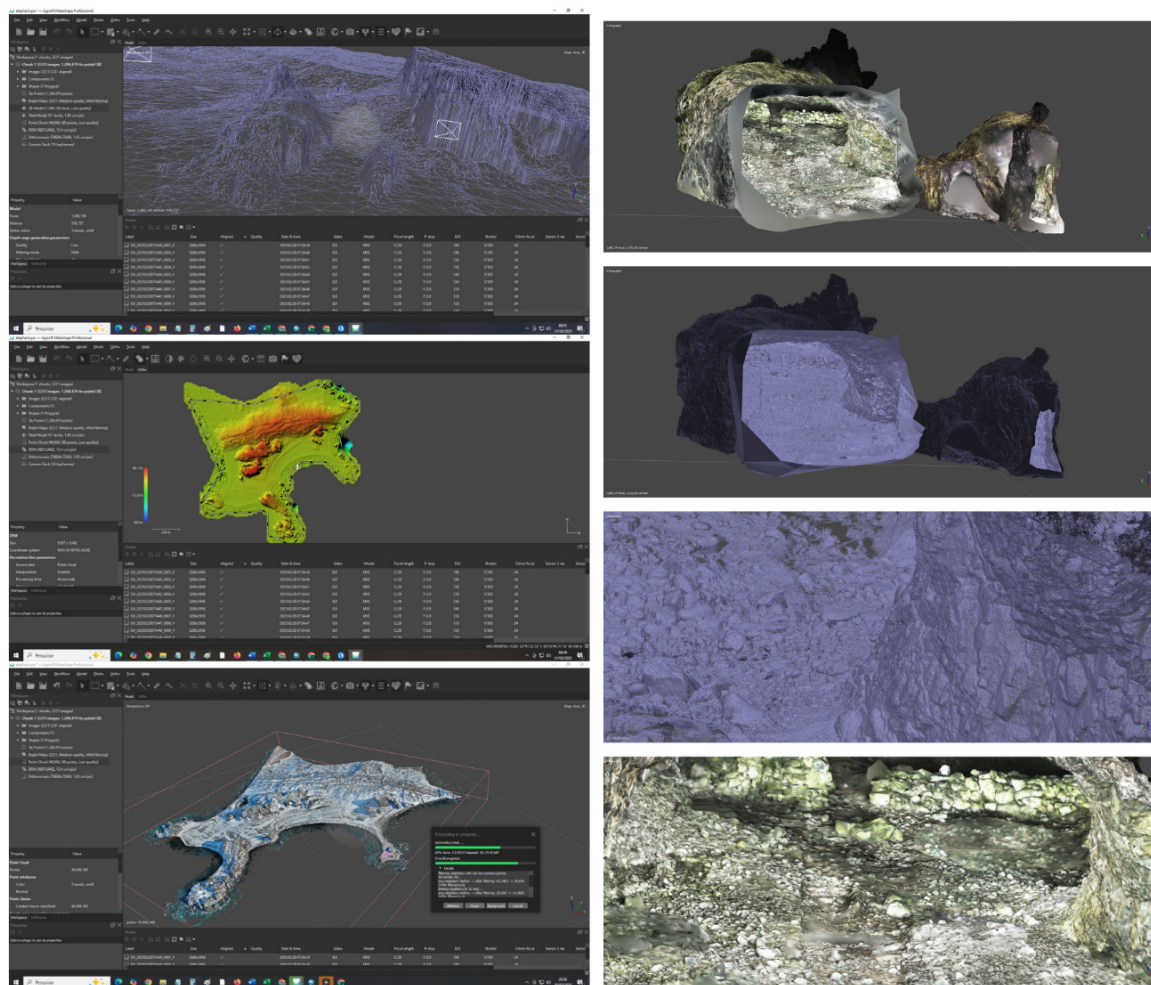
Mas de que maneira essas Novas Tecnologias e seus produtos contribuem efetivamente para o diálogo e a comunicação com o público em geral? Como demonstraremos com os exemplos a serem desenvolvidos, é possível afirmar que seu uso na pesquisa arqueológica transcende a mera documentação, visualização, representação e reconstrução de objetos, monumentos e sítios (Tsiafaki; Michailidou, 2015). Ou seja, não se limita à reinterpretação de artefatos e paisagens arqueológicas sob uma roupagem contemporânea e moderna. As iniciativas destacam a mediação e a comunicação como dimensões fundamentais da investigação, promovendo a multivocalidade e possibilitando a construção de narrativas plurais sobre a história polar. Diferentemente de abordagens tradicionais baseadas em desenhos técnicos e textos científicos, as ferramentas tecnológicas permitem ao público estabelecer conexões com a Antártica de forma dinâmica e não linear, utilizando recursos mais flexíveis e imersivos para construir conhecimentos significativos.

CRIAÇÃO DE MODELOS 3D DE SÍTIOS E VESTÍGIOS

Diversas ferramentas tecnológicas foram empregadas na produção de modelos 3D de sítios e vestígios arqueológicos. Entre elas, destacam-se os Laser Scan 3D da Leica, modelos P20 (anos de 2016, 2017, 2018 e 2019) e BLK-360 (ano de 2025), que permitem a reprodução tridimensional dos sítios arqueológicos foqueiros. Os modelos 3D dos refúgios de lobeiros são gerados no formato de nuvens de pontos, posteriormente

processadas pelo software Cyclone 9.0, que auxilia na conexão dos pontos captados e na remoção de ruídos, como neve, chuva, animais, pessoas e outros elementos registrados inadvertidamente. Após esse tratamento inicial, as nuvens de pontos são transferidas para o software 3D Reshaper, que possibilita a criação de modelos poligonais e a aplicação de texturas, garantindo representações tridimensionais altamente precisas do sítio original, tanto em volume quanto em superfície (Figura 2).

Figura 2. Modelagem 3D da paisagem Antártica, localidade Punta Elefante, a partir de drone e modelagem 3D do sítio arqueológico Lima Lima a partir do Laser Scan 3D e software Agisoft Metashape.

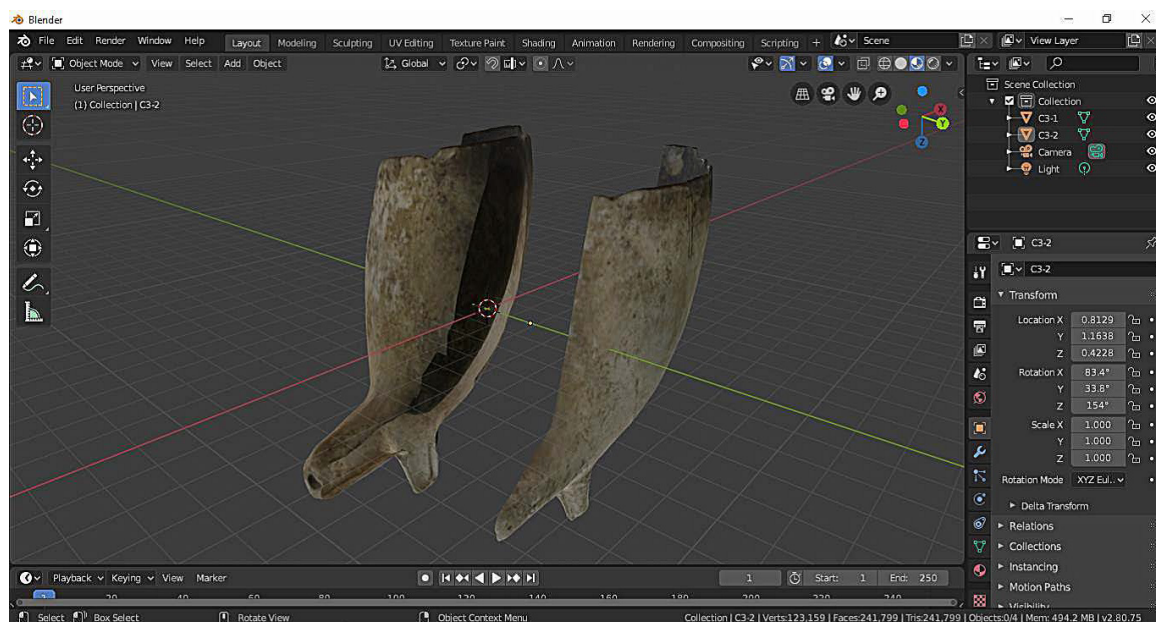


Fonte: Acervo LEACH.

Além disso, os sítios arqueológicos e as paisagens circundantes têm sido registrados com o uso de drones, que permitem a cobertura tridimensional e georreferenciada de amplas áreas, além do acesso a regiões de difícil locomoção terrestre. Essa tecnologia complementa o levantamento tridimensional dos sítios, proporcionando uma perspectiva aérea detalhada e contribuindo para a sua documentação, análise espacial e conservação.

Durante e após as análises laboratoriais, realizamos o escaneamento digital tridimensional de vestígios arqueológicos, empregando o MakerBot Scan e outras técnicas de modelagem 3D, como a fotogrametria e o software Fusion 360, desenvolvido pela Autodesk (Brabo, 2019). Após a geração dos modelos tridimensionais, os artefatos passam por processos de texturização e manipulação digital para aprimorar sua fidelidade e detalhamento (Figura 3).

Figura 3. Modelagem 3D do cachimbo de caulim por fotogrametria.



Fonte: Brabo (2019, p. 54).

Esses modelos têm desempenhado um papel essencial nas ações de conservação e nas análises arqueológicas, principalmente no que se refere às medições detalhadas dos vestígios, o estudo de processos de degradação e à perda do volume original. Esse método garante maior precisão nas pesquisas, minimiza a manipulação dos materiais originais e contribui significativamente para a preservação do patrimônio arqueológico antártico.

A versão digital tridimensional dos sítios e vestígios arqueológicos tem sido disponibilizada em ambientes virtuais como o Sketchfab (<https://sketchfab.com/leach.ufmg>) – um portal online utilizado para visualizar e compartilhar modelos 3D – e no website do laboratório (www.leach.ufmg.br). Nosso objetivo é proporcionar tanto à comunidade científica quanto ao público em geral a oportunidade de explorar os sítios e vestígios arqueológicos da Antártica de maneira interativa e imersiva, permitindo que os usuários façam suas próprias escolhas de navegação, criando rotas específicas de deslocamentos pelos modelos 3D e aprofundem aspectos específicos de acordo com seus interesses.

DESENVOLVIMENTO DO SITE E BASE DE DADOS

O website do LEACH, ainda em desenvolvimento, reunirá toda a documentação produzida ao longo de quase 30 anos de pesquisa. Ele já conta com um banco de dados georreferenciado, no qual estão disponíveis informações sobre os sítios arqueológicos da Antártica e os materiais analisados. O website conta com uma área de acesso público e outra restrita a pesquisadores e pesquisadoras, que podem inserir novas informações e gerar relatórios específicos, permitindo a comparação de dados entre diferentes sítios ou contextos.

O banco de dados foi concebido como um espaço aberto à cocriação (ou seja, as fichas de análise podem ser incrementadas pelos usuários e atributos inseridos), possibilitando que profissionais de diversas especialidades, instituições e países insiram dados de pesquisa e realizem buscas conforme seus interesses. Esperamos que ele se torne uma referência mundial sobre a materialidade dos lobeiros do século XIX na Antártica, fortalecendo a cooperação interdisciplinar e internacional, conforme é promovido pelo Tratado Antártico (Tratado da Antártida, 1959).

A ferramenta inclui formulários e registros específicos para auxiliar nas etapas de escavação, identificação, conservação e documentação dos sítios e artefatos arqueológicos. Além disso, espera-se que, em campo, seja possível acessar informações de campanhas anteriores, disponibilizando, em tempo real, dados que, de outra forma, só estariam acessíveis no laboratório. Espera-se que essa ferramenta contribua para tomadas de decisões em campo mais bem embasadas, tornando o processo mais dinâmico e promovendo um maior engajamento dos arqueólogos e arqueólogas com as atividades de escavação ou levantamento de sítios (Taylor *et al.*, 2015; Tsiafaki; Michailidou, 2015).

VIDEOGAMES, REALIDADE VIRTUAL E IMPRESSÕES 3D

As Humanidades Digitais (Eiteljorg, 2004) representam a interseção entre as tecnologias digitais e disciplinas tradicionais das humanidades, como História, Arqueologia e Literatura. No contexto do LEACH, essas práticas são amplamente exploradas por meio de iniciativas inovadoras, incluindo o desenvolvimento de pesquisas em *Archaeogaming* e experiências em Realidade Virtual (VR).

O conceito de *Archaeogaming*, definido por (Reinhard, 2018), refere-se ao estudo e à utilização de videogames na prática arqueológica, constituindo um campo emergente que integra a Arqueologia ao universo dos jogos digitais. No LEACH, essa abordagem é aplicada não apenas como ferramenta de pesquisa, mas também como um meio de mediação científica com o público não arqueológico. Por meio de jogos digitais, é possível simular contextos arqueológicos, permitindo que os jogadores explorem sítios e aprendam sobre Arqueologia de forma interativa e imersiva.

O desenvolvimento do jogo digital “Aventura na Antártica – Arqueologia no Continente Gelado”, no âmbito do LEACH-UFGM e Arise-Furg, envolve diversas etapas, desde a elaboração do roteiro até a programação das interações. A escrita de roteiros para jogos digitais difere significativamente daquela para cinema ou teatro, pois exige a construção de múltiplas ramificações narrativas que oferecem ao jogador diferentes possibilidades de escolha, proporcionando uma experiência personalizada (Figura 4). Para auxiliar nesse processo, foram utilizados cursos online de roteiro, além da análise de conceitos narrativos clássicos, como a Jornada do Herói (Campbell, 2000).

Figura 4. Arqueojogo (videogame) sobre Arqueologia Antártica.



Fonte: Disponível em: <https://arise.mae.usp.br/antartica/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

A VR é outra ferramenta utilizada pelo projeto para aprimorar as experiências de pesquisa e o engajamento do público com o trabalho. O laboratório está desenvolvendo uma experiência em VR intitulada “Arqueologia na Antártica – Uma Experiência em Realidade Virtual”, que utiliza escaneamentos tridimensionais de sítios arqueológicos na Antártica, integrando-os a ambientes virtuais imersivos. Com o uso de óculos específicos para VR, o público pode explorar esses locais e acompanhar as atividades de campo de maneira detalhada, proporcionando uma experiência simulada próxima à realidade vivenciada pelos cientistas no continente.

O processo de criação dessas interatividades digitais segue etapas rigorosas que garantem a qualidade e a relevância do produto:

1. Planejamento e pesquisa: a primeira etapa no desenvolvimento de um jogo digital começa com um planejamento detalhado e uma pesquisa aprofundada. Isso inclui a definição dos objetivos, do público-alvo e da estrutura narrativa. A pesquisa arqueológica minuciosa garante que os elementos do jogo sejam historicamente precisos e cientificamente embasados.
2. Elaboração do roteiro: diferente dos roteiros cinematográficos, o de um jogo deve considerar as interações do jogador e os possíveis desdobramentos narrativos. Cada escolha pode levar a caminhos e desfechos distintos, exigindo uma escrita dinâmica e adaptativa. Esse processo se beneficia da aplicação de conceitos clássicos de narrativa, como a “Jornada do Herói” (Campbell, 2000), que fornece uma base sólida para histórias envolventes e significativas.
3. Modelagem 3D e design de cenários: utilizando ferramentas como o Blender, os desenvolvedores criam modelos tridimensionais detalhados de personagens, objetos e cenários. Esses modelos são essenciais para a construção de um ambiente de jogo imersivo e visualmente atraente. A precisão dos elementos contribui para a autenticidade da experiência.
4. Programação e interatividade: a programação é realizada na *engine* Unity, pelo qual os modelos 3D são integrados e as interações do jogador são definidas. Isso inclui mecânicas como movimentação, combate, resolução de quebra-cabeças e interações com *non-playable characters* (NPCs). A programação deve garantir que o jogo seja fluido, responsivo e livre de falhas.
5. Testes e feedback: antes do lançamento, o jogo passa por uma fase de testes para identificar falhas e otimizar a experiência do usuário. O feedback dos jogadores é coletado e analisado, resultando em ajustes e melhorias. Essa etapa é fundamental para assegurar um produto de alta qualidade e uma experiência positiva aos jogadores e jogadoras.

Além do videogame e da realidade aumentada, o LEACH tem trabalhado recentemente com réplicas impressas de sítios arqueológicos digitalizados. A impressão 3D revolucionou a mediação do conhecimento científico ao oferecer uma forma tangível e interativa de engajamento público em diversas áreas. Na Arqueologia e nas Humanidades, essa tecnologia possibilita a recriação precisa de sítios e artefatos, permitindo que tanto especialistas quanto o público em geral manipulem réplicas detalhadas sem risco de danificar os originais, além de viabilizar o acesso a locais de difícil visitação.

O trabalho desenvolvido exemplifica como as Humanidades Digitais podem transformar a pesquisa e o ensino em Arqueologia. Fazendo uso destas ferramentas, o LEACH não apenas amplia os horizontes da pesquisa arqueológica, mas também torna a história da Antártica mais acessível e atrativa. Essas iniciativas demonstram o potencial inovador das Humanidades Digitais, abrindo novas possibilidades para o futuro da Arqueologia e da mediação científica.

ATIVIDADES SENSORIAIS

Para além das Novas Tecnologias, o projeto também buscou desenvolver atividades interativas que estimulassem a corporeidade e a percepção sensorial, proporcionando uma experiência imersiva e cinestésica sobre a história da Antártica.

Domo sensorial

Nesse contexto, foi concebido o domo sensorial, uma estrutura inflável aclimatada que abriga a réplica em escala real de um sítio arqueológico foqueiro do século XIX (Punta Elephant II) (Martire; Soares; Zarankin, 2021; Soares; Mota, 2017; Soares; Nolasco; Mota, 2018; Zarankin; Soares, 2021). No interior do domo, foram dispostos artefatos que compõem o registro material desse tipo de ocupação, incluindo reproduções cenográficas de elementos estruturais, como rochas e ossos de baleia, além de garrafas e cachimbos – estes últimos confeccionados por meio de impressão 3D (Figura 5). Essa abordagem permite não apenas a reconstrução do ambiente arqueológico, mas também a experimentação sensorial dos vestígios materiais, ampliando as formas de engajamento e apropriação do passado polar pelo público.

Figura 5. Domo Sensorial da Antártica.



Fonte: Acervo LEACH.

O domo inflável é equipado com dois aparelhos de ar-condicionado portáteis, ventiladores e um sistema de iluminação que contribuem para simular as condições ambientais da Antártica. Esses dispositivos recriam as baixas temperaturas do continente, os fortes ventos polares, os sons de animais marinhos e tempestades, bem como a luminosidade característica da região. Além disso, vídeos sobre a fauna e as paisagens antárticas são projetados em 180°, proporcionando um ambiente ainda mais imersivo.

Dessa forma, além de visualizar e manusear as réplicas dos vestígios arqueológicos, os visitantes são convidados a experimentar sensorialmente o frio e o vento da Antártica, escutar os sons da vida marinha e participar de uma vivência interativa sobre o continente. Através do corpo, movimentam-se pelo sítio arqueológicos (replicado em tamanho real) e apreende o espaço edificados pelos foqueiros para se abrigarem enquanto realizavam suas caçadas.

Essa atividade, de maneira pontual, difere das exposições museológicas clássicas, que são predominantemente expositivas e visuais, focadas na transmissão unilateral de informações, nas quais os visitantes assumem o papel de receptores de dados, e não de construtores de conhecimento. Em oposição a esse modelo, o domo estimula uma experiência cinestésica sobre a Antártica, simulando as condições ambientais do continente.

Nesse sentido, ao enfatizar a experiência do público, compreendemos que as percepções construídas sobre o passado e o presente da Antártica serão múltiplas e variadas. Nossa proposta é justamente estimular essa diversidade de compreensões, utilizando a experiência corporal como meio de mediação.

Performance teatral

Desenvolvemos, ainda, uma performance teatral sobre a Antártica, como estratégia para criar narrativas não escritas sobre a história do continente. Essa atividade surgiu a partir de uma reflexão crítica sobre a forma como a Arqueologia é representada nas mídias e sobre como a própria disciplina constrói suas narrativas científicas.

Nesse sentido, é importante pontuar que, embora a Arqueologia esteja amplamente presente na cultura popular – por meio de filmes, livros, animações, histórias em quadrinhos e brinquedos – ela é frequentemente reduzida a estereótipos que muitos profissionais da área não se identificam (Holtorf, 2005; Schablitsky, 2007). Paralelamente, a produção acadêmica em Arqueologia tende a seguir convenções estilísticas que privilegiam textos técnicos, muitas vezes impessoais e distantes, escritos em terceira pessoa, que invisibilizam a presença dos próprios pesquisadores e pesquisadoras na autoria de suas narrativas (Zarankin; Salerno, 2014).

Para contrariar essas perspectivas e facilitar o engajamento do público com nosso trabalho, concebemos uma peça teatral simples e acessível, capaz de proporcionar uma visão mais humana e realista da prática arqueológica. Ao mesmo tempo, buscamos desconstruir a ideia do arqueólogo ou da arqueóloga como alguém que “descobre” um passado absoluto e imutável por meio das escavações.

Utilizamos o humor, a fantasia, a imaginação e a materialidade dos sítios antárticos como instrumentos narrativos para contar uma história envolvente e familiar para a maior parte do público – e, naturalmente, de fácil compreensão. A performance teatral se passa em um sítio arqueológico da Antártica, inicialmente concebida para ocorrer em Lima Lima, onde um fantasma de um lobeiro do século XIX e uma arqueóloga do século XXI estabelecem um diálogo imaginário e atemporal.

De maneira aproximada, algumas iniciativas já registraram atividades semelhantes, seja na forma de projetos de divulgação científica e educação patrimonial, utilizando fantoches e outros recursos didáticos voltados ao público infantil (Almeida; Silva, 2019; Cerqueira *et al.*, 2013; Lima; Oliveira, 2017), seja por meio de experiências imersivas que reconstroem eventos históricos marcantes, como batalhas ou acontecimentos de relevância política na história nacional (Hortolf, 2007).

Entretanto, a proposta do LEACH se diferencia em aspectos fundamentais. Primeiramente, seguimos as ideias de Boal (1974), autor de *Teatro do Oprimido*, que concebe o teatro como um instrumento político de transformação social, capaz de provocar impactos na sociedade e questionar estruturas hegemônicas. Além disso, fundamentamo-nos em Gibb (2003), autor de *The Archaeologist as Playwright*, que propõe o teatro como um meio legítimo de produção de conhecimento arqueológico. Para Gibb (2003) e Pearson e Shanks (2001), as encenações teatrais não apenas auxiliam na transmissão de conteúdos sobre o passado, mas também permitem repensar questões complexas a partir de novas perspectivas, ampliando as formas de interpretação arqueológica.

A peça teatral sobre o lobeiro e a arqueóloga foi idealizada e encenada por membros do LEACH, especialmente Fernanda Codevilla Soares, Will Lucas Silva Pena e Clarice Linhares. O diálogo se estabelece entre um lobeiro do século XIX, chamado Will, e

uma arqueóloga do século XXI, nomeada Clara – optamos deliberadamente por uma arqueóloga mulher como forma de contraposição ao estereótipo que associa a Arqueologia a uma atividade predominantemente masculina (Figura 6).

Figura 6. Performance Teatral no sítio arqueológico, em congressos, online e figurino.



Fonte: Acervo LEACH.

O personagem Will foi construído a partir de múltiplas referências cruzadas, incluindo a biografia de Herman Melville (2019) e Jack London (2015) – escritores de clássicos da literatura marítima que tiveram experiência como marinheiros em diversas embarcações, especialmente em atividades relacionadas à caça de baleias e pinípedes, respectivamente. A literatura produzida por esses autores, bem como por outros, também serviu de inspiração para a composição do personagem, destacando-se obras como *Moby Dick*, *O Lobo do Mar*, *Os Trabalhadores do Mar* e *A Narrativa de Arthur Gordon Pym de Nantucket*.

Além disso, para a construção dos personagens, recorremos a fontes primárias, como jornais de New Bedford do século XIX, diários de caçadores de baleias e registros de bordo (*logbooks*), bem como às pesquisas arqueológicas desenvolvidas por nós, particularmente aquelas voltadas à análise de materiais arqueológicos (Cruz, 2014; 2019; Nolasco, 2018; Radichi, 2015; Salerno, 2006; 2019; Soares *et al.*, 2016; Soares; Gardiman, 2017; Soares; Pena; Amorim, 2019).

Por fim, também incorporamos à performance nossa própria experiência de trabalho de campo na Antártica, o que nos permitiu compreender as principais questões e interesses que motivam os arqueólogos e arqueólogas a pesquisar o continente.

Outras atividades

Além das atividades mencionadas, o projeto também se dedicou ao desenvolvimento de outras ferramentas de mediação, entre as quais destacamos: um álbum de figurinhas,

uma história em quadrinhos, uma exposição sensorial, palestras em escolas e museus e atividades educativas no próprio LEACH.

O álbum de figurinhas é composto por diferentes seções, incluindo uma parte com imagens autoadesivas que representam arqueólogos e arqueólogas, lobeiros do século XIX, fauna, tendas, artefatos, sítios arqueológicos e outros elementos que podem ser livremente organizados em cenários representando paisagens antárticas, conforme a criatividade do leitor. Além disso, o material inclui textos e imagens sobre as características ambientais e históricas do continente. Ao final, duas páginas são dedicadas para que o leitor elabore sua própria narrativa sobre a ocupação humana da Antártica. Esse material foi desenvolvido com o Museu Ponto da UFMG, que forneceu auxílio financeiro e apoio pedagógico para elaboração do recurso.

A história em quadrinhos apresenta uma abordagem humanizada e autorreflexiva sobre a relação afetiva dos arqueólogos e arqueólogas com as atividades desenvolvidas na Antártica. As impressões, os desafios e as motivações e inspirações da equipe são sintetizados por meio de ilustrações e pequenos textos. Ressalta-se que esse tipo de narrativa não convencional tem ganhado cada vez mais espaço no campo acadêmico, ampliando as formas de comunicação da ciência (Zarankin; Zigarán, 2020).

A exposição sensorial sobre a Antártica, denominada Expedição Antártica, realizada pelo Espaço do Conhecimento da UFMG, resultou da colaboração entre os projetos Mediantar, Mycoantar e Paisagens em Branco, todos sediados na UFMG e voltados à pesquisa científica no continente. A aproximação entre esses três projetos surgiu do interesse comum em desenvolver uma exposição que transcendesse o caráter meramente informativo e tradicional (com textos, imagens ou artefatos dispostos apenas para observação por meio de vitrines). Em vez disso, buscou-se proporcionar uma experiência imersiva, permitindo ao visitante embarcar em uma expedição ao extremo sul e vivenciar, de forma simulada, a experiência de estar no continente mais inóspito do planeta (Soares; Zarankin, 2020).

Palestras, oficinas e atividades realizadas em escolas e museus, bem como no próprio LEACH, integraram um conjunto de ações promovidas em datas comemorativas, eventos ou mediante convites de diversas instituições. Todas essas atividades se consolidaram como ferramentas essenciais para a construção de vínculos comunicativos e para a ampliação do diálogo entre a Arqueologia e o público.

AUTOAVALIAÇÃO

Apesar de termos reunidos todas as atividades de mediação do projeto em um artigo, dando a entender ser um conjunto de ações coesas, associadas a um Programa de Arqueologia Pública do laboratório, essas atividades não foram totalmente definidas em todos os seus aspectos e com o máximo nível de detalhamento que hoje compreendemos como fundamental.

De certo modo, por se tratar de propostas inéditas, nosso aprendizado se deu no próprio processo de execução, ou seja, “aprendemos a fazer, fazendo”. Assim, alguns detalhes não foram registrados ou sequer considerados durante a realização das atividades, tornando-se aspectos a serem aprimorados em futuras experiências, como é comum em qualquer projeto. Outros, por terem apresentado excelentes resultados, foram refinados e estão sendo desdobrados em novas ações.

Um dos aspectos fundamentais que reconhecemos como passível de aprimoramento é o processo de avaliação dessas atividades. Não desenvolvemos ferramentas adequadas para obter um feedback estruturado que nos permitisse mensurar, com precisão, seus aspectos positivos e negativos. De modo geral, com base no número de participantes

nas exposições ou no acesso aos recursos tecnológicos, conseguimos obter impressões mais amplas sobre a recepção pública do trabalho. No entanto, reconhecemos a importância de aprimorar esses mecanismos para mensurar essas percepções de forma mais detalhada e sistemática.

Entre as perspectivas futuras associadas à avaliação, buscamos criar recursos que nos permitam registrar indicadores capazes de mensurar aspectos como o tempo de permanência nas atividades, os tipos de interação realizados e as reações emocionais dos participantes. Até o momento, esse registro ocorreu de forma não sistemática, principalmente por meio da observação direta, considerando expressões faciais, comentários espontâneos e perguntas dirigidas aos mediadores.

No caso do domo sensorial, por exemplo, o público era convidado a explorar o espaço projetado, utilizando o próprio corpo para imaginar como seria estar em um acampamento foqueiro na Antártica. Os participantes podiam sentar-se nas réplicas de ossos de baleia usadas como mobiliário, apoiar-se nos muros e tocar em modelos impressos de objetos como garrafas e cachimbos. Conforme encontravam artefatos escondidos pelo abrigo, faziam questionamentos sobre sua natureza e utilizavam a imaginação para compreender seus significados, recorrendo à própria memória para criar narrativas sobre os vestígios. Durante a mediação, eram estimulados a usar os sentidos para vivenciar essa experiência antártica simulada, sendo convidados a ouvir os sons e identificá-los, sentir o vento e a temperatura do interior da cápsula.

Com relação à performance teatral, o público reagia com emoções como espanto, diversão e surpresa. A atuação de Will Pena como lobeiro e da estudante arqueóloga Clarice gerava empatia e suscitava essas reações nos espectadores.

O uso de recursos digitais, como análise de acesso a plataformas online, comentários em redes sociais e engajamento em jogos virtuais, também será aprimorado para mapear o alcance e o envolvimento do público. A versão beta do jogo digital *Adventure in Antarctica* foi lançada em 2020, acompanhada de um questionário para feedback dos usuários. Como em qualquer jogo, os testes desempenharam papel fundamental no refinamento da experiência com base no retorno real dos usuários, especialmente na identificação de *bugs*, falhas e outros problemas técnicos. Os usuários também forneceram insights sobre os aspectos mais envolventes do jogo. Embora testada com um público pequeno, a versão beta atraiu jogadores de várias idades, incluindo alguns com pouca experiência em jogos. O feedback indicou interesse em aprender sobre a vida dos lobeiros, além de fascínio pela representação realista dos artefatos no ambiente virtual.

Com o objetivo de quantificar o público envolvido nas exposições e traçar um perfil dos participantes alcançados pelo projeto, apresentaremos dados que informam o período, a metodologia e os locais onde essas atividades foram realizadas.

O domo sensorial da Antártica foi exibido em diversas ocasiões, a primeira ocorreu na 68ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), na cidade de Porto Seguro, no período de 3 a 9 de julho de 2016. Na 68ª Reunião da SBPC, o público visitante do domo apresentou-se bastante variado, incluindo crianças (escolas de Porto Seguro), jovens (estudantes do ensino médio de todo o país) e expositores graduandos e pós-graduandos de diferentes instituições de ensino do Brasil (especialmente universidades públicas). A atividade do domo alinha-se às propostas das reuniões anuais da SBPC, as quais buscam criar espaços públicos para difusão dos avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento e um fórum de debates de políticas públicas para a ciência e tecnologia. Nesse sentido, por meio de uma atividade de imersão, intencionou-se envolver os visitantes numa vivência Antártica, experimentando, a partir do próprio corpo, como seria estar no continente.

Também realizamos a exibição do domo durante IV Feira Brasileira de Colégios de Aplicação e Escolas Técnicas (FEBRAT), que ocorreu nos dias 17 e 19 de outubro de 2016, no Centro Pedagógico (CP) da UFMG e contou com a participação de instituições de ensino de todo o país, especialmente estudantes, professores e técnicos, do ensino fundamental e médio, dos colégios de aplicação e escolas técnicas.

E, quase concomitante à IV FEBRAT, ocorreu, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG, a VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) – Regional Sudeste – “Caminhos para uma ação coletiva”, desenvolvida no período de 19 a 21 de outubro de 2016. Tal evento estava voltado à participação de estudantes de graduação, pós-graduação, professores e profissionais liberais de Arqueologia que desenvolvem pesquisas nos estados da região Sudeste do Brasil (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro). Diante da proximidade das datas, optamos por expor o domo sensorial durante o IV Febrat, no Colégio Aplicação da UFMG, e estendê-lo para a VI SAB-Sudeste, a fim de atender ao público de ambos os eventos. Na ocasião, ele teve a visita do público participante da IV Febrat, bem como de estudantes, professores e demais profissionais que participaram da VI SAB-Sudeste, além de algumas escolas de ensino fundamental de Belo Horizonte. Cerca de 2 mil pessoas visitaram o domo nesse período nessa segunda exibição. Tendo em vista que a atividade ocorreu na cidade sede do LEACH-UFMG, optamos por expor, também, alguns vestígios arqueológicos dentro do domo, assim, além de manusear as réplicas desses artefatos, os visitantes tiveram acesso aos vestígios originais.

Outras exposições ocorreram de forma mais pontual, em eventos que duravam um ou dois dias, conforme éramos convidados, entre os quais destacamos o Dia Nacional da Ciência, que ocorreu no Centro de Referência da Juventude (CRJ) de Belo Horizonte no dia 6 de julho de 2019. Ao final de algumas exposições do domo, deixamos livre um rolo de papel pardo, folhas sulfite e lápis coloridos para que os visitantes fizessem desenhos ou escrevessem recados acerca da experiência que tiveram. Ainda não realizamos a análise sistemática desse material, mas, em breve, pretendemos desenvolver esse estudo.

Já a performance teatral foi exibida pela primeira vez no XIX Congresso da SAB, que aconteceu em Teresina, Piauí, entre 10 e 15 de setembro de 2017, e a segunda no Congresso da SAB-Sudeste, entre os dias 21 e 24 de outubro de 2018. Também realizamos filmagens da performance no sítio arqueológico Lima Lima, na Antártica, no campo que realizamos no de 2019; tais filmagens são exibidas em ações pontuais realizadas em escolas ou em visitas ao LEACH. Entre 2018 e 2019, também fizemos exibição da performance em aulas de disciplinas ministradas por autores do trabalho na UFMG. Durante a pandemia, realizamos uma adaptação do teatro para uma versão online, que foi exibida no evento “Antártica em Minas Gerais: Avanços científicos nas áreas de Medicina/Fisiologia, Microbiologia e Arqueologia do Polo Sul e sua importância para o Brasil”, que ocorreu entre 27 e 29 de abril de 2021. Como o evento foi gravado e transmitido online através do YouTube, a performance pode ser encontrada na internet.

A exposição “Expedição Antártica”, levada a cabo pela equipe do Espaço do Conhecimento da UFMG, fruto da colaboração entre os projetos Mediantar, Mycoantar e Paisagens em Branco, desenvolvidos na UFMG, ocorreu entre 7 de dezembro de 2017 e 20 de maio de 2018. O Espaço do Conhecimento da UFMG é um centro expositivo que integra cultura, ciência e arte, com o objetivo de produzir e difundir conhecimentos diversos, estando intimamente relacionados a projetos institucionais. Sua proposta envolve o desenvolvimento de linguagens inovadoras e lúdicas para a mediação de conteúdos científicos. Inaugurado em 21 de março de 2010, é fruto de uma parceria entre o governo do Estado de Minas Gerais e a UFMG. Desde 2017, conta com apoio

financeiro do Instituto Unimed-BH, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. O espaço integra o conjunto de equipamentos culturais e atividades da Diretoria de Ação Cultural da UFMG e faz parte do “Circuito Liberdade”, atualmente considerado o maior complexo cultural do país².

A exposição recebeu mais de 30 mil visitantes e contou com 33 atividades educativas relacionadas aos materiais expostos, como oficinas, minicursos e sessões de contação de histórias, que envolveram mais de 403 participantes. Também foram organizadas visitas guiadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras), ampliando a acessibilidade da amostra. Além disso, a exposição teve ampla repercussão na mídia, com 81 matérias publicadas em jornais impressos, televisão, rádio e internet.

Com relação ao uso das tecnologias, pretendemos conduzir esse processo avaliativo por meio de dois formatos principais: o primeiro consiste na aplicação de um formulário online, disponível no website do LEACH, no qual os visitantes serão convidados a responder a questões específicas sobre sua interação com o site; o segundo será realizado de forma indireta, por meio da análise de ferramentas amplamente utilizadas em websites, que permitirão monitorar quais conteúdos receberam maior interação, em quais dias e horários foram acessados, quais se destacaram na página, além de registrar o número de visitantes por conteúdo/dia/hora, entre outros dados relevantes.

Adicionalmente, o website oferecerá um espaço interativo no qual os visitantes poderão registrar suas impressões e sugestões em diferentes formatos, como texto e áudio, permitindo um retorno qualitativo sobre a experiência e fortalecendo o diálogo entre público e pesquisa.

Buscamos aprimorar nossos processos de autoavaliação, estabelecendo mecanismos contínuos que possam ser aplicados em todas as etapas do projeto. O objetivo dessas avaliações é verificar a aderência dos resultados aos objetivos originalmente propostos, além de identificar avanços, desafios e possíveis ajustes necessários ao aprimoramento das ações. Dessa forma, a avaliação se configura como um instrumento orientador, colaborativo e dinâmico, permitindo reflexões críticas e ajustes metodológicos ao longo da pesquisa. Trata-se de um aspecto que consideramos fundamental para o aperfeiçoamento de trabalhos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da Arqueologia Pública, o projeto Paisagens em Branco tem demonstrado como a mediação sensorial, imersiva e interativa pode ampliar as formas de engajamento com o passado da Antártica. Ao mobilizar sentidos e tecnologias, buscamos garantir a agência do público no processo de construção do conhecimento, proporcionando uma experiência que vai além da simples transmissão de informações e se transforma em um encontro significativo com o continente.

Por meio das sensorialidades e das réplicas tridimensionais de vestígios e sítios arqueológicos, o público não apenas acessa o passado da Antártica, mas também o vivencia, incorporando fragmentos desse universo à sua própria memória e percepção. Essa dinâmica estabelece uma rede de relações que ressignifica a Antártica para cada indivíduo, ampliando as narrativas sobre sua ocupação humana e promovendo reflexões sobre sua relevância histórica e patrimonial.

² Disponíveis em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

Na perspectiva apresentada, os recursos de mediação utilizados no projeto, como o domo sensorial da Antártica, ferramentas tecnológicas (website, banco de dados, realidade virtual, modelos e impressões 3D) e performances teatrais, não apenas transmitem informações, mas atuam como agentes mediadores na construção do conhecimento. Esses elementos criam conexões inéditas entre arqueólogos, não arqueólogos, vestígios materiais e suas réplicas, o continente antártico e as atividades desenvolvidas, formando uma rede de relações que só passa a existir a partir das experiências proporcionadas pelo projeto.

Mais do que uma simples transmissão de conteúdos, essas estratégias possibilitam que o público participe ativamente na construção de significados sobre o passado e o presente da Antártica. O objetivo não é apenas corrigir equívocos ou disseminar fatos históricos já legitimados, mas incentivar o pensamento crítico e o interesse das pessoas por saber mais a partir de um movimento que dependa deles mesmos. Dessa forma, o conhecimento gerado pelo LEACH se transforma, sendo ressignificado por cada participante, que, a partir dessa vivência, pode desenvolver novas ideias, perspectivas e questionamentos sobre sua própria relação com o passado e com o patrimônio arqueológico antártico.

Esse trabalho reforça o papel fundamental da Arqueologia Pública na ampliação das narrativas sobre a Antártica, desafiando discursos hegemônicos e trazendo à tona histórias frequentemente silenciadas. Por meio de abordagens inovadoras, interativas e sensoriais, buscamos não apenas aproximar diferentes públicos da Arqueologia, mas também fomentar diálogos mais inclusivos e dinâmicos sobre o patrimônio cultural do continente mais extremo do planeta.

Em suma, a Arqueologia Pública desenvolvida pelo LEACH busca superar as lacunas existentes na relação entre a Arqueologia e a sociedade, além de trazer narrativas que confrontem os discursos hegemônicos sobre a Antártica, os quais frequentemente silenciaram grupos subalternizados, como os lobeiros. Nosso objetivo é minimizar as limitações da pesquisa arqueológica tradicional, utilizando tecnologias interativas, sensoriais e dinâmicas como mediadoras entre diferentes públicos.

Acreditamos que este trabalho, em constante desenvolvimento, fortalecerá os vínculos entre a Arqueologia e a comunidade, promovendo, de forma participativa e interdisciplinar, a comunicação e a construção de novos saberes sobre o patrimônio arqueológico da Antártica.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio dos editais Proantar, Universal e Pós-doutorado Junior, e a equipe do LEACH-UFGM e do Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas, vinculado ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, da Argentina (IMHICIHU-Conicet).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A SOCIEDADE da neve. Direção: Juan Antonio Bayona. Espanha/Uruguai: Netflix, 2023. Filme (144 min).

ALMEIDA, João Pedro; SILVA, Renata. Uma experiência de educação patrimonial no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: provocando sensações e estimulando percepções. *Anais do Encontro Nacional de Educação Patrimonial*, v. 3, p. 89-102, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/78fc/9f67829788c363a8a3984618fee626c1cb12.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

- BRABO, Amanda. *Técnicas de modelagem tridimensional aplicadas à conservação de acervos arqueológicos: documentação de cachimbos do acervo do Leach-UFMG*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- CAMPBELL, R. J. *The discovery of the South Shetland Islands: the voyage of the brig Williams 1819-1820 as recorded in contemporary documents and the journal of Midshipman C.W. Poynter*. London: Hakluyt Society, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0032247400017307>
- CARVALHO, Aline; FUNARI, Pedro Paulo. As possibilidades da Arqueologia pública. *História e-História*, p. 1-10, mar. 2009.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara *et al.* Considerações conceituais e metodológicas sobre projetos de educação patrimonial. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 3-19, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-9-e-10-Teatro-de-Fantoches-Alternativa-ludica-para-se-abordar-o-papel-dos-objetos_fig3_322815135. Acesso em: 6 mar. 2025. DOI: 10.20396/rap.v4i1.8635778.
- CHIDESTER, Robert; GADSBY, David. One neighborhood, two communities: the public archaeology of class in a gentrifying urban neighborhood. In: SKEATES, Robin; McDavid, Carol; CARMAN, John. (org.). *The Oxford handbook of public archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 127-146. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0147547909990123>
- CRUZ, María Jimena. *Incorporando comidas e contextos: a alimentação e o corpo nos grupos foqueiros nas Shetland do Sul (Antártica, século XIX)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- CRUZ, María Jimena. *Memórias de um mundo congelado: a indústria lobeira e as experiências antárticas no século XIX*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- DOBRES, Marcia-Ann; ROBB, John. *Agency in archaeology*. London: Routledge, 2000.
- EITELJORG, Harrison. Computing for archaeologists. In: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (ed.). *A Companion to Digital Humanities*. Malden: Blackwell, 2004. p. XX-YY. Disponível em: <https://companions.digitalhumanities.org/DH/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- GIBB, James. The Archaeologist as Playwright. In: JAMESON JR., John H.; EHRENHARD, John E.; FINN, Christine (org.). *Ancient Muses: Archaeology and the Arts*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2003. p. 25-39.
- HAMILAKIS, Yannis. *Archaeology and the senses: human experience, memory, and affect*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139024655>
- HAMILAKIS, Yannis; PLUCIENNIK, Mark; TARLOW, Sarah. *Thinking through the body: archaeologies of corporeality*. New York: Springer, 2002.
- HEADLAND, Robert. *A chronology of Antarctic exploration: a synopsis of events from the earliest times until the International Polar Years, 2007–09*. London: Bernard Quaritch, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0032247409008535>
- HEADLAND, Robert. Antarctic sealing voyages (1786 to 1922). In: HEADLAND, Robert K. (ed.). *Historical Antarctic sealing industry: proceedings of an international conference in Cambridge*. Cambridge: Scott Polar Research Institute, 2018. p. 171-223.
- HOLTORF, Cornelius. *From Stonehenge to Las Vegas: Archaeology as Popular Culture*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03377026>

- HOLTRE, Cornelius. *Archaeology is a brand! The meaning of archaeology in contemporary popular culture*. Oxford: Archaeopress, 2007.
- HUGGETT, Jeremy. A manifesto for an introspective digital archaeology. *Open Archaeology*, Berlin, v. 1, n. 1, p. 86-95, 2015.
- MELVILLE, Herman. *Moby Dick, ou A baleia*. Tradução de Irene Hirsch e Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Editora 34, 2019.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.
- LONDON, Jack. *O lobo do mar*. Tradução de Daniel Galera. São Paulo: Zahar, 2015.
- KRISTIANSEN, Kristian. Towards a new paradigm? The third science revolution and its possible consequences in archaeology. *Current Swedish Archaeology*, Lund, v. 22, p. 11-34, 2014. DOI: <https://doi.org/10.37718/CSA.2014.01>
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780199256044.001.0001>
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LIMA, Cristiano; OLIVEIRA, Mariana. Arqueologia e educação – Programa “Arqueologia e Comunidades” para crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha, Brasil. *Revista de Educação Patrimonial*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2017. DOI:10.11600/1692715x.11113170712
- MADDISON, Ben. *Class and colonialism in Antarctic Exploration, 1750-1920*. United Kingdom: Pickering and Chatto Publishers, 2014.
- MARTIRE, Alex; SOARES, Fernanda; ZARANKIN, Andres. Arqueologia pública e novas tecnologias: o caso do projeto Paisagens em branco. *Revista Teoria y Practica de la Arqueologia Historica Latinoamericana*, v. 12, p. 9-26, 2021.
- MCGIMSEY, Charles. *Public Archaeology*. New York: Seminar Press, 1972.
- MCGUIRE, Randall. *Archaeology as Political Action*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2008.
- MCGUIRE, Randall. A Arqueologia como ação política: o projeto Guerra do Carvão do Colorado. *Revista do MAE*, São Paulo, v. 3, p. 387-397, 1999. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113481>
- MERRIMAN, Nick. *Public Archaeology*. London: Routledge, 2004.
- NOLASCO, Raquel Caldas. *Pessoas, mamíferos marinhos e objetos: um olhar simétrico sobre a Antártica do século XIX*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- PEARSON, Michael; SALERNO, Melisa. Stateless heritage – The sealing sites of the South Shetland Islands, Antarctica. In: STIEFEL, Barry L.; PELEG, Shelley-Anne (ed.). *Heritage without Boundaries: Yearbook of Transnational History*. Teaneck: Rowman & Littlefield, 2023. v. 6, p. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429201257>
- PELLINI, José Roberto. *Arqueologia sensível: experiência, percepção e afetividade no encontro com vestígios arqueológicos*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- RICHARDSON, Lorna. Measuring the success of digital public archaeology: towards a model for public participation in internet archaeology. 2009. Dissertação (Mestrado) – University of London, London, 2009.

- RICHARDSON, Lorna. A digital public archaeology. *Papers from the Institute of Archaeology*, London, v. 23, n. 1, p. 1-12, 2013. DOI: 10.5334/pia.431
- RADICCHI, Gerusa. *Os sapatos dos lobeiros-baleiros: práticas de calçar do século XIX nas Ilhas Shetland do Sul (Antártica)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- REINHARD, Andrew. *Archaeogaming: an introduction to archaeology in and of video games*. New York: Berghahn Books, 2018.
- SALERNO, Melisa. *Arqueología de la indumentaria: Prácticas e identidad en los confines del mundo moderno (Antártida, siglo XIX)*. Buenos Aires: Del Tridente, 2006.
- SALERNO, Melisa. *Cuerpos, objetos y memorias en la Antártida: una arqueología de las experiencias en el extremo austral del mundo*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2016.
- SALERNO, Melisa A.; CRUZ, María Jimena. Logbooks and Antarctic sealing. Approaching early- and late-19th-century exploitation strategies and their archaeological footprint. *Polar Record*, Cambridge, v. 59, n. e39, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0032247423000293>
- SALERNO, Melissa A. *Persona y cuerpo-vestido en la modernidad: un enfoque arqueológico*. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009
- SCHABLITSKY, Julie (ed.). *Box Office Archaeology: Refining Hollywood's portrayals of the past*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.
- PEARSON, Mike; SHANKS, Michael. *Theatre/Archaeology*. 1. ed. London: Routledge, 2001. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203995969>
- SOARES, Fernanda Codevilla *et al.* A (des)construção da embriaguez em solos antárticos. In: SOARES, Fernanda Codevilla (org.). *Comida, cultura e sociedade: Arqueologia da alimentação no mundo moderno*. Recife: Editora da UFPE, 2016. p. 139-168.
- SOARES, Fernanda Codevilla; NOLASCO, Raquel Caldas; MOTA, Matheus M. Antarctic Digital Public Archaeology. In: HEADLAND, Roland; LINTOTT, Bryan (org.). *Historical Antarctic Sealing Industry*. Cambridge: Scott Polar Research Institute, 2018. p. 139-145.
- SOARES, Fernanda Codevilla; GARDIMAN, Gilberto Guitte. Mais uma dose: análise arqueobotânica do consumo de cerveja nas Shetland do Sul (Antártica). *Revista Habitus*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 273-299, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18224/hab.v15i2.5311>
- SOARES, Fernanda Codevilla; MOTA, Matheus M. Arqueologia digital abaixo de zero: uma proposta de mediação para a Arqueologia antártica. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 19-39, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31239/vtg.v11i1.10549>
- SOARES, Fernanda Codevilla; PENA, Will Lucas Silva; AMORIM, Clarice Linhales. Um fio de fumaça nos mares do sul: cachimbos de caulim e masculinidades nas Ilhas Shetland do Sul (séculos XVIII e XIX). *Revista de Arqueologia a SAB*, v. 32, n. 1, p. 129-159, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v32i1.622>
- SOARES, Fernanda Codevilla; ZARANKIN, Andres. Sensing Antarctica: sensorial exhibit on Antarctica at Espaço do Conhecimento UFMG, Brazil. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 182-198, 2020. DOI: 10.20396/rap.v14i1.8660182
- STEHBERG, Rubén. *Arqueología Histórica Antártica*. Aborígenes Sudamericanos en los Mares Subantárticos en el Siglo XIX. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003.

- TAYLOR, James S. *et al.* Revisiting reflexive archaeology at Çatalhöyük: integrating digital and 3D technologies at the trowel's edge. *Antiquity*, Durham, v. 89, n. 334, p. 433-448, 2015. DOI: 10.15184/aqy.2014.43
- THOMAS, Julian. *Archaeology and Modernity*. London: Routledge, 2004.
- TILLEY, Christopher. *The Materiality of Stone: Explorations in Landscape Phenomenology*. Oxford: Berg, 2004.
- TSIAFAKI, Despoina; MICHAILIDOU, Natasa. Benefits and problems through the application of 3D technologies in archaeology: recording, visualization, representation and reconstruction. *Scientific Culture*, v. 1, n. 3, p. 37-45, 2015. DOI: 10.5281/zenodo.18448
- TRATADO DA ANTÁRTICA. *Tratado assinado em Washington em 1º de dezembro de 1959, entrou em vigor em 23 de junho de 1961*. Documento multilateral que estabelece que a Antártica deve ser usada exclusivamente para fins pacíficos e cooperação científica. Disponível em: https://www.ats.aq/documents/ats/treaty_original.pdf. Acesso em 31/12/2025.
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. ¿the “Wild” Continent? *Journal of Contemporary Archaeology*, Sheffield, v. 1, n. 1, p. 75-134, 2014. DOI:10.1558/jca.v1i1.114
- ZARANKIN, Andres; SENATORE, Maria Ximena. *Histórias de um passado em Branco: Arqueología Historica Antártica*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.
- ZARANKIN, Andrés *et al.* Paisagens em branco: Arqueologia e antropologia antárticas – avanços e desafios. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9-52, 2011. DOI: <https://doi.org/10.31239/vtg.v5i2.10654>
- ZARANKIN, Andres; SOARES, Fernanda. “Invisible Heritage”: New Technologies and the History of Antarctica's Sealers Groups. In: CUNHA, Fabiana Lopes e RABASSA, Jorge. (orgs) *Festivals and Heritage in Latin America. Interdisciplinary Dialogues on Culture, Identity and Tourism*, Springer, Berlim, 2021. p. 1-20. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-67985-9_15
- ZARANKIN, Andrés; ZIGARÁN, Iván. Archaeo-Becoming, Zarankin-Centrism and Contaminated Presents. *Journal of Contemporary Archaeology*, Sheffield, v. 7, p. 48-60, 2020.
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa Anabella; HOWKINS, Adrian. From Antarctica to New England: approaching the memory of sealing and sealers. In: HEADLAND, Robert (ed.). *Historical Antarctic sealing industry: proceedings of an international conference in Cambridge*. Cambridge: Scott Polar Research Institute, 2018. p. 107-119
- ZARANKIN, Andrés *et al.* Paisagens em Branco: balanço após 10 anos de existência no Brasil. In: ZARANKIN, Andrés; ROSA, Luís Henrique; ARANTES, Rosa Maria; SOARES, Fernanda (org.). *Antártica em Minas Gerais: avanços científicos nas áreas de medicina/fisiologia, microbiologia e Arqueologia no Polo Sul e sua importância para o Brasil*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2021. p. 23-62.
- ZARANKIN, Andres *et al.* Tecnologia apropriada: reflexões e desafios das novas metodologias 3D em Arqueologia e Conservação. O caso do projeto “Paisagens em branco, arqueologia e antropologia antártica”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 17, n. 3, p. 1-26, 2022. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0090.
- ZARANKIN, Andrés *et al.* Paisagens em branco: estudos antárticos interdisciplinares em ciências sociais e humanas. In: SOARES, Fernanda Codevilla (org.). *Quando a Antártica encontra a Caatinga*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2023. p. 62-110.
- SKEATES, Robin. *An archaeology of the senses: prehistoric and Roman sites in Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2010

ZARANKIN, Andrés; ZIGARÁN, Iván. Archeo-becoming, Zarankin-centrism and contaminated presents. *Journal of Contemporary Archaeology*, Sheffield, v. 7, n. 2, p. 199-215, 2020. Disponível em: <https://journal.equinoxpub.com/JCA/article/view/18841>. Acesso em: 6 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1558/jca.36915>

ZARANKIN, Andrés; PEARSON, Michael; SALERNO, Melisa A. *Archaeology in Antarctica*. London: Routledge, 2023.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTIGO

HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA E OS ASPECTOS INTERLIGADOS DA POLÍTICA PATRIMONIAL

Marcela Nogueira de Andrade*

RESUMO

Este artigo aborda a história da Arqueologia no Brasil, destacando seu desenvolvimento em estreito entrelaçamento com o percurso da política patrimonial em geral e, especificamente, com o patrimônio arqueológico. Esse processo, moldado por uma trajetória colonizadora e governamental, conecta-se inicialmente às expedições dos séculos XVIII e XIX e, posteriormente, à criação do órgão oficial de proteção do patrimônio cultural. A pesquisa foi elaborada por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e de entrevista. Como resultado, o trabalho demonstra que a criação dos atuais mecanismos de proteção do patrimônio arqueológico resultou de um processo contra sua destruição. Embora a Arqueologia tenha conquistado espaço institucional no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ela ainda carece de equidade. O artigo conclui, ainda, que a salvaguarda efetiva do patrimônio arqueológico ocorrerá com a gestão compartilhada envolvendo os mais diversos atores sociais da nossa sociedade.

Palavras-chave: Arqueologia; Patrimônio arqueológico; IPHAN.

* Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Ciências Sociais, PPG em Antropologia.
E-mail: mna@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9925-8842>

HISTORY OF ARCHAEOLOGY AND ITS INTERCONNECTION WITH HERITAGE POLICY

ABSTRACT

This article addresses the history of Archaeology in Brazil, highlighting its development in close connection with heritage policy in general and, specifically, with archaeological heritage. This process, shaped by a colonizing and governmental trajectory, relates initially to the expeditions of the 18th and 19th centuries and, subsequently, to the creation of the official body for the protection of cultural heritage. The research utilized bibliographical research, documentation, and interviews. The work demonstrates that the creation of the current mechanisms for protecting archaeological heritage resulted from a necessary defense against its destruction. Although Archaeology has gained institutional space within the Brazilian National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN), it still lacks equity. The article also concludes that the effective safeguarding of archaeological heritage will only occur via shared management involving diverse social actors.

Keywords: Archaeology; Archaeological heritage; IPHAN.

HISTORIA DE LA ARQUEOLOGÍA Y LOS ASPECTOS INTERCONECTADOS DE LA POLÍTICA PATRIMONIAL

RESUMEN

Este artículo aborda la historia de la Arqueología en Brasil al destacar su desarrollo en estrecho entrelazamiento con el recorrido de la política patrimonial en general y, específicamente, con el patrimonio arqueológico. Este proceso moldeado por una trayectoria colonizadora y gubernamental se conecta inicialmente con las expediciones de los siglos XVIII y XIX y, posteriormente, con la creación del organismo oficial de protección del patrimonio cultural. La investigación utilizó estudios bibliográficos, documentales y una entrevista. Los resultados demuestran que la creación de los mecanismos actuales para la protección del patrimonio arqueológico fue producto de un proceso de defensa contra su destrucción. Aunque la Arqueología ha conquistado espacio institucional en el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN), todavía carece de equidad. Este artículo concluye, además, que la salvaguardia efectiva del patrimonio arqueológico solo se logrará con la gestión compartida que involucre a los más diversos actores sociales de nuestra sociedad.

Palabras clave: Arqueología; Patrimonio arqueológico; IPHAN.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o patrimônio arqueológico e as políticas de preservação permite compreender o processo histórico da Arqueologia no Brasil, como esse tema foi abordado ao longo do tempo e de que forma foi institucionalizado tanto como disciplina quanto como patrimônio nacional. Este artigo propõe-se a reconstruir essa trajetória de modo cronológico, observando o entrelaçamento da Arqueologia e do patrimônio arqueológico no processo de colonização e das políticas públicas patrimoniais.

A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico e documental; este último realizado no Arquivo Noronha Santos (ANS)¹. Os documentos analisados no ANS estavam distribuídos, conforme a organização do acervo, em Subséries Projetos e Relatórios, Inventário, Registros de Sítios, Fotografia, Histórica, Museus, Cadastro e Administração, pertencentes à Série Arqueologia. Além disso, foram consultadas as Séries Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Legislação, Obras, Tombamento e Mapoteca, com base nos resultados do sistema de consulta do arquivo².

Também foi realizada uma entrevista semiestruturada com a primeira arqueóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Regina Coeli Pinheiro da Silva, em 6 de setembro de 2017. Parte dos resultados aqui apresentados integra as reflexões desenvolvidas em minha tese do doutorado³. O percurso será apresentado inicialmente a partir das expedições estrangeiras, seguido pelo momento de formulação das primeiras políticas de patrimônio e pela análise de como a Arqueologia era então representada. Por fim, o foco recai sobre a construção das políticas de proteção do patrimônio arqueológico.

ARQUEOLOGIA NAS EXPEDIÇÕES

No Brasil, a Arqueologia foi tratada em sua gênese pelos naturalistas europeus, apesar de relatos de cronistas já terem abordado esse tema em suas observações. Os naturalistas realizaram excursões e pesquisas, entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX, tendo como viés a especulação científica iluminista do estudo da natureza de forma racional. Eram realizadas descrições da flora, fauna, dos povos originários e dos artefatos, sendo estes dois últimos influenciados por um movimento que ocorria na Europa, de crescente interesse pela Antropologia e Etnologia, e entendimento da cultura material como potencial fonte informativa (Barreto, 1999).

Nesse mesmo período, começa uma tradição de expedições estrangeiras ao Amazonas, o que resultou no registro de relevantes sítios arqueológicos. As expedições tornaram-se oficiais com a instalação da Corte no país com um desdobramento da perspectiva colonial (Andrade, 2018). As pesquisas tinham como concepção o europeu branco explorando um passado exótico e distante. Desse período, resultaram, por exemplo: 1. coleções de artefatos arqueológicos para museus europeus e para o Museu

¹ Também identificado por Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), em 2002.

² A análise integra a tese de doutorado da autora. É importante destacar que, além do ANS, foram examinados documentos nos Arquivos da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, antiga 6ª Divisão Regional, e no Arquivo do Museu de Arqueologia de Itaipu. Ao todo, foram consultados 974 documentos.

³ Tese ganhadora da 7ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria-2019, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Real⁴; 2. a frustração por não haver identificação dos testemunhos arqueológicos das altas civilizações; 3. a descoberta de restos de esqueletos humanos fossilizados com ossadas de animais pleistocênicos na Lapa do Sumidouro, por Peter Wilhem Lund. A polêmica gerada a partir das descobertas de Lund sobre a antiguidade da ocupação na América fez com que D. Pedro II incentivasse as pesquisas arqueológicas no país. O imperador teve um papel relevante na Arqueologia brasileira, contribuindo para a implantação das primeiras instituições oficiais de pesquisa (Barreto, 1999).

A Arqueologia, no Brasil Império foi tratada, principalmente, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Esse instituto foi criado em 1838, à disposição do Império, e situado nas instalações do Museu Real. Numa perspectiva de mudança do Brasil, o IHGB surgiu no momento de transformações institucionais resultantes da emancipação política do Brasil e, com isso, trouxe a construção de discursos com um duplo propósito: 1. compor uma identidade física e social da Nação, uma fisionomia cartográfica e histórica; 2. construir um saber sobre o Brasil e o Estado (Ferreira, 2002).

O instituto tinha como linha de ação a história, na qual os objetos da Arqueologia eram vistos como um tipo de documento que precisava ser classificado e ordenado, a fim de traçar uma genealogia da Nação e tendo uma função “perante o projeto historiográfico do IHGB – encontrar vestígios de civilização, revelar o corolário de um processo histórico continuísta e linear, carimbado pelos signos culturais de ‘antepassados’ indígenas civilizados” (Ferreira, 2002, p. 20). Assim,

trocando em miúdos, as viagens arqueológicas – e uma História das antigas entradas – permitiriam, por meio de uma História corretiva, a construção de um saber para conduzir os embates políticos do presente; permitiriam a coleta de novas fontes para a escrita da História do Brasil, vestígios de civilização e monumentos históricos, capazes tanto de fixar os limites das fronteiras regionais e nacionais quanto de forjar uma genealogia da Nação; permitiriam, por fim, o esquadrinhamento geográfico das províncias e a descoberta de riquezas naturais. (Ferreira, 2002, p. 32).

Os relatos sobre a destruição de sítios arqueológicos brasileiros são registrados desde o século XVIII, e o primeiro apontamento refere-se a um documento de D. João V, no qual é abordada a possível evidência dos monumentos antigos que poderiam ser descobertos no reino e que eram referentes aos tempos de domínio das altas culturas como dos fenícios e gregos (Silva, 1996).

A busca por indícios das altas culturas, em território brasileiro, foi decorrente da teoria de raça única de Alexander von Humboldt (1769-1859) – sustentada por Carl Friedrich von Martius (1794-1868) – de involução cultural indígena. A partir dessa abordagem, o objetivo era localizar a civilização de origem dos nativos do território brasileiro; entretanto, pesquisas sistemáticas indicaram que não havia uma identificação com as altas sociedades, causando frustração e inconformismo que

⁴ O Museu Real foi fundado em 1818, passando a ser denominado Museu Imperial e Nacional em 1824, após a Independência do Brasil. No período Republicano, em 1890, foi rebatizado como Museu Nacional.

tende a se transformar em desinteresse e desprezo das elites intelectuais pela Arqueologia brasileira, mais tarde agravados por um certo tecnicismo por parte da Arqueologia brasileira e pelo seu isolamento do restante das ciências humanas e sociais praticadas no país. (Barreto, 1999, p. 36).

Outro momento da Arqueologia brasileira ocorreu com a criação de museus e centros de pesquisa científica, a partir do final século XIX até meados da década de 1930. Segundo Toledo (2018), a consolidação da Arqueologia no Brasil é resultado da ligação com a Museologia, ou seja, com a criação dos museus no país. Naquela que ficou conhecida como a “era dos museus”, uma elite intelectual brasileira iniciou a organização de um debate romântico sobre os fundamentos de uma “cultura nacional” (Schwarcz, 1989). Um exemplo é o Museu do Louvre, que foi criado durante a Revolução Francesa para guardar os tesouros confiscados da Coroa com “uma estratégia que visava retirar ‘a arte francesa’ da exclusiva propriedade da realeza e da aristocracia e expô-la ao interesse e admiração públicos” (Schwarcz, 1989, p. 31).

No Brasil, três museus marcaram a produção científica: o Museu Paulista, em São Paulo, o Museu Paraense, em Belém, e o reformado Museu Nacional (MN), no Rio de Janeiro. Para Barreto (1999), as pesquisas desenvolvidas nessas instituições tiveram como resultado a oficialização do lugar da Arqueologia dentro das ciências naturais, sendo um conhecimento especializado elaborado, em sua maioria, por estrangeiros. Apesar da criação desse espaço oficial, a Arqueologia ocupava um lugar coadjuvante nos museus brasileiros (Toledo, 2018). Mais ainda, os debates da época estavam mais voltados para o acompanhamento e participação nos debates internacionais do que para a criação de uma nova área de estudo em território nacional (Schwarcz, 1989).

O MOVIMENTO INICIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PATRIMONIAL

Com o final da “era dos museus”, um novo movimento preservacionista começou a se consolidar, pautado na ideia de preservação do passado e na formação de uma cultura nacional. Nesse contexto, surgiu o movimento modernista que, entre seus diversos objetivos, buscava proteger monumentos e edifícios históricos, sítios arqueológicos, promover a adaptação do idioma por meio da incorporação da linguagem popular – denominada língua brasileira – e valorizar a cultura indígena como elemento fundamental da identidade nacional (Andrade, 2018).

O século XX trouxe o tema da preservação como uma das grandes preocupações de intelectuais e elites políticas. Até então, a preocupação das elites estava voltada para a modernização das cidades com palavras de ordem, progresso e civilização, resultando em reformas urbanas e demolição de edificações (Abreu, 2007).

Um dos primeiros personagens contra as destruições dos prédios públicos e o descaso dos governos com relação a acervos de objetos relacionados à História do Brasil foi o escritor Gustavo Barroso. Ele fundou o Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, “após uma longa campanha pelos jornais defendendo a importância de preservar objetos históricos emblemáticos” (Abreu, 2007, p. 269). O MHN foi o primeiro museu brasileiro designado, especificamente, à história do Brasil (Pinheiro, 2017).

Assim, o discurso nacional foi sendo construído para agregar o conjunto da nação em torno dos ideais de modernidade e de civilização que resultavam, por exemplo, na comemoração de datas históricas e de uma consciência da preservação de objetos e prédios públicos que referenciavam a história excepcional do Brasil (Abreu, 2007).

O ano de 1922 ficou marcado pela histórica “Semana de Arte Moderna”, pela renovação das artes e do pensamento brasileiro. A cidade de São Paulo foi considerada um símbolo do movimento modernista, liderado por Mário de Andrade⁵ e Oswald de Andrade e que contou com a participação de outras dezenas de artistas das mais diferentes áreas, que almejavam repensar a identidade coletiva na busca de uma ruptura com o passado de herança portuguesa (Menezes, 2013). Foi nessa semana que Mário de Andrade se manifestou, pela primeira vez, acerca da dimensão imaterial do patrimônio.

Nesse contexto, Arqueologia enquanto disciplina já estava sendo realizada em centros e institutos dentro das universidades, mas ainda não havia uma proteção legal para os sítios arqueológicos, nem uma regulamentação para as pesquisas. Na esfera política, vários projetos foram formulados sob esse viés em relação à proteção do patrimônio arqueológico.

A primeira proposta refere-se ao projeto realizado pelo professor e conservador Alberto Childe, o qual foi solicitado pelo professor Bruno Lobo, da Sociedade Brasileira de Belas Artes, em 1922. Segundo Silva (1996), esse projeto tinha uma preocupação quase exclusiva visando à preservação dos sítios arqueológicos, entretanto, propunha a desapropriação de todos os bens que apresentassem interesse arqueológico, ao mesmo tempo em que entrava em conflito com a Constituição de 1891, que dispunha a propriedade privada como um bem quase intocável. Nesse contexto, o projeto de Alberto Childe mostrou-se inviável.

A mudança com relação ao uso da propriedade privada ocorreu com a Constituição de 1934, que instituiu uma função social da propriedade como princípio constitucional, criando um cenário com condições mais adequadas para a defesa do patrimônio. Foi com essa Constituição que surgiu pela primeira vez a noção de patrimônio histórico, que tinha por objetivo a preservação obrigatória por parte da União e dos Estados (Brasil, 1934).

Após o projeto de Alberto Childe, surgiram outros, como o do deputado pernambucano Luiz Cedro, que, em 3 de dezembro de 1923, apresentou o Projeto de Lei nº 350/1923 visando organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos do país e propondo a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil (Pinheiro, 2017).

Em julho de 1925, o jurista Jair Lins sugeriu o anteprojeto de Lei Federal com a finalidade de proteção do patrimônio artístico dos estados (Silva, 1996). Já em 1930, o deputado José Wanderley Pinho propôs o Projeto de Lei nº 230/1930, no qual aventou a organização da defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo esta considerada a primeira tentativa de efetivação da proteção do patrimônio arqueológico brasileiro. Segundo Pinheiro (2017) o projeto tornou-se sem efeito, pois o Congresso Nacional foi dissolvido com a Revolução de 1930, sendo proposto também o fim da Constituição de 1891.

Os fatos ocorridos no ano de 1934 foram propícios para uma “política do Patrimônio”, conforme seguem apresentados por Pinheiro (2017):

- Em 14 de julho de 1934 foi aprovado o Decreto nº 24.735, que reformulou o regulamento do MHN – cuja função era guardar, conservar e expor as relíquias relacionadas ao passado do país; onde havia o curso de Museologia, com cadeira de Arqueologia – e

⁵ Personagem essencial para o pensamento sobre patrimônio cultural como será abordado mais à frente.

criou o Serviço de Inspeção dos Monumentos Nacionais⁶ (uma divisão do MHN) o primeiro órgão federal da área de proteção ao patrimônio, criado por iniciativa de Gustavo Barroso.

- Em 16 de julho de 1934 foi aprovada a Constituição de 1934 com a inclusão do artigo 148, que dispunha sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do país. O Decreto nº 24.735 e a Constituição contribuíram para conferir legitimidade ao recém-criado Serviço de Inspeção dos Monumentos Nacionais, que possuía pouco amparo legal, como apontou Rodrigo Melo Franco.
- Em 26 de julho de 1934, Gustavo Capanema assumiu a pasta da Educação e Saúde Pública – o que representou uma guinada decisiva quanto aos rumos da Cultura e preservação no Brasil.
- No final de 1934, Capanema convidou Mário de Andrade para elaborar um anteprojeto de lei de proteção à arte no Brasil.

Em 30 de maio de 1935, Mário de Andrade assumiu a direção do Departamento de Cultura de São Paulo e, após quatro meses, recebeu o convite de Gustavo Capanema para colaborar com o Ministério de Educação e Saúde Pública, que não foi aceito (Pinhero, 2017). Em mais uma tentativa, Gustavo Capanema telefonou, em março de 1936, a Mário de Andrade, requisitando colaboração para organizar “um serviço nacional para a defesa do nosso extenso e valioso patrimônio artístico” (Pinhero, 2017, p. 28). Após duas semanas, Mário de Andrade apresentou o projeto para a organização do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN).

Após a submissão ao então presidente da República, Getúlio Vargas, em 13 de abril de 1936, o projeto foi enviado à Câmara dos Deputados, e, em 18 de abril de 1936, começou a funcionar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em caráter provisório, sob a direção do Rodrigo Melo Franco de Andrade. Foram realizadas diversas emendas ao projeto, tendo sido incorporado à lei apenas parte do anteprojeto entregue a Capanema (Pinhero, 2017; Calabre, 2017).

O IPHAN E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Em 13 de janeiro de 1937, Getúlio Vargas criou, por meio da Lei nº 378, o SPHAN com a finalidade de promover, em todo o país, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. O SPHAN foi a primeira instituição governamental, de âmbito nacional, voltada para a proteção do patrimônio cultural do país, e que “levando em consideração suas práticas, prioridades e características do quadro funcional – constituído predominantemente de arquitetos ou amadores da área – parece ter se confirmado como ‘casa de arquitetos’” (Saladino, 2010, p. 72). Os museus nacionais, como o MN, eram instituições que colaboravam com o órgão criado, em função da ausência de pessoal e de infraestrutura necessária para efetivar as ações de preservação do patrimônio arqueológico.

Para a Arqueologia, Mário de Andrade propôs a criação do livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico para as categorias de artes, arqueológica, ameríndia e popular. Também constava na proposta de Mário de Andrade a reorganização do Museu Nacional, para que este se tornasse, exclusivamente, um museu de história natural ou um museu arqueológico e etnográfico. Na organização do SPHAN, proposta por Mário de

⁶ Após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a inspetoria foi desativada (Calabre, 2017).

Andrade, haveria quatro museus nacionais pertencentes ao órgão: Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico Nacional, Museu de Artes Aplicadas e Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial (Andrade, 1936). A proposta foi encaminhada para avaliação da então diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres, que a considerou inadequada (Silva, 1996) e sugeriu, por meio de uma carta datada de 9 de maio de 1936, uma “colaboração estreita entre a Seção de Etnografia do Museu Nacional e o ‘Serviço’” (Andrade, 1987, p. 150).

A posição de Heloisa Alberto Torres prevaleceu, e não houve desmembramento do Museu Nacional. Apesar de não assinalar na carta o patrimônio arqueológico, iniciou-se a colaboração entre o MN e o futuro SPHAN, no qual o Museu Nacional assumiu um papel central no contexto da atuação das práticas administrativas em torno do patrimônio arqueológico. Para Silva (1996, p. 15, grifos do original), essa parceria resultou em um “acomodamento por parte do Sphan para a solução dos assuntos pertinentes à Arqueologia, resultando numa ilusória *desnecessidade* de organização e de estruturação da área específica”; como reflexo, a Arqueologia teria ocupado um lugar secundário dentro do IPHAN (Stanchi, 2017). Após a criação do SPHAN, houve uma ampliação da defesa do patrimônio cultural. Em 10 de novembro de 1937, uma nova Constituição Federal dispôs, no Artigo 134, a proteção de monumentos históricos, artísticos e naturais (Brasil, 1937).

Com relação às ações do SPHAN, o anteprojeto de Mário de Andrade foi apresentado com alterações na Câmara dos Deputados, em 15 de outubro de 1936, sendo aprovado em 30 de novembro de 1937. O Decreto-Lei nº 25/1937 teve como objetivo organizar a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional e regulamentar o Tombamento no Brasil.

Uma mudança na filosofia sobre patrimônio estava inserida na proposta original de Mário de Andrade. Ele valorizava as manifestações culturais das populações indígenas, as afrodescendentes e as expressões populares em geral, que não foram as prioridades do então fundado órgão de patrimônio, que tinha as ações voltadas para o patrimônio edificado. Ainda com uma visão elitista do bem cultural, os bens privilegiados nas primeiras décadas de atuação do SPHAN foram os de arquitetura *de pedra e cal*, como os monumentos religiosos, militares e civis das classes dominantes (Lima, 2001).

O Decreto-Lei nº 25/1937 não conseguiu cumprir a função de proteger todos os bens arqueológicos. Protegia apenas determinados sítios e coleções que viessem a ser tombados. Começou então um forte movimento, por parte dos estados, que consistia na criação de decretos que objetivassem a preservação dos sambaquis que estavam sendo destruídos pela indústria de cal (Silva, 1996). A destruição estava legalizada, pois os sambaquis encontravam-se sob o regime do Código de Minas⁷ (Decreto-Lei nº 1.985 de 20 de janeiro de 1940).

Em 4 de março de 1942, houve uma mudança com a publicação do Decreto-Lei nº 4.146, que dispôs sobre a proteção dos depósitos fossilíferos, sendo estes considerados bens da União, e afirmou que a exploração precisaria de autorização prévia (Brasil, 1942). Integravam esses depósitos as denominadas jazidas arqueológicas, que estavam sendo desmontadas para o processamento de cal. Dentro do movimento em prol dos

⁷ A mudança no Código de Minas ocorreu apenas em 1967 por meio do Decreto-Lei nº 227 de 28/02/1967. No artigo 1º indica que compete à União administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais. Sendo que no artigo 10º indica que serão regidos por leis especiais dentre outros “as substâncias minerais aos fósseis de interesse arqueológico”, sendo então excluídos os sítios arqueológicos.

sambaquis, antes da publicação do primeiro decreto, houve uma recomendação, por meio da Resolução nº 289, de 5 de setembro 1950, do Conselho Nacional de Geografia, para a proteção e conservação de grutas naturais e sambaquis.

O Paraná foi o primeiro estado a publicar um ato normativo, por meio do Decreto nº 1346/51, que objetivava reservar os sambaquis para fins de pesquisa. Esse Decreto foi elaborado por José Loureiro Fernandes e complementado pelo Decreto nº 5.405, de 9 de maio de 1952, que prescreve normas para obtenção de licença de exploração das jazidas, sendo a concessão dependente de exames que a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico e Científico realizar no sambaqui, verificando, ou não, seu valor para as pesquisas (Andrade, 2018).

No estado de São Paulo foi criada a Comissão de Pré-história⁸ a partir do Decreto nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952, com a finalidade de “decretar medidas de proteção aos sambaquis e outras jazidas pré-históricas” (Silva, 1996, p. 17). Segundo Silva (1996), essa comissão foi de extrema relevância para a criação de uma legislação federal de preservação ao patrimônio arqueológico brasileiro. Dessa forma, o Governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, elaborou o Ofício nº 9.107, de 9 de março de 1953, ao ministro da Agricultura, designando Paulo Duarte como seu portador e pessoa autorizada para tratar do assunto, e ter uma solução definitiva a fim de preservar os últimos sambaquis do território paulista. O Ofício nº 9.107 informa que não há necessidade de uma nova e urgente legislação federal para a proteção efetiva dos sambaquis, desde que os governos estaduais estejam dispostos a protegê-los e contem, igualmente, com o apoio das autoridades federais. Como solução dos problemas de todos os interessados, o governador de São Paulo propõe que

o Ministério da Agricultura determine que as concessões a serem dadas para a exploração comercial dos sambaquis de S. Paulo estabeleçam que o início dos trabalhos só poderá efetivar-se uma vez satisfeitas as exigências legais existentes no Estado, ou admitida a assistência científica da Comissão de Pré-história, criada pelo Decreto Estadual nº 21.935, de 19 de dezembro de 1952, ou, então, consoante citado decreto federal nº 4.1436, de 7 de março de 1942, se declare que a exploração de todos os sambaquis de S. Paulo interessam, naquilo que possam fornecer para a Ciência, os estabelecimentos de cultura deste Estado; ou, ainda, por um convênio com o Ministério da Agricultura, que o meu Governo está pronto a assinar com o Governo Federal. (IPHAN, 1953a).

Assim, foi realizado o primeiro contato entre o ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, e o presidente da Comissão de Pré-história, João Cleofas. O relatório apresentado sobre as atividades da Comissão de Pré-história indica que a manifestação apresentada no encontro foi de boa vontade em relação aos trabalhos que estavam começando e que seria estudada, com o Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, a melhor forma para a colaboração do Ministério da Agricultura na obra de preservação dos sambaquis. Portanto, dentro das atividades da Comissão de Pré-história, as tratativas iniciadas com o Ministério da Agricultura do Governo

⁸ No XXIII Congresso de Arqueologia Brasileira, realizado em 2025, foi aprovada uma moção para o fim da utilização do termo “Pré-História”.

Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram de suma relevância e resultaram em mudanças legais para sanar a destruição dos sambaquis na década seguinte.

O ministro Meneghetti entendeu a significância da causa e levou o assunto ao presidente Juscelino Kubitschek. Paulo Duarte foi chamado para uma reunião com o referido presidente, que resultou na determinação de formação de um grupo para elaborar um anteprojeto de lei (Lima, 2009). Paulo Duarte, após conversa com o Ministério da Agricultura, também se reuniu com Rodrigo Melo Franco de Andrade, e o resultado de todas as reuniões foi uma conscientização, por parte da esfera federal, sobre a necessidade de preservação de todos os sítios arqueológicos, e Rodrigo M. F. de Andrade “prometeu fazer de tudo o que estivesse ao alcance do órgão sob sua direção para o sucesso dos trabalhos iniciados em São Paulo” (IPHAN, 1953b, p. 7).

Outra atuação da Comissão de Pré-história foi o lançamento de um edital, em 24 de junho de 1953, no qual convidam-se todos os concessionários de exploração de “sambaquis”, grutas ou depósitos fossilíferos do Estado de São Paulo a comparecer em local indicado para que o tombamento das respectivas jazidas fosse realizado, a fim de fiscalizar as explorações dos sambaquis. Em 15 de julho de 1953, Paulo Duarte enviou ofício ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Elpídio Reali, no qual, entre diversas observações, informou que, para que as jazidas fossem protegidas, conforme preconizado pelo Decreto nº 21.935/1952, seria necessário auxílio de outras entidades públicas, como o Ministério da Agricultura e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e da Agricultura. Assim, a

comissão deseja agora entrar em contato com a Secretaria de Segurança, afim de solicitar o seu auxílio nas medidas acauteladoras indispensáveis, por intermédio das Delegacias de Polícia situadas nas regiões dos sambaquis [...]. Os delegados de polícia dos municípios onde existam sambaquis em exploração deverão intimar os responsáveis a exhibir os documentos de que devem estar munidos para execução de seus trabalhos; os que não possuírem concessão de lavra do Ministério da Agricultura serão intimados a cessar imediatamente esses trabalhos, fazendo a Delegacia de Polícia comunicação do fato à Comissão de Pré-história. A mesma intimação para cessação dos trabalhos será feita aos portadores da concessão apenas de pesquisa, pois esta não lhes permite a lavra da jazida. Aqueles que possuírem a concessão legal de lavra deverão ser notificados da necessidade de proceder ao tombamento imediato das jazidas na referida Comissão de Pré-história, sob pena de serem os trabalhos paralisados. (IPHAN, 1953c, p. 2).

Ao prefeito de Santos/SP, Paulo Duarte solicitou relação dos contribuintes do Imposto de Indústrias e Profissões, orientando que se dedicassem a qualquer atividade relacionada com pesquisa, extração, transporte e moagem ou venda de calcários. Em 4 de agosto de 1953, foi criado o Decreto nº 22.550, pelo governador do estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, reservando todos os sambaquis de São Paulo para pesquisa, a ser organizada pela Comissão de Pré-história, que poderia solicitar colaboração dos institutos universitários e outras entidades culturais e científicas. Destaca-se que Paulo Duarte desempenhou um papel relevante na defesa do patrimônio arqueológico, na criação de mecanismos de proteção e na divulgação e popularização do conhecimento arqueológico, entre outras atuações (Alcântara, 2007).

No estado do Paraná, o professor Loureiro Fernandes também realizou um importante movimento para a preservação dos sambaquis. No 1º Congresso de Reitores das Universidades do Brasil, em maio de 1953, foi aprovado um pedido de Fernandes para solicitar ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a preservação das jazidas arqueológicas pré-históricas brasileiras, especialmente os sambaquis (IPHAN, 1953d; Silva, 1996). Ainda no Paraná, foi criada a Lei nº 1.211, de 16 de setembro 1953, que trata sobre o patrimônio histórico, artístico e natural (Paraná, 1953).

Em Santa Catarina, foi publicada a Lei nº 228, de 23 de agosto de 1955, que dispõe sobre sambaquis e outras jazidas arqueológicas, sendo modificada em 22 de setembro de 1961 pela Lei nº 2.844 (Santa Catarina, 1961). Nessa contextualização histórica do processo de formulação de mecanismos de proteção das jazidas, destaco a publicação, em 8 de maio de 1957 no *Diário Oficial da União*, a Portaria nº 521, de 3 de maio de 1957, que cria uma Comissão Especial para elaborar um projeto de lei destinado à proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico nacional no prazo de 30 dias (IPHAN, 1957).

Para a Comissão, foram nomeados Benjamin Campos, consultor jurídico do Ministério da Agricultura; Avelino Inácio de Oliveira, diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (também do Ministério da Agricultura); Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e José Cândido de Melo Carvalho, diretor do Museu Nacional, ambos do MEC; Paulo Duarte, diretor da Comissão de Pré-história de São Paulo; José Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia do Paraná.

Segundo Lima (2009), tiveram ao menos duas propostas para o projeto. Uma de Paulo Duarte – que já estava pronta desde 1955 –, com apenas cinco artigos, e outra de Castro Faria, a qual tinha um esboço mais abrangente, sendo posteriormente publicada⁹ como de sua autoria. O documento de Castro Faria, elaborado sob as influências de elementos do Código de Minas e da Legislação Francesa, com alguns ajustes e alterações, fundamentou o texto da Lei nº 3.924/1961. O esboço do anteprojeto de lei sobre jazidas e escavações arqueológicas fez parte de um relatório de Luiz de Castro Faria, apresentado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1952, e foi o resultado da pesquisa financiada por bolsa de estudo do CNPq sobre o problema da proteção dos sambaquis (Faria, 1999).

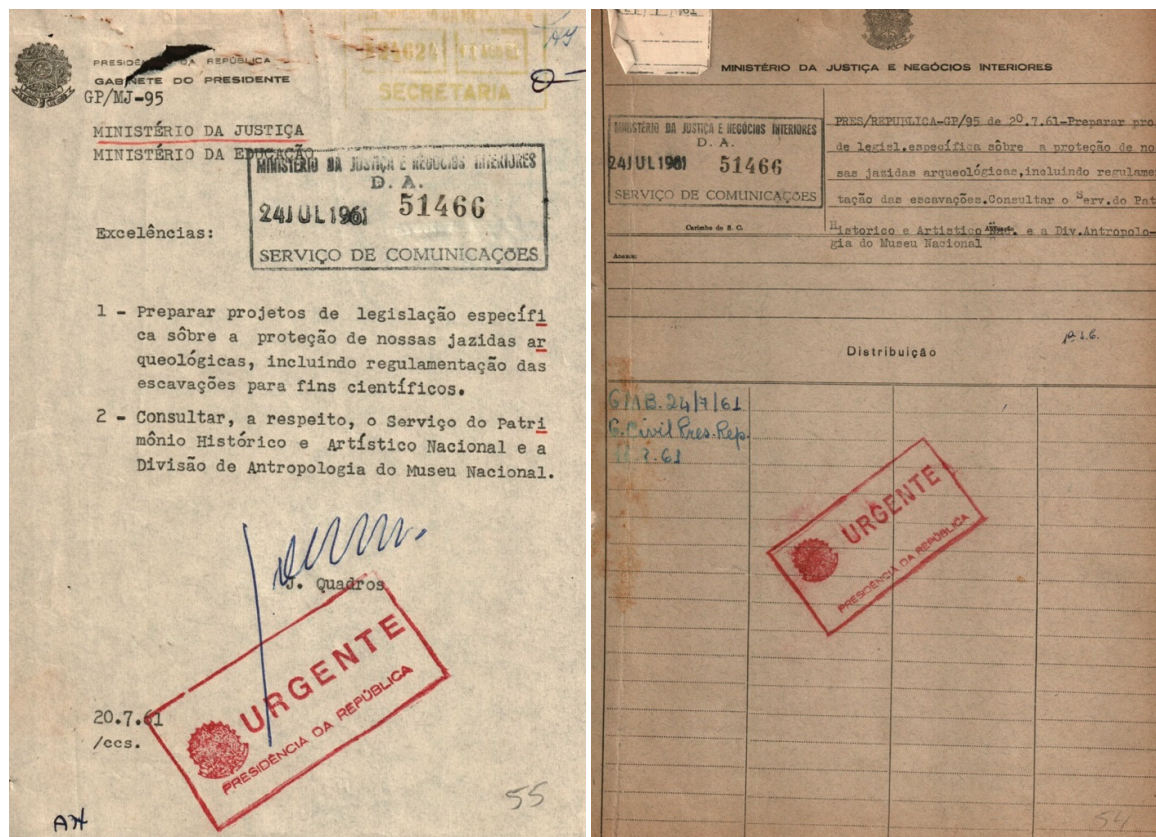
Observa-se que Castro Faria não fez parte da Comissão Especial para a formulação do texto da lei. Essa ausência ocorreu devido a uma questão hierárquica, tendo sido o Museu Nacional representado pelo diretor à época. Mas, segundo Ferreira (2017, p. 107), “seus estudos sobre sambaquis e as reflexões advindas de sua experiência junto ao campo da preservação do patrimônio serviram de sustentação para o balizamento da forma final da Lei nº 3.924”.

Assim, o texto redigido pela Comissão foi encaminhado pelo presidente da República Juscelino Kubitschek ao Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), João Guilherme de Aragão, em 6 de setembro de 1957. O texto sofreu pequenas alterações e, posteriormente, foi remetido ao Congresso Nacional, em novembro de 1957. Com a lentidão na aprovação do projeto de lei no início dos anos de 1960 “os alunos de um Curso de Pré-História Geral, promovido pela ‘Folha de São Paulo’, apoiado pela USP e ministrado por Duarte, apelavam em um abaixo-assinado ao presidente da República pela aprovação e promulgação do projeto de lei” (Alcântara, 2007, p. 235).

⁹ Documento não encontrado na Série Arqueologia do Arquivo Noronha Santos.

Após um demorado trâmite, devido ao lobby dos grupos interessados na exploração econômica das jazidas, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 1960, seguindo para o Senado Federal, onde foi igualmente aprovado no ano seguinte, tendo a Lei nº 3.924 (Figuras 1 e 2) sido sancionada pelo então presidente da República, Jânio Quadros, em 26 de julho de 1961 (Lima, 2009).

Figuras 1 (esquerda) e 2 (direita). Processo e aprovação referente à Lei nº 3.924/1961.



Fonte: IPHAN/ANS, 1961.

O IPHAN E A ARQUEOLOGIA

A Lei nº 3.924¹⁰ dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e foi

criada quase que exclusivamente para conter as ações danosas aos sítios arqueológicos possuidores de interesse econômico, principalmente os sambaquis e, de maneira mais remota, grutas, ele reflete o esforço de um grupo de abnegados que, primeiramente no nível estadual, e mais tarde, no federal, lutaram por uma causa que veio a render bons frutos. (Silva, 1996, p. 19).

¹⁰ Foi publicada a Portaria nº 23 de 21 de janeiro de 1964, do Ministério da Educação, designando uma comissão composta por Heloisa Alberto Torres, Benjamin Campos, Rodrigo M. F. de Andrade, Noel Nutels, Luís de Castro Faria, Paulo Duarte, Eduardo Galvão e José Loureiro para elaborarem um anteprojeto de regulamentação da Lei nº 3.924 (IPHAN, 1964a).

O artigo primeiro da referida lei define que os monumentos arqueológicos são considerados bens da União:

Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do art. 152 da mesma Constituição. (Brasil, 1961).

Essa lei proíbe qualquer ato de destruição dos sítios arqueológicos, criminalizando quem o fizer, e especifica o que é considerado monumento arqueológico ou pré-histórico, os procedimentos para realizar escavações arqueológicas, tanto por particulares quanto por instituições científicas especializadas da União, dos estados e dos municípios. Trata ainda das descobertas fortuitas, da remessa para o exterior, de objetos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, numismático ou artístico. Com a Lei nº 3.924, a luta pela proteção do patrimônio arqueológico estava embasada legalmente, entretanto, não o suficiente para sanar o quadro de destruição. O SPHAN, criado em 1937, não contava com a participação de nenhum(a) arqueólogo(a) em sua estrutura institucional. O apoio para responder a esse tipo de assunto estava nos quadros dos museus, como Luiz de Castro Faria que atuava no Museu Nacional.

Castro Faria foi um grande colaborador do IPHAN e realizou pesquisas nos sambaquis de Paraná e de Santa Catarina, além disso, foi responsável pela gestão do orçamento do SPHAN (IPHAN, 1964b) destinado às pesquisas arqueológicas, por coordenar o cadastro de sítios e materiais arqueológicos, pela mobilização – com outros intelectuais – contra a destruição dos sítios arqueológicos brasileiros e pela criação da Lei de Arqueologia (Lima, 2009; Pardi, 2002; Stanchi, 2017). Outra figura de destaque foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, por trinta anos, foi o diretor do SPHAN¹¹.

Em 1967, a direção do IPHAN mudou, e o cargo de diretor foi assumido por Renato Soeiro¹², que realizou algumas alterações, como a diretoria em instituto – dentro de um processo de reestruturação do Ministério da Educação, por meio do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970 –, agora transformado em autarquia. A luta pelo reconhecimento da importância da Arqueologia no IPHAN começou com a gestão de Renato Soeiro, pois era necessário um quadro de funcionários compatível com as atribuições legais acrescentadas pela Lei nº 3.924/1961. Na proposta do Plano Estratégico de Ação, Renato Soeiro indicava a criação de mais quatro divisões técnicas – Restauração de Obras de Talha e Pintura; Arqueologia; Museus Regionais e Casas Históricas; e Difusão Cultural –, além de, entre vários outros pontos, a reformulação completa dos seus quadros administrativos e técnicos (Soeiro, 1968 *apud* Azevedo, 2017).

¹¹ Após trinta anos da criação do IPHAN, o órgão não tinha regimento interno e o quadro de funcionários era praticamente o mesmo (Azevedo, 2017).

¹² A mudança de direção foi planejada por Rodrigo Melo com duas décadas de antecedência. Seu primeiro convite foi dirigido a Lucio Costa, que o recusou. Posteriormente, a escolha recaiu sobre Renato de Azevedo Duarte Soeiro, que, ao longo de 21 anos, atuou como o braço direito de Rodrigo Melo (Azevedo, 2017).

Segundo Stanchi (2017), devido à regulação imposta pela Lei nº 3.924/1961 e à saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a cooperação entre Museu Nacional e DPHAN se tornou menos efetiva. Entretanto, na gestão de Renato Soeiro, houve a ampliação da rede de cooperação de arqueólogos com o órgão, sendo criada a categoria dos “representantes do IPHAN para assuntos de Arqueologia”. Esses representantes eram pesquisadores que atuavam em nome do IPHAN em ações de vigilância e proteção aos sítios, sendo na maioria integrantes do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). A categoria de representantes, criada dentro da gestão de Soeiro, que começou em 1967, durou até o começo da década de 1980 (Lima, 2009). Esse grupo era composto por

Mário Simões, na Amazônia Legal; Nássaro de Souza Nasser, no Rio Grande do Norte; Marcos Albuquerque, em Pernambuco; Valentin Calderón, na Bahia; Celso Perota, no Espírito Santo; Afonso de Moraes Bueno Passos, em São Paulo; Igor Chmyz, no Paraná; Walter Piazza e, posteriormente, João Alfredo Rohr, em Santa Catarina. (Lima, 2001, p. 5).

Em entrevista, Regina Coeli¹³, a primeira arqueóloga do IPHAN e atualmente aposentada, informa que a seleção dos representantes foi realizada por Luiz de Castro Faria,

E foi o Luiz de Castro Faria que fez a seleção dessas pessoas e estabeleceu esses critérios, quem pode, o que faz o representante de Arqueologia do IPHAN para assuntos de Arqueologia. Porque a ideia, você vê que está focada nas instituições de pesquisa ligadas às universidades [...]. Seriam os diretores, os chefes dos setores de Arqueologia das universidades que receberiam esse encargo. Então o Rio de Janeiro nunca teve. Por que não teve? Porque era o Museu Nacional e a figura do Luiz de Castro Faria que era a pessoa central nisso. (Silva, 2017).

Outra ação voltada à Arqueologia foi realizada em 1974, quando Renato Soeiro solicitou ao Ministério da Educação a criação do cargo de arqueólogo no serviço público, a abertura de concurso para o preenchimento dos cargos e a implantação do ensino de Arqueologia em nível universitário (Silva, 1996).

Em 1978, Renato Soeiro criou uma Divisão de Arqueologia, e, pela primeira vez, essa área entrou na estrutura burocrática, tendo como responsável o museólogo e bacharel em direito Alfredo Teodoro Rusins. Suas funções seriam organizar a condução de pesquisas e realizar o cadastramento de sítios e da documentação existente no Arquivo Geral. Teodoro Rusins faleceu dois meses após assumir o cargo, e a divisão de Arqueologia ficou sem representante por mais de um ano.

Destaco que Alfredo Rusins concluiu o curso de Museologia do Museu Histórico Nacional, no qual havia uma abordagem sobre Arqueologia por meio das disciplinas de “Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular” e “Arqueologia Brasileira” (Brasil, 1955).

Regina Coeli considera o Alfredo Teodoro Rusins o primeiro arqueológico do órgão, segundo informa em entrevista:

¹³ Entrevista realizada no dia 6 de setembro de 2017 na Assessoria de Arqueologia da Superintendência do IPHAN-RJ.

Eu considero Rusins arqueólogo. Quero deixar isso bem claro! Ninguém fala isso. Considera o Rusins só como museólogo mas ele fez, é bom que esteja gravando, ele fez o primeiro e único curso que teve no Museu Histórico Nacional que tinha [...] primeiro era um ano de Arqueologia, depois um semestre de Arqueologia e ele se graduou nisso. Ele estudou Arqueologia. Ele teve a formação de Arqueologia que na época existia. [...] Então eu considero o Rusins com formação de arqueólogo. É que ele nunca teve o interesse de exercer a Arqueologia, mas se ele quisesse, deveria ter exercido. [...] Ele não entrou para o cargo de arqueólogo. Ele ficou como sendo um assessor para assuntos de Arqueologia. (Silva, 2017).

Entretanto, é Regina Coeli Pinheiro da Silva quem é considerada a primeira arqueóloga do IPHAN na história do órgão (Andrade, 2018). Essa afirmação se sustenta ainda mais pelo fato de ela ter integrado a primeira turma do primeiro curso de Arqueologia na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon, no Rio de Janeiro. A criação desse curso enfrentou intensas pressões contrárias, o que resultou em seu fechamento e posterior incorporação às Faculdades Integradas Estácio de Sá (Bezerra, 2008; Mendonça de Souza, 1991).

Em 1979, assumiu a presidência do IPHAN Aloisio Magalhães, propondo uma mudança estrutural e filosófica, que já havia sido iniciada silenciosamente por Renato Soeiro (Azevedo, 2017). A fim de agilizar a ação do órgão, criou um sistema constituído por uma secretaria de Estado e uma fundação. Assim, o IPHAN foi extinto e foram criadas duas instituições: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 1979a), órgão normativo e com as mesmas funções do IPHAN; e a Fundação Nacional pró-Memória – FNpM (Brasil, 1979b), órgão operacional, incumbido de viabilizar as ações da Secretaria, conhecido como SPHAN/Pró-Memória – SPHAN/FNpM.

No campo das ideias, Aloisio Magalhães retoma muitos dos aspectos contidos na proposta original de Mário de Andrade. Dessa forma, houve uma “ampliação semântica do conceito de patrimônio cultural, que a partir de então passa a incorporar, progressivamente, os bens culturais de natureza imaterial ou intangível e, dentre esses, as manifestações da cultura popular” (Anastassakis, 2017, p. 65). Essa mudança prenuncia dois instrumentos de preservação que, segundo Zoy Anastassakis (2017, p. 70),

só viriam a ser institucionalizados, seja em âmbito nacional quanto global, anos mais tarde, a saber, os conceitos de patrimônio imaterial ou intangível e de paisagem cultural. Essa perspectiva, delineada a partir de sua gestão no IPHAN, considerava que a preservação do patrimônio histórico só faria sentido se articulada às condições socioculturais presentes e a um projeto de desenvolvimento futuro.

Complementando as informações procedentes da documentação analisada sobre a área de Arqueologia dentro do IPHAN, Regina Coeli informa que, ao assumir a presidência, Aloisio Magalhães se reuniu com o ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, que estava reorganizando o serviço público federal

A proposta do Aloísio Magalhães é reestruturar essa área de preservação patrimonial [...] e ele vai procurar o apoio no que tinha sido, ou era ainda, não sei, o Ministro da Desburocratização, o Hélio Beltrão, para discutir uma nova forma de organizar a área de preservação patrimonial.

Fez várias reuniões com ele. [...] quando [...] fala de IPHAN, da área de Arqueologia, e aí o próprio Hélio Beltrão fala: a minha mulher é arqueóloga, ela é do Museu Nacional. E aí ele vai resgatar esse termo de cooperação técnica [...] para que então a área de Arqueologia, mais uma vez, tivesse o apoio do Museu Nacional na sua reestruturação. [...] O Hélio Beltrão ajudou muito o Aloísio Magalhães nessa reestrutura, inclusive foi um dos, eu não sei, mentor seria a palavra certa, quer dizer, isso é uma coisa que eu acompanho muito de longe, da criação do pró – Memória. Quando o Aloísio Magalhães entra, eu entro. Eu sou contratada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Seplan, da Presidência da República, em 79. [...].

[...] o Aloísio Magalhães vai procurar para a Arqueologia, agora eu vou focar na Arqueologia, então a Maria Beltrão, que era do Museu Nacional, respondia pela área de Arqueologia do Museu Nacional, resgatando esse termo de cooperação técnica. [...].

A Maria Beltrão então fala: eu vou participar, quero ajudar, vou participar, e eu vou indicar uma pessoa daqui da Arqueologia. O Aloísio Magalhães falou: eu preciso de uma pessoa de Arqueologia no IPHAN, primeiro para centralizar, para organizar. Porque com a morte do Rusins o quê que aconteceu? Toda a documentação estava dispersa, estava tudo separado, era uma loucura. [...] A Conceição tinha um critério, que era um critério até muito justo, por ordem de entrada no Museu Nacional e, por ordem de entrada, era Ângela Rabello que foi indicada [...].

Ela volta, diz: Não, quero ficar no Museu. E depois da Ângela, na fila, era eu. [...] Eu venho com a tarefa de reorganizar, reorganizar não, minto, organizar a área de Arqueologia dentro desse binômio IPHAN/ PróMemória. (Silva, 2017).

Assim, em 1979, a partir de uma consulta feita a um ministro da Desburocratização, que, coincidentemente, era casado com a arqueóloga do Museu Nacional, Maria Beltrão, a arqueóloga e bacharel em direito Regina Coeli Pinheiro da Silva foi contratada para prestar serviços na área de Arqueologia. Ao avaliar a situação da área, Regina Coeli indicou, na leitura de Roberto Stanchi (2017, p. 184-185),

a necessidade de centralização das práticas administrativas no órgão federal, uma vez que, na ausência de regulamentação e técnicos especializados, os representantes atuavam de forma distinta sobre o patrimônio arqueológico e, também, em relação aos arqueólogos que recebiam autorização para a realização de pesquisa.

Regina Coeli, em entrevista, comunica que teve seis meses para planejar a área de Arqueologia e apresentar uma proposta para “organização de uma área de Arqueologia. Eu não dei nome. Quem deu nome de Núcleo de Arqueologia, primeiro, foi o João Leite. [...] Vamos começar com um Núcleo, porque o Núcleo dá uma ideia de uma coisa que vai se desenvolver e crescer” (Silva, 2017).

Assim, em 1980, foi criado informalmente o Núcleo de Arqueologia, e, em 1981, foi contratada como estagiária a discente de Arqueologia Rosana Najjar¹⁴. Em 1986, o Núcleo

¹⁴ Arqueóloga aposentada do IPHAN. Foi diretora do Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN), em Brasília, entre os anos de 2012 e 2017.

de Arqueologia foi transformado em coordenadoria subordinada à Presidência, quer dizer, tinha uma interlocução direta com o posto de mais alta hierarquia da instituição e possuía as atribuições de identificar, proteger e valorizar os sítios arqueológicos (Lima, 2001). Uma das relevantes ações dessa coordenadoria foi a publicação da Portaria nº 7, de 1 de dezembro de 1988, devido à necessidade de regulamentar a pesquisa arqueológica e realizar a fiscalização eficaz das atividades que envolviam bens de interesse arqueológico e pré-histórico do país (Lima, 2001).

Lima (2001) ainda destaca que essa portaria também tinha o objetivo de limitar os chamados “feudos” da Arqueologia, que se caracterizavam pela delimitação de grandes áreas para um único pesquisador durante anos ou décadas, impossibilitando que outros pesquisadores desenvolvessem qualquer investigação. A formulação da Portaria nº 7 teve grande participação do pesquisador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), que realizava várias consultorias para o IPHAN.

Após esse período, o SPHAN/FNpM foi extinto, em 1990, pelo presidente da República Fernando Collor, assim como o Ministério da Cultura, que havia sido criado em 1985. Dentro dessa nova organização, a coordenadoria de Arqueologia deixou de existir e foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), tendo os(as) arqueólogos(as) do IPHAN sido distribuídos(as) para novas áreas e superintendências, e passando a ter uma atuação individualizada.

O quadro da atuação individualizada dos poucos técnicos do IPHAN através das superintendências estaduais permaneceu por praticamente toda a década de 1990, quando foi criada a Coordenadoria de Patrimônio Natural e Arqueológico, subordinada ao Deprot. Sob responsabilidade do arquiteto e paisagista Carlos Fernando de Moura Delphin, que se tornou o representante da Instituição junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. O novo arranjo institucional, que deixava a Arqueologia em segundo plano em relação ao patrimônio natural, corroborava, para muitos arqueólogos, a mensagem de descaso dos dirigentes do IPHAN com a temática. (Stanchi, 2017, p. 188).

O IPHAN foi restabelecido apenas em 1994, em substituição ao IBPC, a partir da Medida Provisória nº 752/1994 (Brasil, 1994), promulgada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Assim, a partir deste novo momento, destaco algumas mudanças:

- 2004: criação da Gerência de Patrimônio Arqueológico e Natural (GEPAN), com a finalidade de atender às demandas da Arqueologia preventiva;
- 2009: alteração na estrutura regimental do IPHAN, realizada pelo presidente do órgão, Luiz Fernando de Almeida a partir do Decreto nº 6.844/2009. Esse decreto criou o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), uma das Unidades Especiais do IPHAN.

Subordinado ao Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), o CNA tem por finalidade

a elaboração de políticas e estratégias para a gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, a modernização dos instrumentos normativos e de acompanhamento das pesquisas arqueológicas [...]. Entre as principais atividades do Centro estão o desenvolvimento de ações de acautelamento

(tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico); a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas, o acompanhamento e fiscalização dessas pesquisas; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico. (IPHAN, 2016).

Assim, a partir da criação do CNA, foram elaborados outros instrumentos legais que criam procedimentos visando à preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Também foram realizados concursos públicos no IPHAN incluindo vagas para arqueólogos(as) para cargo efetivo em 2005, 2009 e 2018, bem como Processo Seletivo Simplificado, para vagas por tempo determinado, nos anos de 2013 e 2015, a fim de suprir a grande deficiência de técnicos(as) de Arqueologia no IPHAN, e atualmente todas as Superintendências Estaduais e o Centro Nacional de Arqueologia têm arqueólogos(as) em seu quadro de servidores efetivos.

Após a criação do CNA e de um corpo de servidores maior, foi possível a criação de vários outros instrumentos normativos para dar conta da complexidade de novos cenários sociais relacionados ao patrimônio arqueológico, a exemplo da Instrução Normativa nº 1/2025, voltada para o licenciamento ambiental, substituída pela nova Instrução Normativa nº 6, de 28 de novembro de 2025 (IPHAN, 2025a), e da Portaria nº 196/2016 (IPHAN, 2016), relacionada à conservação dos bens arqueológicos móveis, também substituída pela nova Portaria nº 271, de 1º de agosto de 2025 (IPHAN, 2025b).

Apesar de o IPHAN ter aumentado seu quadro técnico na área de Arqueologia, ainda não é suficiente para a demanda de atuação do órgão. O próprio lugar da Arqueologia continua insuficiente, como pode ser visto na Moção “Pela urgente criação do Departamento de Arqueologia no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”, apoiada pela Sociedade de Arqueologia Brasileira no XXIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, que ocorreu entre 24 e 28 de novembro de 2025

A área de Arqueologia ainda carece de uma estrutura administrativa que lhe garanta autonomia técnica, continuidade institucional e condições para o fortalecimento das políticas públicas e construção das normativas específicas quando comparadas, por exemplo, aos setores responsáveis pelo patrimônio edificado e pelo patrimônio imaterial. (Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2025, p. 1).

O CNA, que antes estava subordinado ao DEPAM, foi deslocado para o Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais (DAEI) em 2023. Segundo o documento, o DAEI é um departamento de forte natureza política, e essa mudança acarreta uma “insegurança institucional e dúvidas sobre a manutenção das atribuições de Estado relacionadas à proteção e salvaguarda do patrimônio arqueológico” (Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2025, p. 1). A moção foi aprovada em 26 de novembro de 2025 pela Sociedade de Arqueologia Brasileira.

CONCLUSÃO

A Arqueologia, apesar de ser alvo das expedições dos séculos XVIII e XIX, passou a ter notoriedade enquanto política pública específica apenas em 1961. O patrimônio arqueológico já estava visibilizado desde o primeiro instrumento normativo do IPHAN, o Decreto-lei nº 25/1937, entretanto, eram protegidos apenas os bens tombados. Após muitos sítios arqueológicos serem destruídos, foi assinada a lei de proteção do patrimônio arqueológico, a Lei nº 3.924/1961, e anos depois vários outros instrumentos normativos.

Entretanto, apesar de muitos avanços no aumento do quadro técnico e nas legislações relacionadas ao patrimônio arqueológico, a Arqueologia continua em um lugar menor, comparado ao patrimônio edificado e imaterial, vide a reivindicação da criação de um Departamento de Arqueologia dentro do IPHAN.

O IPHAN é o principal órgão do Estado para a proteção do patrimônio, entretanto, apesar da proteção descritas nas normativas, compreendo que a salvaguarda efetiva do patrimônio arqueológico ocorrerá com a gestão compartilhada dos mais diversos atores sociais da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel F.; BESTRÃO, Jane; ECKERT, Cornelia. (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 54-63.
- ALCÂNTARA, Aureli A. *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-história*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ANASTASSAKIS, Zoy. A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o Iphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, 2017.
- ANDRADE, Mario. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 31, p. 19-26, 1936.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. *Rodrigo e o Sphan – coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ANDRADE, Marcela N. de. *Os olhares sobre o Patrimônio Arqueológico de Itaipu (Niterói/RJ) e sua resignificação como paisagem cultural*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- AZEVEDO, Paulo O. de. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, 2017.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, 1999.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 5, ano 1944. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1955. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/16/Anais%20do%20Museu%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%2C%20v.%205%2C%201944>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BRASIL. Constituição de 1934. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- BRASIL. Constituição de 1937. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10614157/artigo-134-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937>. Acesso em 10 dez. de 2024.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 4.146. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4146-4-marco-1942-414164-norma-pe.html>. Acesso em: 9 jan. 2025.

- BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 jul. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 84.198 de 13 de novembro de 1979*. Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1979a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84198-13-novembro-1979-433668-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1979b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6757.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- BRASIL. Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a alteração na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/752.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.
- CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, 2017.
- FARIA, Luis C. *Antropologia – escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EdUFF, 1999.
- FERREIRA, Lucio M. *Vestígios de civilização: a Arqueologia no Brasil Imperial*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- FERREIRA, Maria S. *Percursos da memória: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu*. 2017. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Ofício nº 9.107 de 09 de março de 1953. Série Arqueologia, Subsérie Administração, Caixa 154. 1953a.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Comissão de Pré-história de São Paulo. Atividades do exercício de 1953. Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, Série Arqueologia. Subsérie Administração. Caixa 154. 1953b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Ao Exmo. Sr. Dr. Elpídio Reali. Série Arqueologia, Subsérie Administração, Caixa 154. 1953c.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Ao realizar-se o Iº Congresso de Reitores das Universidades do Brasil. Série Arqueologia, Subsérie Administração, Caixa 154. 1953d.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Portaria de 3 de maio de 1957. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1957. Série Arqueologia, Subsérie Administração, Caixa 156.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Portaria nº 23 de 21 de janeiro de 1964. Série Arqueologia, Subsérie Administração, Caixa 156. 1964a.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Ajuste de aplicação de verba. Série Arqueologia, Subsérie Administração, Caixa 157. 1964b.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. *Iphan*, Iphan, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/702/>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Instrução Normativa nº 6, de 28 de novembro de 2025. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-iphan-n-6-de-28-de-novembro-de-2025-672013509>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Portaria nº 271, de 1º de agosto de 2025. Estabelece os requisitos para aptidão e cadastro de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, seus deveres e as normas para emissão de Declaração de Endosso Institucional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/Portaria_27120251.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.
- LIMA, Tania A. A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. *Revista de Arqueologia Americana*, Cidade do México, v. 20, p. 53-79, 2001.
- LIMA, Tania A. Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo. *CNPq*, Brasília, DF, 2009. <http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. História da Arqueologia Brasileira. Pesquisas. Instituto Anchieta Pesquisas, Série Antropologia, 46, 1991.
- MENEZES, José L. S. Modernismo brasileiro: muito além da semana de arte moderna de 1922. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa n. 28; 2013.
- PARANÁ. Lei nº 4.146, de 16 set. 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 1953. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-1211-1953-parana-publicado-no-diario-oficial-n%C2%BA-157-de-18-de-setembro-de-1953>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- PARDI, Maria L. F. *Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. 2002. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.
- PINHEIRO, Maria L. B. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, 2017.
- SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SANTA CATARINA. Lei nº 2.844, de 22 de set. 1961. Altera dispositivos da lei n. 228, de 23 de agosto de 1955. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1961. Disponível em: <https://leis.alesc.sc.gov.br/ato-normativo/3650>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- SCHWARCZ, Lilia M. O nascimento dos museus brasileiros. In: MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989. p. 29-90.
- SILVA, Regina C. P. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 27/37 e a Lei nº 3924/61. *Revista de Arqueologia*, n. 9, 1996.
- SILVA, Regina C. P. Itaipu. Rio de Janeiro, 2017a. Entrevista concedida a M. N. de Andrade em 06 set. 2017.

- SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. *Moção “Pela urgente criação do Departamento de Arqueologia no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”*. Moção aprovada no XXIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: IPHAN, 26 nov. 2025.
- STANCHI, Roberto. O patrimônio arqueológico: oitenta anos de delegações. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, 2017.
- TOLEDO, Grasiela T. *Musealização da Arqueologia e Conservação Arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTÍCULO

HUACAS Y PROSELITISMO POLÍTICO EN EL PERÚ: USOS Y PROHIBICIONES DEL PATRIMONIO CULTURAL DE LA NACIÓN EN LA PROPAGANDA POLÍTICA Y ELECTORAL

Hernán Iván Hurtado Castro*

RESUMEN

El Estado peruano ha definido al Patrimonio Cultural de la Nación como el conjunto de bienes materiales e inmateriales que, por su importancia arqueológica, histórica, arquitectónica, etc., poseen valor para las identidades colectivas de la Nación. De esta forma, el Estado ha ido normando ciertos usos, sin embargo, a pesar de las restricciones legales que prohíben la utilización del PCN con fines proselitistas, diversos candidatos recurren a representaciones arqueológicas e históricas para generar legitimidad con el electorado. Mediante un análisis cualitativo de discursos y normativas, en este texto se examina la incorporación de elementos patrimoniales en la propaganda electoral, desdibujando las fronteras entre lo permitido y lo transgredido.

Palabras clave: Patrimonio Cultural de la Nación; Perú; Ministerio de Cultura; Jurado Nacional de Elecciones.

* Doctorando en Arqueología por la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Programa de Posgrado en Gestión del Patrimonio Cultural de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM). E-mail: hernanivanh@gmail.com.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5317-0172>

HUACAS E PROSELITISMO POLÍTICO NO PERU: USOS E PROIBIÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA NAÇÃO NA PROPAGANDA POLÍTICA E ELEITORAL

RESUMO

O Estado peruano definiu o Patrimônio Cultural da Nação como o conjunto de bens tangíveis e intangíveis que, devido à sua importância arqueológica, histórica, arquitetônica etc., têm valor para as identidades coletivas da nação. Dessa forma, o Estado vem regulamentando determinados usos; entretanto, apesar das restrições legais que proíbem o uso do PCN para fins proselitistas, vários candidatos recorrem a representações arqueológicas e históricas para gerar legitimidade junto ao eleitorado. Por meio de uma análise qualitativa de discursos e regulamentações, a incorporação de elementos patrimoniais na propaganda eleitoral é examinada, obscurecendo os limites entre o que é permitido e o que é transgredido.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural da Nação; Peru; Ministério da Cultura; Jurado Nacional de Eleições.

HUACAS AND POLITICAL PROSELYTISM IN PERU: USES AND PROHIBITIONS OF THE CULTURAL HERITAGE OF THE NATION IN POLITICAL PROPAGANDA AND ELECTORAL

ABSTRACT

The Peruvian State has defined the Cultural Heritage of the Nation as the set of tangible and intangible assets that, due to their archaeological, historical, architectural, etc. importance, have value for the collective identities of the Nation. In this way, the State has been regulating certain uses, however, in spite of the legal restrictions that prohibit the use of the PCN for proselytizing purposes, several candidates resort to archaeological and historical representations to generate legitimacy with the electorate. Through a qualitative analysis of discourses and regulations, the incorporation of heritage elements in electoral propaganda is examined, blurring the boundaries between what is permitted and what is transgressed.

Keywords: Cultural Heritage of the Nation; Peru; Ministry of Culture; National Jury of Elections.

INTRODUCCIÓN: PANDEMIA, PATRIMONIO CULTURAL DE LA NACIÓN Y ELECCIONES PRESIDENCIALES

En el Perú en plena segunda ola de contagios por la pandemia del coronavirus, se desarrolló un ambiente electoral tenso de ámbito nacional. Esta situación se vio agravada, entre otros factores, por la incertidumbre económica, política y sanitaria que prevalecía en el país. En el periodo que comprende entre el 21 de febrero del 2020 y el 21 de julio del 2021, en menos de una centena de países se postergaron los comicios presidenciales y supranacionales, mientras que en más de 120 países optaron por celebrar sus calendarios electorales (International Idea, 2022). En el caso del Perú, el calendario electoral se celebró dentro del marco convocado, sin postergaciones, pero con ciertas complicaciones procesuales que impactarán en la relación entre ciudadanos que actúan en eventos electorales con bienes declarados Patrimonio Cultural de la Nación (PCN).

En este contexto, se pudo observar fragmentos del comportamiento de la sociedad peruana en sus agrupaciones políticas, instituciones, periodistas, organizaciones civiles, etc. En las instituciones electorales, se notó un discurso excesivamente reglamentarista por parte del Jurado Nacional de Elecciones (JNE) en ciertos casos específicos, mientras que en otros casos fue bastante contemplativo, por decir lo menos. Un periodista de investigación de larga trayectoria comentó estos pormenores actos del JNE, que se extendían a casos de tachas de candidaturas regionales hasta la irregular admisión de la candidatura de Martín Vizcarra, quien estaba inhabilitado para postular por haber ocultado información de su participación en la empresa Estuquiña. El titular no era para menos: “El cambiazó” (Uceda, 2021). Esta actitud del JNE, que podríamos señalarla de ambivalente y, a la vez, permisiva, hacia los partidos políticos se reprodujo parcialmente en ciertos casos relacionados al uso de bienes patrimoniales¹.

Por señalar un ejemplo relevante, el candidato presidencial Ollanta Humala,² como parte de su estrategia de propaganda política en el año 2021, utilizó imágenes de Machu Picchu en un *spot* electoral difundido en sus redes sociales (Humala Tasso, 2021) (ver Figura 1). Este hecho podría considerarse como una infracción con implicancias procesuales y punitivas, según la normativa vigente en aquel momento. Sin embargo, esto no ocurrió. Esta es una de las razones por las que es necesario plantear alternativas para abordar las complicaciones sobre las que descansa la patrimonialización y el uso patrimonial, tanto en sus bases conceptuales como en la cultura jurídica. Con este primer caso volveremos más adelante.

¹ Trascendió en esos años de la pandemia una creciente afectación a sitios arqueológicos declarados PCN, como en Arequipa, que entre los años 2020 y 2022 se reportó la construcción de un Cementerio Covid-19: “La obra puso en riesgo el Patrimonio Cultural de la Nación al sitio arqueológico Quebrada Culebrillas, declarada como tal el 19 de enero de 2006.” (Construcción [...], 2022). Este peculiar antecedente llama la atención porque, aunque no estaba directamente vinculado a un proceso electoral, esto ha sido parte de un uso propagandístico y político del PCN.

² Humala fue presidente durante el quinquenio 2011-2016 y fue hasta tres veces candidato presidencial en los años 2006, 2011 y 2021. En los comicios en los cuales participó se presentó con un partido político diferente.

Figura 1. Propaganda política de Humala (2021).

Fuente: X (antes Twitter).

Para iniciar el camino de estas reflexiones, surgen algunas preguntas pertinentes que trascienden a los esquemas jurídicos para desplazarse por problemas marginales de orden patrimonial-cultural: ¿Por qué el uso de Machu Picchu en un *spot* electoral se interpretaría como una falta? Un segundo caso ilustrativo ocurrió el 18 de enero de 2021, cuando la Dirección Desconcentrada de Cultura (DDC) de Cusco denunció que el civil Aly Félix León Charca, candidato en ese momento al Congreso de la República por dicha región, había cometido una infracción al filmar y difundir en redes sociales un video de propaganda política en el parque arqueológico nacional de Machu Picchu (Denuncian [...], 2021). Este precedente es pertinente para cuestionar si el uso de imágenes de Machu Picchu en la propaganda electoral se considera una falta.

En general, se puede notar que las entidades estatales relacionadas al sector Cultura y Justicia, tanto en sus leyes como en sus reglamentos y manuales, adoptan un enfoque defensivo, intuitivo y conservacionista respecto a lo que se considera patrimonio edificado, especialmente aquellos bienes patrimoniales de épocas prehispánicas, como es el caso destacado de Machu Picchu. Esta forma, con énfasis desde las instituciones nacionales y supranacionales; gobiernos regionales, municipalidades provinciales y distritales, de enfocar el patrimonio inmueble o edificado ha tendido a opacar (ver Figura 2) y prohibir continuamente los diversos usos que podrían tener lugar sobre este tipo de patrimonios culturales, interpretándolos de manera automática como faltas punibles que deben ser abandonadas.

Figura 2. *Qolla Raymi Killa*, o fiesta lunar, en Huaycán de Cieneguilla, dirigido por Erlinda Cutti (53) el 23 de setiembre del 2021.



Fuente: Hernán Hurtado.

ANTECEDENTES: TRES HISTORIAS

Si bien este trabajo se ubica en tiempos contemporáneos, es válido suponer que el control estatal del pasado histórico ha accionado ciertas constantes de larga data para afianzar, crear, o borrar márgenes de prácticas sociales. Veamos brevemente el caso del periodo colonial temprano del Perú del siglo XVI. Tras la instauración virreinal, las reformas toledanas van a enfatizar en reducir culturalmente a los indígenas locales. Las formas locales de sucesión de poder serán anuladas para mantener algún cacique, curaca, jefe que represente a un grupo de indígenas. La prohibición de usar los sitios antiguos y practicar rituales locales, que hoy son materia de patrimonio cultural, marcó estrategias de resistencia y actualización de las mismas tradiciones. Se evangelizaron las creencias indígenas tanto como se indigenizaron las formas y estructuras católicas.

Para centrar algunas referencias directas y de comunicación personal, menciono los siguientes tres antecedentes de uso del patrimonio cultural relativo a momentos electorales. En primer lugar, Peter Lerche, antropólogo, fue candidato a alcalde de Chachapoyas en el 2007, su trabajo era conocido y referido a sitios declarados PCN en la región Amazonas, como Kuélap³ en el distrito del Tingo en la provincia de Luya, la Laguna

³ También denominado *Kuélap*, *llacta* o Fortaleza que, a partir de la Resolución Directoral Nacional n.º 726/INC, del 19 de junio del 2000, declara PCN a la Zona Arqueológica Intangible del Complejo Arqueológico de Kuélap (Perú, 2023), posteriormente fue inscrito como un sitio integrante de la Lista Indicativa para ser considerado como Patrimonio Mundial de Unesco. Actualmente, luego y similar de Machu Picchu, Kuélap es el segundo sitio en Perú con una reglamentación explícita y específica.

de los Cóndores en el distrito de Leymebamba, y la cultura Chachapoyas en general. Su manejo narrativo de los sitios arqueológicos, tanto a nivel de su producción académica como de recursos culturales y turísticos, permitió traducir una oferta electoral que vale la pena considerar como un precedente clave en los estudios patrimoniales (Lerche, 2007) que coincidieron con un despertar de activos patrimoniales a nivel del Alto Utcubamba en la región Amazonas.

En segundo lugar, Santiago Rivas, arqueólogo de profesión, fue candidato a gobernador regional de Loreto en el 2018. Él había dimensionado su propaganda electoral en gran parte con un discurso de identidad regional, sus años de experiencia como supervisor de la DDC-Loreto⁴ le habían conferido un horizonte sustancial de la diversidad demográfica y cultural. Entre de los proyectos propuestos que quedaron pendientes, en sus momentos de candidato a gobernador y congresista, resalta la iniciativa de un Museo (Regional) Amazónico para mostrar la alta diversidad de otros patrimonios culturales y la realidad de las identidades de la Amazonía del Perú y sus imaginadas fronteras culturales.

Cabe notar que las propuestas político-electorales de Lerche y Rivas han incluido un peculiar uso de bienes declarados PCN. Si bien existe un uso indirecto del PCN o una subutilización, es comprensible que se está hablando de un uso electoral que no debería generar ninguna sospecha de punición, además, en estos dos casos, son sujetos que proceden de una relación académico-formal-estatal privilegiada con bienes declarados PCN. Si pensamos críticamente ambos antecedentes, los presupuestos teóricos del Estado y la Política plantearían dinámicas procesuales y esquemáticas, sin embargo, la antropología ofrece perspectivas para poder replantear estos asuntos que parecen efímeros antes que constantes. Es decir, aunque esto podría parecer un contexto de la contemporaneidad, no es extraño notar patrones y recurrencias sobre las formas en que se sucede el poder en el Perú y sus apelaciones a (pasados e imágenes históricas como a memorias sociales, símbolos nacionales) huacas y/o sitios arqueológicos. Así, es posible observar el sentido de dinámicas culturales marginadas, entre la legalidad e ilegalidad, que incluyen o sencillamente emergen de las personas interesadas. Del 2021 en adelante, este tipo de propaganda política para las leyes peruanas estaría prohibida o castigada.

En tercer lugar, Óscar Paredes fue dos veces alcalde de su natal Huaros, distrito canteño, y alcalde provincial de Canta, en la sierra de Lima, hasta sus últimos días. Su apuesta por los sitios arqueológicos estaba dirigida en los últimos años a convocar inversión pública y privada que pueda atender la puesta en valor de los sitios monumentales del valle alto del Chillón en el marco de declarar toda la cuenca hidrográfica de interés nacional por sus recursos naturales y culturales (Perú, 2018). En los comicios municipales del año 2018 su propaganda política se concentró en un discurso nutrido de identidad local y arraigo canteño con referencia a las *huacas* o pueblos viejos, como Cantamarca⁵, de los distritos y anexos de Canta. Aunque esta conducta electoral no era exclusiva de Paredes, tampoco lo ha sido de los momentos de elecciones municipales. En los siete distritos de Canta, paralelo al gobierno municipal que representa al Estado, existen comunidades campesinas con sus propias organizaciones políticas y electorales, y en algunos casos concentran mayor poder de decisión que los municipios.

⁴ Las oficinas de la DDC-Loreto han estado funcionando en el segundo piso del Malecón Tarapacá n.º 382, bien inmueble que está dentro de la zona monumental de Iquitos declarada PCN por Resolución Ministerial n.º 798-86-ED, el 30 de diciembre de 1986 (Perú, 1986)(Perú, 2016).

⁵ Declarado PCN por Resolución Directoral Nacional n.º 051/INC del 2006.

Por ejemplo, cada año, a mediados de junio, la comunidad campesina de San Felipe de Cullhuay lleva a cabo la *limpia de acequia*. Esta no es solo una festividad, sino también un evento de carácter electoral dentro de la organización comunal, ya que en este contexto se eligen las autoridades de la junta ritual, quienes ostentan el máximo poder dentro de la comunidad, por encima de las municipalidades, durante la celebración. Estas autoridades rituales incluyen a los parianes, el huaquero, el cajero o la cajera y el cura (Villar Córdoba, 1923) (Hurtado Castro, 2019). En esta tradición se activan *in situ* espacios de autonomía frente al Estado, donde aquellos con aspiraciones políticas, o sin ellas, deben contar con el aval de estos rituales e, idealmente, haber ejercido previamente algún cargo dentro de la estructura ritual. Aunque estas prácticas están en proceso de reducción, continúan evidenciando más de cinco siglos de resistencia y autogobierno al filo del control estatal.

Para estos tres antecedentes, la materialidad cultural, los monumentos arqueológicos, las identidades culturales y los saberes tradicionales representan elementos sociales del PCN que, antes que aclarar, dificultan la concepción relacional del Estado-patrimonio. Sin embargo, esta cultura material puede convertirse en escenarios donde proliferan actores políticos que persiguen legitimar su presencia o influir en comunidades locales a través de ambiguas fronteras de resistencia. Todavía es inexacto imaginar con rigidez que implica el uso político-electoral de un patrimonio cultural. Entonces, se empieza a observar que estas acciones proselitistas pueden reforzar el rol fundador del Estado y/o pueden brotar espacios fugaces, como frágiles, de diferenciadas autonomías sociales que construyen sus propias memorias y usos culturales como políticos de éstas.

Esas acciones buscan evitar la interpretación reduccionista de que la utilización de sitios arqueológicos simbólicos para eventos políticos, o la apropiación de símbolos culturales en discursos electorales, es un intento de actores políticos por acentuar aspectos de la identidad cultural nacional y, de este modo, poder ganar legitimidad y apoyo popular. En realidad, parece que esto es mucho más complejo, estas prácticas pueden ser vistas a modo de manifestaciones de cómo rezagos de antiguas y modernas formas de Estado y sus representantes interactúan con los bordes de éste, utilizando el patrimonio cultural o lo que represente una ancestralidad común como medio para consolidar su presencia y autoridad. Al mismo tiempo, esta serie de acciones facilita tensiones con las comunidades locales, que pueden percibir tales intervenciones como una instrumentalización o apropiación de su herencia cultural. Este breve antecedente permite analizar cómo el proselitismo político relacionado con el PCN refleja percepciones de los actores políticos para consolidar poder narrativo en tiempos electorales. Así, la naturaleza de estas prácticas afecta las relaciones entre el Estado y las comunidades, y cómo se (re)producen las identidades culturales en estos procesos.

MATERIALES Y MÉTODOS

En la forma en que se usa aquí la noción de usos y prohibiciones de patrimonio cultural se ensaya una descripción macroscópica para pensar en las instituciones relacionadas al sector Cultura y Justicia y su impacto en las identidades de la sociedad que no suelen ser tomadas en cuenta por el esquema político-representacional preexistente, es decir, aquel que reconoce básicamente las instituciones del sistema de representación y del sistema de partidos políticos, al mismo tiempo está restado en sus derechos y usos culturales. Se tiene en cuenta la tradición jurídica que inspira hasta la actualidad la doctrina del patrimonio cultural, como la Convención del Patrimonio Mundial de ICOMOS (Convención Sobre la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural, 1972) y la inclusión del patrimonio cultural inmaterial desde UNESCO (Tesoro [...], 2020), vista como parte actuante en los últimos años de derechos y políticas culturales

de cada país miembro. Para efectos de un enfoque práctico, conviene recordar algunos ejes conceptuales de patrimonio cultural, como ampliar el margen de lo que se conoce del proceso dinámico de las identidades y memorias colectivas, el constante movimiento y resignificación en el mundo contemporáneo, las dinámicas multivalentes de la modernidad que afectan a la gente y sus patrimonios (Bákula Budge, 2000; Urbano de Carvalho, 2000).

Como consecuencia, las instancias estatales han ido modelando sus normativas y procesos para declaratorias en materia de “cultura”. Así, en muchos lugares del Perú, las prácticas y saberes ancestrales, así como las antiguas edificaciones coloniales y prehispánicas, cuentan con declaratorias municipales hasta nacionales. Para ubicar mejor este panorama de los patrimonios culturales se ha tomado en cuenta la información del geoportal del Ministerio de Cultura. Incluso este recurso interactivo permite visualizar múltiples y heterogéneas capas de PC, entre ellas, Paisajes Culturales, Patrimonio Histórico Inmueble, Patrimonio Inmaterial, Patrimonio Mundial y el mapa de Paisajes Culturales, que permite ver los procesos de declaratoria (Perú, 2024); lo que nos remite nuevamente a la difícil sospecha de las posibilidades del Estado de perseguir y castigar a quien(es) en tiempo electoral haga(n) uso de su patrimonio cultural.

De cierta manera, este trabajo empezó en el *off the records* de un conversatorio virtual intitulado Reconectando con el Pasado: Experiencias y retos en la Gestión del Patrimonio Arqueológico Inmueble, en el foro La Huaca y el Municipio: iniciativas desde los gobiernos locales, de octubre del 2020.⁶ En esa ocasión, la mayoría de las panelistas tenían una amplia experiencia como patrimonialistas, principalmente relacionados a la gestión y puesta en valor de sitios arqueológicos desde las municipalidades, y manifestaron que muchas de las complicaciones legales y reales de los usos patrimoniales implican reflexiones de un mundo andino antiguo y contemporáneo que no alcanza a ser estatalmente controlado. Muchas de las formas conocidas en las que opera el Estado central y los gobiernos locales sobre sitios arqueológicos declarados PCN suelen ser controversiales, sino antes marginal.

Estas referencias reflejan características socioculturales ambiguas del aparato legal, de las instituciones relativas al PCN, de la ciudadanía, de los estudios patrimoniales que son susceptibles a este enfoque, sobre lo que podríamos denominar una etnografía de los márgenes del Estado (Das; Poole, 2008). Esta presentación busca, antes que definir, problematizar a los sujetos y objetos del PCN, insertado éste en prácticas, símbolos, representaciones, imágenes, lugares y lenguajes que bien podrían notarse en los bordes del discurso y dispositivos del Estado nación. Esto es, muchas de las realidades patrimoniales, especialmente las de carácter inmueble, monumental y precolombino, son pasibles de ser afectadas por múltiples usos y prohibiciones que contradicen normativas vigentes nacionales como estatutos y recomendaciones internacionales. De esa manera, en la última década se observa una mayor interacción entre comunidad y patrimonio, ciudadano y *huaca*, peruanas del presente y del pasado, que ha sido incomprensible para “controlar” la trayectoria de usos de los patrimonios culturales frente a las prohibiciones y puniciones normadas.

El abordaje etnográfico de los márgenes del Estado en relación con el uso electoral de monumentos arqueológicos requiere un tratamiento cualitativo basado en casos clave.

⁶ El evento fue organizado por el Ministerio de Cultura y en esta mesa participaron: Hector Walde, Mónica Suárez, Daniel Saucedo, Evedardo Vitonera y Hernán Hurtado.

Siguiendo el enfoque de Das y Poole (2008), este estudio se centrará en cómo los PCN son usados en contextos electorales, colocando especial atención a las narrativas y las percepciones sociales del uso patrimonial. La investigación, a partir de los casos de estudio, analizará cómo se reinterpretan estos bienes culturales dentro del discurso político-electoral. Paralelamente, se examina la narrativa asociada a los materiales de campaña, como discursos, afiches y publicaciones en redes sociales, que reflejen las pretensiones simbólicas empleadas. Finalmente, la observación participante en eventos políticos desarrollados en monumentos arqueológicos permitirá captar las interacciones latentes entre el Estado, los candidatos y la comunidad, evidenciando la producción y reproducción de los márgenes del Estado en estos escenarios ritualizados de poder.

A partir de ese diálogo sobre la fragilidad de los sitios arqueológicos frente a una baraja de problemas, se destacan las autoridades políticas que actúan sobre sitios arqueológicos y otras expresiones de patrimonio cultural. Estas generalidades pueden notarse con mayor realce en tiempos electorales porque es casi inevitable que las imágenes y relatos que hacen alguna referencia a un PCN, algún bien que es parte de un PCN, o simplemente un potencial PCN, pasen desapercibidas. El siguiente apartado presenta casos de PCN y sus usos en propaganda política y electoral. La revisión de esa casuística implica sus contextos jurídicos y un recuento de la narrativa entorno al PCN.

EL CASO SÍMBOLO DE MACHU PICCHU

El desenlace del caso de Aly Félix León, quien ha sido procesado por las instituciones respectivas, permitirá evaluar en el futuro los usos permitidos desde la perspectiva legal y ética frente a un listado de usos prohibidos. Para ejemplificar mejor este propósito, es importante destacar que la prohibición aludida involucra específicamente a dos entidades: el Ministerio de Cultura (MC) y el Jurado Nacional de Elecciones (JNE). El denunciado, como ya se ha mencionado, cometió una serie de acciones punibles, y entre ellas destaca que infringió el reglamento del Texto Único de Procedimientos Administrativos (TUPA) del MC y el reglamento de Propaganda Electoral del JNE (Aprueban [...], 2020; Confirman [...], 2018).

Zahondemos un poco más en este documento. El anexo del TUPA del MC establece ciertos requisitos y restricciones para las filmaciones, que incluye usos publicitarios y electorales. Para esto, recordemos que existen experiencias ligadas a Machu Picchu que remarcan la importancia de limitar las filmaciones publicitarias. Para muestra un botón, en el año 2000 se produjo un incidente en el que una grúa de cámara de filmación cayó sobre el *Intihuatana*, ocasionando daños a la estructura de piedra, durante la grabación de un comercial de la cerveza Cusqueña de la empresa Backus. También está el caso de Greenpeace en el 2008, cuando actuaron impunemente al afectar la estructura de un muro inca con propaganda política (Condenan [...], 2008). En 2014, la misma organización proyectó un mensaje sobre el Huayna Picchu, un sector alto y restringido de Machu Picchu, y sobre las líneas de Nasca, al sur de Ica, con el lema “Salven el clima, el sol es la respuesta” (Greenpeace United for Climate, 2014). Estas acciones, consideradas ilegales y punibles, formaron parte de una propaganda política en el marco de la Conferencia de las Partes del Convenio Marco de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático, también llamado COP20, que se llevaba a cabo en la ciudad de Lima en ese momento.

Para entonar esta comparación de eventos propagandísticos sobre patrimonio edificado prehispánico, existe una retahíla de antecedentes en la última década. Pero, conviene anotar que, ya para el año 2018, hubo candidatos que fueron denunciados por grabar propaganda política en la célebre *llacta* de Machu Picchu. Estos incidentes llevaron a que se preparara y promulgara la Resolución n.º 0078-2018-JNE, aunque

fue dejado sin efecto por la Resolución n.º 0306-2020-JNE, se mantuvieron las mismas restricciones referidas al PCN, la cual establece el Reglamento de Propaganda Electoral, Publicidad Estatal y Neutralidad en el Periodo Electoral. Como podemos advertir, este tipo de eventos lamentablemente no han abierto una discusión ética, jurídica, arqueológica e interpretativa sobre los alcances y límites de uso de sitios arqueológicos: ¿Qué es lo que finalmente se usa de (específicamente lo material de) un PCN?

RESULTADOS

A partir de los márgenes legales se pueden observar variaciones de valoraciones en cuanto al uso patrimonial en contextos socioculturales específicos de propaganda política y electoral. Aunque estos marcos no representan la totalidad de la acción social que opera sobre los bienes declarados PCN, es posible caracterizar comunidades de valoración en torno al uso patrimonial más allá de alguna notoriedad en los discursos electorales, preferentemente centrados en sitios arqueológicos. Las instituciones, sean el Estado, mediante sus instancias de gobierno, UNESCO u otros organismos, a cargo de controlar el uso del PCN definen una visión de recurso (patrimonial) cultural que prioriza lo monumental y excepcional con relación a un potencial recurso económico antes que un espacio público. Esta consideración es conflictiva si se tiene en cuenta que existe un amplio espectro de usos de los PCN que discrimina el ejercicio político-electoral *per se*.

Sobre la Base legal

Ahora bien, al revisar el reglamento de propaganda electoral, señala en su artículo 3, como base normativa a la Ley n.º 28296, Ley General del Patrimonio Cultural de la Nación, o también conocida como Ley de Cultura, que indica a pie juntillas:

Artículo 7.- Infracciones sobre Propaganda Electoral, que determina que constituyen infracciones en materia de propaganda electoral en el acápite 7.12: Realizar propaganda electoral en los bienes que constituyen Patrimonio Cultural de la Nación (resaltado propio).

Del juego entre propaganda y propaganda electoral, se observa el *Artículo 13.- De la admisibilidad*, en el acápite 13.2 Si se trata de la infracción prevista en el numeral 7.12 del artículo 7, referido a bienes que constituyen Patrimonio Cultural de la Nación, donde solo se ordena la remisión de copias de lo actuado al Ministerio de Cultura y al Ministerio Público, para que procedan de acuerdo con sus atribuciones. Enfatizamos en este primer hallazgo, y es que la obligación de la DDC-Cusco es, estricta y finalmente, solo informar al JNE, entonces aquí se conjura un nudo gordiano sobre usos y prohibiciones; al insistir empero en la facultad de las instituciones para actuar, antes que prohibir o castigar. En este caso, la DDC, siguiendo su reglamento de roles y funciones, remite la denuncia al JNE para recibir la misma denuncia con algún informe para, en el mejor de los escenarios, coordinar acciones conjuntas.

En cualquier caso, el Ministerio Público debería tomar la iniciativa y actuar de oficio. Sin embargo, es de conocimiento público que, a menos que haya presión mediática o voluntad política por parte de la ciudadanía organizada y/o las autoridades competentes, estos temas suelen ser los menos tratados o, para efectos pragmáticos, suelen ser archivados debido a que no son una prioridad para la fiscalía y no cuentan con la capacidad operativa necesaria para atender esta carga procesual, entre éstos el personal y los recursos, para abordarlos.

Por un lado, en los últimos años han crecido los operativos coordinados con la Fiscalía y la Policía Fiscal de Patrimonio Cultural para “prevenir la posible comisión del delito contra el patrimonio cultural en su modalidad de extracción ilegal de bienes culturales, en agravio del Estado, al considerar pertinente iniciar indagaciones toda vez que existiría el riesgo efectivo de que personas no identificadas podrían incurrir en la comisión del delito contra el patrimonio cultural” (Fiscalía [...], 2024). Se pueden subrayar los trabajos conjuntos de estos actores en puertos y aeropuertos que han logrado impactar en el tráfico, subastas y repatriaciones de bienes culturales. Imaginemos el tiempo, capital humano y presupuestos que podrían requerir todas estas gestiones. Sin embargo, este tipo de acciones no se han prestado para controlar o prevenir infracciones sobre propaganda electoral.

Por otro lado, tal vez lo más destacado sean los procesos conocidos como “invasiones” o relacionados al tráfico de tierras que, en el mejor de los casos, un fiscal y un operativo policial hacen valer la ley por mandato judicial. No es extraño asociar campañas municipales a promesas de actuar sobre *huacas* y/o sitios arqueológicos. Pero, en líneas generales, aunque es sensato suponer que realmente no se cumple esta normativa en el ámbito electoral, revisemos algunos casos para darle una mirada triangular a lo que se permite frente a lo que se prohíbe y frente a lo que sucede.

De esta forma, el JNE tiene la facultad de imponer sanciones que van desde amonestaciones públicas (artículo 39) hasta multas graduadas (artículos 40 y 41), en el ejercicio de sus competencias. Hasta la fecha no existe data al respecto, tanto arqueólogos como abogados especializados en el sector Cultura desconocen si ha habido casos de multas y si éstas han sido debidamente pagadas o no. Otro antecedente que conviene anotar es que, por el año 2019, la Municipalidad Provincial de Arequipa en su Ordenanza Municipal n.º 124 resolvió que multaría con 8400 soles a los titulares de casonas que permitiesen el montaje y/o la colocación de propaganda política, comercial u otros elementos que afecten el estado visual del Centro Histórico de la Ciudad Blanca por ser un espacio, concretamente se refiere a los edificios con carga monumental, declarado PCN⁷ (Arequipa [...], 2019). Esta iniciativa buscaba desinflar la contaminación visual, especialmente de propaganda electoral en los meses previos a las elecciones regionales y municipales, pero se ignora si contó con procesados o si existe más información sobre la operatividad de la ordenanza.

Discusión. Un Sin embargo...al uso

Es importante señalar que la prohibición de realizar propaganda electoral en los bienes que constituyen Patrimonio Cultural de la Nación (PCN) es ampliamente interpretativa y convencionalmente se refiere a inmuebles o sitios arqueológicos prehispánicos. En primer lugar, ¿por qué debería ser prohibido e infraccionado este tipo de actividad? Si bien existe el riesgo de afectación de dichos bienes y también la presunción de un uso político, electoral y maniqueo de un bien declarado como PCN. Entonces, para ahondar en la anterior interrogante, ¿se estaría cometiendo una infracción si se realizara propaganda electoral en un sitio que no esté declarado

⁷ La Resolución Suprema n.º 2900-72-ED, de 1972, declara a la ciudad antigua como Zona Monumental y a sus edificios con valor histórico como Monumentos Nacionales. Años después, el Decreto Supremo n.º 012-77-IT, de 1977, para delimitar y presentar especificaciones del área monumental (Centro [...], 2018).

como PCN? Presumiblemente sí, pero hasta el momento esto ocurre en una medida apenas perceptible por parte de las funciones y acciones del JNE. Es decir, esto acontece en instancias donde el Estado no alcanza a fundar fronteras ni definir las prácticas político-sociales vinculadas a herencias culturales.

Por ejemplo, en los centros urbanos cercanos a sitios arqueológicos o *huacas* destacadas por su monumentalidad en el Perú, suele haber una presencia de proselitismo político con ofertas y promesas electorales de representación aparentemente bastante simple, aprovechando en algunas situaciones el atractivo del turismo receptivo. De hecho, se percibe una rentabilidad económica junto con las valoraciones culturales en distritos de la costa, sierra y amazonía peruana que promocionan los sitios arqueológicos en sus jurisdicciones. Aunque esta discusión no es novedosa en su esencia, es parte de un problema de moderna continuidad histórica que consideran factible la aplicación de principios microeconómicos a estos bienes culturales para potenciar su movilidad mercantil (Krebs; Schmidt-Hebbel, 1999). Hay numerosos ejemplos de “el otro Machu Picchu...” a nivel nacional que ilustran esta realidad.

Es cierto que el Estado enfrenta dificultades para controlar esta situación más allá de los instrumentos legales existentes. Así, todo el andamiaje de instituciones estatales ensaya ser más efectivo o ejercer un control efectivo y realista de los usos idóneos de un PCN. Aunque no es el eje de este trabajo, dimensionar las formas en que operan los controles estatales de cultura permite notar otra cuestión recurrente: ¿Se violaría el principio de neutralidad si se utiliza un PCN para una filmación de propaganda electoral? En realidad, no se violaría dicho principio, sin embargo, siempre existen casos destacados como el del candidato Aly Félix León de Cusco que nos invitan a reflexionar sobre si el ejercicio político-electoral contraviene, o no, el uso adecuado de un bien PCN.

Siguiendo la tradición jurídica y casuística conocida, existe un consenso en la necesidad de aclarar y establecer si un patrimonio, al pertenecer a la nación, está apto para ciertos usos, ya sean directos o indirectos. Esto implicaría el desarrollo de una reglamentación específica y realista, basada en opiniones técnicas del MC, el JNE y MP. Si hipotéticamente otro candidato a congresista por Cusco, o cualquier ciudadano peruano, desea utilizar, ya sea de manera real o simulada, un sitio arqueológico como referencia a su legítima identidad en un video de propaganda electoral, esto tendría el mismo valor que un video doméstico o informal. Sin embargo, como hemos visto que está establecido, actualmente este tipo de uso se encuentra prohibido. Es importante considerar si la prohibición actual abarca todos los escenarios posibles y si es necesario realizar ajustes para abordar casos particulares como este. Para ilustrar esta situación se puede mencionar a las Huacas de Moche, también conocidas como del Sol y de la Luna, en Trujillo; La Libertad, donde el arqueólogo Ricardo Morales en el 2014 y 2019 llamó la atención sobre la contaminación del paisaje arqueológico por propaganda electoral, demandando acciones efectivas, medidas preventivas, y dispositivos legales sancionadores, como alguna ordenanza municipal para contrarrestar la colocación de propaganda electoral en la zona de amortiguamiento (Trujillo [...], 2014, 2019) (ver Figura 3).

Se tiene noticia que, para las elecciones regionales y municipales del 2019, el JNE reportó “19 incidencias de propaganda electoral que atenta contra el patrimonio cultural”, entre éstas se destacan sitios listados como PCN, como Huaca Naranjal, ubicada en el distrito limeño de Los Olivos y declarada PCN en 1998, o el Centro Histórico del Callao declarado PCN en 1972 (Elecciones, 2018). Así, la fiscalización de los casos de Patrimonio Cultural de la Nación que incluyen manifestaciones culturales denominadas “inmateriales”, como danzas, fiestas, lenguas, etc., que cuentan con declaratoria, pueden ser una casuística cargada de controversias. En el marco de la Resolución Ministerial

338-2015-MC, es importante considerar cómo se puede garantizar el respeto y la valoración de estas expresiones culturales, así como prevenir supuestos usos inapropiados para fines de propaganda electoral.

Figura 3. Propaganda política en la zona de amortiguamiento de las Huacas de Moche (2019).



Fuente: RPP.

Un caso pertinente es la Danza de Tijeras, la cual ha sido declarada PCN desde el año 2005, inscrito en la lista de Unesco como Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad (La Danza [...], 2010), y en su concepción jurídica abarca la lengua *quechua* en su variante *chanka*, así como un extenso territorio que incluye las actuales regiones de Apurímac, Ayacucho, Huancavelica y la zona norte de Arequipa (Denuncian [...], 2021). Surge la interpelación de si su uso, directo o indirecto de este PCN, en material fílmico para fines de propaganda electoral cumple con las normativas vigentes, incluso si este PCN se desarrolla en otras regiones diferentes, como en algunas provincias de Junín⁸ o en algunos distritos populares de Lima.

ANALICEMOS EL CASO DE LAS TIJERAS

Es evidente que se puede transgredir la normativa del JNE, ya sea por ignorancia o conocimiento. Sin embargo, realizar un *spot* electoral con un uso premeditado de un bien inmaterial no estaría contemplado como una infracción según la Directiva 003-2015-MC (Perú, 2015). Dicha directiva establece lo siguiente:

“6.2 Sobre la propiedad de los bienes inmateriales. En virtud de lo dispuesto en el Artículo 2 de la Ley 28296, Ley General del Patrimonio Cultural de la Nación, los bienes culturales inmateriales integrantes del

⁸ En el 2019, en el distrito huancaíno de Chilca en Junín, un alcalde inauguró un parque temático “intercultural” donde se presentaba una escena de Danza de Tijeras.

Patrimonio Cultural de la Nación, por su naturaleza, pertenecen a la Nación. Las comunidades que mantienen y conservan bienes culturales inmateriales pertenecientes al Patrimonio Cultural Inmaterial son poseedoras directas de dicho Patrimonio. El Estado y la sociedad tienen el deber de proteger dicho patrimonio.”

Es cierto que la prohibición en este asunto puede resultar ambigua. A pesar de que el espíritu de la ley, de paradigma defensorista, busca proteger los bienes que constituyen un PCN –como cuando un Estado nación moderno construye muros de concreto en sus fronteras–. Visto de otra forma, los PCN han evolucionado en su concepción e incluyen un inventario de “cosas” inmateriales, quizá entre lo más enredado está la aun difícil comprensión y delimitación de los bienes culturales inmateriales. No obstante, también es necesario reevaluar el significado de las valoraciones e identidades locales presentes en la etnografía que aportan las propagandas electorales.

Se conoce que estas representaciones han sido parte de los discursos políticos en distintos periodos, por señalar el caso de la relación de parentesco entre el *taki onkoy* y la danza de tijeras, o las denominaciones coloniales a ciertas danzas de tijeras, como los *gala* de Huancavelica, los *dansaq* de Ayacucho e incluso subdivisiones, como los Pacha Ángeles o Ángeles de la fuente de las provincias de Lucanas, Parinacochas y Sucre (Montoya Rojas, 2014), y seguramente la extensión de las prohibiciones religiosas a la danza de tijeras por ser llamados popularmente *supaypa wawan*, o en una genérica traducción del quechua “hijos del diablo”, hasta las prohibiciones legales en tiempos republicanos.

Es fundamental abrir un debate crítico sobre estas narrativas y normativas a la par de promover una permanente reflexión sobre lo que se considera PCN, e incluso las declaratorias regionales y locales de patrimonio cultural, en el ámbito electoral, para que la ciudadanía interesada pueda optar por decisiones informadas y racionales. Para este tipo de problemas, es conveniente revisar la casuística sudamericana; y se puede señalar el caso jurídico y proteccionista del patrimonio inmaterial y sus componentes en Argentina, como los saberes tradicionales y conocimientos de transmisión oral, basados inicialmente en la convención de UNESCO del 2003, que ha construido su propia trayectoria histórica de implementación, reglamentación, reflexión e identificación de problemas en cuanto a las dimensiones, cambios y continuidades del patrimonio cultural, como el poder e impacto de los inventarios de patrimonio cultural (Levrant, 2022).

Además de lo expuesto, es válido prestar atención a la propuesta de *habitus* espacial de Armstrong (2012), que desarrolla una propuesta de reversión del *habitus* bourdieusiano a la dicotomía de patrimonio tangible e intangible y de la reutilización de materiales prehispánicos por sociedades que ocupan tradicionalmente áreas de Yucatán en México, donde las personas tradicionalmente [re]utilizan “cosas arqueológicas” frente a los conflictos que supone la normativa del patrimonio cultural. De forma razonable, es vigente discutir la vitalidad del patrimonio y los nuevos abordajes como problemas referidos a la relación realista entre los cambios y continuidades de los usos sociales del PCN y sus implicancias socioculturales y políticas. En este contexto, ¿qué piensa la sociedad sobre el uso de un PCN? Una provisional respuesta es que la percepción social, como la memoria colectiva, está en constante interacción mucho más allá de esquemas restrictivos y generalistas.

REFLEXIONES FINALES

Para retomar los puntos de partida sobre Das y Poole (2008), como hemos podido revisar en los casos vertidos, los márgenes del Estado no pueden ser solo ausencia

de legalidad, sino son espacios de producción de poder, es decir, donde se negocia y resignifica la sucesión del poder. En términos proselitistas, los actores contextuales explotan estos márgenes patrimoniales –“zonas intangibles”, rituales, fiestas tradicionales no normadas– para articular demandas y al mismo tiempo para visibilizarse como líderes legítimos ante sus iguales sociales. En esa línea, es posible discutir que la gobernanza se ejerce con decretos y controles policiales, pero sobre especialmente en la cotidianeidad; las limpias de acequia funcionan simultáneamente como prácticas de gestión social y como actos de soberanía patrimonial. Quizá una primera reflexión sea atender a qué este tipo de regímenes normativos que afectan a los PCN deben ampliarse para abrazar en la práctica aspectos consuetudinarios, económicos y políticos.

Así, resultaría beneficioso considerar alternativas en aquellos casos en los que la voluntad política, tanto a nivel público como privado, surge durante las campañas electorales. En ocasiones, la narrativa de promesas de campaña implica mejoras en *huacas* cercanas o dentro de comunidades urbanas y rurales. En la actualidad, con la disponibilidad de material fílmico, es más fácil hacer referencia a estas situaciones. Sin embargo, es importante evaluar cuidadosamente la viabilidad y el compromiso real detrás de estas promesas, así como garantizar una adecuada gestión de los recursos públicos y privados para cumplir con los compromisos asumidos. A pesar de existir una realidad jurídica sobre el uso de bienes patrimoniales, los instrumentos, como los planes de gobierno, volumétricamente toneladas de papel y archivos en kilobytes, no han implicado con seriedad estos temas, salvo contadas excepciones.

El accionar ilegal ocurre cuando la oferta política-electoral fomenta invasiones de sitios arqueológicos y el tráfico de tierras. Estas prácticas deben ser detectadas, denunciadas y sancionadas de acuerdo con la normativa vigente, la cual está claramente establecida y respaldada por jurisprudencia. Este contexto de análisis sobre el tráfico de tierras que supone la destrucción de un sitio arqueológico es preexistente y eludible a las normativas que hemos revisado. A pesar de ello, todavía existen zonas arqueológicas (intangibles) ocupadas irregularmente y con títulos de propiedad. Todo esto, en parte, refleja un problema persistente y antiguo: la necesidad de llevar a cabo un proceso de saneamiento físico y legal de los sitios arqueológicos afectados.

Es relevante cuestionar y evaluar las ambigüedades, vacíos legales o tecnicismos que existen en cuanto a las prohibiciones relacionadas con los usos del PCN, especialmente sobre los bienes inmuebles, monumentos y materiales arqueológicos. Es necesario comprender con precisión qué es lo que se prohíbe exactamente, tanto su proceso como sus efectos directos y colaterales, especialmente cuando no existe un riesgo evidente de afectación a estos sitios. Además, es importante promover el ejercicio ciudadano de los derechos culturales, lo cual implica valorar, comprender y potenciar el uso adecuado del espectro denominado como PCN.

Concluiré estas reflexiones con dos problemas abiertos: primero, lo que se piensa sobre el uso de PCN, seguido de lo que se practica, se reproduce y afecta los usos del PC. En los últimos años la amplia tipología y contenidos de PCN ha relativizado la imaginación respecto a los usos y en efecto esto hace notar un desfase de las normativas y, para enmarcar este primer raciocinio, un *hub* de nuevos usos que desborda esquemas previos: desde el uso de la imagen patrimonial hasta el diseño de actividades diversas sobre huacas declaradas PCN. Lo que hasta hace poco se consideraba un modelo de espacio público para repensar los PCN, parece que en la práctica se pueden medir nuevas modalidades de apropiación, uso y ocupación de sitios arqueológicos, especialmente en áreas urbanas que subvierten, evaden y actúan sobre las prohibiciones vigentes y en ocasiones opera con la propaganda político-electoral. Los casos que se

han podido revisar aquí son una muestra no representativa de un fenómeno social en ciernes. La emergencia de políticas culturales en diferentes niveles de gobierno es crítica por su ausencia o, cada vez se puede ver más de esto, es la inversión pública que significa el mantenimiento de PCN que son sitios arqueológicos que no alcanzan a ser comprendidos como recursos económicos. Las prohibiciones del uso de PCN para propaganda electoral son, como se ha podido repasar, una práctica que, antes de explicar y proponer, castiga y margina prácticas que podrían entenderse como botones de valoración cultural.

En segundo punto, un uso político-proselitista del patrimonio explota precisamente esos botones de valoración cultural: se invoca la normativa cuando conviene (por ejemplo, el caso de Machu Picchu), pero se recurre también a normas comunales (para refrendar asambleas y rituales) y a justicia electoral (promesas de inversión cultural). Esa capacidad de transitar entre regímenes es lo que vuelve al patrimonio un recurso estratégico tan potente como marginal y divergente.

AGRADECIMIENTOS

Agradezco a la Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por la beca brindada durante la escrita de este trabajo.

En recuerdo al arqueólogo Santiago Rivas⁹ y al alcalde Óscar Paredes, dos peruanos que iniciaron su viaje al *ukupacha* en el 2021.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRUEBAN el Reglamento sobre Propaganda Electoral, Publicidad Estatal y Neutralidad en Periodo Electoral. *El Peruano*, 9 nov. 2020. Disponible em: <https://busquedas.elperuano.pe/dispositivo/NL/1883874-1>. Acceso em: 6 nov. 2025.

AREQUIPA prohíbe propaganda electoral en el centro histórico de la Ciudad Blanca. *Andina: Agencia Peruana de Noticias*, Arequipa (Perú), 22 nov. 2019. Disponible em: <https://andina.pe/agencia/noticia-arequipa-prohibe-propaganda-electoral-el-centro-historico-de-ciudad-blanca-775942.aspx>. Acceso em: 6 nov. 2025.

BÁKULA BUDGE, Cecilia Crescencia. Tres definiciones en torno al patrimonio. *Turismo y Patrimonio*, n. 1, p. 167-174, 2000.

CENTRO Histórico de la Ciudad de Arequipa Patrimonio Cultural. *UNESCO*, 21 ago. 2018. Disponible em: <https://catedraunesco.usmp.edu.pe/2018/08/21/centro-historico-de-la-ciudad-de-arequipa-patrimonio-cultural/>. Acceso em: 6 nov. 2025.

CONDENAN uso de Machu Picchu para protesta de Greenpeace. *Andina: Agencia Peruana de Noticias*, Lima (Perú), 17 mayo 2008. Disponible em: <https://andina.pe/agencia/noticia-condenan-uso-machu-picchu-para-protesta-greenpeace-175430.aspx>. Acceso em: 6 nov. 2025.

CONFIRMAN resolución mediante la cual se autorizó a PromPerú la publicidad estatal únicamente en los medios de comunicación que establece la Ley que Regula el Gasto de Publicidad del Estado Peruano. *El Peruano*, 8 set. 2018. Disponible em: <https://busquedas.elperuano.pe/dispositivo/NL/1747629-5>. Acceso em: 6 nov. 2025.

⁹ Conocí a Santiago “Shanti” en el Pacaya, de ahí navegamos hasta Iquitos en más de una ocasión entre 2013 y 2015. Participó como invitado en la comisión de Cultura del Plan de Gobierno del APRA, donde fui miembro titular entre los años 2015 y 2016.

CONSTRUCCIÓN de cementerio Covid-19 en Culebrillas generó perjuicio por casi S/ 1 millón en Arequipa. *Gob.pe*, 31 ago. 2022. Disponible em: <https://www.gob.pe/institucion/contraloria/noticias/645825-construccion-de-cementerio-covid-19-en-culebrillas>. Acceso em: 6 nov. 2025.

CONVENCIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN DEL PATRIMONIO MUNDIAL, CULTURAL Y NATURAL, 17 oct.-21 nov.1972, París. Disponible em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>. Acceso em: 6 nov. 2025.

DANZA de las Tijeras y Danza Ritual Huaconada de Mito conmemoran 10 años de Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad. *Gob.pe*, 16 nov. 2020. Ministerio de Cultura. Disponible em: <https://www.gob.pe/institucion/cultura/noticias/314459-danza-de-las-tijeras-y-danza-ritual-huaconada-de-mito-conmemoran-10-anos-de-patrimonio-cultural-inmaterial-de-la-humanidad>. Acceso em: 6 out. 2025.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, v. 27, n. 27, 2008. Disponible em: <https://www.researchgate.net/publication/28290937>. Acceso em: 6 nov. 2025.

DENUNCIAN a candidato por filmar en Machu Picchu propaganda para campaña electoral. *Andina: Agencia Peruana de Noticias*, Cusco (Perú), 18 ene. 2021. Disponible em: <https://andina.pe/agencia/noticia-denuncian-a-candidato-filmar-machu-picchu-propaganda-para-campana-electoral-781891.aspx>. Acceso em: 6 nov. 2025.

ELECCIONES 2018: detectan 19 casos de propaganda que atenta patrimonio cultural. *Andina: Agencia Peruana de Noticias*, Lima (Perú), 19 ago. 2018. Disponible em: <https://andina.pe/agencia/noticia-elecciones-2018-detectan-19-casos-propaganda-atenta-patrimonio-cultural-721501.aspx>. Acceso em: 21 nov. 2025.

FISCALÍA realiza acciones para prevenir extracción y comercialización de bienes del patrimonio cultural de la nación. *Gob.pe*, 4 abr. 2024. Ministerio Público Fiscalía de la Nación. Disponible em: <https://www.gob.pe/institucion/mpfn/noticias/930351-fiscalia-realiza-acciones-para-prevenir-extraccion-y-comercializacion-de-bienes-del-patrimonio-cultural-de-la-nacion>. Acceso em: 6 nov. 2025.

GREENPEACE UNITED FOR CLIMATE. *BREAKING: @Greenpeace sends a message ahead of #COP20 to call for 100% renewable energy by 2050 at #machupicchu*. Perú, 30 nov. 2014. X [Twitter]: @GreenpeaceU4C. Disponible em: <https://twitter.com/GreenpeaceU4C/status/539147632208519168>. Acceso em: 6 nov. 2025.

HUMALA TASSO, Ollanta. *Nuestra gente es la garra y coraje de este país, y merece todo mi respeto*. A partir del 28 de julio vamos trabajar duro para vencer la crisis y garantizar un futuro seguro para todo el Perú. #OllantaPresidente2021 #FuturoSeguro #Peru #Elecciones2021. Perú, 30 ene. 2021. X [Twitter]: @Ollanta_HumalaT. Disponible em: https://twitter.com/Ollanta_HumalaT/status/1355701893847199754. Acceso em: 6 nov. 2025.

HURTADO CASTRO, Hernán Iván. *Paisaje y Ancestros: La materialización del mito desde la arqueología en la cuenca alta del Chillón, caso de Cushpa-Cullhuay*. 2019. Universidad Nacional Federico Villarreal, Lima, 2019.

INTERNATIONAL IDEA. Panorama mundial de la COVID-19: Impacto en las elecciones. 1 dez. 2022. Disponible em: <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections>. Acceso em: 19 nov. 2025.

KREBS, Magdalena; SCHMIDT-HEBBEL, Klaus. Patrimonio cultural: aspectos económicos y políticas de protección. *Perspectivas en Política, Economía y Gestión*, v. 2, n. 2, p. 207-245, 1999.

- LA DANZA de las tijeras. UNESCO, 22 oct. 2010. Disponible em: <https://ich.unesco.org/es/RL/la-danza-de-las-tijeras-00391>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- LERCHE, Peter Tomas. “Quiero trabajar por esta hermosa tierra”. *Andina: Agencia Peruana de Noticias*, 8 jan. 2007. Disponible em: <https://portal.andina.pe/edpespeciales/especiales/2005/marzo/entrevistas/chachapoyas.html>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- LEVRAND, Norma E. Custodiar lo etéreo: avances y desafíos en la protección jurídica del patrimonio inmaterial en Argentina. *Estudios Sociales*, v. 61, n. 1, p. 1-18, 2022.
- MONTOYA ROJAS, Rodrigo. El buen danzante de tijeras recoge agua con una canasta. *Investigaciones Sociales*, v. 11, n. 19, p. 15-54, 2014.
- PERÚ. Ministerio de Cultura. *Directiva n. 003-2015-MC, de 13 de abril de 2015. 1-10*. Medidas de austeridad, racionalidad y disciplina en el gasto institucional del Ministerio de Cultura. Disponible em: <https://www.gob.pe/institucion/cultura/normas-legales/206343-003-2015-mc>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- PERÚ. Ministerio de Cultura. *Memoria Descriptiva de Kuélap*. [s. l.], p. 16. 2023.
- PERÚ. Ministerio de Cultura. *Sitios del Patrimonio Mundial*, Geo Portal. [s. l.: s. n.], 2024. Disponible em: <https://geoportal.cultura.gob.pe/mapa/portal>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- PERÚ. Ministerio de Educación. Resolución Ministerial n. 798-86-ED, el 30 de diciembre de 1986. *Diario Nacional El Peruano*: 30 dez. 1986.
- PERÚ. Superintendencia Nacional de Bienes Estatales. Resolución n. 0290-2016/SBN-DGPE-SDDI, el 16 de mayo de 2016. *Subdirección de Desarrollo Inmobiliario*: p. 1-3, 16 dez. 1986. Disponible em: https://www.sbn.gob.pe/Repositorio/resoluciones_sbn/2021/SDI/0290-2016sbn-dgpe-sddi-2021-06-24_0-1624556640.pdf
- PERÚ, C. D. PROYECTO DE LEY QUE DECLARA DE INTERÉS NACIONAL LA INVESTIGACIÓN, CONSERVACIÓN. *Congreso*, 20 dez. 2018. Disponible em: <https://www.leyes.congreso.gob.pe/Documentos/2016_2021/Proyectos_de_Ley_y_de_Resoluciones_Legislativas/PL0375020181220.pdf>.
- TESAURO de la UNESCO. UNESCO, 2020. Disponible em: <https://vocabularies.unesco.org/browser/thesaurus/es/search?clang=es&q=patrimonio+cultural>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- TRUJILLO: César Acuña colocó propaganda electoral en ingreso a Huaca del Sol. *Perú21*, 26 ago. 2019. Disponible em: <https://peru21.pe/lima/trujillo-cesar-acuna-coloco-propaganda-electoral-ingreso-huaca-sol-177614-noticia>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- TRUJILLO: Exigen prohibir propaganda electoral en Huacas de Moche. *RPP*, Trujillo, 1 ago. 2014. Disponible em: <https://rpp.pe/peru/actualidad/trujillo-exigen-prohibir-propaganda-electoral-en-huacas-de-moche-noticia-712724>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- UCEDA, Ricardo. El Informante: El cambiazo, por Ricardo Uceda. *La República*, 10 feb. 2021. Disponible em: <https://larepublica.pe/politica/2021/02/09/el-informante-el-cambiazo-por-ricardo-uceda>. Acceso em: 6 nov. 2025.
- URBANO DE CARVALHO, Henrique Oswaldo. Patrimonio y modernidad. *Turismo y Patrimonio*, n. 1, p. 1-13, 2000.
- VILLAR CÓRDOBA, Pedro. Las ruinas de la provincia de Canta. *Revista Inca*, v. 1, p. 1-23, 1923.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTIGO

TERREIRO DO BOGUM: ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA EM DIÁLOGO COM O LEGADO RELIGIOSO DAS GUERREIRAS MINO

Rodrigo Nogueira Martins*

RESUMO

Este artigo investiga como os artefatos e os rituais do Terreiro do Bogum, em Salvador, Bahia, preservam a memória do antigo Reino do Dahomé por meio das Guerreiras Mino, refletindo os processos de resistência da tradição Jeje na diáspora africana. Com base nos aportes da Arqueologia da Repressão e da Resistência e da Arqueologia da Diáspora Africana, analisa-se a transformação simbólica de artefatos em objetos sagrados. A metodologia articula observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise descritiva das materialidades sagradas. Os resultados indicam que a resignificação dessas materialidades transcende o campo litúrgico, atuando como um mecanismo ativo de resistência cultural e afirmação identitária afrodescendente, além de contribuir para os debates sobre memória, espiritualidade e agência material nos estudos da diáspora africana.

Palavras-chave: Arqueologia da repressão e da resistência; Arqueologia da Diáspora Africana; arqueologia do feminino; Guerreiras Mino; Terreiro do Bogum.

* Doutorando em Ciência da Religião PPCIR/UFJF, Mestre em Arqueologia Museu Nacional PPGArq/UFRJ, Mestre em Ciência da Religião PPGCR/PUC-Minas.
E-mail: rodrygovirtual@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6068-5430>

TERREIRO DO BOGUM: ARCHAEOLOGY OF REPRESSION AND RESISTANCE IN DIALOGUE WITH THE RELIGIOUS LEGACY OF THE MINO WARRIORS IN BRAZIL

ABSTRACT

This article investigates how the artifacts and rituals of the Terreiro do Bogum, in Salvador, Bahia (Brazil), preserve the memory of the ancient Kingdom of Dahomey via the legacy of the Mino Warriors, reflecting the resistance processes of the Jeje tradition within the African diaspora. Drawing on the frameworks of the Archaeology of Repression and Resistance and the Archaeology of the African Diaspora, the study analyzes the symbolic transformation of artifacts into sacred objects. The methodology combines participant observation, semi-structured interviews, and descriptive analysis of sacred materialities. The results indicate that the resignification of these materialities transcends the liturgical domain, functioning as an active mechanism of cultural resistance and Afro-descendant identity affirmation, while also contributing to broader debates on memory, spirituality, and material agency in African diaspora studies.

Keywords: Archaeology of Repression and Resistance; Archaeology of the African Diaspora; Archaeology of the Feminine; Mino Warriors; Terreiro do Bogum.

TERREIRO DO BOGUM: ARQUEOLOGÍA DE LA REPRESIÓN Y LA RESISTENCIA EN DIÁLOGO CON EL LEGADO RELIGIOSO DE LAS GUERRERAS MINO EN BRASIL

RESUMEN

Este artículo analiza cómo los artefactos y los rituales del Terreiro do Bogum, en Salvador, Bahía (Brasil), preservan la memoria del antiguo Reino de Dahomey a través del legado de las guerreras Mino y reflexiona sobre los procesos de resistencia de la tradición Jeje en la diáspora africana. A partir de los aportes de la Arqueología de la Represión y la Resistencia y de la Arqueología de la Diáspora Africana, se analiza la transformación simbólica de los artefactos en objetos sagrados. La metodología utiliza la observación participante, entrevistas semiestructuradas y análisis descriptivo de las materialidades sagradas. Los resultados revelan que la resignificación de estas materialidades trasciende el ámbito litúrgico para actuar como un mecanismo activo de resistencia cultural y afirmación identitaria afrodescendiente, además de contribuir a los debates sobre memoria, espiritualidad y agencia material en los estudios de la diáspora africana.

Palabras clave: Arqueología de la Represión y la Resistencia; Arqueología de la Diáspora Africana; Arqueología de lo femenino; Guerreras Mino; Terreiro do Bogum.

INTRODUÇÃO

O Brasil, com seu percurso histórico marcado pela colonização, escravidão e por violências culturais, guarda em seu solo os vestígios de uma resistência que se desenrolou nas sombras, mantida viva por filhos e filhas da diáspora africana. Não se trata apenas de objetos enterrados ou monumentos esquecidos, e sim de ecos de resistência das vozes que desafiaram séculos de repressão.

Entre essas vozes de resistência, o Terreiro do Bogum¹ é um dos mais antigos e importantes espaços de preservação cultural e religiosa afro-brasileira em Salvador, Bahia. Fundado por africanos escravizados, principalmente de origem Jeje, Mina, Ewe e, em menor número, Nagô, esse terreiro tem preservado práticas culturais e religiosas ancestrais. Este artigo, além de apresentar uma análise das características desse terreiro tricentenário², propõe uma exploração arqueológica, que se aprofunda na repressão e revela as estratégias de resistência adotadas por essa comunidade afrodescendente.

Nesse contexto, a Arqueologia da Repressão e da Resistência tem se mostrado uma ferramenta indispensável para compreendermos as estratégias materiais e culturais utilizadas pelas populações afrodescendentes para preservarem suas tradições em meio ao ambiente hostil. Isso porque ela investiga como as populações subalternas, particularmente as comunidades afrodescendentes e indígenas, utilizaram estratégias materiais e culturais para resistirem à opressão. Diante das constantes ameaças à preservação dos terreiros, portanto, essa subárea da arqueologia pode desempenhar um papel essencial na valorização desses territórios sagrados, contribuindo para seu reconhecimento oficial como patrimônio cultural e religioso. Fica atestado, assim, o papel da Arqueologia da Repressão e da resistência como um intento para revelar narrativas que, por muito tempo, foram marginalizadas ou apagadas da História oficial.

Os estudos arqueológicos revelam como a resistência afrodescendente foi materializada nos objetos rituais, nos espaços de culto e nas práticas cotidianas que desafiaram as imposições coloniais e religiosas. Ferreira (2014), Ferreira e Symanski (2023) e Funari, Zarankin e Reis (2008), já destacavam a importância da materialidade ritual como instrumento de resistência e memória. Ampliando esse horizonte, Carvalho (2021), Carvalho e Bastos (2023) e Bastos (2022) apontam a relação entre objetos sagrados e territorialidade, evidenciando como os artefatos funcionam como marcadores de presença afrodescendente em contextos urbanos em disputa. Já Santos (2019) oferece uma contribuição fundamental ao pensarem a centralidade do corpo feminino e da oralidade como vetores de continuidade espiritual, elementos que transbordam os limites do visível e se ancoram na vivência cotidiana do terreiro.

No campo das epistemologias decoloniais, Moraes (2021) e Hartemann e Moraes (2018) defendem uma Arqueologia Sankofa³, em que memória, ancestralidade e espiritualidade

¹ Nome oficial: *Zoogodô Bogum Malê Rundô*.

² Segundo a história oral, atualmente o terreiro encontra-se com 305 anos de fundação e permanece no mesmo local, no alto da ladeira Manoel Bonfim, no bairro do Engenho Velho da Federação, na cidade de Salvador, Bahia.

³ A chamada Arqueologia Sankofa, embora não corresponda a uma escola formal, descreve abordagens arqueológicas que retornam intencionalmente às memórias ancestrais afro-diaspóricas como método crítico e pedagógico. Essa perspectiva encontra paralelos nas experiências analisadas por Irislane Pereira de Moraes et al. (2022), que enfatizam a centralidade do lugar de fala, da ancestralidade e das práticas de resistência quilombola na constituição de epistemologias arqueológicas próprias.

negra organizam o fazer arqueológico a partir das próprias comunidades. Nessa mesma direção, Rufino (2019) propõe a pedagogia das encruzilhadas como uma chave para compreender os terreiros como espaços formativos, em que se produzem subjetividades insurgentes. Já Morgan (2012), ao discutir a dimensão sensorial da experiência religiosa, propõe que o sagrado se encarna no corpo, no gesto e na percepção, tornando os objetos religiosos mais do que vestígios: verdadeiras presenças vivas. Completando essa perspectiva, Moura (1993) e Moore (2008) nos lembram que a religiosidade afrodescendente constitui, ela mesma, uma forma histórica de rebelião, conectando práticas espirituais à construção de uma civilização negra global.

Essa conversão de artefatos cotidianos em objetos sagrados, além de reafirmar a continuidade das práticas religiosas Jeje, evidencia a agência da materialidade na construção da identidade afrodescendente, pois, no Terreiro do Bogum, os objetos rituais funcionam como vetores de memória e resistência, estabelecendo conexões entre o presente e a ancestralidade. Esse movimento arqueológico, aliado às epistemologias negras, permite interpretar os artefatos e espaços rituais não apenas como vestígios, mas como testemunhos vivos da reexistência afro-brasileira.

A ressignificação das tradições africanas no contexto brasileiro está especialmente atrelada ao elemento feminino, presente na figura das mães de santo e na memória das Guerreiras Mino⁴ do Benim, que se destacam como figuras enigmáticas e poderosas no âmbito da resistência cultural. Suas histórias, transpostas do antigo Reino do Dohomé para o Novo Mundo, ressurgem⁵ nos rituais, nos cânticos e nas lideranças femininas dos terreiros de Candomblé. Assim, as práticas no Terreiro do Bogum reverberam a memória dessas mulheres destemidas, preservada pela força espiritual das sacerdotisas e pela materialidade de objetos sagrados que resistiram às intempéries do tempo e da repressão.

Nesse sentido, este estudo busca, por meio do resgate da história das Guerreiras Mino, iluminar a compreensão geral sobre os terreiros de Candomblé como espaços centrais de preservação cultural e resistência ao examinar como a liderança feminina no Terreiro do Bogum transcende as barreiras temporais, mantendo viva uma tradição ancestral que, embora combatida, nunca foi silenciada. Assim, por meio da lente da Arqueologia da Repressão e da Resistência, investiga-se como objetos, rituais e memórias matriarcais desempenham um papel vital na sobrevivência das identidades africanas no Brasil.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, explorando a relação entre materialidade sagrada e resistência cultural no Terreiro do Bogum. Para isso, foram utilizados três principais métodos de investigação: observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise descritiva dos objetos rituais.

A observação participante foi realizada ao longo de sete meses, entre 10 de janeiro de 2022 e 20 de agosto de 2022, abrangendo rituais, reuniões e interações cotidianas no Terreiro do Bogum. O objetivo foi documentar a dinâmica dos praticantes em relação aos objetos rituais, analisando a localização e função destes dentro do espaço sagrado. Os registros foram anotados manualmente em cadernos de campo (Martins, 2022)

⁴ Também conhecidas no continente africano como Guerreiras Ahosí ou Guerreiras Agojie. Mino, em tradução livre para o português quer dizer “nossas mães”.

⁵ O reconhecimento do legado das Mino no Brasil ganhou notoriedade com o enredo desenvolvido pela escola de samba Unidos do Viradouro, campeã do carnaval carioca em 2023, que aborda justamente as guerreiras e o Bogum.

contendo perguntas feitas sobre os rituais e as interações entre os praticantes e os artefatos sagrados. Além das anotações etnográficas, foram incorporadas fotografias de objetos rituais e desenhos rústicos de objetos, garantindo um registro visual da materialidade em contexto ritualístico.

Diferentemente das metodologias arqueológicas tradicionais, esta pesquisa desenvolveu uma visão interpretativa, focada na experiência religiosa (fenomenologia⁶) e no significado simbólico dos artefatos dentro da cosmologia Jeje⁷. Assim, em vez de pautar-se em um processo de catalogação sistemática, priorizou uma abordagem etnográfica e fenomenológica, buscando compreender como os praticantes percebem, ressignificam e interagem com a materialidade sagrada. A escolha dessa abordagem se deve ao fato de que, no contexto do Candomblé Jeje, a materialidade ritualística não deve ser compreendida apenas por meio de sua estrutura física, mas sim a partir das experiências e interações dos praticantes com esses objetos. Assim, a observação participante possibilitou uma leitura mais aprofundada do papel simbólico dos artefatos nesse contexto e sua ressignificação ao longo do tempo.

Já as entrevistas semiestruturadas desempenharam um papel fundamental na investigação, permitindo confrontar percepções individuais com observações diretas do cotidiano do terreiro feitas durante a observação participante. Elas foram registradas manualmente no caderno de campo, sem o uso de gravações, em respeito aos códigos éticos e solicitações feitas por alguns dos entrevistados. Esse método garantiu que os participantes se sentissem confortáveis ao compartilhar suas experiências, minimizando interferências externas no processo narrativo. Os relatos orais, assim, complementaram os registros etnográficos e forneceram indícios sobre mudanças rituais e disputas internas associadas à posse e circulação de determinados artefatos, ampliando a compreensão sobre a mobilidade e ressignificação dos objetos sagrados.

As entrevistas possibilitaram uma análise da percepção dos praticantes sobre os objetos rituais, elucidando sua sacralização e ressignificação dentro do contexto religioso afro-brasileiro. Entre os depoimentos coletados, destaca-se o relato da *vodunsi* Toquesi, iniciada para o Vodun Toqueno, que trouxe informações valiosas sobre a trajetória da Adaga Vodun, objeto central da análise realizada neste artigo. Seu testemunho revelou a memória coletiva do terreiro em torno desse objeto e elucidou aspectos das dinâmicas de pertencimento. O desaparecimento da adaga do terreiro, conforme relatado pela *vodunsi* Toquesi, ilustra tanto a mobilidade da materialidade sagrada como as tensões que permeiam as relações internas nos terreiros afro-brasileiros.

Além da documentação visual dos objetos sagrados, a pesquisa inclui a análise interpretativa de fotografias das indumentárias utilizadas nos rituais. Esses elementos, como os panos de cabeça, são mais do que simples acessórios, pois carregam significados simbólicos que remetem à ancestralidade e à hierarquia dentro do terreiro. A partir das

⁶ A fenomenologia, conforme proposta por Alfred Schütz (1967) e amplamente utilizada nos estudos das religiões afro-brasileiras, permite a compreensão da experiência subjetiva dos atores e sua relação com os objetos sagrados. Ao invés de apenas descrever materialmente os artefatos, busca-se interpretar como eles são vivenciados, ressignificados e incorporados às práticas rituais dentro do terreiro.

⁷ A coleta de dados não utilizou o modelo proposto por Ferreira e Symanski (2023), uma vez que esta pesquisa foi desenvolvida no campo das ciências da religião e não da arqueologia. Por essa razão, não foram adotados protocolos de catalogação material, mas sim um enfoque qualitativo centrado na experiência religiosa dos praticantes e na interpretação simbólica dos objetos.

imagens coletadas, foram identificadas variações nos padrões de uso e na escolha dos tecidos, evidenciando a ressignificação da vestimenta como marcador de identidade religiosa e resistência cultural.

A adoção de um método qualitativo – por meio da triangulação entre observação participante, entrevistas e análise dos objetos rituais – permite a captação de aspectos simbólicos, subjetivos e dinâmicos da relação entre materialidade e espiritualidade no Terreiro do Bogum.

Para consolidarmos nossa abordagem metodológica e demonstrarmos seu alinhamento a estudos anteriores, apresentaremos um quadro comparativo que relaciona as técnicas empregadas nesta pesquisa com aquelas utilizadas em investigações precedentes sobre a Arqueologia da Diáspora Africana e a materialidade sagrada.

Quadro 1. Metodologias de análise da materialidade em contextos afrodescendentes.

Técnica	Descrição	Autores de referência	Diferencial no estudo do Terreiro do Bogum
Observação participante	Inserção prolongada no Terreiro do Bogum para documentar interações entre praticantes e materialidades sagradas	Rufino (2019); Martins (2022, 2023).	Aplicação da fenomenologia para interpretar a experiência religiosa e a agência dos artefatos
Entrevistas semiestruturadas	Coleta de relatos de praticantes do terreiro sobre a ressignificação dos objetos rituais e disputas internas pela posse dos artefatos	Hartemann e Moraes (2018); Martins (2022, 2023).	Ênfase na relação afetiva e política dos fiéis com a materialidade ritual
Análise de materialidades sagradas	Estudo da transformação simbólica de artefatos comuns em objetos sagrados no contexto afro-brasileiro	Funari, Zarankin e Reis (2008); Ferreira (2014); Ferreira & Symanski (2023); Moraes (2021); Carvalho (2021); Carvalho e Bastos, (2023); Morgan (2012).	Comparação com práticas arqueológicas da diáspora africana, evidenciando a resiliência material e cultural
Documentação visual	Registro iconográfico de objetos rituais, vestimentas e espaços sagrados no Terreiro do Bogum.	Sousa (2019); Morgan (2012).	Integração de imagens contemporâneas e históricas para rastrear a permanência e adaptação de padrões visuais
Comparação com evidências arqueológicas e etnoarqueológicas	Correlação entre vestígios materiais encontrados em sítios afro-atlânticos e a materialidade dos terreiros	Funari, Zarankin e Reis (2008); Symanski (2008); Bastos (2022); Carvalho e Bastos (2023); Martins (2022, 2023).	Diálogo entre arqueologia de campo e fontes orais, reforçando a interdisciplinaridade da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor (ANO).

Como evidenciado no Quadro 1, a metodologia adotada não apenas dialoga com abordagens consolidadas na Arqueologia da Repressão e da Resistência, mas também introduz um diferencial ao priorizar a análise fenomenológica da experiência religiosa.

Essa perspectiva amplia a compreensão da materialidade ritual enquanto vetor de identidade e resistência cultural.

Entretanto, a pesquisa enfrentou alguns desafios metodológicos significativos, como a impossibilidade de acesso a certos espaços internos do terreiro, o que limitou a observação direta de objetos rituais possivelmente significativos, tornando essencial a complementação dos dados por meio de entrevistas e relatos orais. Além disso, a ausência de registros escritos formais e a variação nas narrativas orais exigiram um processo minucioso de cruzamento de informações, realizado a partir da repetição de perguntas-chave a diferentes interlocutores com vistas à identificação de convergências e discrepâncias nos relatos.

Ao dialogar com uma abordagem interpretativa pautada na ciência da religião, a pesquisa reforça que os objetos do Candomblé não podem ser reduzidos a simples vestígios históricos, pois carregam significados espirituais que ultrapassam sua materialidade física. Esse entendimento amplia a discussão sobre a agência dos objetos sagrados, evidenciando seu papel ativo nas dinâmicas religiosas afrodescendentes. Dessa forma, a análise dos dados coletados não se restringiu à descrição dos objetos e práticas rituais, mas buscou compreender de que maneira a materialidade sagrada dialoga com processos de resistência e memória no contexto do Terreiro do Bogum, com o objetivo de evidenciar como os artefatos rituais refletem uma continuidade histórica e, além disso, são ressignificados em resposta a dinâmicas sociais internas e externas ao terreiro. Essa perspectiva reforça a interlocução entre os achados empíricos e as bases teóricas da Arqueologia da Repressão e da Resistência, ampliando a compreensão da materialidade religiosa enquanto vetor de identidade e contestação cultural.

ARQUEOLOGIA DA REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A Arqueologia da Repressão e Resistência se desenvolveu como uma área crítica e interdisciplinar que estuda as dinâmicas de poder, controle social e resistência cultural, em especial nas sociedades que enfrentaram o colonialismo, a escravidão e o racismo estrutural. No Brasil, o impacto do sistema escravista e das políticas de controle social implementadas pelo Estado colonial e, posteriormente, pelo Império e pela República gerou um campo fértil para o estudo das formas de resistência de populações marginalizadas, notadamente das comunidades afrodescendentes e indígenas. Assim, esse campo de pesquisa tem se voltado para a análise de vestígios materiais e culturais que revelam as formas como essas sociedades resistiram às tentativas de apagamento cultural e à opressão religiosa, constituindo evidências de como preservaram suas tradições, identidades e cosmovisões em meio à repressão (Funari, 1996; Ferreira; Symanski, 2023). Nesse sentido, traz implicações amplas para a compreensão da história afro-brasileira ao esclarecer os modos de resistência às narrativas dominantes que tentaram marginalizar essas tradições (Ferreira e Symanski, 2023).

No caso do Terreiro do Bogum, a arqueologia possibilita a compreensão de como os espaços físicos, a materialidade dos objetos sagrados e a história oral se entrelaçam para garantir a continuidade da cultura Jeje-Mina no Brasil. Isso permite uma análise detalhada das formas de resistência que ali se manifestaram, seja por meio da recriação de objetos sagrados, da ressignificação de espaços religiosos ou da adaptação de rituais e práticas culturais (Funari, 1996; Ferreira; Symanski, 2023).

Durante o período colonial, as políticas de repressão religiosa e cultural no Brasil foram estratégias para o controle social das populações africanas escravizadas. O país, sendo um dos maiores receptores de africanos escravizados durante o tráfico transatlântico,

foi palco da emergência de diversas formas de resistência cultural, especialmente por meio das práticas religiosas africanas, como o Candomblé, que representavam uma ameaça para a ordem estabelecida pela Igreja Católica e pela Coroa Portuguesa. As práticas religiosas africanas eram percebidas, naquele contexto, como heréticas e perigosas, pois mantinham elementos de resistência cultural que desafiavam diretamente a imposição do catolicismo. Por essa razão, as autoridades coloniais buscaram controlar e reprimir essas práticas, muitas vezes de forma violenta (Ferretti, 1996; Funari; Zarankin; Reis, 2008).

O Brasil imperial manteve essas políticas de repressão. Os terreiros de Candomblé, como o Terreiro do Bogum, tornaram-se alvos frequentes de invasões policiais e campanhas religiosas que visavam destruir altares, confiscar objetos sagrados e prender líderes religiosos. A destruição deliberada de objetos sagrados, que incluíam instrumentos musicais, ferramentas rituais e estátuas de orixás e voduns, foi um dos principais métodos de repressão cultural e religiosa nesse período, com a intenção de desarticular a estrutura simbólica que sustentava essas comunidades (Symanski e Ferreira, 2023), ao enfraquecer a conexão entre os afrodescendentes e suas tradições (Funari; Zarankin; Reis, 2008).

A Arqueologia da Repressão, ao investigar os vestígios dessas destruições e os esforços para recriar esses objetos, fornece *insights* sobre como as comunidades afrodescendentes resistiram e se reorganizaram após esses atos de violência cultural (Symanski e Ferreira, 2023). Muitos rituais foram realizados em segredo, enquanto os objetos sagrados foram escondidos ou adaptados para disfarçar sua importância espiritual.

O sincretismo religioso, que uniu elementos das tradições africanas com os santos do catolicismo, foi uma das estratégias mais eficazes de resistência, permitindo a continuidade dos cultos sob o disfarce de práticas católicas (Prandi, 2001). Importa enfatizar, entretanto, a observação de Ferreira e Symanski (2023) sobre a crítica elaborada pela pesquisadora Áurea Tavares quanto à noção de sincretismo, pois

Ela [...] critica noções simplistas de sincretismo, segundo as quais o Candomblé e o catolicismo se fundiram em um sistema doutrinário. Tavares argumenta que comunidades africanas e afrodescendentes mantiveram práticas religiosas paralelas (Ferreira; Symanski, 2023, p. 15, tradução nossa)⁸.

A adaptação das práticas espirituais na comunidade do Bogum foi, assim, essencial para garantir a sobrevivência de suas tradições religiosas. Muitos voduns foram sincretizados com santos católicos, permitindo que os rituais africanos continuassem sob a aparência de devoção católica. Por exemplo, o Vodum Gbessen foi associado a São Bartolomeu, enquanto Hevioso foi sincretizado com São Jerônimo e Gú, por sua vez, com São Sebastião (Martins, 2022).

A MATERIALIDADE SAGRADA COMO RESISTÊNCIA CULTURAL NO TERREIRO DO BOGUM

A história da diáspora africana em Salvador é marcada por um intenso processo de deslocamento forçado, iniciado com o tráfico transatlântico, que trouxe milhões de

⁸ Do original: “She [...] criticizes simplistic notions of syncretism, according to which Candomblé and Catholicism merged into a doctrinal system. Tavares argues that African and Afro-descendant communities maintained parallel religious practices”.

africanos escravizados para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. De acordo com Ferreira e Symanski (2023, p. 3, tradução nossa),

os aprisionamentos étnicos realizados pelo tráfico variaram regionalmente e ao longo do tempo. No final do século XVII, foi estabelecida uma rota entre a região produtora de açúcar e fumo na província da Bahia [...] e a Costa dos Escravos (Golfo do Benim), tornando a África Ocidental um local de expropriação de homens e mulheres africanos, situação que perdurou pelo menos até 1850⁹.

Assim, esses africanos escravizados, provenientes principalmente da África Ocidental, incluindo regiões como o atual Benim, Nigéria, Gana e Angola, trouxeram consigo suas culturas, línguas e práticas religiosas, que se tornaram as bases das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé (Araujo, 2015; Ferreira; Symanski, 2023; Ferretti, 1996). Ainda segundo Ferreira e Symanski (2023, p. 3, tradução nossa),

Esses padrões demográficos mostram que homens e mulheres africanos eram menos heterogêneos culturalmente do que se presumia até algumas décadas atrás. O conhecimento sobre suas regiões de origem é fundamental para entender as particularidades de suas cosmologias e o processo diaspórico que ocorreu em diferentes regiões do território brasileiro. É, portanto, essencial para uma compreensão arqueológica dos níveis e escalas da diáspora africana¹⁰.

É nesse sentido que Salvador, um dos principais portos de entrada de pessoas escravizadas no Brasil, tornou-se um centro de concentração de africanos de diferentes etnias e nações. Entre esses grupos, destacam-se os Jeje e Nagô, que tiveram uma presença significativa na formação dos terreiros de Candomblé, como o Terreiro do Bogum (Ferretti, 1996), considerado uma casa tradicional da nação Jeje.

A formação dos terreiros em Salvador foi uma resposta à repressão religiosa e cultural, garantindo a manutenção das práticas rituais desses grupos no Brasil. A Arqueologia da Diáspora Africana permite compreender como esses espaços sagrados preservam e transformam materialidades rituais ao longo do tempo, estabelecendo conexões entre os vestígios arqueológicos e as práticas religiosas contemporâneas. Essa abordagem amplia a análise sobre a permanência da tradição Jeje e sua ressignificação diante das adversidades históricas.

A análise da materialidade, neste estudo, adota uma abordagem interdisciplinar, integrando métodos da arqueologia, antropologia, etnoarqueologia, história, filosofia,

⁹ Do original: “[...] the ethnic imprisonments carried out by trafficking varied regionally and over time. At the end of the seventeenth century, a route was established between the sugar and tobacco-producing region in the province of Bahia [...] and the Slave Coast (Bight of Benin), making West Africa a place of expropriation of African men and women, a situation that lasted at least until 1850”.

¹⁰ Do original: “These demographic patterns show that African men and women were less culturally heterogenous than presumed until a few decades ago. Knowledge about their regions of origin is fundamental to understanding the particularities of their cosmologies and the diasporic process that took place in different regions of the Brazilian territory. It is thus essential for an archaeological understanding of levels and scales of the African diaspora”.

ciência da religião e preservação e patrimônio. A investigação baseia-se, assim, em três eixos principais de análise:

1. A funcionalidade ritualística dos objetos no Terreiro do Bogum;
2. A resignificação de artefatos dentro das práticas religiosas do Candomblé;
3. A comparação com outros contextos, tendo em vista as semelhanças formais e materiais com objetos documentados em sítios arqueológicos da diáspora africana.

A partir dessa abordagem interdisciplinar, foi possível compreender os objetos sagrados do Terreiro do Bogum para além de seu aspecto material, como expressões de uma rede complexa de significados históricos, religiosos e políticos que sustentam a resistência cultural afro-brasileira.

O Terreiro do Bogum é um dos poucos terreiros da nação Jeje no Brasil que manteve, ao longo dos séculos, suas tradições religiosas africanas de forma quase inalterada, incluindo o culto aos voduns, divindades originárias do Reino do Dahomé, atual Benim. Entre essas divindades, destacam-se Gbessen, Vodun da riqueza e do arco-íris, Hevioso, Vodun da justiça, dos raios e do trovão, e Gú, Vodun do ferro e chefe dos guerreiros e guerreiras. Esses cultos estão profundamente enraizados na cosmovisão africana, que associa as divindades aos elementos naturais e às forças espirituais que governam o mundo.

A resistência cultural no Terreiro do Bogum é evidenciada tanto na preservação dos cultos aos seus deuses como na continuidade das práticas linguísticas, musicais e coreográficas de origem africana. Por exemplo, a língua Fon, falada pelos Jeje, continua a ser utilizada em cantos e rezas no terreiro, enquanto os ritmos e danças tradicionais africanos são reproduzidos nos rituais religiosos.

Tendo em vista que a Arqueologia da Resistência foca a preservação e adaptação das tradições culturais em resposta à opressão, nota-se que, no caso do Terreiro do Bogum, o espaço físico, sua organização arquitetônica e os objetos rituais são componentes-chave dessa resistência, que envolve continuidade das tradições africanas e sua adaptação ao contexto brasileiro. Exemplo disso é a disposição do terreiro, com altares dedicados aos voduns e áreas reservadas para os rituais de sacrifício, que reflete a organização espacial dos cultos tradicionais africanos. Esses espaços, além de servirem como locais de culto, funcionam como verdadeiros “arquivos”, nos quais a memória coletiva das comunidades afrodescendentes é preservada e transmitida.

A materialidade, portanto, desempenha um papel central na preservação da identidade cultural das comunidades afrodescendentes no Brasil, como na recriação de objetos sagrados como tambores, espadas, utensílios cerimoniais e vestes sagradas após sua destruição pelas autoridades (Ferreira, 2014; Funari; Zarankin; Reis, 2008). Conforme apontam Ferreira e Symanski (2023), “a Arqueologia da Diáspora Africana é uma arqueologia da criatividade, pois, por meio da reciclagem, o uso criativo da materialidade era comum às culturas afro-diaspóricas brasileiras”¹¹ (Ferreira; Symanski, 2023, p. 12-13, tradução nossa).

No contexto da repressão, esses objetos rituais, muitas vezes reelaborados, foram frequentemente escondidos ou disfarçados para escapar da destruição promovida pelas autoridades coloniais. Por isso, a sacralização de objetos aparentemente comuns, como ferramentas de trabalho ou utensílios domésticos, foi uma das estratégias mais

¹¹ Do original: “[...] the archaeology of the African diaspora is an archaeology of creativity on the grounds that, through recycling, the creative use of materiality was common to Brazilian Afro-diasporic cultures”.

engenhosas de resistência material. Esses artefatos, apesar de sua aparência comum, assumiam uma dimensão sagrada dentro do contexto ritual, funcionando como canais de comunicação com o mundo espiritual (Ferreira, 2014).

Objetos rituais e a ressignificação da materialidade

O Terreiro do Bogum preserva diversos objetos que exemplificam a ressignificação de um item do cotidiano para uso litúrgico. A relação entre os objetos rituais e os praticantes do Candomblé é dinâmica, carregada de significado e história. Muitos desses artefatos atravessam gerações, mantendo seu valor sagrado, mas também sendo alvo de disputas, perdas e ressignificações. Um exemplo emblemático é um antigo abridor de cartas, utilizado como ferramenta de mão (arma de guerra) pelo Vodun Toqueno. Feita de metal dourado, possivelmente latão ou bronze, a peça apresenta ornamentos em estilo árabe, sugerindo uma conexão histórica com os Malês, grupo islâmico africano presente à época na Bahia (Martins, 2023).

A trajetória da adaga do Vodun Toqueno foi narrada em depoimento por uma antiga *vodunsi* do Bogum que foi iniciada para essa divindade, a sr.a Toquesi. Em entrevista semiestruturada,¹² quando a sr.a Toquesi foi indagada se em todos esses anos ela tinha visto, no Bogum, algum objeto que achasse bonito, diferente, que fosse muito antigo ou curioso, ela respondeu:

Perai... [A entrevistada se ausenta e chama a filha e, depois de alguns minutos, retorna com uma foto]. Isso [mostrando a foto] é a arma do meu Vodun, Toqueno. Ele é da família de Dan, ele também é uma serpente. Desde que me iniciei, ele traz essa “faca” nas mãos. Foi uma *vodunsi* do Bogum que deu ao meu Vodum, mas eu era muito menina quando me iniciei e, até hoje, não sei quem deu (Vodunsi Toquesi, 75 anos, aposentada, 2022 – Engenho Velho da Federação – Salvador/BA).

Quando questionada se ainda estava de posse do objeto, ela relatou:

Essa “faca” ficava sobre o assentamento de Toqueno, mas me aborreci lá no Bogum com a atual mãe de santo, daí me afastei. Fui para o Rio de Janeiro, depois para Minas Gerais, viajei para muitos lugares para cuidar das pessoas, sabe? Quando voltei para casa, aqui onde estamos agora, fui buscar as coisas do meu Vodum, porque eu nunca me mudei, apenas viajava, ia e voltava. Mas quando esse vai e vem diminuiu e fui buscar as coisas dele, essa “faca” já não estava mais onde deveria estar (Vodunsi Toquesi, 75 anos, aposentada, 2022 – Engenho Velho da Federação – Salvador/BA).

¹² Entrevista realizada em 29 de março de 2022 na residência da sr.a Marlene Francisca de Andrade (Vodunsi Toquesi – alcinha religiosa). A entrevista foi autorizada e assinada por sua responsável legal, sr.a Cátia Cilene A. C. Fradique (filha), devido à baixa visão da entrevistada, que a impedia de assinar. A entrevista foi conduzida conforme os protocolos do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme registro no CEP sob número CAAE: 55505822.2000.5137.

Quando perguntada sobre o atual paradeiro do assentamento de seu Vodum, ela respondeu: “Está no terreiro de um filho de santo meu, mas não vou dizer qual” (Vodunsi Toquesi, 75 anos, aposentada, 2022 – Engenho Velho da Federação – Salvador/BA).

O relato da sr.a Toquesi ilustra como a materialidade sagrada pode ser tanto um elemento de continuidade quanto um ponto de ruptura nas dinâmicas internas dos terreiros. A ausência da “faca” no assentamento do Vodun Toqueno evidencia não apenas a ressignificação dos objetos rituais ao longo do tempo, mas também as tensões que permeiam as relações comunitárias nos espaços religiosos afro-brasileiros. Além disso, demonstra como a agência dos objetos extrapola o campo litúrgico, tornando-se elementos centrais nas disputas de poder, pertencimento e ancestralidade no Candomblé.

Essas disputas em torno da posse e circulação de objetos sagrados corroboram as análises de Morgan (2005) e Meyer (2012) sobre a ressignificação da materialidade religiosa nos contextos de diáspora, como veremos a seguir na figura 1. No caso do Terreiro do Bogum, a agência dos artefatos se manifesta não apenas na dimensão litúrgica, mas também como um campo de negociação simbólica e política dentro da comunidade. Esse achado reforça a premissa da Arqueologia da Repressão e da Resistência de que a materialidade afrodescendente não pode ser dissociada das dinâmicas de poder e pertencimento, sendo continuamente reinterpretada para garantir a continuidade da tradição diante de desafios internos e externos.

Figura 1. “Abridor de cartas” árabe do terreiro do Bogum.



Fonte: Caderno de campo de Rodrigo Nogueira Martins (2022).

O processo de transformação do abridor de cartas árabe em um objeto ritualístico no Terreiro do Bogum exemplifica diferentes dimensões da materialidade sagrada no Candomblé. Esse processo ilustra o primeiro eixo de análise proposto neste artigo, a funcionalidade ritualística, pois a adaga, ao ser inserida nos rituais do terreiro, passa a desempenhar um papel ativo nas cerimônias, considerando que durante os ritos o objeto é utilizado em danças e gestos simbólicos.

Tendo em vista sua função ritualística e sua ressignificação dentro do culto, a Adaga Vodum pode ser interpretada à luz do conceito de *The Sacred Gaze*, de David Morgan (2005), enquanto contribuição da ciência da religião para a análise da relação entre o sagrado e a materialidade. Esse conceito propõe que o “Olhar Sagrado” é determinante na sacralização da materialidade, pois, segundo Morgan (2005), a forma como uma comunidade percebe visualmente um objeto não apenas o reconhece como sagrado, mas também define sua função e importância dentro do culto. Essa sacralização do ver, ao longo do tempo, constrói uma relação entre o objeto e os praticantes, reforçando sua centralidade na prática ritualística e na identidade religiosa da comunidade. No Terreiro do Bogum, a percepção dos praticantes desempenha um papel central na sacralização dos objetos, transformando-os em extensões da força espiritual dos voduns. Assim, a adaga do Vodun Toqueno não se limita a um artefato físico, mas torna-se um elo material entre os praticantes e a ancestralidade guerreira das tradições Jeje.

Complementarmente, Moraes (2021) propõe uma “Arqueologia Sankofa”, que parte da escuta atenta aos ancestrais, da força da oralidade e da vivência espiritual como caminhos legítimos de produção de conhecimento. Junto a Hartemann, ela defende que essa perspectiva decolonial permite às comunidades negras reconquistarem o direito de contar suas próprias histórias a partir de seus próprios territórios (Hartemann; Moraes, 2018). No mesmo sentido, Rufino (2019) apresenta a pedagogia das encruzilhadas como um modo de ensinar e aprender que nasce dos terreiros, onde vidas, memórias e saberes insurgem a partir da experiência cotidiana. No Terreiro do Bogum, essas ideias ganham corpo: ali, os objetos não são apenas símbolos, mas guardam presenças, afetos e energias. Como aponta Morgan (2012), o sagrado se manifesta no toque, no olhar, no sentir – é algo vivido e encarnado, que se faz presente no corpo e na matéria, e que é capaz de transformar o lugar em um espaço sagrado.

Nesse sentido, a ressignificação da Adaga Vodun como arma ritual remete a uma herança ancestral das Guerreiras Mino do antigo Reino do Dahomé. Essas guerreiras tinham uma visão militarizada da materialidade, transformando qualquer objeto cortante em arma de guerra (Alexandre, 2023; Alpern, 1998). Conforme Alexandre (2023), a organização militar dessas guerreiras era dividida em unidades especializadas, como as Gulohento, que manejavam espadas curtas e dominavam o combate físico direto; as Nyekplohento, especialmente habilidosas em confrontos com lâminas maiores, sendo apelidadas de “ceifadoras”; as Gohento, arqueiras responsáveis por ataques a distância; e as Agbalya, que formavam a artilharia do exército do Dahomé.

No contexto do Terreiro do Bogum, esse fenômeno de ressignificação pode ser compreendido por meio do conceito de ancestralidade ativa, desenvolvido por Mbiti (1990). Segundo o autor, na tradição africana, os ancestrais não são apenas lembrados, mas continuam a influenciar a vida dos descendentes por meio de símbolos, ritos e práticas culturais. Essa influência transcende o tempo, permitindo que certas percepções e padrões simbólicos sejam mantidos e ressignificados ao longo das gerações.

Complementarmente, o conceito de herança mítica proposto por Mircea Eliade (1992) fornece outro nível de compreensão desse processo. Para Eliade, a herança mítica refere-se à transmissão contínua de mitos fundadores e modelos exemplares que estruturam a percepção do mundo e guiam o comportamento coletivo e individual. Nesse sentido, a transformação simbólica da adaga em arma ritual no Terreiro do Bogum pode ser interpretada como manifestação dessa herança mítica, na qual o mito das Guerreiras Mino é atualizado e recriado constantemente. Assim, a materialidade do abridor de cartas não só resgata memórias ancestrais, mas também reencena continuamente o mito guerreiro, proporcionando aos fiéis uma conexão viva com suas raízes históricas.

Dessa forma, a permanência dessa visão ancestral e mítica no Terreiro do Bogum não é aleatória: a associação intuitiva de um abridor de cartas com uma arma ritual reflete a continuidade simbólica das Guerreiras Mino, cujos artefatos cortantes eram extensões de seu poder e identidade. Esse processo exemplifica como a ancestralidade ativa e a herança mítica se manifestam na materialidade do Candomblé, em que objetos cotidianos são apropriados e transformados em elementos de resistência e afirmação cultural afro-brasileira.

Além da funcionalidade ritualística, essa adaptação também se encaixa no segundo eixo de análise aqui proposto, referente à ressignificação de artefatos, pois evidencia a maneira como objetos utilitários ou cotidianos foram transformados em símbolos rituais dentro do Candomblé e de outras comunidades afrodescendentes. No Terreiro do Bogum, a transformação de um abridor de cartas árabe em uma arma ritual é um exemplo disso, pois originalmente o objeto tinha função decorativa e utilitária, mas foi ressignificado dentro da liturgia Jeje como um instrumento de poder espiritual e sua posse foi atribuída a uma divindade ancestral.

Segundo Martins (2022) os objetos ritualísticos no Bogum passam por um processo de transformação que inclui etapas rituais específicas. Primeiramente, são purificados por meio de uma mistura de água com ervas sagradas quinadas (esfregadas em uma rocha utilizada exclusivamente para esse fim); em seguida, são consagrados em um rito conduzido por sacerdotisas do terreiro, no qual cânticos e invocações são entoados para dotá-los de energia espiritual para, em uma última etapa, receberem o sacrifício animal específico. Posteriormente (em geral, após alguns dias), ocorre a limpeza no mesmo preparado de ervas, e, então, os objetos são depositados no Peji, espaço sagrado do terreiro, uma espécie de altar. A partir desse ponto, os objetos podem ser oficialmente incorporados aos rituais ou utilizados pelas divindades.

Essa ressignificação dos objetos sagrados também se evidencia em estudos como os de Carvalho (2021; Carvalho; Bastos, 2023), que analisa os terreiros como espaços de memória e resistência urbana diante do apagamento social e patrimonial. Ao discutirem o caso do Quilombo Saracura, Carvalho e Bastos (2023) apontam como os artefatos religiosos afrodescendentes se tornam marcadores de pertencimento e de resistência identitária. Nessa perspectiva, Bastos; Guimarães (2019) ainda destaca a importância da territorialidade dos terreiros no direito à cidade, propondo que esses espaços sagrados são igualmente arenas de disputa simbólica e jurídica, como de fato ocorre no Terreiro do Bogum.

Com o tempo, os artefatos passam a exibir marcas de uso cerimonial, incluindo leves desgastes referentes ao manuseio, o que lhes confere uma nova identidade dentro da cosmologia do terreiro. O Quadro 2 ilustra como diferentes artefatos foram transformados em elementos sagrados, revelando estratégias de resistência cultural ao longo da diáspora africana.

Quadro 2. Resignificação de objetos cotidianos no contexto ritualístico afrodiaspórico.

Objeto	Origem	Material	Uso original	Resignificação ritualística afro-diaspórica
Adaga Vodum	Terreiro do Bogum	Metal	Abridor de cartas	Arma ritual do Vodun Toqueno
Ferramenta agrícola	Quilombos do Brasil	Ferro	Agricultura	Instrumento ritualístico

continua...

Quadro 2. Continuação

Objeto	Origem	Material	Uso original	Ressignificação ritualística afro-diaspórica
Estatueta de ferro	Sítios do Caribe	Metal	Adorno decorativo	Objeto de culto Vodun
Moeda colonial	Arqueologia afro-americana	Metal	Transação econômica	Amuleto de proteção espiritual
Fragmento de cerâmica	Sítios arqueológicos no Brasil e nos Estados Unidos	Barro cozido	Utensílio doméstico	Recipiente para oferendas religiosas

Fonte: Elaborado pelo autor (ANO).

É importante enfatizar que a resignificação material não é exclusiva do Terreiro do Bogum, mas um padrão encontrado em diversos contextos arqueológicos afro-diaspóricos, alinhando-se ao terceiro eixo de análise, relativo à comparação com outros contextos. Essa prática também pode ser observada em quilombos brasileiros, onde ferramentas agrícolas foram reutilizadas em contextos cerimoniais (Souza, 2007), o que é corroborado por pesquisas etnoarqueológicas realizadas no Quilombo Mandira, no estado de São Paulo (Almeida, 2011).

No mesmo sentido, no Caribe, onde objetos de ferro foram consagrados para rituais Vodun (Ogundiran; Saunders, 2014), estudos sobre a arqueologia do Vodun e da Santeria também apontam práticas similares de adaptação de objetos cotidianos para uso espiritual (Ogundiran; Saunders, 2014). Já nos Estados Unidos, estudos sobre Arqueologia da Diáspora Africana revelam como artefatos do cotidiano foram incorporados a práticas espirituais afro-americanas, demonstrando que a materialidade da resistência é um fenômeno transnacional. A comparação entre esses contextos reforça a importância da materialidade como uma estratégia global de resistência cultural afrodescendente e manutenção das tradições espirituais africanas.

Retornando ao Terreiro do Bogum, além da presença dos objetos sacralizados, a disposição dos altares e as áreas reservadas para os rituais são exemplos da materialidade da resistência (Martins, 2022). Essas estruturas físicas têm uma conexão direta com as tradições africanas do Reino do Dahomé, de onde vieram muitos dos praticantes originais do Terreiro do Bogum. Mesmo diante da repressão, a organização espacial do terreiro foi mantida como uma forma de preservar as práticas culturais e religiosas africanas, garantindo que as gerações futuras tivessem acesso a esses conhecimentos (Ferretti, 1996).

A Arqueologia da Repressão e da Resistência também investiga as formas sutis e cotidianas de resistência que emergiram nas comunidades afrodescendentes ao longo da história do Brasil. A preservação da memória coletiva é uma dessas facetas, especialmente nas religiões de matriz africana, nas quais a transmissão oral desempenha um papel central na manutenção das tradições culturais. É importante ressaltar que a investigação arqueológica das culturas afro-diaspóricas se fundamenta tanto em elementos materiais como em imateriais, porque, conforme explicitado por Ferreira e Symansky (2023, p. 14, tradução nossa),

Como em muitas outras sociedades, as comunidades africanas e afro-diaspóricas frequentemente se veem como parte da natureza; pedras, animais, rios e objetos têm seus próprios espíritos. Para essas ontologias,

não há transubstanciação, ou outro mundo que divida radicalmente humanos e não humanos. A realidade é composta de sujeitos, todos simultaneamente abstratos e concretos. [...] Os objetos têm agência e podem se tornar a fundação de lugares ancestrais. Nas religiosidades africanas, não há, portanto, dicotomia entre o material e o imaterial¹³.

No Terreiro do Bogum, a preservação da memória coletiva por meio da oralidade é fundamental para a manutenção das tradições religiosas e culturais africanas. A transmissão de histórias, mitos, cânticos e conhecimentos ritualísticos de geração em geração garantem que o legado africano continue vivo nas práticas do Candomblé (Ferreti, 1996), em um contexto em que as tradições escritas eram inicialmente inexistentes. Esse tipo de resistência cotidiana foi uma das mais eficazes estratégias contra a tirania institucionalizada ao longo da história brasileira, assegurando que, mesmo com a destruição de objetos sagrados ou invasões ao terreiro, o conhecimento espiritual e cultural continuasse a ser passado para as gerações futuras (Ferretti, 1996).

A ressignificação dos objetos rituais no Terreiro do Bogum evidencia como a materialidade sagrada transcende sua função litúrgica, tornando-se um vetor de identidade cultural e resistência. No entanto, não são apenas os artefatos físicos que desempenham esse papel, já que elementos visuais e simbólicos das vestimentas rituais também assumem uma função central na preservação da ancestralidade e na reafirmação da espiritualidade Jeje. Isso porque, assim como os objetos rituais, as vestimentas carregam memórias e significados que reforçam a continuidade das tradições africanas na diáspora.

Vestimentas rituais e identidade cultural

O Terreiro do Bogum tem uma forte tradição de liderança feminina, com as mães de santo ocupando os cargos mais elevados dentro da hierarquia religiosa. Essa organização matriarcal, diretamente associada às tradições africanas, em que as mulheres desempenhavam papéis de destaque na organização social e religiosa (Parés, 2018; Verger, 1997), simboliza uma resposta ativa às estruturas patriarcais impostas ao longo da história brasileira, como poderemos observar na figura 2, reforçando a centralidade da mulher na preservação e transmissão do legado afro-brasileiro (Parés, 2018; Prandi, 2001). As sacerdotisas foram as responsáveis não só pela condução dos rituais, mas também pela preservação dos objetos e tradições, criando um espaço de autoridade espiritual para as mulheres afrodescendentes (Funari; Zarankin; Reis, 2008).

Essa centralidade feminina nos terreiros encontra respaldo nos estudos de Santos (2019), que também reconhece nas mulheres negras as principais guardiãs da oralidade e das práticas rituais afro-brasileiras, atuando como pilares de transmissão espiritual. Nessa direção, Nascimento (2006) propõe a leitura dos terreiros como estruturas equivalentes aos quilombos, ou seja, espaços ontológicos de preservação ancestral e resistência à colonialidade.

¹³ Do original: "As in many other societies, African and Afro-diasporic communities often see themselves as part of nature; stones, animals, rivers, and objects have their own spirits (Ogundiran and Saunders, 2014). For these ontologies, there is no transubstantiation, or otherworld radically dividing of humans and non-humans (Thompson 1983). Reality is made up of subjects all simultaneously abstract and concrete. [...] Objects have agency (Roberts 2000) and can become the foundation of ancestral places (Parés, 2016, 59). In African religiosities, there is thus no dichotomy between the material and the immaterial".

Figura 2. Indumentárias das Guerreiras Mino no antigo Dahomé.



Registro histórico das Guerreiras Mino, grupo militar feminino do Reino do Dahomé. Observa-se o uso de tiras de pano na cintura, além da amarração característica do pano de cabeça, elementos que marcam a estética visual desse grupo. Essas características foram ressignificadas em práticas culturais afrodescendentes no Brasil, como evidenciado nas vestimentas rituais do Terreiro do Bogum.

Fonte: Enciclopédia Brasileira Mérito (1970).

No caso do Terreiro do Bogum, com mais de três séculos de existência, não se trata de uma inscrição tardia na história da diáspora, mas da própria origem de uma tradição de protagonismo espiritual e político das mulheres negras, como poderemos conferir na figura 3. As mães de santo do Bogum e seus corpos femininos são, de fato, referência inaugural desse legado, cuja continuidade reforça a centralidade do feminino na resistência afro-brasileira. Este artigo propõe, portanto, destacar o Terreiro do Bogum não como um desdobramento dessa tradição, mas como seu precursor. A presença feminina nos milhares de terreiros espalhados pelo Brasil reflete influências históricas oriundas das mulheres do Bogum, cuja liderança e transmissão espiritual moldaram as bases da religiosidade afro-brasileira.

O uso das vestes sugere uma conexão direta entre as Guerreiras Mino e as mulheres do Bogum, pois uma semelhança notável pode ser percebida entre suas indumentárias. A amarração das saias e dos panos de cabeça no Terreiro do Bogum reflete heranças visuais das Guerreiras Mino, cuja indumentária distintiva pode ser vista em registros históricos do Reino do Dahomé (Enciclopédia Brasileira Mérito, 1970).

Elas são confeccionadas, em sua maioria, com tecidos naturais, como algodão e linho, escolhidos por sua durabilidade e adequação aos rituais. Bordados manuais, miçangas e símbolos geométricos são aplicados às peças para honrar divindades femininas, incorporando elementos estéticos e espirituais preservados na diáspora africana. Com o tempo, os trajes podem apresentar desgastes naturais e marcas rituais, como manchas de pós litúrgicos, reforçando seu papel como testemunhos materiais da prática religiosa, como iniciações, transes e resquícios de oferendas. Segundo Martins (2022), o processo de sacralização de vestimentas envolve alguns ritos:

- costura ritualística realizada no próprio terreiro (em alguns casos, sem nenhum tipo de objeto metálico);
- defumação com resinas e raízes religiosas; e
- banho com quinado de ervas sagradas (assim como é feito com os objetos), como visível na figura 4.

Figura 3. Indumentárias antigas das mulheres do Bogum (foto histórica).



Fotografia antiga retratando quatro mulheres do Terreiro do Bogum vestindo trajes cerimoniais tradicionais. A imagem revela que as tiras de pano, que nas Guerreiras Mino eram amarradas na cintura, aparecem aqui posicionadas nos ombros, mantendo um vínculo estético e simbólico com a tradição do Reino do Dahomé. A amarração do pano de cabeça também se mantém como um elemento visual característico. Essas similaridades evidenciam a continuidade cultural entre a tradição africana e a cultura afro-brasileira, mesmo em um contexto de repressão. Contudo, ao longo das décadas, parte dessas referências visuais passou por transformações estilísticas. Fonte: Duarte (2018).

Nesse sentido, os trajes cerimoniais do Terreiro do Bogum, além de representarem os próprios voduns cultuados (Martins, 2022), tornam-se elementos fundamentais na construção da identidade religiosa dos fiéis, reafirmando sua presença e papel dentro da comunidade. Sob a perspectiva do *The Sacred Gaze* (Morgan, 2005), o modo como os fiéis percebem os trajes e interagem com eles reforçam sua sacralidade e função simbólica na comunidade. Mais do que isso, as vestimentas rituais podem ser percebidas como a própria divindade em estado material, inerte, quando não há o iniciado para que aconteça o transe. Assim, sua existência física garante a presença contínua do sagrado no terreiro, funcionando como um veículo metafísico da conexão entre o mundo espiritual e os praticantes.

A partir da comparação estabelecida entre as indumentárias, nota-se que no Terreiro do Bogum a liderança feminina é um reflexo direto da herança africana trazida pelas comunidades Jeje, em que a influência das Mino é claramente visível. As mulheres do terreiro, assim como as Guerreiras Mino, são responsáveis pela proteção e manutenção do espaço sagrado e pela liderança em momentos de crise. Elas também desempenham um papel crucial na organização dos rituais e na transmissão dos conhecimentos religiosos e culturais para as novas gerações, assegurando a continuidade das tradições de resistência e preservação (Parés, 2018).

As Guerreiras Mino são um exemplo claro de como as mulheres africanas desempenharam papéis de liderança e resistência em contextos de opressão. Em sua origem, as Mino eram mais do que combatentes, pois representavam força, independência e o poder feminino, sendo parte de uma estrutura militar rigorosa e respeitada. Essas características foram transmitidas às comunidades afrodescendentes no Brasil, especialmente por meio da organização dos terreiros de Candomblé, onde as mulheres lideram práticas religiosas e preservam as tradições culturais de seus antepassados. A organização hierárquica dos terreiros, com a figura da mãe de santo no centro, seria,

portanto, uma reinterpretação das estruturas de poder que existiam no Reino do Dahomé, onde as Mino ocupavam posições de liderança tanto militar quanto política (Alpern, 1998; Ferreira, 2014).

Figura 4. Indumentárias contemporâneas das mulheres do Bogum.



Fotografia contemporânea de mulheres do Terreiro do Bogum trajando vestimentas cerimoniais atuais. Apesar das mudanças ao longo do tempo, as tiras de pano ainda permanecem posicionadas nos ombros em vez de na cintura, e a amarração do pano de cabeça continua semelhante à das Guerreiras Mino e da imagem histórica do terreiro. Esse fenômeno evidencia a permanência de certos elementos visuais como símbolos de identidade e resistência cultural afro-brasileira. Mais do que uma simples continuidade estética, demonstra uma ação metafísica¹⁴, inconsciente, de manutenção da ancestralidade das Guerreiras Mino, refletindo a profundidade das conexões históricas e simbólicas presentes no Terreiro do Bogum. Ao mesmo tempo, essa permanência permite a adaptação e reinvenção estética dentro da tradição religiosa, equilibrando preservação e renovação cultural.

Fonte: Zoogodô Bogum Malê Rundó em imagens (2014).

A Arqueologia da Repressão e Resistência, enquanto campo de estudo, oferece uma importante perspectiva para se compreender como as Guerreiras Mino são lembradas e veneradas nas comunidades afrodescendentes. No Terreiro do Bogum, as divindades femininas associadas à resistência, como Avejidá¹⁵ e Avesan, são vistas

¹⁴ “Ação metafísica” refere-se a processos que transcendem a experiência sensorial e a realidade física, situando-se além do mundo material. No contexto das tradições afro-diaspóricas, essa noção está relacionada à ancestralidade viva, na qual elementos culturais são preservados e ressignificados ao longo do tempo, mesmo sem uma intenção consciente. Segundo Mbiti (1990), a ancestralidade não se limita a uma memória do passado, mas constitui uma presença ativa que orienta práticas e valores dentro das comunidades africanas e afrodescendentes. Assim, a permanência de elementos como as tiras de pano e a amarração do pano de cabeça no Terreiro do Bogum pode ser vista como uma expressão dessa continuidade ancestral, em que a identidade visual se mantém como um elo entre diferentes tempos e espaços da diáspora africana.

¹⁵ Avejidá é uma divindade do panteão Jeje relacionada especialmente às forças naturais e aquáticas, com atributos que remetem à fertilidade, cura e purificação espiritual. Divindades semelhantes, como Avesan, são abordadas por Barros (1993), que ressalta a importância das águas e da vegetação como fundamentos rituais e mitológicos dos voduns do Candomblé Jeje, destacando

como representantes das Guerreiras Mino, conectando o passado da África Ocidental à luta contínua das mulheres afrodescendentes no Brasil pela preservação de suas tradições e seus direitos.

Além disso, o culto às divindades guerreiras, particularmente Sakpatá e Hevioso, também está diretamente associado à memória das Guerreiras Mino. Sakpatá, o Vodun da terra e das doenças, é frequentemente invocado em rituais de cura e proteção, refletindo o papel das Mino como protetoras do reino. Hevioso, por sua vez, é o vodum do trovão e da guerra, associado ao poder destrutivo das forças naturais e à capacidade de lutar contra os inimigos do povo Jeje. Essas divindades representam a força e a resiliência da comunidade, e seu culto é uma forma de invocar a proteção das guerreiras no contexto da resistência contra a opressão (Ferretti, 1996; Parés, 2018).

Percebe-se, portanto, como a materialidade desempenha um papel crucial na preservação da memória das Guerreiras Mino nas religiões afro-brasileiras. No Terreiro do Bogum, a presença de objetos rituais associados a elas, como espadas e armas simbólicas, reflete sua memória de combate e resistência. Esses objetos são utilizados em rituais que visam invocar a força das divindades e canalizar a energia guerreira para a proteção da comunidade e a cura espiritual.

A influência das Mino no Candomblé, portanto, pode ser percebida em várias dimensões e reinterpretações: nos mitos, nas divindades veneradas, na organização matriarcal dos terreiros e na resistência cultural contra a repressão histórica. Nesse sentido, da mesma maneira que elas resistiram aos invasores europeus no Reino do Dahomé, as comunidades de Candomblé resistiram à repressão no Brasil, preservando suas práticas e crenças (Funari, 1996; Ferreira; Symanski, 2023). Assim, a força simbólica das Mino como figuras de resistência nunca foi perdida, sendo rearticulada a partir das divindades e dos rituais do Candomblé (Parés, 2018; Rodrigues; Maia, 2023).

CONCLUSÃO

O estudo do Terreiro do Bogum a partir da Arqueologia da Repressão e da Resistência permite a compreensão da materialidade sagrada como um mecanismo de preservação identitária e, ademais, amplia o debate sobre a importância da proteção dos espaços religiosos afro-brasileiros. A pesquisa revela que a transformação simbólica de objetos e vestimentas rituais não é um processo estático, mas sim dinâmico, refletindo as adaptações necessárias para a sobrevivência cultural da tradição Jeje. Assim, a Arqueologia da Diáspora Africana e a Ciência da Religião têm muito a contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, reafirmando o papel dos terreiros como espaços centrais de resistência e continuidade das tradições africanas no Brasil.

Ademais, este estudo destaca o papel das sacerdotisas como guardiãs da memória e da espiritualidade Jeje, conectando passado e presente por meio de práticas que evocam as Guerreiras Mino. A materialidade sagrada dos terreiros, portanto, deve ser compreendida não apenas como um legado histórico, mas como uma estrutura ativa de resistência e afirmação identitária. As Mino, com sua bravura e liderança militar no Reino do Dahomé, tornaram-se símbolos poderosos de resistência e força feminina, cujas memórias e valores foram preservados e reinterpretados nos terreiros de Candomblé. No Brasil, a figura da mulher nas lideranças religiosas, especialmente no Terreiro do Bogum, onde as mães

sua ligação direta com processos de renovação espiritual e material (Barros, 1993).

de santo desempenham papéis centrais na preservação das tradições ancestrais, reflete essa continuidade de resiliência e liderança.

As contribuições deste estudo para a arqueologia consistem, primeiramente, na ênfase conferida à Arqueologia da Diáspora Africana ao demonstrar como a ressignificação de objetos em contextos religiosos afro-brasileiros está inserida em um fenômeno transnacional de resistência material. O estudo amplia as possibilidades metodológicas para a análise de artefatos sacros, propondo uma abordagem comparativa entre evidências arqueológicas, etnoarqueológicas e fontes etnográficas contemporâneas.

Além disso, o artigo contribui para a Arqueologia da Repressão e da Resistência ao evidenciar como as práticas religiosas afrodescendentes foram sistematicamente perseguidas, mas sobreviveram por meio de adaptações materiais e rituais. Assim, a materialidade sagrada dos terreiros atua como um meio de transmissão histórica, estabelecendo conexões entre práticas ancestrais africanas e suas recriações no Brasil.

A valorização do Terreiro do Bogum e de outros espaços sagrados como centros de preservação cultural reflete um compromisso crescente da sociedade brasileira em reconhecer e proteger a memória e a herança dessas comunidades, que enfrentaram séculos de repressão, mas conseguiram manter viva sua identidade ancestral. O estudo das Guerreiras Mino, do Terreiro do Bogum e da liderança feminina no Candomblé, além de iluminar o passado de resistência, também atua como um lembrete da importância contínua de celebrar essas tradições e preservá-las para as futuras gerações.

Entretanto, ao apresentar o Terreiro do Bogum como um dos espaços pioneiros espaço de resistência e protagonismo feminino, é imprescindível que dialoguemos com os aportes teóricos das intelectuais negras brasileiras: Sueli Carneiro (2005) denuncia os mecanismos institucionais e simbólicos de apagamento das religiões afro-brasileiras, enquanto Gonzalez (2018) propõe a categoria de amefricanidade para nomear a intersecção entre corpo, território e identidade negra.

Pensar o Terreiro do Bogum como um território de resistência é também reencontrar sua força ancestral com as vozes que, há décadas, vêm dizendo que a espiritualidade negra é mais do que culto: é caminho, é forma de existir, é gesto político. Em cada canto, cada erva, cada passo no chão batido do terreiro está a memória de lutas que não começaram ontem – e que não se separaram da fé. Por isso, é fundamental escutarmos as contribuições de pensadores que compreenderam essa religiosidade como parte inseparável dessas estratégias históricas de reexistência do povo negro.

Clóvis Moura (1993) nos lembra que a rebelião negra no Brasil não foi apenas feita de armas e fugas, mas também de tambores, cantos e rezas. A religiosidade afrodescendente foi, e continua sendo, a forma mais potente de manter viva a dignidade do povo africano. No Terreiro do Bogum, essa memória insurgente pulsa em cada objeto sagrado e em cada ritual, como testemunho da capacidade de reinventar a vida diante da dor. Carlos Moore (2008), ao olhar para além das fronteiras do Brasil, nos convida a enxergarmos essa força como parte de um projeto maior: o de uma civilização negra global. Para ele, cada terreiro é uma constelação de saberes ancestrais que conectam África, Caribe e América Latina em uma resistência comum – e o Bogum é um dos astros mais antigos dessa constelação.

Este estudo oferece à arqueologia uma chave sensível: a de olhar para os terreiros não apenas como vestígios do passado, mas como casas vivas, feitas de axé, de memória e de luta. No solo do Bogum estão guardadas histórias que não se escrevem apenas em pedra, mas em corpo, canto e silêncio. A materialidade aqui não é ruína, é presença – uma presença que fala, que guia, que exige cuidado. Uma presença que dança. O sagrado, neste contexto, não se coleta: se escuta, se respeita. Ao acolher as epistemologias negras – em especial as feministas – e os modos de saber que brotam do terreiro, a arqueologia

não apenas amplia seus métodos, mas honra a dignidade de quem transformou dor em permanência e fé em resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Paulo. As guerreiras Ahosi do Reino de Daomé. *HistóriaBlog*, 7 set. 2023. Disponível em: <https://historiablog.org/2023/09/07/as-guerreiras-ahosi-do-reino-de-daome/>. Acesso em: 7 mar. 2025.
- ALMEIDA, Fábio Guaraldo. *Etnoarqueologia no Quilombo Mandira*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 11, p. 171-176, 2011
- ALPERN, Stanley B. *Amazons of Black Sparta: the women warriors of Dahomey*. New York: New York University Press, 1998.
- ARAUJO, Ana Lucia. *African Heritage and Memories of Slavery in Brazil and the South Atlantic World*. Amherst, NY: Cambria Press, 2015..
- BARROS, José Flávio Pessoa de. *O segredo das folhas: sistema de classificação de vegetais no Candomblé Jêje-Nagô do Brasil*. Rio de Janeiro: Palas, 1993.
- BASTOS, Rossano Lopes. *Direito à cidade, territorialidades afro-brasileiras e conflitos fundiários*. In: NASCIMENTO, Érica S. de; GONÇALVES, Luiz Cláudio (org.). *Territórios e territorialidades negras no Brasil: práticas e conflitos*. Salvador: EDUFBA, 2022.
- BASTOS, Rossano Lopes; GUIMARÃES, Carlos Magno (orgs.). *Arqueologia da Diáspora Africana: perspectivas comparadas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- CARVALHO, Patrícia. Terreiro como lugar de memória: arqueologia e religiosidade afro-brasileira em Alagoas. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 15, n. 1, p. 89-108, 2021.
- CARVALHO, Patrícia; BASTOS, Rossano Lopes. Arqueologia do apagamento e territórios negros: o caso do Quilombo Saracura/SP. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 17, n. 2, p. 1-23, 2023.
- DUARTE, Everaldo Conceição. *Terreiro do Bogum: memórias de uma comunidade Jeje-Mahi na Bahia*. Bahia: Solisluna, 2018.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. Edição revista. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo: Mérito, 1970.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. *Repressão e resistência: arqueologia das populações afrodescendentes*. São Paulo: Contexto, 2014.
- FERREIRA, Lucio Menezes; SYMANSKI, Luis. Transformation and Resistance: African Diaspora Archaeology in Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v. 12, n. 2-3, 2023.
- FERRETTI, Sergio Figueiredo. *Querebentã de Zomadonu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberión dos (orgs.). *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Fapesp: Annablume, 2008.

- BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- HARTEMANN, Gabby Omoni; MORAES, Irislane Pereira de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- MARTINS, Rodrigo Nogueira. *Islã e Candomblé: a religião material como legado malê no Terreiro do Bogum*, Salvador, Bahia. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião Aplicada à Cultura Material) – Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- MARTINS, Rodrigo Nogueira. Religião material e morte: A fotografia como materialidade do culto à ancestralidade no Terreiro do Bogum, Salvador, Bahia. *ABHR – Associação Brasileira de História das Religiões*, v. 18, 2022.
- MEYER, Birgit. *Mediation and the Genesis of Presence: Toward a Material Approach to Religion*. Texto da aula inaugural (inaugural lecture), 2012.
- MBITI, John S. *African religions and philosophy*. 2. ed. Johannesburg (África do Sul): Heinemann, 1990.
- MOORE, Carlos. *A África que incomoda*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- MORAES, Irislane Pereira. *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: Ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga – Amazônia Paraense*. 2021. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MORAES, Irislane Pereira de; COSTA, Luciana Alves; JESUS, Luciana Lopes de. *Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiáspóricas: experiências no território quilombola dos Povos do Aproaga – Amazônia Paraense*. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, v. XIX, n. 37, p. 55-74, jan./jun. 2022.
- MORGAN, David. *The sacred gaze: religious visual culture in theory and practice*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- MORGAN, David. *The embodied eye: religious visual culture and the social life of feeling*. Berkeley: University of California Press, 2012.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1993.
- OGUNDIRAN, Akinwumi; SAUNDERS, Paula (ed.). *Materialities of ritual in the Black Atlantic*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.
- PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da Nação Jeje na Bahia*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- PRANDI, Reginaldo. O Candomblé é o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *RBCS*, v. 16, n. 47, 2001.
- RODRIGUES, Aldair; MAIA, Moacir (org.). *Sacerdotisas Voduns e Rainhas do Rosário: mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: Chão Editora, 2023.
- RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- SANTOS, Rosinalda Aparecida dos. Mulheres negras e saberes afro-brasileiros: religiosidade, tradição e resistência. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2019.

- SOUZA, Marcos André Torres. Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 59-92, jul./dez. 2007.
- SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. *Revista Katálisis*, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.
- SCHÜTZ, Alfred. *The Phenomenology of the Social World*. Evanston: Northwestern University Press, 1967.
- VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. São Paulo: Corrupio, 1997.
- ZOOGODÔ Bogum Malê Rundó em imagens. Blog Terreiro do Bogum ou Zoogodô Bogum Malê Rundó, [s. l.], 9 out. 2014. Disponível em: <https://terreirodobogum.blogspot.com/2014/10/zoogodo-bogum-male-rundo-em-imagens.html>. Acesso em: 7 mar. 2025.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTÍCULO

ADAPTACIÓN DE LOS SITIOS ARQUEOLÓGICOS ANTE LOS IMPACTOS DERIVADOS DEL CAMBIO CLIMÁTICO

Elena García Martínez*

RESUMEN

Esta investigación tiene por objetivo proponer una metodología de actuación encaminada a la adaptación de los sitios arqueológicos ante los impactos derivados del cambio climático, todo ello dentro del marco de prioridades recomendadas en el Libro Blanco de la Comisión Europea sobre patrimonio cultural y cambio climático. Para ello, se ha llevado a cabo una revisión de las estrategias de adaptación en el ámbito patrimonial, divididas en la prevención de eventos extremos y en la implantación de programas de mantenimiento, así como de las experiencias derivadas de los estudios de caso en España.

Palabras clave: Cambio Climático; Sitio Arqueológico; Indicadores de Vulnerabilidad Climática; Monitoreo; Mantenimiento.

* Universidad Complutense de Madrid. E-mail: mariae80@ucm.es. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9817-4305>

ADAPTAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é propor uma metodologia de ação voltada à adaptação dos sítios arqueológicos aos impactos das mudanças climáticas, no âmbito das prioridades recomendadas no Livro Branco da Comissão Europeia sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas. Para tanto, foi realizada uma revisão das estratégias de adaptação no setor patrimonial, divididas em prevenção de eventos extremos e implementação de programas de manutenção, bem como experiências derivadas de estudos de caso na Espanha.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Sítio Arqueológico; Indicadores de Vulnerabilidade Climática; Monitoramento; Manutenção.

ADAPTATION OF ARCHEOLOGICAL SITES TO THE IMPACTS DERIVED FROM CLIMATE CHANGE

ABSTRACT

The purpose of this research is to propose a methodology for action aimed at adapting archaeological sites to the impacts of climate change, all within the framework of priorities recommended in the European Commission's White Paper on Cultural Heritage and Climate Change. To this end, a review of adaptation strategies in the heritage area has been carried out, divided into the prevention of extreme events and the implementation of maintenance programs, as well as the experiences derived from case studies on Spain.

Keywords: Climate Change; Archaeological Site; Climate Vulnerability Indicators; Monitoring; Maintenance.

INTRODUCCIÓN

En la actualidad, cualquier programa o plan de gestión en patrimonio cultural sería poco riguroso si no considerara las estrategias que permitirán la sostenibilidad de sus intervenciones, así como las medidas de adaptación, cuyo objetivo es limitar los impactos, reducir las vulnerabilidades e incrementar la resiliencia frente al cambio del clima.

Los organismos internacionales (UE, 1992) recomiendan que, tras una investigación arqueológica, los restos que no puedan ser conservados adecuadamente deben colmatarse de nuevo, premisa que desde estas líneas corroboramos, sin entrar en valoraciones sobre la elección de los sitios arqueológicos cuyo fin último sea su musealización.

No trataremos en este trabajo de los requisitos y condiciones para la puesta en valor de sitios arqueológicos, que deberían ofrecer una experiencia de calidad sin comprometer la conservación del sitio. En todo caso, esas dotaciones de adaptación a la visita (accesos, señalización, etc.) deberían incorporarse a los programas de mantenimiento que desde estas líneas propondremos, siguiendo las recomendaciones de La Carta del Turismo Sostenible (ICOMOS, 2022).

Para la mejor comprensión de este artículo definimos los “impactos” como las consecuencias de las amenazas; la “vulnerabilidad” como la propensión o predisposición a verse afectado negativamente; y, por último, la “exposición” como el grado, duración y/o extensión en el que el sistema está en contacto con la amenaza (IPCC, 2022, anexo II).

METODOLOGÍA

La metodología de esta investigación ha basado en la revisión de experiencias realizadas en el ámbito del cambio climático vinculado con el patrimonio cultural, y su aplicación práctica a algunos ejemplos reales, en concreto en los yacimientos arqueológicos de Adro Vello, Pontevedra, (España, 2022) y La Illeta dels Banyets, Alicante (España, 2023), todo ello como parte de la tesis doctoral “Cambio climático y conservación de sitios arqueológicos” de la que el presente artículo forma parte¹.

Para su mejor comprensión recomendamos la lectura del artículo titulado “Caracterización de las amenazas derivadas del cambio climático e identificación de los impactos en sitios arqueológicos” (García Martínez; Plaza Beltrán, 2025), en que se establece la primera etapa indispensable para la identificación de los impactos, premisa para establecer unas medidas adaptativas con garantías.

El alcance de este estudio incluye los sitios arqueológicos definidos en el Tratado de La Valeta, como “los vestigios, objetos y cualesquiera otras trazas de manifestaciones humanas [...] cuya preservación y estudio permitan reconstruir la historia de la humanidad y su relación con el medio ambiente”. Este mismo documento especifica que dentro de dicho patrimonio arqueológico se “incluyen las estructuras, construcciones, grupos arquitectónicos, lugares de asentamiento, objetos muebles, monumentos de otra naturaleza, así como su contexto, localizados en tierra o bajo el agua” (España, 2011). Aunque se encuentran incluidos en la definición de patrimonio arqueológico, aquí no vamos a contemplar el estudio de la vulnerabilidad de objetos muebles o transportables, que, entendemos, pueden protegerse en museos con las medidas de conservación preventiva adecuadas. Según lo anterior, atenderemos a los efectos producidos en el

¹ Tesis matriculada curso 2022-2023 en la Facultad de Bellas Artes de la Universidad Complutense de Madrid (UCM). Dirigida por la doctora Marta Plaza Beltrán, profesora titular del Departamento de Pintura y Conservación-Restauración de la Facultad de Bellas Artes de Madrid (UCM).

aspecto tangible e inmueble de los restos arqueológicos, dejando para otros estudios la significancia de los sitios y la pérdida de valores patrimoniales.

Por último, se ha llevado a cabo una revisión crítica de la norma internacional UNE-EN 17652 titulada “Evaluación y seguimiento de yacimientos arqueológicos para su conservación *in situ*”, incluida en el marco de las estrategias de monitoreo (UNE, 2023).

JUSTIFICACIÓN DE LA ELECCIÓN DE LOS CASOS DE ESTUDIO

La elección de los dos estudios de caso tenía como principal objetivo aportar el abanico más amplio de impactos, tanto por su exposición como por su vulnerabilidad, de tal forma que tanto la metodología como las medidas que se recomiendan se pudieran extrapolar a otros yacimientos y ayudar a una toma de decisiones.

Los dos yacimientos, Adro Vello (Pontevedra) y La Illeta dels Banyets (Alicante), presentan dos ámbitos de protección. Por un lado, son BIC (Adro Vello en 2022 y la Illeta conjunto histórico desde 1978 y BIC en 2023), y, por otro, están protegidos dentro de la Red Natura, lo que obliga a que las soluciones adoptadas se enmarquen en parámetros de sostenibilidad.

La zona arqueológica de Adro Vello, en la parroquia de San Vicente do Grove, en el ayuntamiento de O Grove, se emplaza al lado de la playa de O Carreiro, se sitúa en una estrecha explanada litoral, al pie de una colina rocosa muy destacada en su entorno. El ámbito está enclavado a un lado de la playa de O Carreiro.

Por su parte, la zona arqueológica de La Illeta dels Banyets se encuentra situada en la localidad de El Campello. Actualmente, el yacimiento presenta el aspecto de un cabo artificial, ya que hasta principios de siglo era una isla amesetada, ovalada de este a oeste, sufriendo un intenso proceso erosivo, tanto de origen natural, erosión marina, como antrópico.

Sus ubicaciones representan las vertientes atlántica, en una zona climática oceánica templada, y la mediterránea, con clima semiárido, dando lugar a diferentes resultados en cuanto a subida de niveles del mar y parámetros meteorológicos.

Sus cronologías, su tipología constructiva, así como los materiales empleados son diferentes. En el caso de Adro Vello salazones romanos, y edificaciones y enterramientos tardorromanos de naturaleza granítica. En el caso de La Illeta, asentamientos neolítico e ibérico, y viveros romanos de naturaleza calcárea.

Por último, su estado de conservación es completamente diferente. En el caso de Adro Vello está en proceso de excavación, se ha diseñado un programa de mantenimiento con el fin de llevarse a cabo en las siguientes campañas. Sin embargo, La Illeta tiene un plan de mantenimiento ya consolidado desde el año 2000 con excelentes resultados (Pérez, 2015).

Los sitios arqueológicos del estudio, independientemente de su cultura, son reconocibles en todos los países con dominio marítimo o fluvial. En el caso de Brasil, asentamientos de las culturas Umbu (Bagio Perin *et al.*, 2024) y Sambaquis (Klokler, 2010) conservan restos que proteger de épocas prehistóricas. En cualquier caso, la metodología es aplicable a todo tipo de vestigio del pasado como los derivados de procesos sociohistóricos como fortificaciones y estructuras militares o industrias, como las balleneras. Fuera del ámbito costero, el mantenimiento de estructuras arqueológicas o históricas es imprescindible después de un proceso de excavación o de rehabilitación para garantizar su conservación. Sería el caso de paisajes arqueológicos derivados de conflictos bélicos (Lino, 2022) o de los importantes conjuntos Ruinas de São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul, Brasil) o Igatu (Bahia, Brasil) (Batista Neto; Pires, 2009).

ESTRATEGIAS DE ADAPTACIÓN

La preocupación ante la nueva situación de inestabilidad que implican los impactos derivados del cambio climático en sitios arqueológicos se ha reflejado en varios proyectos de investigación europeos, interés que comenzó con el denominado *Noah's Ark* (Sabbioni; Brimblecombe; Cassar, 2010) y al que siguieron *Cheris*, (*Cheris*), *Strench* (*Strench*) o *Adapt Northern Heritage*, (*Adapt Northern Heritage*), entre otros. Esta preocupación generó planes de adaptación específicos en patrimonio en diferentes países europeos, como Irlanda (Daly, 2019), Escocia (Harkin *et al.*, 2019) o Gales (HEG, 2020).

Aunque en este artículo las estrategias de adaptación se centran en el aspecto tangible de los sitios arqueológicos, en la actualidad el estudio de las medidas de adaptación se complementa con los conocimientos locales que ayudan a afrontar los impactos derivados del cambio climático de una forma integral. Esta premisa se incorporó en el Acuerdo de París (artículo 7.5), en el que se reconocía el potencial del patrimonio para contribuir a la adaptación gracias a los conocimientos tradicionales y el conocimiento local (ONU, 2015). En este sentido, el patrimonio arqueológico puede aportar estrategias adaptativas, ya que se ha formado a lo largo de los siglos mediante la interacción humana y su entorno, con modificaciones constantes, para afrontar fenómenos meteorológicos y climas cambiantes (Carmichael *et al.*, 2018).

Tabla 1. Estrategias de adaptación propuestas en el proyecto *Life-Shara*. Resaltadas las medidas que se van a tratar en el artículo. (Jornada Nacional de Herramientas para la Adaptación al Cambio Climático, 2021).

ESTRATEGIAS DE ADAPTACIÓN	
ESTRUCTURALES FÍSICAS	Ingeniería
	Tecnología
	Basadas en ecosistemas
	Servicios
SOCIALES	Educación
	Información
	Comportamiento
INSTITUCIONALES	Economía
	Leyes y reglamentos
	Políticas y programas gubernamentales

Fuente: Jornada Nacional de Herramientas para la Adaptación al Cambio Climático (2021).

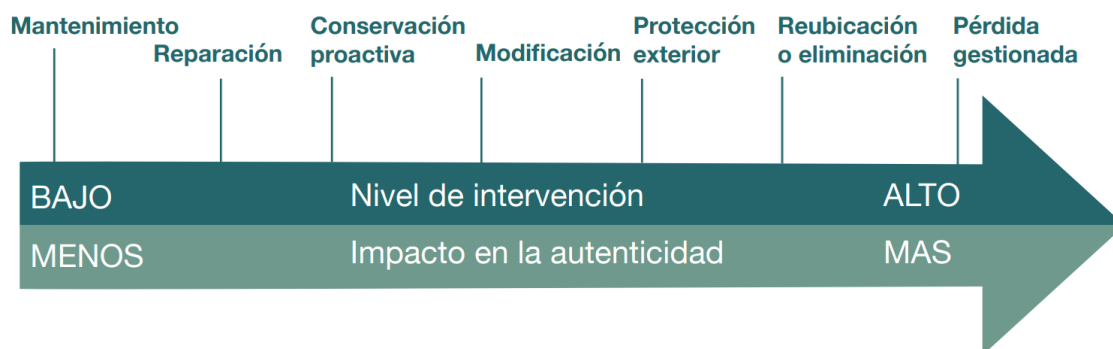
En nuestro caso, las soluciones adoptadas las denominaremos “estrategias de adaptación estructurales”, divididas en la de prevención de daños ante eventos extremos y programas de mantenimiento.

También queremos destacar que, en la medida que se implementan las estrategias de adaptación estructurales, podría existir una relación inversa entre la pérdida de algunos aspectos del valor patrimonial, como sucede en el caso de la autenticidad, y los niveles de intervención, en cuanto a intensidad y extensión de los mismos.

A continuación, diferenciamos las estrategias en dos bloques. Por un lado, la prevención de daños por eventos extremos, que han aumentado en intensidad y frecuencia por los efectos derivados del cambio climático; y, por otro, los programas de mantenimiento. Éstos últimos gestionan las actuaciones tanto los derivados de dinámicas progresivas como de eventos extremos. Esta distinción no es ajena al ámbito

de la conservación-restauración, cuando en los inicios de la conservación preventiva se diferenciaban los efectos inmediatos y catastróficos de los lentos y acumulativos (de Guichen, 2013; Navarro Casas; García Martínez; García Pérez, 2021, p. 25).

Figura 1. Relación conceptual entre los diferentes niveles de intervención adaptativa y la autenticidad de recursos patrimoniales.



Fuente: Gráfico de Chan, C. 2018. *Adaptado de Historic Environment Group*, 2018, p. 11, figura 3, (Daly, 2019, p. 59).

Prevención de daños ante eventos extremos: Gestión de riesgos

El marco estratégico e institucional en gestión de riesgos en el patrimonio cultural tiene un amplio recorrido. La organización UNESCO ha realizado en los últimos veinte años una extensa labor investigadora y divulgativa sobre posibles formas de enfrentarse a los impactos climáticos (UNESCO, 2006, 2021). Esta preocupación es una constatación en la organización y queda reflejada en diferentes publicaciones como “Gestión del riesgo de desastres para el patrimonio cultural” (UNESCO, 2014).

Por su parte, la Comisión Europea en el Marco Europeo de Acción sobre el Patrimonio Cultural, (UE, 2019) y el Consejo de la UE, en sus conclusiones sobre Gestión de Riesgos en Patrimonio Cultural (UE, 2020), refuerzan líneas de acción para un patrimonio europeo más resiliente ante los desastres naturales, que se implementan en proyectos de investigación para determinar la vulnerabilidad del patrimonio y establecer planes de salvaguarda ante situaciones de emergencia (ProteCHt2save).

La *Agenda global de investigación y acción sobre cultura, patrimonio y cambio climático* es el resultado de la colaboración científica entre ICOMOS, UNESCO e IPCC (Morel *et al.*, 2022). El documento explora las sinergias entre la cultura, el patrimonio y el cambio climático, y establece, en su segundo eje o área de interés, “el estudio de la pérdida, el daño, la vulnerabilidad y la comprensión de los riesgos”.

En la práctica, han sido muchas y variadas las iniciativas que han implantado soluciones en los sitios arqueológicos en el marco del cambio climático, pero los mayores esfuerzos han estado enfocados en minimizar los impactos derivados de la subida del mar y su sinergia con la erosión costera. Por otro lado, como evento derivado del cambio climático que en la península ibérica provocará en zonas interiores los mayores impactos, se hará referencia a las altas temperaturas y consecuente sequía extrema (España, 2017; España, 2022, p. 81).

La construcción de diques, malecones o rompeolas ha sido la respuesta más extendida, ya que las mareas altas y los tsunamis han supuesto una amenaza desde la antigüedad. En algunos casos, estas infraestructuras “duras” ya forman parte del conjunto

patrimonial e incluso pueden llegar a ser reforzadas o readaptadas ante la nueva situación de cambio climático. Prueba de lo anterior es el trabajo realizado en Países Bajos, en los que sus diques históricos tienen un valor excepcional y se ven seriamente afectados por la subida del nivel del mar y por las lluvias torrenciales. Su trabajo presenta diferentes vertientes, a nivel de gestión administrativa la implantación de programas de Calidad Visual y la incorporación de este tipo de patrimonio en las Evaluaciones de Impacto Ambiental, así como soluciones técnicas, cartografías y refuerzos estructurales. Algunos ejemplos de lo anterior son los diques de *West Frisian Ring Dike* (Lascaris, 2012) o *Delfzijl* (Egberts; Riesto, 2021).

A otra escala, en el noroeste de España, destacamos la protección del conjunto arqueológico en la isla de Guidoiro Areoso, situado en el interior de la ría de Arousa. Estas construcciones megalíticas en la costa presentan una alta vulnerabilidad debido, principalmente, a la disminución de las dunas en altura y extensión por acción de las mareas. Entre otras intervenciones, se realizaron muros perimetrales en forma de “L” de cara al frente marino, en dos de sus cámaras, en concreto en los monumentos 4 y 5 (Blanco-Chao *et al.*, 2015; López-Romero *et al.*, 2017). Este muro de gaviones, de aproximadamente un metro de altura, está realizado con piedra del lugar y frena la energía de las batidas de las olas. Al ser permeables al agua permiten que en el caso de salto de las olas al interior del recinto el agua pueda retroceder con mayor lentitud, lo cual evita la erosión de suelo, aunque es recomendable sistemas de drenaje y evacuación adicionales.

En el caso de protección de yacimientos arqueológicos en la costa, y como construcciones o medidas “blandas” y de mayor sostenibilidad, destacamos el uso de elementos naturales que propician la regeneración del ecosistema, creando vórtices de viento que estimulan la deposición de sedimentos, acelerando así el proceso de recuperación de arena en la duna. Sería el caso de elementos longitudinales como los biorrollos vegetales no sembrados, por la precaución de no introducir especies no deseadas (España, 2008), o captadores, elementos de cañizo o madera, que favorecen la acumulación de arena. Estos últimos utilizados en el proyecto *Descendants United for Nature, Adaptation and Sustainability* (DUNAS), que aborda las tormentas y la erosión costera en los sitios arqueológicos de la costa centro-norte de Puerto Rico (Rivera-Collazo, 2021).

En cuanto a los eventos extremos, las lluvias torrenciales pueden considerarse como las más destructivas y generalizadas en todos los continentes. Entre las medidas, la adecuación de un sistema eficaz de drenaje es imprescindible y, dependiendo de los contextos, la prohibición de la tala de árboles en pendientes evita riesgos concatenados como deslizamientos, medidas propuestas para el patrimonio edificado en Brasil (Zanirato, 2021).

En el caso de España, es de especial preocupación el impacto de sequía extrema, junto con la demanda de energía hidroeléctrica, pues provocará una bajada del nivel de agua en presas y embalses, emergiendo patrimonio antes sumergido por las infraestructuras de mediados del siglo XX y que la Administración General del Estado tiene registrado en más de 1.500 restos arqueológicos en aguas continentales de la península ibérica (Arcos García, 2023, p. 15).

En este sentido, y en previsión a un monitoreo en los embalses identificados con patrimonio sumergido, es de interés el servicio climático de embalses generado en AEMET, *S-ClimWaRe (Seasonal Climate predictions in support of Water Reservoirs management)*, concebido para apoyar la toma de decisiones relativa a la gestión de los embalses en España (AEMET).

El impacto consiste en varios efectos simultáneos, como son los procesos erosivos por arrastre mecánico del agua y materia en suspensión y los procesos fisicoquímicos, derivados de la saturación y posterior evaporación de agua en los materiales constructivos patrimoniales.

Además, hay que añadir la dificultad que entrañan las intervenciones que realizar, ya que deben tener la premisa de su sostenibilidad, con el objetivo de que no se degraden ni perjudiquen la calidad del agua, cuando los restos vuelvan a sumergirse.

En este marco destacamos las actuaciones realizadas en el Dolmen de Guadalperal en el año 2021 durante la retirada de las aguas del embalse de Valdecañas, Cáceres (España). En relación con las intervenciones de conservación del sitio se procedió a implantar dos medidas diferenciadas: Por un lado, la construcción de un muro de contención en la ruta de evacuación principal para paliar la retirada abrupta del nivel de agua; y, por otro lado, la estabilización de las lajas de granito. Ésta última consistió en la colocación de capas superpuestas de tierra compactada en primer lugar, seguida de mallas de fibra de vidrio solapadas y ancladas con grapas galvanizadas destinada a frenar el arrastre y erosión del sustrato. Por último, se protegió la base del dolmen con una capa de gravas y cantos rodados, todos ellos materiales de las cercanías que también han estado sumergidos (Pérez *et al.*, 2023, p. 68).

Como conclusión en este apartado destacamos el interés que supondría la puesta en marcha de un monitoreo en el caso de eventos extremos, así como el empleo de alarmas, pudiéndose aplicar soluciones técnicas ya establecidas para la población, como, por ejemplo, las barreras portátiles de contención flexibles para evitar inundaciones (España, 2017).

Programa de mantenimiento

Los sitios arqueológicos se gestionan, generalmente, en el marco de un plan director, en que se establecen los criterios y las actividades a realizar en diferentes ámbitos, la investigación arqueológica, la provisión de recursos, humanos y técnicos, documentación y difusión, entre otras. En cuanto a las medidas técnicas o acciones prácticas para su conservación, estas se organizan en los programas de mantenimiento (ICOMOS, 2017, p. 7).

El Programa de Mantenimiento es el conjunto de acciones periódicas, directas o indirectas, encaminadas a mantener los sitios arqueológicos en condiciones óptimas de integridad y funcionalidad.

El diseño de un programa de mantenimiento debe estar compuesto de protocolos específicos que puedan manejarse de forma individual, atendiendo a su periodicidad. Su redacción no debe ser ambigua y debe dar repuestas al objeto y alcance, a los recursos humanos y técnicos, además de señalar dónde, cómo y cuándo se deben aplicar dichos protocolos. Pueden contener anexos o instrucciones de instrumentos de apoyo. Generalmente se dividen en dos bloques, protocolos de seguimiento y el de medidas o actuaciones directas de conservación.

En la bibliografía revisada, al primer paso encaminado a una protección activa se denomina “monitoreo o seguimiento”, término que hace referencia al seguimiento o inspección.

De esta forma, la premisa del monitoreo consiste en que, si se observa un cambio en el estado de conservación, ya identificado en la vulnerabilidad de sus elementos patrimoniales, podría ser factible gestionar, minimizar o evitar el riesgo, con unas medidas de mantenimiento adecuadas, evitando la necesidad de costosos y traumáticos tratamientos de restauración. Este monitoreo se establece mediante indicadores de vulnerabilidad, que determinan el estado de conservación de elementos del sitio

seleccionados al efecto, incorporando umbrales de alarma en los que sería necesaria una intervención específica o medidas correctoras.

Un indicador mide y cuantifica la evolución de un aspecto o variable visible en un elemento geolocalizado. Para su establecimiento es necesario un punto de partida o “estado previo”, entendido como el conjunto de valores adoptados por todas las variables en un momento dado (Gallopín, 2006, p. 297).

En este sentido, queremos destacar los indicadores referidos a la vulnerabilidad de yacimientos arqueológicos y, en particular, a las alteraciones debido a los impactos con dinámicas progresivas, como cristalización salina por aumento de épocas de sequía, termoclastismo por estrés térmico o colonización biológica, entre otros. Su dimensión medible se manifiesta mediante diferentes deterioros que se valoran de forma semicuantitativa. Los indicadores se establecen en diferentes elementos en el propio yacimiento y/o a través de probetas expuestas *in situ*. Estas probetas de ensayo se realizan con materiales representativos del yacimiento y se colocan *in situ* para testar su evolución a medio o largo plazo. Su premisa se basa en que el material de la probeta de “corte fresco”, se altera más rápidamente ante los factores climáticos que el original, que podrá incluso haber conseguido un equilibrio con el medio en todos sus estadios de uso-enterramiento-excavación y, de esta forma, se pueden predecir los cambios que sufrirán los materiales patrimoniales.

Un ejemplo de lo anterior sería la experiencia en el monasterio de *Skellig Michael* y castillo de Dublín, Irlanda (Daly, 2016), o las instaladas en los sitios arqueológicos de Adro Vello (Pontevedra) y La Illeta dels Banyets (Alicante).

Figura 2. A. Probeta realizada en granito de las mismas características que el empleado en los restos del yacimiento arqueológico de Adro Vello. B, probeta orientación Sur en La Illeta dels Banyets (España).



Fuente: Elaboración de la autora.

En la actualidad, son cada vez más numerosos los programas de mantenimiento implantados en los sitios arqueológicos. En la práctica, las intervenciones En la práctica, las intervenciones en conservación-restauración incluidas en un programa de mantenimiento siguen los criterios y recomendaciones consensuadas por organismos internacionales, que en el caso de sitios arqueológicos pueden enmarcarse en el Proyecto

COREMANS “Criterios de intervención de materiales pétreos” (Laborde, 2013; UNE-EN 41810). Éstas pueden consistir, dependiendo del nivel de intervención, en el enterramiento parcial, hiladas de sacrificio, encapsulados, rejuntados, muros estructurales, sistemas de drenaje o cubiertas parciales, entre otros.

En cuanto a las cubiertas, parciales o totales, ha sido una de las soluciones más extrema ante los impactos medioambientales. Son numerosos los ejemplos pero destacamos, por su alta vulnerabilidad, la Cueva Pintada de Gáldar, en Las Palmas (Feduchi, 1998) y, en el caso de la premisa del cambio climático, los refugios climáticos de 16 templos megalíticos en Malta (Cassar, 2016, p. 124).

RESULTADOS

Como mencionamos en el apartado de metodología, se han estudiado los sitios arqueológicos de Adro Vello y La Illeta dels Banyets, y en este apartado señalamos dos amenazas principales: por un lado, la acción sinérgica de la subida del nivel del mar y las marejadas ciclónicas que provocan la erosión costera (Cid *et al.*, 2016); y, por otro, las precipitaciones convectivas y frontales (Cuadrat; Pita, 2022, p. 168), que provocan lluvias torrenciales, con intensidad superior a 60 mm/h (D.G. Protección Civil) y que han aumentado su frecuencia (AEMET, 2023). En grupo se incluyen las lluvias, inundaciones y escorrentías que provocan las depresiones aisladas en niveles altos (DANA) (Martín, 2024), que en nuestro caso presentan un alto grado de exposición en el yacimiento de La Illeta dels Banyets.

Anticipándonos a trabajos en curso sobre la vulnerabilidad de los estudios de caso y sobre los impactos derivados de dinámicas progresivas o lentas, mostramos a continuación dos tablas en las que destacamos los impactos producidos y algunas de las medidas que se pueden implementar, principalmente de carácter adaptativo.

Mostramos a continuación dos tablas en las que destacamos los impactos producidos y algunas de las medidas que se pueden implementar, principalmente las adaptativas².

Tabla 2. Relación de los impactos identificados en Adro Vello (AV) y las medidas adaptativas (MA), de mitigación (MM) o emergencia (ME) para implementar.

ADRO VELLO	
I = E x V I= Impacto. Consecuencia E= Exposición; V= Vulnerabilidad	Medidas de Adaptación. MA Medidas de Emergencia. ME Medidas de Mitigación. MM
AV_I_1 Inmersión de superficie del yacimiento arqueológico	
AV_I_2.1 Retroceso de la costa por erosión (físicos)	AV_MA_2.1 Biorrollos vegetales en el frente cara al mar AV_MM_2.1 Aumento de la cobertura vegetal autóctona en el sistema dunar
AV_I_2.2 Cambio del pH y salinidad por el aumento de los aerosoles marinos	AV_MA_2.2 Consolidación de los materiales en base a los resultados de las probetas

continúa...

² La vulnerabilidad de los yacimientos de los casos del estudio y resultados de los indicadores expuestos, de los que derivan los resultados de las tablas se reflejaran en la publicación titulada “Vulnerabilidad de los sitios arqueológicos ante los impactos derivados de cambio climático” (en prensa), así como en los anexos de la tesis ya mencionada.

Tabla 2. Continuación

ADRO VELLO	
$I = E \times V$ I= Impacto. Consecuencia E= Exposición; V= Vulnerabilidad	Medidas de Adaptación. MA Medidas de Emergencia. ME Medidas de Mitigación. MM
AV_I_3.1 Daños físicos en estructuras y materiales por vientos fuertes y huracanados	AV_MA_3.1 Estabilización de la duna de protección con cobertura vegetal autóctona, gramíneas identificadas en el entorno
AV_I_4.1 Daños físicos en las estructuras y materiales por lluvias torrenciales	AV_MA_4.1 Diseño de sistema de evacuación y drenaje
AV_I_4.2 Inundaciones en las estructuras y disolución de materiales por lluvias intensa	AV_MA_4.2 Evacuación manual del agua estancada en estructuras como piletas del salazón o los enterramientos
AV_I_4.3. Hidrolización en el granito y disolución de morteros	AV_MA_4.3 Consolidación de materiales con base en los resultados de las probetas. El caso de los morteros valorar el uso de morteros de reposición
AV_I_5 Daños en estructuras y materiales por incremento de las temperaturas, sequías y oscilaciones térmicas. Procesos de haloclastia y termoclastia	AV_MA_5 En el caso de grietas o fracturas reintegración con mortero de reposición. Si fueran daños recurrentes, proponer encapsulados de estructuras vulnerables
AV_I_6 Incremento de los incendios en la cobertura vegetal de la ladera, posibles deslizamientos	AV_ME_6 Sistemas de alerta temprana. Protección Civil y Cuerpos de Seguridad Gestión forestal, cambio de la cobertura de eucalipto por roble más resistente al fuego
AV_I_7.1 Colonización líquénica y briofitos. Procesos de quelación	AV_MA_7.1 Se aconseja su NO eliminación
AV_I_7.2 Cobertura vegetal. Bioclastia. Dependiendo de la especie	AV_MA_7.2 Eliminación mecánica y/o química de especies dañinas sin nivel de protección
	AV_MA_7.2 Trasplante en la duna de especies dañinas en el yacimiento y catalogadas de interés o con nivel de protección

Fuente: Elaboración de la autora.

Tabla 3. Relación de los impactos identificados en La Illeta dels Banyets (LIB), las medidas de mantenimiento implantadas (MANT) y medidas adaptativas (MA) y de mitigación (MM) propuestas para su implantación.

LA ILLETA DELS BANYETS		
$I = E \times V$ I= Impacto. Consecuencia E= Exposición; V=Vulnerabilidad	Mantenimiento implantado MANT.	Medidas de Adaptación. MA Medidas de Mitigación. MM
LIB_I_1.1 Inmersión de superficie del yacimiento arqueológico (viveros romanos)		

continúa...

Tabla 3. Continuación

LA ILLETA DELS BANYETS		
$I = E \times V$ I= Impacto. Consecuencia E= Exposición; V=Vulnerabilidad	Mantenimiento implantado MANT.	Medidas de Adaptación. MA Medidas de Mitigación. MM
LIB_I_1.2 Praderas y arribazones de posidonia		LIB_MA_1.2 Favorecer la expansión de la posidonia. Eliminación del istmo (puente) LIB_MM_1.2. Sumidero de carbono. Subida de cota en la línea de costa. Revalorización de los arribazones
LIB_I_1.3 Cambio de la colonización biológica de bentónica-sumergida		
LIB_I_2.1 Elevación del nivel en la erosión costera mareal y por la batida de las olas	LIB_MANT_01 Refuerzo del estrato donde se asienta el yacimiento mediante rocas y mortero de reposición LIB_MANT_02 Hiladas de sacrificio LIB_MANT_03 Encapsulados LIB_MANT_04 Sistemas de drenaje. Canalizaciones y desagües LIB_MANT_05 Cubiertas parciales LIB_MANT_06 Enterramiento ajardinado	LIB_MA_2.1. Eliminación del istmo (puente). Consolidación y estabilización de las estructuras de los viveros LIB_MA_2.2. Ejecución del proyecto de consolidación y estabilización de los viveros romanos LIB_MA_2.3. Refuerzo estructural del estrato geológico soporte del yacimiento de la pérdida de materia del estrato inferior
LIB_I_2.2 Cambio del pH y salinidad por el aumento de los aerosoles marino		
LIB_I_3.1 Daños físicos en estructuras y materiales por vientos fuertes y huracanados		
LIB_I_4.1 Daños físicos en las estructuras y materiales por lluvias torrenciales		
LIB_I_4.2 Inundaciones en las estructuras y disolución de materiales por lluvias intensas		
LIB_I_5 Daños en estructuras y materiales por el incremento de las temperaturas, sequías y oscilaciones térmicas		

Fuente: Elaboración de la autora.

Una de las primeras observaciones sobre las tablas anteriores es con relación a las medidas adaptativas derivadas de las dinámicas progresivas. Se puede comprobar que un programa de mantenimiento, con intervenciones ya conocidas en conservación-restauración, es eficaz para paliar sus efectos, si bien los indicadores de vulnerabilidad ayudan a que se adopten de una forma proactiva, adelantándose a paliar sus efectos y a determinar la idoneidad de los productos para utilizar.

En cuanto al aumento en la frecuencia de las DANA, la medida que tomar es el diseño de sistema de drenajes que permitan una evacuación del agua de escorrentía, con una revisión periódica.

Destacamos, en este sentido, el programa de mantenimiento realizado en el sitio arqueológico de La Illeta dels Banyets. La alta vulnerabilidad de este yacimiento costero y su musealización ha llevado a realizar prácticas de conservación-restauración a todos

los niveles en cuanto al grado de intervención. Los trabajos comenzaron en el año 2000 y no se han interrumpido hasta la actualidad, estabilizando estructuras según avanzan las excavaciones y minimizando los impactos de la visita, los medioambientales o la erosión costera. Este programa se dirige desde el Departamento de Arquitectura de la Diputación de Alicante y es extensible a los yacimientos dependientes de la Diputación Provincial (Pérez Jiménez, 2008, 2015).

La eficacia del mantenimiento se debe a su carácter organizativo y cíclico que permite, durante sus revisiones periódicas, incorporar las actuaciones necesarias que den respuesta a un entorno cambiante, en un bucle de mejora.

Con relación a la erosión costera, los dos yacimientos presentan medidas específicas pendientes de diseño e implementación.

En el caso de Adro Vello, durante los años 1960 y 1980 el profesor José Carro Otero, médico y antropólogo, realizó exhumaciones de los enterramientos y, más adelante, en la década de los años 1990, acciones de consolidación, limpieza, acondicionamiento y cierre temporal del yacimiento (Fernández *et al.*, 2021).

Durante todas estas intervenciones se acumuló la tierra desalojada del yacimiento en una terrera que reforzaba el sistema dunar del frente cara al mar. Esta terrera, hoy ya naturalizada, ha protegido el yacimiento de fuertes vientos y mareas altas.

En la actualidad este sistema se ve amenazado por las marejadas ciclónicas que están produciendo, de manera generalizada, un retroceso de la línea de costa (Martín, 2021). Por este motivo, la medida adaptativa propuesta es el refuerzo de esta duna, ya con grandes pérdidas en su base y que ha provocado la caída de parte de los postes del cerramiento.

Después de un estudio ya realizado sobre la dinámica costera en la zona, se recomienda comprobar la efectividad de los elementos asociados a las medidas blandas, para que no resulten contraproducentes con acumulaciones en lugares indeseados. En particular, los biorrollos, ya mencionados, realizados con materiales del entorno, que sería lo más adecuado en nuestra opinión.

La Illeta del Banyets, ante la amenaza que supone las marejadas ciclónicas, cuenta con un proyecto de consolidación y estabilización de los viveros romanos, pero no se ha llegado a implantar (Alonso Heras *et al.*, 2015, p. 156). Estas consolidaciones están diseñadas atendiendo al nivel de erosión de las estructuras y van desde pequeños diques de abrigo hasta encofrados, en zonas erosionadas, con láminas de separación de la roca original para garantizar su reversibilidad.

La minimización del impacto presenta como solución la eliminación del istmo artificial que une la isla con la costa. Este istmo se construyó en 1943, con material producto de dinamitar el propio yacimiento, ante la necesidad de crear un pequeño puerto que sirviera de refugio a los barcos de pesca, mediante la voladura de sustrato geológico natural de la isla y costa (Pérez Jiménez; Martínez Carmona, 2013).

Un estudio de la evolución del oleaje en la zona marítima entre La Illeta y el dique del puerto corroboró una diferencia en su velocidad entre antes y después de la construcción del dique, con mayores frecuencias para el oleaje incidente y su altura, principalmente en dirección sur. Este estudio se realizó modelizando corrientes y remolinos, desarrollado tras la obtención de datos climáticos y barimétricos y que se confirmó por la presencia de especies bioindicadoras de la zona de alta hidrodinámica (Aragónés *et al.*, 2017).

Por este motivo, desde la Diputación de Alicante se ha propuesto la eliminación del istmo y que el acceso se lleve a cabo gracias a un puente elevado, con sólo un pilar central de apoyo. El objetivo es que las corrientes tengan una vía de salida que evite la acumulación de la energía de las olas en el frente sur del yacimiento (Pérez Jiménez; Martínez Carmona, 2013, p. 63).

CONCLUSIONES

Son varios los investigadores que encuentran el fortalecimiento del monitoreo y el mantenimiento del patrimonio como medidas primordiales para hacer frente a los impactos del cambio climático (Sesana *et al.*, 2018, p. 12), reflexión que corroboramos desde estas líneas.

Por un lado, en cuanto al monitoreo, la reciente norma UNE-EN 17652 titulada “Evaluación y seguimiento de yacimientos arqueológicos para su conservación *in situ*” contempla como un acontecimiento imprevisto el cambio climático y en referencia a la temperatura detalla “la medición de la temperatura en los yacimientos debería realizarse con registradores de datos para evaluar la variación anual o cualquier tendencia identificable hacia una evolución de las condiciones de temperatura, en relación con las proyecciones de cambio climático.” (UNE, 2023).

Esta norma recomienda los parámetros para evaluar el estado de conservación de los materiales arqueológicos y condiciones ambientales, y proporciona un marco para el seguimiento de los yacimientos arqueológicos. Sin embargo, lamentamos que en el apartado de términos y definiciones no se hayan usado los específicos en la disciplina de conservación, ya consensuados la norma UNE-EN 15898 “Principales términos generales y definición”.

Respecto a aspectos más específicos, y dentro de las medidas denominadas de atenuación, que minimizan o eliminan el riesgo, se contempla la “excavación”, medida que en ningún caso se puede clasificar como correctiva en cuanto a la conservación de un yacimiento (Figura 3, p. 18).

Por otro lado, queremos hacer hincapié en la importancia que representan los programas de mantenimiento. Éstos deben estar implantados con la premisa de minimizar y/o adaptarse a estos impactos, y presentan algunas diferencias con los que intentan paliar los impactos una vez producidos de forma “reactiva”. La metodología debe anticiparse a los efectos con intervenciones de carácter “proactivo”, implantando medidas adaptativas gracias a la información “predictiva” que tenemos de estos fenómenos y al diseño de indicadores de vulnerabilidad.

Este enfoque integrado de los métodos conocidos y ensayados de conservación-restauración, junto con una metodología protocolarizada, permitirá una adaptación ya ineludible del patrimonio arqueológico ante los impactos derivados del cambio climático.

Además, un sólido programa de mantenimiento requiere que las soluciones sean compatibles con los principios de la Acción climática y los Objetivos de Desarrollo Sostenible, dentro de las premisas que marca el Libro Blanco de la Comisión Europea sobre patrimonio cultural y cambio climático (Ballard *et al.*, 2022).

En este contexto, los programas de mantenimiento en el marco del cambio climático tienen una doble virtud. Por un lado, la vertiente metodológica consume menos recursos que una restauración más compleja, lo cual obtiene un resultado eficaz y sostenido en el tiempo que evita futuras intervenciones de alto coste. Por otro lado, la vertiente técnica, ya que las intervenciones de conservación-restauración puede realizarse con prácticas menos invasivas y materiales sostenibles.

En España, corroboramos las recomendaciones que desde el Consejo Superior de Investigaciones Científicas ha realizado al respeto de riesgo del patrimonio cultural ante la amenaza que supone el cambio climático (López-Romero, 2024). Entre ellas señalamos: Incrementar el esfuerzo normativo y legislador; aumentar la inversión en investigación y formación; generar mapas de riesgos y BD de eventos extremos; diseñar un marco de monitorización y promover medidas de conservación preventiva.

Por último, ampliando este ámbito de este artículo al aspecto patrimonial intangible, queremos citar iniciativas como el plan de conservación promovido por el Instituto Nacional del Patrimonio Histórico y Artístico para la gestión de riesgos en fortalezas brasileñas, que fomenta la importancia de las acciones locales estructuradas y establecimiento de una red de socios, como estrategia basada en los valores y centrada en las personas para una adaptación real a las amenazas derivadas del cambio climático (Campos; Corrêa, 2021).

AGRADECIMIENTOS

Queremos agradecer el apoyo del grupo Arqueo-GEAAT. Universidad de Vigo, y a los investigadores Adolfo Fernández Fernández y Marta Lago Cerviño, quienes han facilitado la documentación técnica y gráfica del yacimiento Adro Vello en O Grove, como estudio de caso en la tesis en proceso de redacción titulada “Cambio climático y la conservación de sitios arqueológicos”.

De igual forma, el apoyo y confianza de Rafael Pérez Jiménez del Servicio de Arquitectura de la Diputación de Alicante, y Manuel Olcina Domènech y Adoración Martínez Carmona de MARQ de Alicante.

También agradecemos al equipo del Instituto del Patrimonio Cultural de España por su asesoramiento y apoyo técnico, a Pedro Pablo Pérez García y a Héctor Bolívar Sanz.

Por último, nuestro más sincero agradecimiento al Doctor Fernando Carrera Ramírez, por su tiempo y reflexiones, que han sido decisivas para la redacción de este artículo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEMET. Agencia Estatal de Meteorología (España). Servicio climático en apoyo a la gestión de los embalses. <http://embalses.aemet.es/embalses/sclimwareS5.html>.
- AEMET. Agencia Estatal de Meteorología (España). Informe del estado del clima en España 2023. https://www.aemet.es/es/conocermas/recursos_en_linea/publicaciones_y_estudios/publicaciones/detalles/informe_estado_clima.
- ALONSO HERAS, Jaime; ALCANIZ AMAT, Albert; PÉREZ JIMÉNEZ, Rafael; OLCINA DOMÈNECH, Manuel. Proyecto de consolidación y estabilización de los viveros romanos del yacimiento arqueológico de La Illeta dels Banyets. In: OLCINA DOMÈNECH, Manuel; PÉREZ JIMÉNEZ, Rafael (ed.). *La Illeta dels Banyets y los viveros romanos de la costa mediterránea española, cuestión de conservación*. Alicante: MARQ, 2015. p.160-166.
- ARCOS GARCÍA, Marta. El embalse de Valdecañas y la colaboración interadministrativa en la gestión patrimonial. In: ARCOS GARCÍA, Marta (coord.). *La gestión del patrimonio arqueológico en aguas continentales ante el cambio climático: el embalse de Valdecañas (Cáceres, 2019-2023)*. España: Ministerio de Cultura y Deporte, 2023. p. 11-25.
- ARAGONÉS, Luís; TOMAR, Roberto; CANO, Miguel; ROSILLO, Emilio; LÓPEZ, Isabel. Influence of maritime construction within protected archaeological sites along coastal areas: Los Baños De La Reina (Alicante). *Journal of Coastal Research*, v. 33, n. 3, p. 642-652, 2017.
- ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN. *UNE-EN 41810*. Conservación del patrimonio cultural: Criterios de intervención en materiales pétreos. Madrid (España): UNE, 2017.
- ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN. *UNE-EN 15898*. Conservación del patrimonio cultural: principales términos generales y definición. Madrid (España): UNE, 2020.
- ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN. *UNE-EN 17652*. Conservación del patrimonio cultural: evaluación y seguimiento de yacimientos arqueológicos para su conservación in situ. Madrid (España): UNE, 2023.

- BAGIO PERIN, Edenir; DEBLAISIS, Paulo; BITENCOURT CAMPOS, Juliano; LINO DE ARAÚJO, Adolfo; GERMANO FONSECA, Rodrigo; PEREIRA DAGOSTIM, Silvia Aline. O sitio arqueológico Chimarrao 1: A presença Umba tardia na encosta do planalto meridional. *SAB Revista de Arqueología*, v. 37, n. 3, 2024.
- BALLARD, Christopher *et al.* *Cultural Heritage and Climate Change: New challenges and perspectives for research*. [s. l.]: JPI Cultural Heritage: JPI Climate, 2022.
- BATISTA NETO, João; PIRES, Mário Jorge Pires. Demanda turística en San Miguel de la Misiones (RS)-Brasil. *Estudios y Perspectivas de Turismo*, v. 18, n. 3, p. 285-301, 2009.
- BLANCO-CHAO, Ramón; COSTA-CASAS, M.; REY-GARCÍA, José Manuel; VILASECO VÁZQUEZ, Jose Ignacio. Erosión costera en yacimientos arqueológicos: Guidorio Areoso, Ria de Arousa, Galicia. En: *Geotemas*, n. 15, p. 1-4, 2015.
- CAMPOS, Lualá Cristina da Silva; CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. Políticas públicas de gestão de risco ao patrimônio cultural frente aos efeitos das mudanças climáticas. *Habitus*, v. 19, n. 1 2021:
- CARMICHAEL, B. *et al.* Local and Indigenous management of climate change risks to archaeological sites. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 23, p. 231-255, 2018.
- CASSAR, Joann. Climate Change and Archaeological Sites: Adaptation Strategies. In: SABBIONI, Cristina; LEFÈVRE, Roger-Alexandre (ed.). *Cultural Heritage from pollution to climate change*. [s. l.]: EdPuglia, p. 119-129, 2016.
- CEDEX. Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas (España). *Evaluación del impacto del cambio climático en los recursos hídricos y sequías en España*. Centro de Estudios Hidrográficos (ed), 2027. . https://ceh.cedex.es/web_ceh_2018/documentos/CAMREC/2017_07_424150001_Evaluaci%C3%B3n_cambio_clim%C3%A1tico_recu.pdf
- CHERIS. CLIMATE, Heritage and Environments of Reefs, Islands and Headlands. Project European Commission. 2020. <https://cherishproject.eu/en/>.
- CID, Alba; MENÉNDEZ, Melisa; CASTANEDO, Sonia; ABASCAL, Ana J.; MÉNDEZ, Fernando, MEDINA, Raúl. Long-term changes in the frequency, intensity and duration of extreme storm surge events in southern Europe. *Climate Dynamics*, v. 46, p. 1503-1516, 2016.
- CUADRAT, José María; PITA, María Fernanda. *Climatología*. [s. l.]: Cátedra, 2022. 13. ed.
- DALY, Cathy. The design of a legacy indicator tool for measuring climate change related impacts on built heritage. *Heritage Science*, v. 19, 2016.
- DALY, Cathy. *Built and archaeological heritage: climate change sectoral adaptation plan*. Ireland: Department of Culture, Heritage and the Gaeltacht, 2019.
- DE GUICHEN, Gaël. Conservación preventiva: ¿en qué punto nos encontramos en 2013? *Patrimonio Cultural de España*, n. 7, p. 15-24, 2013.
- D.G. PROTECCIÓN CIVIL Y EMERGENCIAS. https://www.aemet.es/es/conocermas/recursos_en_linea/publicaciones_y_estudios/publicaciones/detalles/informe_estado_clima.
- EGBERTS, Linde; RUESTO; Svava. Raise the dikes and re-use the past? Climate adaptation planning as heritage practice. *Maritime Studies*, v. 20, p. 267-278, 2021.
- ESPAÑA. Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas. *Evaluación del impacto del cambio climático en los recursos hídricos y sequías en España*. Madrid: CEDEX, 2017. Disponible en:

https://ceh.cedex.es/web_ceh_2018/documentos/CAMREC/2017_07_424150001_Evaluaci%C3%B3n_cambio_clim%C3%A1tico_recu.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPAÑA. Decreto 63/2023, de 28 de abril 2023. Por el que se declaran como bienes de interés cultural determinados yacimientos radicados en el ámbito territorial de la Comunitat Valenciana. *Boletín Oficial del Estado*: sec. III, Madrid, n. 143, 23 jun. 2023b. Disponible em: <https://www.boe.es/boe/dias/2023/06/23/pdfs/BOE-A-2023-14886.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPAÑA. Decreto 231/2022, de 29 de diciembre 2022. Por el que se declara bien de interés cultural la zona arqueológica de Adro Vello, en la parroquia de San Vicente do Grove, en el término municipal de O Grove. *Boletín Oficial del Estado*: sec. III, Madrid, n. 58, 9 mar. 2023a. Disponible em: <https://www.boe.es/boe/dias/2023/03/09/pdfs/BOE-A-2023-6279.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPAÑA. Instrumento de Ratificación del Convenio Europeo para la protección del patrimonio arqueológico (revisado), hecho en La Valeta el 16 de enero de 1992. *Boletín Oficial del Estado*: sec. I, Madrid, n. 173, 20 jul. 2011. Disponible em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2011-12501>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPAÑA. Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente. *Guía para la reducción de la vulnerabilidad de los edificios frente a inundaciones*. Madrid (España): Consorcio de Compensación de Seguros, 2017.

ESPAÑA. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. *Inventario de tecnologías disponibles en España para la lucha contra la desertificación*. [s. l.: s. n.], 2008. Disponible em: https://www.miteco.gob.es/content/dam/miteco/es/biodiversidad/temas/desertificacion-restauracion/0904712280144d77_tcm30-152562.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPAÑA. Ministerio de Transición Ecológica y Reto Demográfico. Oficina Española del Cambio Climático, 2022.

FEDUCHI, Javier. Proyecto reformado de instalación museística del parque arqueológico de la cueva pintada en Gáldar (Las Palmas). Archivo IPCE, Signatura PI 1146, 1998.

FERNÁNDEZ, Adolfo, *et al.* Proposta para a delimitación e declaración como ben de interese cultural na categoría de zona arqueolóxica do xacemento de Adro Aello (O Grove, Pontevedra). Dirección Xeral de Patrimonio Cultural. Xunta de Galicia- Consellería de Cultura, Educación e Universidade. 2021.

GALLOPÍN, Gilberto C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 293-303, 2006.

GARCÍA MARTINEZ, Elena; PLAZA BELTRÁN, Marta. Caracterización de las amenazas derivadas del cambio climático e identificación de los impactos en sitios arqueológicos. *Ge-conservación*, v. 27, n.1, p.6-15, 2025.

HARKIN, David; HYSLOP, Ewan; JOHNSON, Hazel; TRACERY, Emily. Guia to climate change impact. In: *Scotland's Historic Environment*. [s. l.: s. n.], 2019.

HISTORIC ENVIRONMENT GROUP. *Historic environment and climate change in Wales: sector adaptation plan*. Wales: HEG, 2020.

ICOMOS. *Salalah guidelines for the management of public archaeological sites*. GA 2017 6-3-3. New Delhi (India): ICOMOS, 2017.

ICOMOS. Carta Internacional de ICOMOS sobre el Turismo Cultural Patrimonial. Bangkok (Thailand): Consejo Internacional de Monumentos y Sitios, 2022. Disponible em:

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2023/CSI/eng-spa_ICHT_Charter.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2022: impacts, adaptation and vulnerability*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

JORNADA NACIONAL DE HERRAMIENTAS PARA LA ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO, 30 jun. 2021, On-line. *Anais [...]*. [s. l.]: Plataforma sobre Adaptación al Cambio Climático en España, 2021. Disponível em: <https://adaptecca.es/jornada-nacional-de-herramientas-para-la-adaptacion-al-cambio-climatico-junio-2021>. Acesso em: 11 nov. 2025.

KLOKLER, Daniela. Comida para o copo e alma: ritual funerário em Sambaquis. *SAB. Revista de Arqueologia*, v. 23, n.º1, 2010.

LABORDE, Ana (coord.). *Proyecto COREMANS: Criterios de intervención en materiales pétreos*. España: Ministerios de Educación Cultura y Deporte, 2013.

LASCARIS, Michel. Change and the Cultural Heritage of Dikes. *Latvijas Zinātņu Akadēmijas Vēstis*, 2012. Disponível em: <http://www.lasproceedings.lv/wp-content/uploads/2020/12/LZA-Vestis-A-dala-2012.-gada-3.-numurs-sm.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LINO, Jaisson Teixeira. Escavando em campo minado: as paisagens arqueológicas de conflitos bélicos. *Revista de Arqueología*, v. 35, n. 3, 2022.

LÓPEZ-ROMERO, Elías; VILASECO, Xosé Ignacio; MARAÑA-BORRAZÁS, Patricia; GÜMIL-FARIÑA, Alejandro. Recovering information from eroding and destroyed coastal archaeological sites: a crowdsourcing initiative in Northwest Iberia. In: DAWSON, Tom; NIMURA, Courtney; LÓPEZ-ROMERO, Elías; DAIRE, Marie-Yvane (ed.). *Public archaeology and climate change*. [s. l.: s. n.], 2017. p. 72-880.

LÓPEZ-ROMERO, Elías; ASINS VELIS, Sabina; DÍEZ HERRERO, Andrés; SASTRE PRATS, Inés. (coord.). *Patrimonio cultural en riesgo: retos de adaptación al cambio climático*. España: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2024. Disponível em: http://libros.csic.es/product_info.php?products_id=1866&PHPSESSID=d69f9286b3b0aefc471e45b8d198bad3. Acesso em: 10 nov. 2025.

MARTÍN, Francisco. Medición del retroceso de las líneas de costa. *Meteored*, [s. l.], 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.tiempo.com/ram/medicion-del-retroceso-de-las-lineas-de-costa.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MARTÍN, Javier. En el interior de la DANA. *National Geographic*, v. 5, n. 6, 22 nov. 2024.

MOREL, Hana. et al. *Global research and action agenda on culture, heritage and climate change*. França: ICOMOS: ISCM CHC, 2022. p. 69-72. Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2716>. Acesso em: 10 nov. 2025.

NAVARRO CASAS, Jaime; GARCÍA MARTINEZ, Elena; GARCÍA PÉREZ, Ángel Luís. Mantenimiento de las portadas de la catedral de Sevilla. Un ejemplo de intervención sostenible. *Ge-Conservacion*, v. 19, n. 19, p. 225-235, 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Acuerdo de París*. 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/spanish_paris_agreement.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *Gestión del riesgo de desastres para el patrimonio mundial*. París (Francia): UNESCO: ICCROM: ICOMOS: UICN, 2014.

- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *WHC-06/30.COM/19*. Vilnius (Lithuania): UNESCO, 2006. Disponible em: <https://whc.unesco.org/archive/2006/whc06-30com-19e.pdf>. Acceso em: 11 nov. 2025.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *WHC/21/44.COM/7C*. Fuzhou (China): UNESCO, 2021. Disponible em: <https://whc.unesco.org/en/decisions/7917/>. Acceso em: 11 nov. 2025.
- PÉREZ JIMÉNEZ, Rafael. *Fichas de Restauración Arquitectónica y Conservación*. España: MARQ, 2008.
- PÉREZ JIMÉNEZ, Rafael; MARTÍNEZ CARMONA, Adoración. *La Illeta dels Banyets: un pont des del passat al futur*. España: MARQ, 2013.
- PÉREZ JIMÉNEZ, Rafel. La musealización y la conservación del yacimiento de La Illeta dels Banyets. In: RUIZ SEGURA, Elisa (coord.). *La Illeta dels Banyets y los viveros de la costa Mediterránea Española: Cuestión de Conservación*. Alicante: MARQ, 2015. p. 102-116.
- PÉREZ, Pedro Pablo *et al.* Documentación, análisis y conservación del dolmen de Guadalperal. Resultados de un proyecto multidisciplinar. In: *La gestión del patrimonio arqueológico en aguas continentales ante el cambio climático: el embalse de Valdecañas (Cáceres, 2019-2023)*. España: Ministerio de Cultura, 2023.
- PLAN METEOALERTA. Agencia Estatal de Meteorología (España). Disponible em: https://www.aemet.es/es/lineas_de_interes/meteoalerta-. Acceso em: 10 nov. 2025.
- RISK assessment and sustainable protection of cultural heritage in changing environment. *Interreg Central Europe*, [s. l.], [2018]. Disponible em: <https://programme2014-20.interreg-central.eu/Content.Node/ProteCHt2save.html>. Acceso em: 10 nov. 2025. RIVERA-COLLAZO, Isabel.C. Climate Change and Archaeological Sites: A Case Study for Partnering Cultural Heritage and Climate Action, . In: RUSHFIELD, Rebecca Anne (ed.). *Stemming the Tide: global strategies for sustaining cultural heritage through climate change*. [s. l.]: Smithsonian Scholarly Press, 2021. p. 1145-1147.
- SABBIONI, C.; BRIMBLECOMBE, P.; CASSAR, M. *The atlas of climate change impact on European cultural heritag*: scientific analysis and management strategies. [s. l.]: Anthem Press, 2010.
- SESANA, Elena; GAGNON, Alexandre S.; BERTOLIN, Chiara; HUNGES, John. Adapting cultural heritage to climate change risks: perspectives of cultural heritage experts in Europe. *Geosciences*, v. 8, n. 8, p. 305-315, 2018.
- STRENCH: Strengthening resilience of cultural heritage at risk in a changing environment through proactive transnational cooperation. *Interreg Central Europe*, [s. l.], [2018]. Disponible em: <https://programme2014-20.interreg-central.eu/Content.Node/STRENCH.html>. Acceso em: 11 nov. 2025.
- UNIÓN EUROPEA. *Marco europeo de actuación sobre el patrimonio cultural*: documento de trabajo de los servicios de la comisión. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2019.
- UNIÓN EUROPEA. *European Convention on the Protection of the Archeological Heritage (Revised)*. Valetta: Council of Europe, 1992. Disponible em: <https://rm.coe.int/168007bd25>. Acceso em: 11 nov. 2025.
- UNIÓN EUROPEA. Council conclusions on risk management in the area of cultural heritage. Brussels: Council of the European Union, 2020. Disponible em: <https://www.consilium.europa.eu/media/44116/st08208-en20.pdf>. Acceso em: 11 nov. 2025.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. Ameaças ao patrimônio cultural num cenário de mudanças climáticas globais. A experiência no vale histórico paulista. *Habitus*, v. 19, n. 1, 2021.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTÍCULO

PRÁCTICAS FUNERARIAS Y PAISAJE SOCIAL EN EL HOLOCENO TARDÍO: IMPLICANCIAS ENTRE LOS GRUPOS “CONSTRUCTORES DE CERRITOS”

Óscar Marozzi*

RESUMEN

La manifestación arqueológica de los “constructores de cerritos” muestra diversidad en los contextos funerarios, usualmente asociada a procesos de complejización social. Este trabajo propone una revisión crítica de dichas expresiones a partir de datos arqueológicos, bioarqueológicos e históricos, y plantea que la variabilidad de conjuntos óseos secundarios e incompletos, predominante en estos registros, responde a prácticas rituales asociadas a la manipulación y al traslado de restos hacia espacios específicos de deposición final. El análisis desplaza el foco desde las diferencias formales hacia los procesos rituales que las originaron. Tales prácticas habrían contribuido al fortalecimiento de identidades comunitarias y a la configuración de un paisaje social cargado de memoria, aportando elementos para considerar la continuidad histórica entre estos grupos y las parcialidades guenoa-minuanas.

Palabras clave: Uruguay; Holoceno Tardío; “Cerritos de Indios”; Prácticas Funerarias; Paisaje Social.

* Departamento de Arqueología. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FHCE).
Universidad de la República, Uruguay. E-mail: oscar.marozzi@fhce.edu.uy.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3862-7364>

PRÁTICAS FUNERÁRIAS E PAISAGEM SOCIAL NO HOLOCENO TARDIO: IMPLICAÇÕES ENTRE OS GRUPOS “CONSTRUTORES DE CERRITOS”

RESUMO

A manifestação arqueológica dos “construtores de cerritos” revela diversidade nos contextos funerários, geralmente associada a processos de complexificação social. Este trabalho propõe uma revisão crítica dessas expressões com base em dados arqueológicos, bioarqueológicos e históricos, argumentando que a variabilidade dos conjuntos ósseos secundários e incompletos, predominante nesses registros, resulta de práticas rituais relacionadas à manipulação e ao deslocamento de restos humanos para espaços específicos de deposição final. A análise desloca o foco das diferenças formais para os processos rituais que originaram esses contextos. Tais práticas teriam contribuído para o fortalecimento de identidades comunitárias e para a construção de uma paisagem social carregada de memória, oferecendo elementos para considerar a continuidade histórica entre esses grupos e as parcialidades guenoa-minuanas.

Palavras-chave: Uruguai; Holoceno Tardio; “Cerritos de Índios”; Práticas Funerárias; Paisagem Social.

FUNERARY PRACTICES AND SOCIAL LANDSCAPE IN THE LATE HOLOCENE: IMPLICATIONS AMONG THE “MOUND BUILDER’ GROUPS”

ABSTRACT

The archaeological manifestation of the “cerrito builders” exhibit diversity in funerary contexts, usually associated with processes of social complexity. This paper proposes a critical review of these expressions based on archaeological, bioarchaeological and historical data, and suggests that the variability of secondary and incomplete bone assemblages, predominant in these records, responds to ritual practices associated with the manipulation and transfer of remains to final deposition spaces. The analysis shifts the focus from formal differences to the ritual processes that gave rise to them. These practices likely contributed to strengthening community identities and configuring a socially charged landscape of memory. This provides evidence for considering the historical continuity between these groups and the Guenoa-Minuan partialities.

Keywords: Uruguay; Late Holocene; Mound Builders; Funerary Practices; Social Landscape.

INTRODUCCIÓN

El registro arqueológico del sur de la Cuenca del Plata y sus áreas circundantes, correspondiente al final del Holoceno tardío, evidencia transformaciones significativas en las prácticas funerarias dentro de diversas trayectorias culturales. En comparación con períodos anteriores, se observa la consolidación de espacios formales de enterramiento y una mayor recurrencia de entierros secundarios, los cuales pueden coexistir con modalidades primarias y cremaciones, tanto en contextos individuales como múltiple. Esta tendencia se encuentra en regiones como el Planalto y la franja litoral atlántica sur de Brasil (Corteletti, 2024; Schmitz, 1996), campos y humedales de Uruguay y sur de Brasil (Femenías *et al.*, 1990; Pintos Blanco; Bracco, 1999; Ulguim; Milheira, 2017), ambientes litoraleños del río Uruguay (Castro; Del Papa, 2015; Erchini, 2018), río Paraná medio e inferior (Plischuk *et al.*, 2020; Solomita, 2020; van Raap, 2018 y bibliografía allí citada) y la región Pampa-Patagónica (Berón; Luna, 2007; Martínez; Flensburg; Bayala, 2012 y bibliografía allí citada).

Un rasgo de las prácticas funerarias del período es la manipulación de cuerpos y restos óseos, junto con su reubicación en puntos específicos del paisaje social. Estas acciones incluyeron la recuperación de restos inhumados, su preparación en paquetes funerarios y posterior traslado a contextos de deposición final, usualmente fuera del ámbito doméstico. Este tipo de manipulación de restos con fines de traslado ha sido registrado arqueológicamente en la Pampa-Patagonia argentina (Martínez; Flensburg; Bayala, 2012; Martínez *et al.*, 2006) y en el sur de Brasil (Schmitz, 1996; Schmitz; Puhl Gomes, 2001) y documentado por fuentes coloniales tempranas en la Pampa-Patagonia (Falkner, 1774; Lozano, 1836) y el Chaco (Dobrizhoffer, [1784]/1822; Paucke, 2010). Estas formas de gestión funeraria han sido interpretadas como estrategias para mantener y reforzar identidades grupales ante las dinámicas emergentes en la región, entendiendo a los tratamientos de cuerpos y restos como símbolo y campo de acción cultural (Martínez; Flensburg; Bayala, 2012, p. 224).

En este trabajo se examina las formas de estructuración de las prácticas funerarias en la manifestación arqueológica de los “constructores de cerritos” (ca. 4500-200 años AP). A diferencia de enfoques previos, que han tendido a sobredimensionar la variabilidad del registro funerario al centrarse en sus diferencias formales, se propone una revisión orientada a identificar los procesos subyacentes a esa diversidad. La estrategia metodológica implementada se apoya en una sistematización crítica y exhaustiva de datos arqueológicos, bioarqueológicos y fuentes históricas. Estas líneas de análisis, de naturaleza y enfoques epistemológicos distintos, se articulan para abordar la complejidad del registro funerario desde una perspectiva integrada. Retomando una propuesta anterior (Marozzi, 2014), se sostiene que parte de la variabilidad y configuración observadas en los entierros secundarios no responde necesariamente a la coexistencia de distintas prácticas culturales, sino que puede entenderse como el resultado de rituales estructurados en el marco del ceremonial funerario, orientados a la manipulación y gestión de cuerpos y restos óseos. Desde esta perspectiva, el tratamiento funerario habría contribuido al fortalecimiento de identidades comunitarias y al afianzamiento de vínculos con el territorio, consolidando un paisaje social compartido. Este enfoque ofrece un marco interpretativo para explorar posibles articulaciones con las parcialidades étnicas mencionadas en fuentes coloniales y permite integrar fenómenos arqueológicos que tradicionalmente han sido abordados de forma independiente.

MANIFESTACIÓN ARQUEOLÓGICA “CONSTRUCTORES DE CERRITOS” DE URUGUAY Y SUR DE BRASIL

La manifestación arqueológica de los “constructores de cerritos” en el este de Uruguay y sur de Brasil (Figura 1) representa una larga secuencia temporal de ocupación

humana –ca. 4.500 años AP hasta el siglo XVIII (Bracco, 2006, p. 526-527)– que hacia el final del Holoceno tardío dio lugar a trayectorias culturales que transitaban hacia formas de organización aldeana regional (Gazzán, *et al.* 2022; Gianotti, 2015; Iriarte, 2006). Este proceso implicó transformaciones graduales en las estrategias sociales y productivas de las comunidades indígenas, que intensificaron el manejo de recursos silvestres y domesticados. Un componente central a lo largo de estas trayectorias fue la construcción de elevaciones artificiales de tierra, de formas y dimensiones diversas, que modificaron el entorno físico y reconfiguraron el paisaje de manera significativa. Las interpretaciones sobre sus funciones y técnicas constructivas son variadas. En términos generales, las estructuras reflejan procesos sociales y simbólicos materializados mediante eventos constructivos puntuales o remodelaciones sucesivas, en correspondencia con los contextos históricos particulares de cada región. Sus depósitos arqueológicos registran una amplia variedad de actividades humanas, lo que evidencia ritmos de ocupación, reocupación y abandono que permiten reconstruir dinámicas diferenciadas en términos regionales y temporales.

Durante las fases tardías de la manifestación (ca. 2500-200 años AP), las estructuras monticulares adquirieron un papel central, al incorporar en algunos casos prácticas de inhumación individual y colectiva, reforzando dimensiones vinculadas a la memoria colectiva y al fortalecimiento de las identidades comunitarias. La posible continuidad histórica de estos grupos en las parcialidades *minuanas* (Becker, 1982) o *guenoa-minuanos* (Bracco, 2004; López Mazz; Bracco, 2010) ha sido propuesta a partir del análisis de fuentes documentales, aunque cuestionada por otros autores (Cabrera Pérez, 2000, 2016). La persistencia de modalidades de control sobre la circulación del territorio por parte de los *guenoa-minuanos* históricos (Erbig, 2015) refuerza la hipótesis de una continuidad en lógicas sociales de concebir y habitar el territorio, incluso en el contexto de las transformaciones impuestas durante el período colonial.

Registro funerario en los montículos de tierra

Los montículos de tierra funcionaron como espacios formalizados para la disposición de los muertos y cumplían, así, un papel central en las prácticas funerarias. No obstante, como se ha señalado, esta no fue su única función, y también se ha registrado montículos sin evidencia asociada de entierros. La denominación de “túmulos” para estas elevaciones data del siglo XIX (Figueira, 1892) y su uso funerario se respalda en la recurrencia de inhumaciones individuales y colectivas registradas en distintos sitios arqueológicos (Cabrera Pérez *et al.* 2000; Femenías *et al.*, 1990; Gianotti; López Mazz, 2009; Milheira; Ferreira, 2023; Pintos Blanco; Bracco, 1999). La deposición múltiple sincrónica ha sido propuesta en un único caso (Capdepon, 2004, p. 11), aunque la evidencia presentada no es suficiente para confirmarlo.

Los fechados sobre restos óseos humanos indican que la práctica de los entierros se consolidó en momentos tardíos de la manifestación arqueológica (Tabla 1). En Uruguay, los fechados radiocarbónicos obtenidos en sitios de las regiones de San Miguel e India Muerta abarcan un rango entre 2880 y 220 años AP. En Brasil, sólo se reportan dos fechados para la región de Pelotas/Rio Grande, los cuales se incluyen dentro de este rango. Además, se han documentado inhumaciones acompañadas de material cultural de origen europeo en sus contextos funerarios (Cabrera Pérez, 2005; Pintos Blanco; Capdepon, 2001) e individuos con características moleculares de probable ascendencia mestiza (Cabrera Pérez *et al.*, 2014). Estos elementos sugieren la continuidad de los entierros en algunos de los montículos durante el período colonial y respaldan las edades obtenidas de períodos históricos.

Enfoques teóricos en el estudio de la funebria

Las prácticas funerarias han sido caracterizadas por una marcada variabilidad (Pintos Blanco; Bracco, 1999, p. 94). Esta variabilidad ha sido explicada desde enfoques que, centrados en la dimensión social del fenómeno, buscaron dar cuenta de una creciente complejidad y diferenciación social al interior de la manifestación arqueológica. Bajo marcos conceptuales de corte procesualista, las prácticas funerarias fueron abordadas como reflejo de expresiones de la organización social. Se puso énfasis en indicadores de complejidad, correlacionando la variabilidad en las expresiones funerarias con distintos niveles de diferenciación social. Las expectativas arqueológicas se definieron en función del tiempo y la energía invertidos en los tratamientos mortuorios, las modalidades de entierro, las características biológicas de los individuos representados (edad, sexo) y la presencia de bienes materiales o “ajueros” asociados (Cabrera Pérez, 2005; Femenías *et al.*, 1990; López Mazz, 1992; Pintos Blanco; Bracco, 1999; Sans *et al.*, 1997).

Posteriormente, desde las perspectivas del Formativo Americano (Iriarte, 2003) y la Arqueología del Paisaje (Gianotti, 2015), se incorporaron interpretaciones que vinculan las prácticas funerarias como recursos simbólicos que fortalecían la identidad colectiva. En este marco, las manifestaciones funerarias se comprenden como parte de estrategias sociales de legitimación. Estos enfoques resaltan nuevas lógicas de organización del espacio habitado al configurar un paisaje social y ritual-ceremonial integrado. Los entierros y montículos se entienden como parte de estrategias sociales orientadas a gestionar la memoria de los ancestros, desempeñando un papel clave en la consolidación de la identidad colectiva, el fortalecimiento de los vínculos sociales y la estructuración del paisaje social y ceremonial. Desde estas miradas, se ha identificado en los conjuntos óseos humanos un incremento de evidencias asociadas al conflicto social y a la violencia interpersonal, incluyendo prácticas como la antropofagia ritual (Gianotti; López Mazz, 2009; López Mazz; Moreno, 2014; Moreno, 2003; Pintos Blanco; Bracco, 1999).

Aspectos arqueológicos en la conformación de las expresiones funerarias

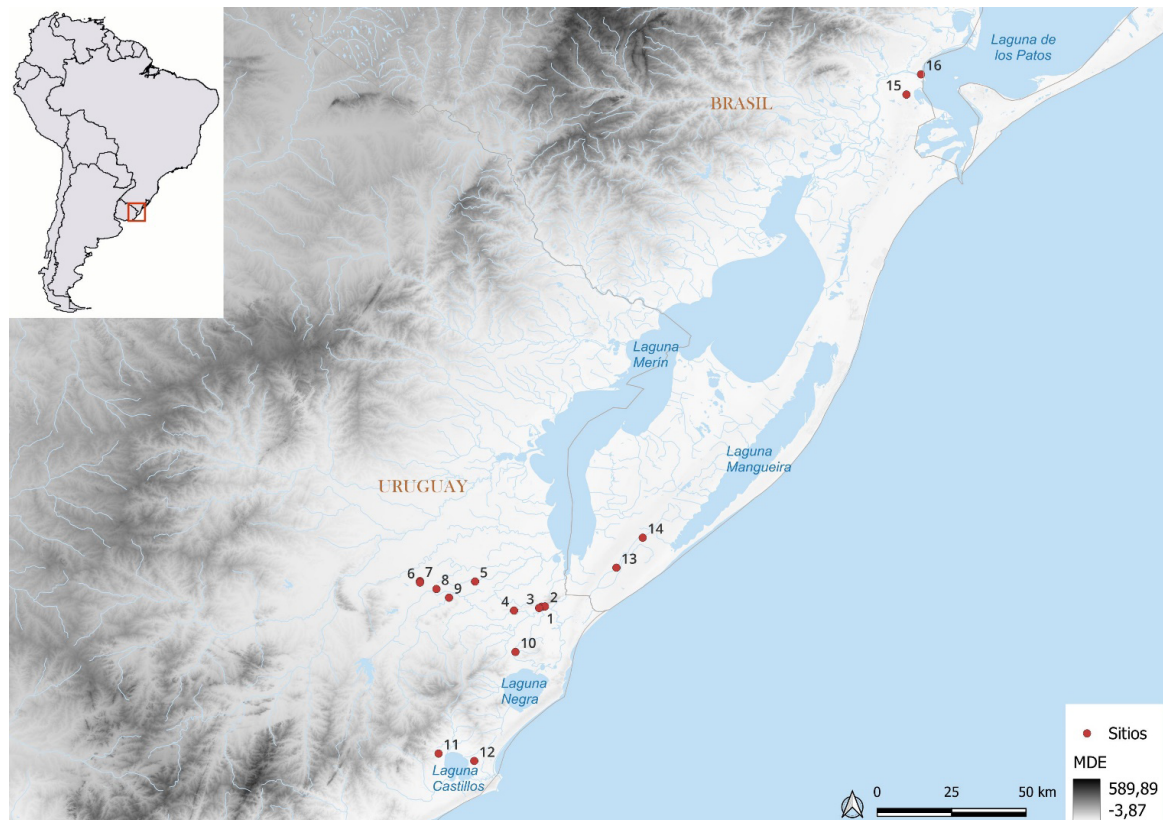
En el interior de los montículos se han identificado rasgos y elementos materiales vinculados a la preparación de las sepulturas y al acompañamiento de los entierros. Uno de los elementos más recurrentes es la presencia de grandes piedras dispuestas sobre o cerca de las inhumaciones (Cabrera Pérez *et al.*, 2000; Femenías *et al.*, 1990; Gianotti; López Mazz, 2009; Iriarte, 2003; Maeso Tognochi, 1977). También se ha inferido la existencia de marcadores como fosas o cubetas para los entierros. Estas inferencias se han respaldado por alteraciones observadas en conjuntos inhumados previamente (Cabrera Pérez; Marozzi, 2001; Femenías *et al.*, 1990; Moreno; Figueiro; Sans, 2014), en discordancias entre las edades de las capas sedimentarias y los restos humanos fechados (Bracco, 2006), y, aunque sin análisis específicos que respalden las observaciones, por diferencias sedimentológicas entre las áreas de inhumación y sus alrededores (Femenías *et al.*, 1990). En casos excepcionales se ha reportado un piso de gravilla bajo una inhumación (López Mazz; Castiñeira, 2001), así como entierros fundacionales que habrían dado origen a las estructuras (Gianotti; López Mazz, 2009). Contrariamente a lo anterior, también se han documentado casos de entierros sin arreglos en la deposición de los cuerpos (Cabrera Pérez, 1999).

Otros aspectos relevantes asociados a los entierros incluyen evidencias de eventos de combustión (Femenías *et al.*, 1990; López Mazz, 1992) y la presencia de fragmentos y residuos de mineral de ocre en sedimentos (Capdepon, 2004; Femenías *et al.*, 1990;

Pintos Blanco; Capdepont, 2001). También se ha documentado la inclusión de elementos personales, en algunos casos considerados como ajuar como parte del acompañamiento en algunos entierros (Cabrera Pérez *et al.*, 2000; Capdepont, 2004; Femenías *et al.*, 1990).

Figura 1. Sitios arqueológicos referidos en este trabajo según regiones de estudio. **San Miguel:**

1- CH2D01-A, 2- CH2D01-B, 3- CH1E01, 4- CG14E01. **India Muerta:** 5- Puntas San Luis, 6- Cerro de la Viuda, 7- LTQ25-La Tapera, 8- Siete Cerros, 9- Los Ajos-Gamma. **Laguna Negra:** 10- Rincón de los Indios. **Laguna de Castillos:** 11- Cráneo Marcado, 12- Guardia del Monte. **Santa Vitória do Palmar:** 13- RS-158, 14- RS-177. **Pelotas/Rio Grande:** 15- RS-RG-21, 16- Pontal da Barra-PSG.



Fuente: Elaboración Cristina Cancela-Cereijo.

Modalidades de entierro

En los montículos se han identificado entierros primarios y secundarios. Cuando no fue posible determinar la modalidad, los restos fueron clasificados como “*indeterminados*” (Femenías *et al.*, 1990). Trabajos posteriores muestran un solapamiento entre esta clasificación y nuevas definiciones operativas que abarcan piezas aisladas o conjuntos desarticulados, denominados “*entierros secundarios parciales*” (Pintos Blanco; Bracco, 1999), “*entierros parciales de piezas óseas*” (López, 2001), “*partes anatómicas aisladas*” (Milheira; Ferreira, 2023; Schmitz; Girelli; Rosa, 1997), “*entierros parciales de piezas aisladas*” (Capdepont, 2004) y, para aquellos casos que no se consideran de intencionalidad funeraria, “*restos parciales*” (Gianotti; López Mazz, 2009).

La modalidad primaria corresponde a inhumaciones con articulación anatómica y presenta diversos tratamientos en la deposición de los cuerpos, sin formas estandarizadas ni uniformidad entre sitios y regiones arqueológicas. Se han documentado indistintamente

entierros en decúbito dorsal, ventral y lateral, en posiciones extendidas, ligeramente flexionadas o fuertemente flexionadas. En algunos entierros se infiere el uso de ataduras para mantener posiciones forzadas. Se han registrado posiciones poco frecuentes, como enterramientos en “*posición de sentado*” (posiblemente en cuclillas) (Prieto *et al.*, 1970, p. 25), aunque no se dispone de información adicional al respecto. También se han documentado cuerpos descritos como “*tirados*” a los montículos (Cabrera Pérez, 1999, p. 69). La falta de arreglos y cuidados en la deposición de algunos cuerpos fue interpretada como indicios de desconsideración hacia los individuos enterrados de esta manera, asociándolos con cautivos (Cabrera Pérez, 2005). La ausencia de manipulación podría responder a diversas circunstancias y debe analizarse en función de los contextos y asociaciones de los depósitos excavados. En cualquier caso, el acto de cubrir el cuerpo sugiere una intención de inhumación, aunque no necesariamente en el marco de un ceremonial funerario.

Por otra parte, la modalidad secundaria refiere a restos desarticulados y en posiciones no anatómicas, depositados o redepositados en una o distintas etapas. La colocación o redeposición de restos desarticulados refleja una gran variabilidad, lo que ha generado diversas interpretaciones sobre los conjuntos óseos. En función de su tipo, la ubicamos aquí en dos clases principales: paquetes funerarios y agrupaciones óseas secundarias incompletas; estas últimas incluyen las definiciones operativas previamente mencionadas de entierros secundarios.

Los paquetes funerarios corresponden a conjuntos óseos dispuestos intencionalmente en envoltorios o contenedores orgánicos, no conservados (cueros, cestería), o inorgánicos (cerámica). En Uruguay, esta modalidad ha sido escasamente documentada. En la región de Sierra de San Miguel, en el sitio CH2D01-A, se identificaron tres casos, uno de ellos perturbado y de carácter dudoso (Femenías *et al.*, 1990). Otro posible caso fue reportado en sitio CG14E01 (Cabrera Pérez *et al.*, 2000, p. 187), aunque no se confirmó en estudios posteriores. En el sitio de Rincón de los Indios, en la región de la Laguna Negra, se registraron dos paquetes funerarios, uno en la excavación III y otro en la VI (Gianotti; López Mazz, 2009). Estos conjuntos pueden incluir restos incompletos y, en ocasiones, de más de un individuo (Femenías; Sans; Portas, 1995/1996, p. 504; Sans *et al.*, 1997, p. 35). En Brasil, donde se los denomina “*secundários verdadeiros*” (Schmitz; Girelli; Rosa, 1997, p. 92), los registros son aún más escasos. Se menciona una inhumación “*certamente secundário*” en Santa Vitória do Palmar (Schmitz; Naue; Basile-Becker, 2006, p. 113) y posibles casos en los sitios RS-158 y RS-177, sin confirmación posterior.

También se han documentado urnas funerarias asociadas a la tradición tupí-guaraní, que contienen entierros de esta modalidad depositados en recipientes cerámicos identificados en dos sitios. En Brasil, se documentó la inhumación de un infante en urna en el sitio RS-RG-21, región de Pelotas/Rio Grande (Schmitz, 2011, p. 194). En Uruguay, el sitio CG14E01 presentó dos urnas con restos de un subadulto y dos adultos, uno de ellos, de sexo masculino, presentó características físicas correspondientes a poblaciones indígenas no locales (Cabrera Pérez, 2005; Cabrera Pérez *et al.*, 2000).

Las agrupaciones óseas secundarias incompletas comprenden restos desarticulados y fragmentados, con alto grado de incompletitud y sin un patrón definido en cuanto a número, tipo de elementos, disposición espacial o dispersión dentro de los montículos. Pueden incluir desde elementos anatómicos aislados hasta pequeños conjuntos de huesos enteros o fragmentados, del esqueleto axial y/o apendicular, con o sin presencia de cráneos o partes craneanas. Como se ha señalado, su diversidad y complejidad interpretativa se refleja en la variedad de denominaciones utilizadas en la literatura especializada. Estas variaciones

han sido vinculadas a diferentes prácticas culturales y pueden clasificarse en inhumaciones intencionales –acciones deliberadas enmarcadas en comportamientos rituales específicos sobre restos aislados o conjuntos incompletos– y agrupaciones resultantes de causas no intencionales. En algunos casos, las interpretaciones se sustentan en analogías etnográficas e históricas para construir escenarios explicativos, aunque no siempre con el rigor analítico necesario al integrar fuentes con distinta naturaleza epistémica.

Tabla 1. Edades ^{14}C obtenidas sobre restos humanos recuperados en las elevaciones de tierra.

Región	Sitio-elevación	Edad	Sexo	# Lab	^{14}C AP	2σ cal AP (*)	P	Fuente
San Miguel	CH2D01-A	Adulto	M	URU-0014	220 ± 50	1-30 38-43 56-310	0,073 0,004 0,922	(1)
	CH2D01-A	Adulto	M	URU-0019	290 ± 75	1-26 70-85 89-115 138-231 239-491	0,025 0,014 0,023 0,258 0,677	(1)
	CH2D01-A	Adulto		URU-0540	700 ± 45	554-670	1	(2)
	CH2D01-A	Adulto		URU-0539	778 ± 45	565-595 631-733	0,145 0,854	(2)
	CH2D01-A	Adulto	M		1000 ± 85	684-702 720-987 1021-1053	0,016 0,952 0,031	(3)
	CH2D01-A	Adulto	M	URU-0191	1450 ± 70	1177-1429 1440-1475	0,978 0,021	(1)
	CH2D01-A	Adulto	F	AA-81800 ^(a)	1610 ± 46	1354-1541 1549-1562	0,981 0,018	(4)
	CH2D01-B	Adulto	F	URU-0192	980 ± 100	672-989 1019-1053	0,967 0,032	(1)
	CG14E01	Adulto	F	ISGS-A3485 ^(a)	605 ± 20	530-561 601-627	0,654 0,345	(5)
	CG14E01	Subadulto		Beta-643868 ^(a)	750 ± 30	565-596 631-682 705-718	0,311 0,647 0,041	(5)
	CG14E01	Adulto	M	URU-0188	830 ± 70	563-598 630-812 836-837 865-902	0,056 0,898 0,001 0,044	(1)
	CG14E01	Adulto	F	URU-0189	850 ± 70	569-589 647-822 825-854 860-905	0,022 0,873 0,026 0,076	(1)
India Muerta	Cerro de la Viuda			Beta-049356 ^(a)	593 ± 21	522-560 605-626	0,833 0,166	(7)
	Cerro de la Viuda			Beta-045895 ^(a)	782 ± 20	655-689 696-724	0,716 0,283	(b)
	Cerro de la Viuda			Beta-049354 ^(a)	959 ± 29	743-751 765-919	0,020 0,979	(7)
	Cerro de la Viuda			AA-114875 ^(a)	1071 ± 33	807-866 901-980 1030-1047	0,152 0,813 0,033	(8)

continúa...

Tabla 1. Continuación

Región	Sitio-elevación	Edad	Sexo	# Lab	¹⁴ C AP	2σ cal AP (*)	P	Fuente
India Muerta	Cerro de la Viuda			URU-0261	960 ± 65	687-697 723-931 947-956	0,013 0,972 0,013	(1)
	Cerro de la Viuda			Beta-049355 ^(a)	1063 ± 22	818-829 845-862 904-959	0,021 0,036 0,941	(7)
	Cerro de la Viuda			Beta-049357 ^(a)	1078 ± 23	908-912 916-962 969-978 1036-1042	0,004 0,977 0,012 0,005	(7)
	Cerro de la Viuda			Beta-049358 ^(a)	1131 ± 21	931-947 956-993 1015-1055	0,102 0,451 0,446	(7)
	Cerro de la Viuda			Beta-045896 ^(a)	1176 ± 26	960-1067 1170-1174	0,987 0,012	(7)
India Muerta	Puntas San Luis-II	Adulto		URU-0092	1360 ± 100	979-1030 1047-1378 1387-1406	0,042 0,944 0,012	(1)
	Puntas San Luis-II	Adulto		URU-0132	1390 ± 90	1000-1007 1057-1418	0,003 0,996	(1)
	Puntas San Luis-II	Adulto		URU-0133	1470 ± 90	1118-1132 1176-1533	0,007 0,992	(1)
	India Muerta	Adulto			1590 ± 90	1291-1612 1661-1670 1677-1693	0,983 0,005 0,010	(2)
	LTQ25-La Tapera			AA-112115 ^(a)	2101 ± 31	1928-1971 1987-2102	0,178 0,821	(9)
	LTQ25-La Tapera			AA-113491 ^(a)	2220 ± 33	2016-2029 2041-2156 2169-2179 2198-2204 2225-2313	0,018 0,587 0,010 0,006 0,377	(9)
	Siete Cerros	Subadulto		Beta-643867 ^(a)	2880 ± 30	2851-3074	1	(6)
Pelotas - Rio Grande	Pontal da Barra-PSG02			UGAMS-12060 ^(a)	1390 ± 20	1180-1207 1265-1302	0,322 0,677	(10)
	Pontal da Barra-PSG06			AA-108439 ^(a)	2119 ± 29	1934-1952 1996-2127	0,040 0,959	(10)

(1) Bracco (2006, p. 526-527). (2) del Puerto (2015, p. 200). (3) Mut (2015, p. 43). (4) Sans *et al.* (2012, p. 298).

(5) Figueiro *et al.* (2017, p. 3). (6) Figueiro y Melgar (2025, p. 61). (7) Silveira (2024, p. 40). (8) López Mazz *et al.* (2022, p. 8). (9) Gianotti *et al.* (2023, p. 28). (10) Ulguim y Milheira (2017, p. 532). ^(a) Edad obtenida por AMS. ^(b) Figueiro (2025), com. pers. M- Masculino. F- Femenino. ^(*) Calibración realizada con programa Calib Rev 8.1.0 (Stuiver; Reimer, 1993). Database SHCAL20 (Hogg *et al.*, 2020).

Fuente: Óscar Marozzi.

Se ha reportado la selección de ciertos elementos óseos para su entierro, sugiriéndose en apoyo a la etnografía que se trata de restos pertenecientes a figuras destacadas dentro de la comunidad, como chamanes (Pintos Blanco; Bracco, 1999, p. 95), o, en el caso de cráneos y otras piezas anatómicas aisladas, de “trofeos” asociados a contextos de violencia (Gianotti; López Mazz, 2009, p. 18; Pintos Blanco; Bracco, 1999, p. 95). Por otra parte, se han sugerido entierros que corresponderían al traslado de restos humanos desde lugares distantes hacia territorios propios para su sepultura (Bracco, 2006, p. 517; Schmitz; Girelli; Rosa, 1997, p. 92). En otros

casos, se ha interpretado estas prácticas como reflejo de patrones culturales vinculados al traslado recurrente de restos óseos durante los ciclos de movilidad territorial y sus depósitos ritualizados en los sitios, orientados a reforzar la memoria colectiva y la identidad grupal (Milheira; Ferreira, 2023, p. 210). Otras propuestas consideran que los entierros aislados de piezas o agrupaciones óseas secundarias incompletas tan solo responden a una modalidad cultural específica, en la que la recurrencia de cráneos o fragmentos craneales constituiría un rasgo distintivo de dicha práctica (Capdepon, 2004, p. 17).

El segundo grupo de interpretaciones sostiene que algunas agrupaciones óseas secundarias incompletas o piezas aisladas no corresponden a prácticas funerarias y, por tanto, no deben ser interpretadas como tales. En el marco de los modelos de crecimiento por capas de las elevaciones monticulares (López Mazz, 1992), se propone que estos elementos, sin un arreglo espacial definido y frecuentemente dispersos, habrían sido incorporados al montículo como parte de los sedimentos constructivos, no correspondiendo a entierros intencionales. Estos casos han sido clasificados como “*restos parciales*” (Gianotti; López Mazz, 2009). En una línea similar, para contextos considerados de intensificación social, se ha sugerido que estos conjuntos podrían referirse a cautivos o víctimas de sacrificios, cuyos cuerpos fueron desmembrados y depositados como parte del relleno del montículo (Iriarte, 2003, p. 433). En concordancia con este razonamiento, la presencia de restos humanos mezclados con fauna procesada –algunos con marcas de corte, fracturas e indicios de exposición al fuego– ha sido interpretada como evidencia de prácticas antropofágicas, cuyos desechos fueron descartados en los sedimentos del montículo (Gianotti; López Mazz, 2009; Moreno, 2003; Pintos Blanco; Bracco, 1999). Este patrón también se ha documentado en conjuntos óseos humanos desarticulados hallados fuera de los montículos (Pintos Blanco, 1999; Pintos Blanco; Capdepon, 2001)¹.

El análisis estadístico de inventarios de entierros secundarios parciales e indeterminados evidenció la dificultad de identificar con certeza la intencionalidad humana en la formación de estos conjuntos (Figueiro, 2004). El estudio destaca ambigüedades en los criterios empleados por los investigadores para clasificar las modalidades funerarias, señalando un sesgo hacia la presencia de cráneos y elementos del eje axial, en detrimento de otras partes anatómicas, al momento de inferir prácticas funerarias. Aunque el análisis no arroja evidencia concluyente que permita diferenciar de forma clara entre procesos naturales y prácticas culturales, sugiere que los factores postdeposicionales tuvieron un papel determinante en la configuración final de los conjuntos, sin descartar posibles intervenciones humanas en su conformación.

En Uruguay, inicialmente se consideró que los entierros primarios predominaban entre los conjuntos recuperados (Bracco, 2006; Cabrera Pérez, 1999, 2005; Pintos Blanco; Bracco, 1999). Sin embargo, la revisión realizada para este trabajo indica que las agrupaciones óseas secundarias, en sus distintas variantes, constituyen las formas predominantes. En Brasil,

¹ Los casos corresponden a conjuntos óseos parciales de dos individuos hallados en la planicie costera de la Laguna de Castillos, recuperados junto a restos de alimentación (Pintos Blanco, 1999; Pintos Blanco; Bracco, 1999; Pintos Blanco; Capdepon, 2001), ubicados en el sitio Cráneo Marcado, al noreste de la laguna, y el sitio Guardia del Monte, al este. Ambos conjuntos presentan un muy buen estado de conservación, a diferencia de los entierros en montículos, que se encuentran en mal estado (Capdepon, 2004). Los investigadores vincularon estos conjuntos con la manifestación arqueológica de los “constructores de cerritos”, interpretándolos como muertes no monumentalizadas o estrategias para inhibir la visibilidad de la muerte (Pintos Blanco, 1999). Esta vinculación ha sido asumida, pero no demostrada, y requiere de evidencia arqueológica, bioarqueológica y cronológica que permita establecer vinculaciones con la propia manifestación arqueológica.

estudios recientes en la región de la Laguna de los Patos, en los sitios Pontal da Barra y Lagoa da Fragata, evidencian una alta frecuencia de restos desarticulados, fragmentados e incompletos, distribuidos en distintos montículos (Milheira; Ferreira, 2023; Ulguim; Milheira, 2017). Este mismo patrón también fue reportado para otros sitios monticulares del sur de Brasil (Naue, 1973; Schmitz, 2011; Schmitz; Girelli; Rosa, 1997).

Estudios bioarqueológicos

Los estudios bioantropológicos sobre individuos de montículos en el este de Uruguay comenzaron con la clasificación taxonómica de Muñoa (1954) y, más recientemente, desde enfoques contemporáneos se ha logrado caracterizar el perfil biológico de estas poblaciones y establecer comparaciones regionales (Figueiro, 2014; Figueiro; Sans, 2011; Sans, 1999; Sans; Femenías, 2000; Sans; Portas, 2001; Sans *et al.*, 1997). Una línea destacada ha sido el análisis del estado sanitario y los modos de vida a partir de las patologías, estrés nutricional y condiciones funcionales de las poblaciones (Azziz, 2013; Femenías; Sans; Portas, 1995/1996; Milheira; Ferreira, 2023; Sans, 1999; Sans *et al.*, 1997; Ulguim; Milheira, 2017). Los indicadores de dieta han sido abordados a partir de distintos análisis isotópicos (Chanca *et al.*, 2021; del Puerto, 2015; Mut, 2015; Mut; Bracco, 2022). El análisis de ADNmt antiguo permitió caracterizar linajes nativos (Sans *et al.*, 2015) y establecer vínculos de parentesco entre individuos inhumados en un mismo montículo (Figueiro *et al.*, 2017, p. 15; Sans; Figueiro; Hidalgo, 2012, p. 290).

El perfil bioarqueológico de los individuos enterrados señala la representación de ambos sexos y diversas edades, con una marcada predominancia de individuos masculinos (Figueiro; Sans, 2011). Esta tendencia es notoria en algunas estructuras monticulares (Sans; Femenías, 2000) y en las modalidades secundarias de paquetes secundarios (Femenías; Sans; Portas, 1995/1996; Figueiro, 2004; Sans; Portas, 2001; Sans *et al.*, 1997). Asimismo, se ha señalado la subrepresentación de individuos subadultos en los registros (Sans, 1999), lo que ha llevado a proponer una representación diferencial por edad y sexo como parte de las prácticas culturales de inhumación (Sans, 1999; Sans *et al.*, 1997). No obstante, la identificación precisa del sexo se ve dificultada por el estado fragmentario y la mala conservación de muchos restos, lo que limita las posibilidades interpretativas. A su vez, la baja frecuencia de individuos subadultos se ha atribuido, entre otros factores, a sesgos en las prácticas de excavación y al reconocimiento inadecuado durante la recuperación (Figueiro; Melgar, 2025). En esta línea, la identificación de restos humanos en colecciones previamente clasificadas como zooarqueológicas ha matizado la subrepresentación de individuos subadultos, indicando proporciones de mortalidad acordes con las esperadas para poblaciones cazadoras-recolectoras y horticultoras (Moreno; Figueiro; Sans, 2014).

Marcas de corte, fracturas y traumas sobre restos óseos humanos

El registro bioarqueológico muestra diversas lesiones traumáticas y marcas de origen humano en restos óseos, ocurridas de manera previa, contemporánea o posterior al momento de la muerte. Los marcadores incluyen incisiones, contusiones y fracturas, tanto en el cráneo como en los huesos postcraneales, atribuidas a prácticas culturales como conflictos, violencia interpersonal, antropofagia ritual y tratamientos funerarios. Estas evidencias no siempre han sido interpretadas con claridad. Los marcadores de violencia son poco frecuentes en el registro y las lesiones traumáticas directamente relacionadas con la causa de muerte son aún más raras. Algunas lesiones se interpretan como marcadores *antemortem*, asociadas a accidentes, y no a la causa de la muerte ni a eventos de violencia interpersonal (Sans, 1999, p. 118). En la Tabla 2 se sintetizan los marcadores *perimortem* y *postmortem* reportados por sitio.

Tabla 2. Información sobre marcas de corte, fracturas y traumas sobre restos óseos humanos.

Región	Sitio	Información general	Traumas y marcas	Fuente
San Miguel	Isla Larga CG14E01	Se recuperaron 20 entierros en el montículo, de los cuales seis son primarios, uno “secundario parcial” y tres secundarios en urna, junto con varios “indeterminados”. Los restos corresponden a individuos de ambos sexos y abarcan franjas etarias desde lactantes hasta adultos mayores. Se registraron dos fechas sobre restos humanos. Algunos entierros incluyen elementos materiales asociados al período colonial. Se identificó un individuo con trauma en el cráneo considerado como la causa de muerte.	Individuo “CG14E01-9” presenta trauma <i>perimortem</i> en el cráneo y corresponde a un entierro primario de mujer adulta mayor (~60 años), con características moleculares que sugiere su probable ascendencia mestiza, aspecto que coincidiría con la información del contexto histórico del sitio.	Cabrera Pérez (2005), Cabrera Pérez y Marozzi (2001), Cabrera Pérez <i>et al.</i> (2000, 2014), Sans (1999)
India Muerta	Puntas de San Luis	Se recuperaron 11 entierros en dos montículos. Uno primario y diez “secundarios parciales”, con notable incompletitud y fragmentación en los conjuntos óseos. El sitio presenta tres fechados sobre restos humanos (Tabla 1). Tres entierros secundarios muestran marcas de corte y traumas. Las marcas de corte se interpretan como patrones asociados a procesos de limpieza ósea en entierros secundarios y/o extirpación del cuero cabelludo. A partir de los mismos indicadores se sugiere signos de violencia relacionadas con prácticas de antropofagia.	“Enterramiento I”, adulto joven (~30 años) de sexo masculino, compuesto de un cráneo completo con mandíbula, y postcráneo compuesto por diáfisis de húmero, fémur, diáfisis y epífisis proximal incompleta, fragmento de radio. El cráneo presenta incisiones asociadas a pequeñas perforaciones sin remodelación ósea. “Enterramiento III”, adulto de sexo masculino, compuesto de cráneo fragmentado, casi completo, y fragmento de cúbito. El cráneo presenta incisiones en región frontal. “Enterramiento V”, adulto joven (~25 años) de sexo masculino, consiste en un cráneo sin mandíbula, con las tres primeras vértebras cervicales articuladas. El cráneo con región parietal fracturada y hundida ¹ e incisiones distribuidas en diferentes áreas de la superficie craneana, apófisis zigomática y las fosas orbitales.	Pintos Blanco y Bracco (1999)

continúa...

Tabla 2. Continuación

Región	Sitio	Información general	Traumas y marcas	Fuente
Laguna de Castillos	Cráneo Marcado	Se recuperaron 8 entierros en un mismo montículoⁱⁱ y restos óseos de un individuo en la planicie del sitio, que no se consideró como inhumación. Los conjuntos del montículo incluyen un entierro primario de una mujer adulta y seis “entierros parciales de piezas aisladas”, con marcada incompletitud y fragmentación. Las franjas etarias sugieren adultos jóvenes y un infante. No se pudo determinar sexos. Tres entierros parciales del montículo y el conjunto de restos de la planicie presentan marcas y lesiones.	“Individuo 1”, adulto de entre 25 y 35 años de edad, compuesto por fragmentos de parietal, un molar, un canino, y fragmentos de tibia y cúbito, junto con otros fragmentos no identificados. Presenta incisiones en fragmento de diáfisis de tibia. Se atribuyeron a la acción de descarte y desarticulación para un entierro secundario. “Individuo 6”, conformado por fragmentos de piezas craneales del frontal, parietal y occipital. Presenta una lesión traumática atribuida a un golpe con un instrumento filoso, que se asoció a la causa de muerte. “Individuo 8”: Corresponde a fragmentos de occipital, epífisis distal de húmero izquierdo, diáfisis de húmero derecho y diáfisis de fémur. Presenta incisiones de corte en los huesos largos, en ausencia de tejidos blandos (<i>postmortem</i>) “Individuo 1-A”, adulto compuesto por fragmentos craneales de temporal, occipital, fosa orbital, zigomático, y una falange anular (con alteración térmica). Hallado en la planicie junto con restos de fauna. Presenta incisiones en la mandíbula y temporal, fractura en el arco zigomático, sin especificar si es <i>peri</i> o <i>postmortem</i>. Fue interpretado como resultado de prácticas de antropofagia.	Capdepon (2004), Pintos Blanco y Bracco (1999), Pintos Blanco y Capdepon (2001)

continúa...

Tabla 2. Continuación

Región	Sitio	Información general	Traumas y marcas	Fuente
Laguna Negra	Rincón de Los Indios	Se recuperaron 16 individuos en cuatro montículos, de los cuales tres fueron identificados en el análisis de conjuntos zooarqueológicos. El conjunto incluye cinco entierros primarios y diez secundarios, con dos paquetes funerarios. Los restos corresponden a individuos de ambos sexos y diversas franjas etarias, con mayor representación de adultos. En las excavaciones I, II y III se reportaron restos óseos con lesiones traumáticas y marcas. Las altas tasas de fragmentación, junto con las incisiones y alteraciones térmicas en algunas piezas, se interpretaron como indicios de extracción de cuero cabelludo y actividades de desmembramiento y descarte para procesamiento y consumo por antropofagia. La desarticulación, incompletitud y dispersión de los restos óseos fueron interpretadas, dentro del marco de los modelos de crecimiento gradual de los montículos, como materiales integrados a las estructuras como parte de los sedimentos constructivos.	Excavación I, individuo “LI-I-3”, subadulto de 14 años, sin determinación de sexo, compuesto por varias piezas craneales y postcraneales incompletas, fragmentadas y dispersas dentro del montículo. Presenta incisiones sobre el hueso frontal, las órbitas y un fragmento de calota craneal. También se reportó un hueso metacarpiano con alteración térmica asociado espacialmente a este individuo, pero sin asignación directa a él. Asimismo, en los conjuntos zooarqueológicos de esta excavación, asociados a la dispersión contextual de este individuo, se identificaron fragmentos de cráneo con alteración térmica e incisiones, y una posible incisión sobre una diáfisis. Excavación II, desde los conjuntos zooarqueológicos, se estimó la presencia de al menos tres individuos con marcas y fracturas: un subadulto y dos adultos, sin determinación de sexo. Estos fueron identificados a partir de fragmentos de cráneo, dientes y elementos postcraneales, axiales y apendiculares. Se documentaron incisiones en piezas del cráneo y postcráneo y una fractura antrópica en la diáfisis de un fémur. Excavación III, individuo “LI-III-1”, adulto, compuesto por fragmentos de cráneo, un incisivo y un fragmento de diáfisis de fémur. Se documentaron incisiones en el arco zigomático y en el área de la órbita, que se atribuyen a la extracción del cuero cabelludo. Además, se reportó una incisión en la diáfisis proximal del fémur relacionada con el descarte de huesos largos. Sobre el individuo “LI-III-2”, que corresponde a un paquete funerario de un adulto masculino incompleto, durante los trabajos de campo se observaron marcas de descarte y pigmentación con ocre en las superficies de costillas y huesos largos.	Gianotti y López Mazz (2009), Moreno (2003)

¹ No se especifica si el traumatismo observado está relacionado con la causa de muerte o si ocurrió posteriormente. En otros entierros secundarios, como en la elevación A del sitio CH2D01, se documentaron fracturas en cráneos, sin aclarar si fueron intencionales o postmortem (Sans *et al.*, 1997, p. 36). Cabrera Pérez (1999, p. 70) refirió para estos mismos casos que, dos de ellos, correspondían a paquetes funerarios, con cráneos “*rotos intencionalmente postmortem*”.

²La información reportada sobre el sitio presenta inconsistencias y contradicciones entre las publicaciones que no han sido debidamente aclaradas (Capdepon, 2004; Pintos Blanco; Capdepon, 2001). Hay diferencias en la cantidad de inhumaciones reportadas en la elevación, diferentes asignaciones para los elementos y conjuntos de materiales interpretados como ajuares, y en la propia descripción de la composición de dichos ajuares, entre otros.

Fuente: Óscar Marozzi.

PRÁCTICAS FUNERARIAS EN LA REGIÓN MERIDIONAL DE LA CUENCA DEL PLATA Y PAMPA-PATAGÓNICA A PARTIR DE LAS FUENTES HISTÓRICAS

La gestión y manipulación de los cuerpos en los rituales funerarios ha sido documentada en diversas fuentes coloniales y postcoloniales, entre las que destacan de los relatos de misioneros de la Compañía de Jesús. Estas descripciones de primera mano ofrecen, desde el terreno, detalles sobre el tratamiento de los cuerpos durante los ciclos ceremoniales funerarios de distintas comunidades indígenas y documentan normas de luto, reglas temporales del duelo y prácticas ritualizadas de expresión del dolor, determinadas por factores como el género, la consanguinidad, el parentesco por afinidad y los vínculos con allegados o seguidores. Además, se consultaron fuentes administrativas y militares vinculadas a intereses coloniales y criollos, que aportan datos relevantes para este análisis. El período analizado va desde el último tercio del siglo XVII hasta el siglo XIX, abarcando diversas regiones². En la Tabla 3 se resumen elementos complementarios de las prácticas funerarias.

Falkner (1774, p. 118-120)³ señaló que los *moluches*, *taluhets* y *diuihets* de la Pampa y la Patagonia realizaban una manipulación inmediata de los cuerpos para su esqueletización. La exhumación de los restos ocurría un año después de la muerte, aunque en ocasiones podía efectuarse en períodos más breves. El ciclo anual coincidía con el cierre del duelo para las viudas. Una vez recuperados, los huesos eran cuidadosamente envueltos en cueros y trasladados a los lugares considerados “*propios de entierro de sus ancestros*”, los cuales podían encontrarse a grandes distancias de las áreas de residencia. En estos sitios se realizaba “*la última ceremonia*” que marcaba el cierre del ciclo funerario donde eran depositados los paquetes óseos adornados con ropajes, plumas, cuentas y acompañados con pertenencias del difunto, incluidas sus armas y caballos del fallecido. Una anciana matrona de cada tribu se encargaba del cuidado de las tumbas, las cuales eran abiertas anualmente para limpiar los huesos y realizar ofrendas de comida y bebida a los muertos.

De manera similar, Diego de Rosales ([ca. 1674]/1877, p. 163) refirió entre los *araucanos* un período ritual en el cual se cuidaba de la sepultura del difunto durante un año y luego se procedía al cierre ceremonial de la siguiente forma:

² Por razones de extensión, no se tratarán aquí los aspectos relacionados con las prácticas y ceremonias funerarias de los grupos *Jê* del sur del planalto meridional brasileño. Para profundizar en estos temas, se recomienda consultar la bibliografía mencionada en Becker (1976).

³ Falkner (1774) estableció diversos etnónimos para los distintos grupos sociales que habitaban el territorio de la Pampa-Patagonia a mediados del siglo XVIII. A fuerza de simplificar y homogenizar la complejidad étnica de las naciones, tribus y subdivisiones mencionadas en la obra, los etnónimos se pueden comprender agrupando a las poblaciones desde la perspectiva geográfica y política de los centros coloniales, bajo las denominaciones de *araucanos*, *pampas* y *patagones*. Los *moluches* (divididos en *picunches*, *pehuenches* y *huilliches*) corresponden a quienes los españoles denominaban *aucaes* y *araucanos* (Falkner, 1774, p. 96), los *taluhets* (*puelches* ubicados al norte) y *diuihets* (*puelches* ubicados al oeste y sur) se relacionan con los grupos denominados por los españoles como *pampas* (Falkner, 1774, p. 100) y los *chechehets* (*puelches* ubicados al sureste) y *tehuelhets* eran denominados por los españoles como *patagones* (Falkner, 1774, p. 118), también denominados como *serranos* o *montañeses* (Falkner, 1774, p. 102). Los *tehuelhets* son identificados por Falkner como *patagones* del sur (Falkner, 1774, p. 120) o propiamente en su lengua como *Tehuel-Kunn* (Falkner, 1774, p. 99), presentando otras subdivisiones y nombres.

Y despues le hazen [sic] al cabo de año, que es otra borrachera en que se juntan, como para el entierro, todos los parientes /.../ renovando la comida que tenia [sic] en la sepultura, le ponen otra fresca y nuevos cantaros de chicha. Con que le dejan para siempre (Rosales, [ca. 1674]/1877, p. 164) (énfasis agregado)

En el caso de los *chechehets* y *tehuellhets*, la esqueletización se realizaba mediante la exposición ambiental del cuerpo sobre estructuras construidas específicamente con este fin. Luego, los huesos recuperados eran adornados y trasladados a grandes distancias hacia zonas desérticas en la costa este. Los restos eran colocados al interior de un “*toldo*” construido para este propósito y se los enterraba. Los caballos de los muertos también eran sacrificados y dispuestos junto a las inhumaciones secundarias (Falkner, 1774, p. 120).

El correlato material de estos monumentos funerarios fue documentado contemporáneamente por el padre jesuita José Cardiel en 1745 (Falkner, 1774, p. 120; Lozano, 1836, p. 16) y representado en el mapa de Kitchin (1772), reproducido en la obra de Falkner (1774). En el siglo XIX, naturalistas y exploradores, como Charles Darwin (1839, p. 199), Francisco Moreno (1879), George Musters ([1871]/1964), entre otros, ampliaron su registro, incluso mediante fotografías (Morelli, [1883] *apud* Mazzanti, 2007, p. 33). Moreno señaló que estos lugares, así como las estructuras de piedra utilizadas –a las que denominó *cairnes*–, se encontraban alejados de las tolderías, y que los restos habrían sido trasladados desde parajes distantes:

para enterrarlos en el panteon [sic] donde reposaban sus abuelos, pues conozco algunos depósitos mortuorios; que en las tolderías preparaban las osamentas, después de cierto tiempo de inhumado el cadáver, para transportarlas en viage [sic] [a los cairnes] (Moreno, 1879, p. 142) (énfasis agregado)

Entre los indígenas *mocovíes* y *abipones* del Chaco se registraron formalidades funerarias similares. El padre Florian Paucke describe para los *mocovíes* entierros en cementerios alejados de las aldeas, pero transitoriamente realizados en bosques cercanos. Los cuerpos eran envueltos en cuero y enterrados en fosas poco profundas, junto a un recipiente y una jarra, cubriéndose con palos, ramas y tierra, y dejando las armas del difunto en el sitio (Paucke, 2010, p. 341-342). De forma similar, el padre Martino Dobrizhoffer documentó que los *abipones* enterraban cuerpos de forma transitoria en fosas poco profundas, protegidas con ramas espinosas para evitar que los “*tigres*” las abrieran. En la sepultura se colocaba un recipiente, se dejaba una prenda de ropa y, en el caso de los hombres, una lanza. Para caciques o guerreros destacados, se sacrificaban sus caballos preferidos y se los colocaba en las tumbas (Dobrizhoffer, [1784]/1822, p. 268-269).

Cuando los cuerpos debían ser abandonados en el campo de batalla o durante una retirada en territorio enemigo, familiares o allegados asumían la responsabilidad de recuperar los restos, a pesar de las distancias y riesgos. Una vez avanzada la descomposición y expuesto el esqueleto, emprendían su búsqueda, recuperación y traslado para realizar los rituales funerarios correspondientes. Si el cuerpo era recuperado de inmediato, los compañeros procedían a “*mondar*” los cuerpos para “*facilitar la carga*”. Tras limpiar la carne de los huesos y enterrarla, estos se envolvían en cuero para transportarlos a las áreas residenciales y rendirles homenaje. Paucke ([1749-1767]

2010, p. 340-341) describe distintos ejemplos observados entre los *mocovíes*, señalando que los restos eran preparados para “transportarlos a su Galgala”⁴. De forma similar, Dobrizhoffer ([1784]/1822, p. 270-272) menciona prácticas entre los *abipones*, quienes también recuperaban los restos óseos de los muertos abandonados en el campo una vez finalizada la descomposición. Cuando era posible, el cuerpo se recuperaba de inmediato y se procedía al descarte para facilitar el transporte de los huesos hasta las aldeas, donde eran honrados (ver descripción de las exequias del cacique *Ychamenraikin*, Dobrizhoffer, [1784]/1822, p. 281-284).

Al igual que entre los indígenas de la Pampa-Patagonia, los entierros primarios entre los *mocovíes* y los *abipones* eran transitorios. El objetivo era permitir la esqueletización de los cuerpos para su posterior recuperación y traslados a los lugares de entierro familiar. Paucke (2010) refirió claramente a este punto entre los *mocovíes*:

Después del tiempo en que ellos creen que el cuerpo se pudre y sólo quedan los huesos, viajan al sitio, sacan los huesos y los trasladan al lugar donde están sepultados sus compañeros de estirpe aunque ellos tuvieran que viajar hasta doscientas y más leguas para ello (Paucke, 2010, p. 340).

Dobrizhoffer ([1784]/1822) describe la relevancia de esta formalidad entre los *abipones* de manera muy precisa. Las exequias en honor del fallecido se prolongaban durante días, con ceremonias muy pautadas. Luego los restos eran trasladados al lugar de sepultura, que quedaban distantes de las áreas de residencia. Los lugares elegidos eran los de “enterramiento de su familia, y allí los enterrará de acuerdo con los ritos de su país”, en lo que constituía su definitivo destino (Dobrizhoffer, [1784]/1822, p. 283, traducción propia).

[Los abipones] no se conforman con cualquier sepulcro, sino que se aseguran especialmente de que los padres descansen junto a sus hijos, las esposas con sus maridos, los nietos con sus abuelos y bisabuelos, y de que cada familia tenga su propio lugar de entierro. Esta nación, que anteriormente habitaba más hacia el norte, sabe que los monumentos de sus ancestros se encuentran allí y los veneran como algo divino. Sienten un profundo placer al reunir los huesos de sus compatriotas, dondequiera que hayan sido enterrados durante sus constantes peregrinaciones, con los huesos de sus antepasados. Por ello, desentierran y trasladan los restos con frecuencia, llevándolos a través de vastas extensiones de tierra hasta que finalmente reposan en el antiguo y boscoso mausoleo de sus antepasados. (Dobrizhoffer, [1784]/1822, p. 271) (énfasis agregado, traducción propia).

En el caso de los indígenas *charrúas* y *guenoa-minuanos*, que se movilizaban por la “banda oriental” o “banda del norte”⁵, las prácticas funerarias y mecanismos de luto y

⁴ La expresión haría referencia, de forma corrompida, al término arameo *Gagûltâ*, que significa “lugar de la calavera”.

⁵ En la época colonial, desde Buenos Aires se hacía referencia a los territorios situados al este del río Paraná, que incluían lo que hoy son las provincias de Entre Ríos, Corrientes, el actual Uruguay y sur de Brasil.

duelo reflejan similitudes con los aspectos mencionados. En el caso de los entierros, se describe que los indígenas enterraban a sus muertos de manera inmediata, incluso durante pausas en las luchas y durante las huidas del enemigo (Pacheco, 1801 *apud* Acosta y Lara, 1988). En este mismo sentido, Azara (1809) señaló que los charrúas, “*Tan pronto como un indio muere, transportan el cadáver a un lugar determinado, que hoy es una pequeña montaña, y lo entierran con sus armas, sus ropas y todas sus pertenencias.*”, agregando que “*Algunos ordenan matar sobre su tumba el caballo que más querían*” (Azara, 1809, p. 25, traducción propia). Esta información será reiterada, con ligeras variantes, en una edición póstuma de 1847, no revisada por Azara. Allí se informa que: “*Cuando muere alguno, le llevan a un cementerio común, que tienen en un cerrito*” (Azara, 1847, p. 197) y se indica además la presencia de elementos personales depositados junto a los entierros.

Una variante de esta práctica fue mencionada en las memorias del Brigadier General Antonio Díaz, quien indicó que los indígenas “*dejan el caballo atado a una estaca*” (Díaz, [ca. 1812] *apud* Figueira, 1977, p. 444), sin hacer referencia al acto de sacrificio. Además, señaló que sobre la tumba colocaban las boleadoras del difunto, mientras que su lanza quedaba clavada en el costado de la sepultura. También destacó que los muertos eran enterrados en “*las inmediaciones de algún cerro, si lo había cerca, haciendo una excavación de poca profundidad, en la que se ponen el cadáver cubriéndolo preferentemente con piedras si las hay a no muy larga distancia; sino con ramas y tierra*” (Díaz, [ca. 1812] *apud* Figueira, 1977, p. 444). El uso de “*grandes piedras, o leños*” sobre las tumbas fue reportado tempranamente por el padre Xarque (1687, p. 372-373), entre los “*Barbaros Guanoás*” (*guenoa-minuano*).

A lo largo del siglo XVIII, diversos informantes que recorrieron el interior del territorio señalaron, de manera expresa, puntos del territorio que estaban consagrados como cementerios comunales. Al igual que en las prácticas funerarias de otros grupos indígenas regionales, se documenta el traslado de restos hacia estos puntos, lo cual implica una exhumación o recuperación previa de los restos. Al respecto, el padre Bernardo Nussdorffer refirió que en el “*cerro yacegua tienen los infieles Guenoas sus sepulturas, y aquí traen á [sic] sus difuntos de muchas leguas lejos para enterrarlos*” (Nussdorffer, [1752] *apud* Furlong Cardiff, 1936, p. 80). El padre Xarque (1687, p. 373) ya había mencionado en su obra el traslado de los “*huesos de los parientes difuntos*” entre estos indígenas. La práctica también fue reseñada por el padre Pedro Lozano ([ca. 1745]/1873, p. 408) entre los charrúas. Lozano, como *Historiographus Provinciae* de la orden jesuita, probablemente se apoyó en la información de otros padres misioneros para su afirmación.

Militares y técnicos, integrantes de la segunda partida demarcatoria de límites entre España y Portugal, en el marco del tratado de 1777, reafirmaron la existencia en el territorio de espacios consagrados por los indígenas para sus muertos. Los territorios recorridos por las partidas estaban bajo el control de diversas *tolderías guenoa-minuanas* y sus respectivos caciques (Erbig, 2015). Durante los recorridos identificaron diversos conjuntos de apilamientos de piedra, que asociaron expresamente con sepulturas indígenas en las serranías del este del actual Uruguay (Alvear, [1784]/1837; Oyárvide, [1784-1785]/1865; Varela y Ulloa, 1920) y en las sierras del actual sur de Río Grande (Saldanha, 1938). En los diarios y reportes oficiales elaborados por estos geógrafos, a estas estructuras se las refiere de manera genérica como “*sepulcros de infieles*” (Varela y Ulloa, 1920, p. 308) o “*sepulcros de la Gentilidad India*” (Alvear, [1784]/1837, p. 314). En otros casos, se las identifica expresamente como “*sepulcros de indios minuanes*” (Varela y Ulloa, 1920, p. 316), pertenecientes a “*Tapes, ou Minuanos*” (Saldanha, 1938,

p. 183), o de “*indios Tápes, habitantes de este país*” (Oyárvide, [1784-1785]/1865, p. 312). En este último caso, el etnónimo *tape* podría representar un término representativo de lo indígena en un sentido amplio.

La atribución de las estructuras como tumbas indígenas no fue cuestionada por ninguno de los observadores, incluso cuando se realizaron desmontes de algunos conjuntos sin que se hallaran evidencias óseas (Saldanha, 1938, p. 183). La interpretación funeraria de las estructuras, además, fue reafirmada al ser adoptadas como referencias toponímicas en la cartografía producida durante las tareas demarcatorias: *Cerro de los Sepulcros* (Varela y Ulloa, 1920, p. 316), *Cerro de las Sepulturas* (Oyárvide, [1784-1785]/1865, p. 312) y “*Sepulturas de Gutiérrez*” (Oyárvide, [1784-1785]/1865, p. 324-325). En otros casos, se conservaron topónimos orográficos preexistentes que, según la memoria local, ya reconocían el carácter funerario de estas estructuras –i.e., *cerro de los Difuntos* (Alvear, [1784]/1837, p. 40)–. La inclusión de los sepulcros en los mapas oficiales elaborados refuerza su relevancia como referencias espaciales dentro del paisaje (Varela y Ulloa, 1789).

A comienzos del siglo XIX se registraron referencias que refuerzan la existencia de ciertas locaciones en el territorio –en algunos casos con menciones a estructuras de piedra de carácter polisémico– asociadas a ceremoniales chamánicos, rituales de duelo y prácticas funerarias (Azara, 1809; Díaz, [ca. 1812] *apud* Figueira, 1977; Nussdorffer, [1752] *apud* Furlong Cardiff, 1936), lo que contribuye a robustecer la dimensión simbólica de estos espacios del paisaje. Tras la desarticulación y supresión de las comunidades originarias que se movilizaban por el territorio, en el año 1831, la información de una indígena cautiva y un oficial del ejército que convivió con los indígenas, confirmó algunos de estos aspectos (Vilardebó, 1963). La tradición oral continuó atribuyendo un origen indígena a las estructuras de piedra de cerros y serranías, vinculándolas con una identidad funeraria (Bracco; López Mazz, 2021; Darwin, 1839; Los cairnes ..., 1898; Granada, 1890; J. Y., 1863) y fortaleciendo la narrativa del carácter sagrado-simbólico de ciertos emplazamientos (Araújo, 1900, p. 29; Granada, 1890, p.107; Piquet, 1882, p. 1; Sallusti, [1827] *apud* Figueira, 1977, p. 286).

Tabla 3. Tratamiento de los cuerpos, el luto y duelo.

Región	Grupo Indígena	Tratamiento de cuerpos	Exhumación y traslados de restos	Ceremonias, luto y duelo	Fuente
Pampa y Patagonia	<i>moluches, taluhets, diuihets</i>	Descarne y desarticulación de cuerpos realizados de manera inmediata a la muerte, por las mujeres “ <i>más distinguidas entre ellos</i> ” (Falkner, 1774, p. 118). La carne era incinerada y los huesos lavados y enterrados de forma transitoria.	La exhumación de los restos óseos ocurría al cabo de un año, aunque en ocasiones podía realizarse en períodos más cortos. Los huesos eran envueltos en cueros y adornados con ropajes, plumas y cuentas, y trasladados a los lugares “ <i>propios de entierro de sus ancestros</i> ”, ubicados a grandes distancias de las áreas de residencia. En estos sitios se llevaba a cabo “ <i>la última ceremonia</i> ”, que marcaba el cierre definitivo del ciclo funerario. También se realizaba el sacrificio de caballos del fallecido, los cuales se colocaban junto a la inhumación, junto con pertenencias del difunto y, en el caso de los hombres, sus armas.	Durante el proceso de descarnado del cuerpo, se llevaban a cabo ceremonias en honor al difunto, y las exequias se prolongaban durante varios días. Los familiares y allegados se cubrían con mantos de pieles y ennegrecían sus rostros y manos con hollín. Se llevaban a cabo danzas y cantos lúgubres, con lamentos ritualizados mediante gritos y llantos. Estas manifestaciones incluían cortes y laceraciones en los brazos y muslos, actos que eran recompensados con obsequios. Las viudas debían guardar un año de duelo, durante el cual se recogían en los toldos, usaban hollín en rostro y manos, seguían restricciones alimentarias y no podían establecer nuevos vínculos sentimentales ni sexuales.	Falkner (1774), Musters ([1871]/1964), Paucke (2010)
	<i>chechehets, tehuelhets</i>	Esqueletización por exposición ambiental en estructuras construidas para este fin.	Los huesos eran recuperados y adornados de manera similar a lo descrito previamente, y luego trasladados a grandes distancias hacia zonas desérticas en la costa este. Los restos se depositaban en toldos funerarios construidos específicamente para este propósito. Allí se realizaba el sacrificio de caballos del difunto, que se colocaban junto a la inhumación.		Falkner (1774)
Araucanía	<i>araucanos</i>			Las ceremonias funerarias, referidas como “ <i>borracheras</i> ”, duraban de tres a cuatro días, con cantos y lamentos en honor al difunto, con ofrendas de comida y bebida dejadas en la sepultura. Como parte del ceremonial, se mantenía un fuego encendido sobre la tumba durante todo un año. Transcurrido este tiempo, los familiares celebraban una nueva reunión en la sepultura, renovando las ofrendas de comida y bebida.	Rosales ([ca. 1674] 1877)

continúa...

Tabla 3. Continuación

Región	Grupo Indígena	Tratamiento de cuerpos	Exhumación y traslados de restos	Ceremonias, luto y duelo	Fuente
Chaco	<i>mocovíes</i>	Entierros en cementerios ubicados en bosques, lejos de las áreas residenciales. Cuando la distancia era considerable, los cuerpos se inhumaban transitoriamente en bosques cercanos a las aldeas. El cadáver se envolvía en cuero y era depositado en fosas poco profundas, que se cubrían con palos, ramas y tierra. Se dejaba junto a la sepultura un recipiente para comida y una jarra para bebida, con las armas del difunto. Los cadáveres abandonados en el campo eran recuperados tras la esqueletización del cuerpo. Los cuerpos inmediatamente recuperados en campo eran descarnados, y se enterraba la carne y se transportaban los huesos a las áreas residenciales.	Se realizaba la exhumación de restos enterrados en los bosques y la recuperación de restos abandonados en los campos, cuando se asumía tras la esqueletización del cuerpo. Se hacía el traslado de restos a las aldeas para realizar los rituales funerarios correspondientes y luego eran conducidos a sus lugares definitivo de entierro familiar, ubicados en bosques distantes.	La preparación del funeral, la construcción de la tumba, la inhumación y la expresión de dolor por el difunto recaían en las mujeres. Durante tres o cuatro noches, se realizaban danzas, cantos lúgubres y lamentos ritualizados. Las indias plañideras recibían obsequios por su participación. Los objetos del difunto se repartían, excepto las armas de los hombres, que se depositaban en la sepultura. Las viudas debían cortarse el cabello, cubrirse el rostro con un velo y recluirse, evitando el contacto social. Los viudos y los hijos también se cortaban el cabello. El marido sacrificaba el caballo de la difunta y cortaba las crines y colas de los caballos familiares. Los hijos quedaban al cuidado de otros familiares. El viudo se ausentaba de la aldea por tres o cuatro meses, delegando las responsabilidades del funeral y entierro. Al regreso, construía una nueva choza y dismantelaba la que había compartido con su familia. Paucke refirió que no existía un período de duelo estrictamente definido, pero la práctica se observaba con rigor durante un tiempo.	Paucke (2010)

continúa...

Tabla 3. Continuación

Región	Grupo Indígena	Tratamiento de cuerpos	Exhumación y traslados de restos	Ceremonias, luto y duelo	Fuente
Chaco	<i>abipones</i>	Se realizaban entierros transitorios en bosques, con fosas poco profundas. Sobre la tumba se colocaba un recipiente y cerca se colgaba una prenda de ropa. En el caso de los hombres, se añadía una lanza. Para caciques o guerreros de prestigio, se sacrificaban sus caballos preferidos y se depositaban en la tumba. Los cadáveres abandonados en el campo eran recuperados tras la esqueletización del cuerpo. Los cuerpos inmediatamente recuperados en campo eran descarnados, se enterraba la carne y se transportaban los huesos a las áreas residenciales.	Se llevaba a cabo la exhumación de restos enterrados en los bosques y la recuperación de restos abandonados en los campos, cuando se asumía tras la esqueletización del cuerpo. Se realizaba el traslado de restos a las aldeas para realizar los rituales funerarios correspondientes y luego eran conducidos a sus lugares definitivo de entierro familiar, ubicados en bosques distantes.	Ceremonias funerarias duraban nueve días. Los hombres se encargaban de proveer la miel para las bebidas rituales de las ceremonias, mientras que las mujeres realizaban las danzas y cantos luctuosos, acompañados de llantos y gritos ritualizados. A las plañideras se les ofrecían obsequios. Las viudas debían afeitarse el cabello, cubrirse el rostro y vestir un manto de caraguatá de forma permanente, salvo que contrajeran nuevo matrimonio. También se recluían y aislaban, evitando el contacto social durante un período no referido. Las pertenencias del difunto eran incineradas, salvo las armas de los hombres, que se depositaban en la tumba. Si tenía caballos o ganado, eran sacrificados. La choza era destruida, y la viuda y su familia debían trasladarse a otra. Los viudos sacrificaban el caballo de la esposa, cortaban las crines y colas de los caballos familiares y se afeitaban el cabello, práctica también realizada por los hombres ante la muerte del cacique. El nombre de los difuntos dejaba de ser pronunciado. Nuevos nombres eran asignados a los familiares y allegados, incluido cautivos, durante las ceremonias.	Dobrizhoffer ([1784]/1822)

continúa...

Tabla 3. Continuación

Región	Grupo Indígena	Tratamiento de cuerpos	Exhumación y traslados de restos	Ceremonias, luto y duelo	Fuente
Banda Oriental	<i>charrúas</i>	Enterraban los cuerpos de forma inmediata en alguna elevación, si la había cerca. La fosa era poco profunda y se cubría preferentemente con piedras, o ramas y tierra. Dejaban las armas del difunto en ella. Se refiere al sacrificio del caballo.	Traslados de huesos de familiares.	Durante un período de entre 14 y 16 días, se desarrollaban prácticas rituales asociadas al luto, que incluían expresiones de dolor como llanto y gritos ritualizados, acompañado de abstinencias y privaciones, marcadas por restricción de ciertos alimentos, mutilaciones y laceraciones. En el caso de las mujeres, además, reclusión en los toldos y el corte o “<i>arrancado</i>” de cabellos. La realización de algunos actos incluía prácticas en lugares apartados a las áreas residenciales. Los hombres realizaban estas prácticas ante la muerte de su padre, mientras las mujeres lo hacían cuando el fallecido era padre, esposo o hermano adulto. En estos casos, viuda, hijas y hermanas adultas del difunto practicaban la mutilación de falanges. Algunos observadores señalan la flagelación dactilar como exclusiva para las mujeres que enviudaban y no por quiénes ejercían como cabeza de familia. Se registran leves variaciones en los procedimientos y materiales empleados para las incisiones y laceraciones autoinfligidas.	Azara (1809, 1847), Brito del Pino (1956), Díaz ([ca. 1812] <i>apud</i> Figueira, 1977), Lavalleya-Valdez ([1937] <i>apud</i> Figueira, 1977), Lozano ([ca. 1745]/1873), Romero ([1627] <i>apud</i> Levinton (2009), L. P., ([1833] <i>apud</i> Rivet, 1930), Vilardebó, (1963)

continúa...

Tabla 3. Continuación

Región	Grupo Indígena	Tratamiento de cuerpos	Exhumación y traslados de restos	Ceremonias, luto y duelo	Fuente
Banda Oriental	<i>guenoa-minuanos</i>	Enterraban los cuerpos en fosas poco profundas y se cubría preferentemente con piedras y leños.	Traslados de huesos de familiares a puntos del territorio consagrados como cementerios comunales.	Sistema de parentesco establecía que las mujeres y varones adultos debían realizar duelo ante la muerte del padre que los crio y no del padre biológico (relaciones de parentesco definidas por modalidad de avunculadoⁱ). En el caso de los hombres, las prácticas del ritual de duelo eran similares a las realizadas por los charrúas, pero duraban la mitad del tiempo, 7 días. Incluyó el recogimiento en los toldos, mecanismos de mortificación que incluiría las privaciones y restricción de alimento, los cortes y laceraciones en el cuerpo, y finalizaría con un aislamiento social temporal. En el caso de las mujeres, las viudas e hijas adultas mujeres realizaban recogimiento en sus toldos, seguido por distintos mecanismos de mortificación corporal, que incluía la mutilación de una falange, corte de cabello y el resguardo de exhibición corporal. Estas pautas ceremoniales eran cumplidas durante varios días, sin precisar su tiempo. Hay variantes sobre cuando las mujeres practicaban la flagelación dactilar. Algunos observadores sólo la señalan para las madres ante la pérdida de los hijos. Se registran leves variaciones en los procedimientos y materiales empleados para las incisiones y laceraciones autoinfligidas.	Azara (1809), Saldanha (1938)

ⁱ Las descripciones realizadas por Azara (1809, p. 1933) reflejan que el sistema de parentesco entre los *guenoa-minuanos* se organizaba en torno a una modalidad de avunculado, en la cual tíos, primos o hermanos desempeñaban el rol principal en la crianza de los niños. Con anterioridad, el padre jesuita Francisco García ([1683] *apud* Xarque, 1687) ya había registrado elementos que apuntaban en este sentido. En una carta dirigida al padre Provincial, García subraya reiteradamente la autoridad de un cacique principal sobre su sobrino, también cacique. El contexto del relato sugiere que esta relación no se limitaba estrictamente a una jerarquía política, sino que implicaba una dimensión de carácter más paternal.

Fuente: Óscar Marozzi

DISCUSIÓN

Las prácticas funerarias de los “constructores de cerritos” se caracterizan por una notable variabilidad que ha dificultado la identificación de patrones consistentes de entierro. Esta complejidad se ve agravada por las limitaciones propias del registro arqueológico, así como por sesgos interpretativos, imprecisiones e inconsistencias en los datos reportados. A ello se suman ambigüedades metodológicas que dificultan la comparación entre distintos conjuntos funerarios, lo que ha derivado en interpretaciones parciales y fragmentadas que debilitan la solidez de algunas inferencias.

Las agrupaciones óseas secundarias incompletas, junto con los elementos aislados y dispersos –las manifestaciones más frecuentes en estos registros– han sido comúnmente clasificadas según diferencias formales, interpretadas como reflejo de prácticas culturales diversas, tanto funerarias como no funerarias. Estos enfoques, sin embargo, tienden a minimizar el papel de las transformaciones posteriores en los espacios de entierro, que rara vez se consideran entre los factores que podrían explicar la variabilidad observada. A partir de nuestras observaciones de campo y de una revisión crítica de la bibliografía especializada, cuestionamos la solidez empírica de estas interpretaciones, en tanto que no logran dar cuenta de la variabilidad del registro. La dispersión y la pérdida de integridad que caracterizan a muchos de estos conjuntos pueden comprenderse de manera más adecuada como resultado de intervenciones rituales deliberadas, inscritas en el ceremonial funerario, y no necesariamente como expresión de conductas culturales diferenciadas. En este marco, proponemos adoptar el ciclo funerario como eje interpretativo para abordar la recurrencia y variabilidad de estos contextos. Esta perspectiva se sustenta en argumentos inferenciales apoyados en analogías etnográficas y arqueológicas regionales, y se contrasta con tres indicadores concretos del registro arqueológico que permiten evaluar su alcance interpretativo.

El ciclo funerario como clave interpretativa

En consonancia con las prácticas funerarias registradas en comunidades indígenas de la Cuenca del Plata y áreas circundantes, los contextos arqueológicos vinculados a los “constructores de cerritos” muestran correspondencias con conductas documentadas tanto en la región Pampa-Patagonia argentina (Martínez; Flensburg; Bayala, 2012; Martínez *et al.*, 2006) como en el sur de Brasil (Schmitz, 1996; Schmitz; Puhl Gomes, 2001), así como en fuentes jesuíticas relativas a las regiones de la Pampa-Patagonia y el Chaco (Dobrizhoffer, [1784]/1822; Falkner, 1774; Paucke, 2010). Ambas líneas de documentación coinciden en señalar que, como parte del ciclo funerario, las áreas de entierro eran intervenidas para recuperar restos inhumados. Además, se procedía a la limpieza y desarticulación de partes anatómicas, a la confección de paquetes funerarios y a su posterior traslado a los “lugares propios de entierro” (Falkner, 1774, p. 118). Las fuentes históricas registran intervenciones posteriores a un período ritual que, como los entierros, incluían lamentos, cantos, rezos, ofrendas y festines. Estos actos reforzaban los vínculos entre vivos y muertos. Desde la arqueología, estas prácticas de manipulación han sido interpretadas como estrategias de afirmación identitaria ante nuevas dinámicas sociales, donde el tratamiento ritual del cuerpo y sus restos funcionaba como símbolo y espacio de acción cultural (Martínez; Flensburg; Bayala, 2012).

El primer indicador arqueológico remite a la alteración de los contextos funerarios. En la mayoría de los sitios, estos espacios muestran modificaciones de diversa magnitud que transformaron su configuración original. Muchas de estas alteraciones habrían contribuido a la pérdida de integridad, disociación anatómica,

dispersión y fragmentación de los restos óseos. Estas transformaciones responden a diversos factores; de los cuales uno de los más citados en la literatura es la perturbación causada por el ingreso de nuevos entierros, que modificaron la disposición original de los restos previamente depositados (Cabrera Pérez; Marozzi, 2001; Femenías *et al.*, 1990; Moreno; Figueiro; Sans, 2014; Schmitz *et al.*, 2006). A esto se suman alteraciones producto de actividades no funerarias, como el uso, mantenimiento y remodelación de las estructuras monticulares (Bracco *et al.*, 2020; Gianotti, 2015; Iriarte, 2003), los procesos tafonómicos como la bioturbación (Gianotti; López Mazz, 2009) y la explotación agrícola moderna (Cabrera Pérez *et al.*, 2000, p. 187). Estas intervenciones no solo modificaron los contextos funerarios originales, sino que también habrían intensificado la fragmentación, disociación y dispersión de los restos. Este efecto resultaría especialmente notorio en contextos donde existieron prácticas de descarte intencionales previas al entierro (Capdepon, 2004; Pintos Blanco; Bracco, 1999).

La interacción de estos factores plantea el desafío metodológico de poder distinguir en el registro arqueológico las evidencias de procesos postdeposicionales de aquellas resultantes de intervenciones rituales intencionales vinculadas al ceremonial funerario. En algunos casos, éstas últimas habrían quedado parcial o totalmente enmascaradas por nuevas inhumaciones u otros eventos posteriores, lo que dificulta la identificación. Diversos investigadores han reconocido expresamente esta problemática, aunque sin enmarcarla dentro de la interpretación que aquí se plantea. Bracco (2006, p. 516) destaca la dificultad de diferenciar entre lo que se ha clasificado como “entierros parciales” y los contextos alterados. Figueiro (2004) señala las ambigüedades inherentes a los criterios de clasificación funeraria y la dificultad de determinar con precisión –para “entierros secundarios parciales” o “indeterminados”– si responden a procesos naturales o a prácticas culturales. El trabajo reconoce la influencia de factores postdeposicionales en la configuración de los conjuntos y también establece eventos de manipulación de los restos. En esta línea, Gianotti y López Mazz (2009, p. 171) señalan que la dispersión y la incompletitud ósea observadas en algunos contextos, atribuibles a agentes tafonómicos como la bioturbación, no pueden explicarse únicamente por estas causas y sugieren la intervención de prácticas humanas previas. De forma similar, Capdepon (2004, p. 17) argumenta que la ausencia sistemática de ciertos elementos óseos en contextos funerarios no se debe solo a diferencias en la preservación vinculadas a la densidad mineral, sino también a decisiones selectivas durante el tratamiento de los restos. En este marco, distinguir entre alteraciones naturales y manipulaciones rituales intencionales representa un desafío metodológico aún sin resolver. Los criterios para diferenciar ambas situaciones pueden ser ambiguos o insuficientes, especialmente cuando las evidencias se encuentran parcial o completamente enmascaradas.

El segundo indicador es la presencia y disposición de bloques líticos sobre o alrededor de las sepulturas, ampliamente documentado en estos contextos (Cabrera Pérez *et al.*, 2000; Femenías *et al.*, 1990; Gianotti; López Mazz, 2009; Iriarte, 2003; Maeso Tognochi, 1977). Este aspecto sugiere una intención deliberada de señalar y preservar estos espacios dentro del paisaje social, expresando la memoria asociada a los lugares de entierro. Esta práctica es consistente con rituales orientados a la recuperación de restos como parte del ciclo funerario.

El tercer indicador proviene del registro bioarqueológico, que documenta evidencias de manipulación humana tanto en contextos *perimortem* como *postmortem*. Estas intervenciones se observan en restos clasificados como “conjuntos secundarios”, “paquetes funerarios” o “indeterminados” y se manifiestan en incisiones y raspados, fracturas intencionales y alteraciones térmicas de piezas óseas. Estas huellas han sido

interpretadas como resultado de diversas prácticas. En algunos casos, el descarne, desmembramiento o desarticulación se entiende como acciones realizadas en el contexto de entierros secundarios, orientadas a facilitar el proceso de descomposición (Capdepon, 2004; Pintos Blanco; Bracco, 1999). En otros casos, la interpretación es más ambigua. Marcas de corte y raspado en cráneos han sido atribuidas tanto a procesos de limpieza ósea vinculados al descarne en entierros secundarios como a actos de violencia asociados con la extirpación del cuero cabelludo (Pintos Blanco; Bracco, 1999, p. 95). En estos últimos casos se ha sugerido además que podrían tratarse de formas de mutilación anatómica vinculadas a prácticas de antropofagia. En otros conjuntos óseos, restos humanos secundarios dispersos –con marcas de corte y alteraciones térmicas– hallados junto a restos faunísticos han sido interpretados como evidencias de violencia interpersonal y manifestaciones de antropofagia (Gianotti; López Mazz, 2009; Moreno, 2003; Pintos Blanco; Bracco, 1999). Sin embargo, en otros contextos similares, donde también se registran fragmentos óseos humanos dispersos, con marcas de corte y señales de exposición al calor, asociados a restos arqueofaunísticos, no se ha adoptado esta interpretación (Moreno; Figueiro; Sans, 2014, p. 71).

Las discrepancias interpretativas ponen en entredicho la solidez empírica de algunas inferencias y reflejan la necesidad de revisar la evidencia. Las afirmaciones sobre la antropofagia parecen carecer de un respaldo concluyente. Las leves alteraciones térmicas, por ejemplo, deben interpretarse dentro de marcos tafonómicos amplios, considerando la diversidad de actividades humanas desarrolladas en los sitios (Bracco *et al.*, 2020; Gianotti, 2015; Iriarte, 2003) y no asumirse automáticamente como evidencia de antropofagia. Por otra parte, estudios tafonómicos sobre funebria advierten que muchas de las marcas sobre conjuntos óseos atribuidas a prácticas de antropofagia podrían responder, entre otros factores, a rituales funerarios, con descarne y desmembramiento en la preparación de entierros (Knüsel; Robb, 2016). En este punto, cabe recordar que las fuentes históricas regionales mencionan acciones destinadas a acelerar la descomposición del cuerpo (Falkner, 1774) o a facilitar el traslado de los restos hacia los cementerios (Dobrizhoffer, [1784]/1822; Paucke, 2010), pero no al consumo de carne humana. Marcas *postmortem* relacionadas a la remoción de tejidos blandos o limpieza del periostio parecen relacionarse directamente con la preparación para embalaje de los restos. Un caso ilustrativo de estos aspectos es el individuo LI-III-2 del sitio Rincón de los Indios, clasificado como “paquete funerario”. Su esqueleto presenta marcas de descarne en costillas y huesos largos, así como la posible aplicación intencional de pigmentos rojos⁶ (Gianotti; López Mazz, 2009, p. 172).

La representación de paquetes funerarios en el registro arqueológico es limitada, incluso considerando los casos asociados al uso de urnas vinculadas a la tradición tupí-guaraní, que responden a lógicas culturales distintas. Esta baja frecuencia sugiere que,

⁶ El individuo fue extraído en un bloque de tierra y analizado años después en laboratorio mediante un estudio bioantropológico (Azziz, 2013). A diferencia de lo registrado en campo, no se hallaron restos de ocre ni marcas de corte en los huesos, posiblemente debido a las condiciones de preservación de los restos óseos. En el sitio, además, junto a otros entierros, se identificaron residuos de ocre en el sedimento y fragmentos de ocre con incisiones y raspados. El uso de ocre también se documentó como parte del ajuar de entierros en el montículo B de los sitios CH1D01 (Femenías *et al.*, 1990) y Cráneo Marcado (Capdepon, 2004). En Guardia del Monte, en tanto, su presencia se asoció a prácticas ceremoniales, aunque sin relación directa con entierros (Pintos Blanco; Capdepon, 2001).

una vez confeccionados, los paquetes habrían sido trasladados como parte del ceremonial funerario, incluyéndose en los depósitos sólo como entierros transitorios. Algunos de estos paquetes contienen restos de más de un individuo (Femenías; Sans; Portas, 1995/1996; Sans *et al.*, 1997), lo que indica una selección de partes anatómicas durante su preparación. En términos generales, los paquetes muestran una subrepresentación de falanges, metacarpos y metatarsos, y una preferencia por huesos largos y planos, especialmente cráneos o fragmentos de cráneos, lo que sugiere criterios específicos de selección, posiblemente asociados a su carga simbólica o facilidad de manipulación. El traslado de estos paquetes constituiría la fase final del ciclo funerario.

La configuración de un paisaje social

Durante las fases tardías de la manifestación arqueológica, las estructuras monticulares adquirieron un papel central al incorporar en algunos casos prácticas de inhumación que, según las cronologías disponibles (Tabla 1), se mantuvieron hasta el período colonial. El registro arqueológico también documenta entierros asociados a materiales culturales de origen europeo en sus contextos funerarios (Cabrera Pérez, 2005; Pintos Blanco; Capdepon, 2001), así como individuos con perfiles moleculares compatibles, en principio, con una posible ascendencia mestiza europea (Cabrera Pérez *et al.*, 2014). Estos elementos sugieren la continuidad del uso funerario de ciertos montículos durante momentos históricos corroborado por otras dataciones que confirman la utilización de los montículos durante el período colonial (Bracco, 2006, p. 526-527). A partir de información proveniente de fuentes documentales, se ha planteado la posible continuidad entre estos grupos prehispánicos y las parcialidades históricas *minuanas* (Becker, 1982) o *guenoa-minuanas* (Bracco, 2004; López Mazz; Bracco, 2010). Esta hipótesis se ve fortalecida por la persistencia de lógicas sociales en la manera de concebir y habitar el territorio, y por modalidades de control del espacio y de circulación registradas durante el período colonial (Erbig, 2015).

En este contexto, y de manera independiente al registro arqueológico, las fuentes históricas dan cuenta de una estrecha relación entre los pueblos indígenas históricos y estructuras de piedra –como *cairnes* y *vichaderos*– ubicadas en cerros y serranías del norte y este de Uruguay y del sur de Brasil. La localización recurrente de estas estructuras en elevaciones o puntos prominentes del paisaje sugiere una lógica cultural que atribuía a estos sitios significados específicos. En particular, las fuentes destacan el uso ritual y ceremonial de estos espacios dentro del entramado social, asociando tanto las estructuras como su emplazamiento con prácticas chamánicas y rituales de duelo (Azara, 1809; Nussdorffer, [1752] *apud* Furlong Cardiff, 1936; Vilardebó, 1963). Las fuentes también indican que estas estructuras habrían desempeñado un rol ceremonial y funerario. Padres jesuitas mencionan explícitamente la existencia de lugares consagrados como cementerios comunales, hacia los cuales eran trasladados los restos de los *guenoa-minuanos* fallecidos “*de muchas leguas lejos para enterrarlos*” (Nussdorffer, [1752] *apud* Furlong Cardiff, 1936, p. 80). El comportamiento de traslado de los “*huesos de los parientes difuntos*” fue también registrado por otros misioneros jesuitas en referencia a estos grupos (Xarque, 1687) y a los *charrúas* (Lozano, [ca. 1745]/1873).

Integrantes de la Segunda Partida Demarcatoria de Límites que recorrieron estos territorios registraron la presencia de varios sepulcros indígenas de piedra en las sierras del noreste de Uruguay (Alvear, [1784]/1837; Oyárvide, [1784-1785]/1865; Varela y Ulloa, 1920) y del sur de Río Grande (Saldanha, 1938). Varela y Ulloa, comisario principal de las partidas españolas, identificó expresamente estas estructuras como “*sepulcros de*

indios minuanes" (Varela y Ulloa, 1920, p. 316). En otros casos, se emplearon términos más generales como "*sepulcros de la Gentilidad India*" (Alvear, [1784]/1837, p.314), de los "*Tapes, ou Minuanos*" (Saldanha, 1938, p. 183), o de los "*indios Tápes, habitantes de este país*" (Oyárvide, [1784-1785]/1865, p. 312). El uso de piedras en las sepulturas fue mencionado repetidamente como una práctica funeraria en diversas fuentes documentales (Díaz, [ca. 1812] *apud* Figueira, 1977), incluso desde épocas tempranas (Xarque, 1687).

El registro arqueológico de Uruguay no presenta evidencia de inhumaciones en estructuras de piedra ubicadas en puntos prominentes del paisaje, como en los chenques de la Pampa-Patagonia argentina. Sin embargo, se ha documentado el uso de estructuras de tipo *cairne* en la región hasta los inicios del período histórico (Sotelo, 2018, p. 338). Los antecedentes arqueológicos y la documentación histórica evidencian la simultaneidad entre las últimas inhumaciones asociadas a los "constructores de cerritos" y el uso de estas estructuras. Estos elementos permiten plantear la hipótesis de que algunas construcciones de tipo *cairne* hayan podido formar parte de esquemas funerarios tardíos, vinculados a prácticas de recuperación y traslado de restos óseos humanos, como sugieren diversas fuentes históricas locales y regionales.

En este sentido, el espacio físico, también entendido como paisaje social, se vincula con la construcción cultural de usos compartidos, sostenida en múltiples dimensiones. Las prácticas rituales y narrativas espirituales constituyen formas específicas de relación con el entorno. El cierre del ceremonial funerario, mediante la deposición de restos en *cairnes*, pudo haber representado una de estas prácticas, consolidando con el tiempo ciertos lugares como nodos simbólicos, sociales y territoriales. La materialidad de estas estructuras habría funcionado como referente en el paisaje social, transmitiendo códigos culturales y legitimando formas particulares de apropiación y organización del espacio. Estos procesos habrían contribuido a consolidar ciertos espacios geográficos como entidades sociales, posiblemente al favorecer y legitimar el acceso y control de recursos. El modo en que los *guenoa-minuanos* ejercieron el control territorial refleja la persistencia de lógicas tradicionales en la concepción y uso del espacio, sugiriendo una continuidad en los modos de habitar y significar el paisaje desde antes del período colonial.

CONSIDERACIONES FINALES

Este trabajo plantea una reinterpretación de los contextos funerarios asociados a los "constructores de cerritos", con énfasis en sus dimensiones ritual-ceremonial y territorial. La variabilidad de las prácticas mortuorias identificadas, junto con los desafíos metodológicos que implica su análisis, evidencia la necesidad de revisar los enfoques aplicados a la clasificación de agrupaciones óseas secundarias incompletas, así como de restos aislados o dispersos. Se propone que estos elementos, habitualmente entendidos como expresión de prácticas culturales diversas, podrían resultar de intervenciones rituales deliberadas dentro de un ciclo funerario más amplio. La revisión del registro arqueológico y bioarqueológico, complementada con fuentes históricas de la Cuenca del Plata, indicaría la existencia de prácticas de manipulación *postmortem* orientadas al posible traslado de restos hacia lugares específicos de deposición final. Esta perspectiva desplaza el foco desde las diferencias formales entre los conjuntos óseos hacia los procesos sociales y rituales que los configuraron, y ofrece una clave interpretativa más sólida para comprender restos incompletos, alterados o dispersos en estos contextos.

El análisis también aporta elementos para reconsiderar, desde otras perspectivas, la continuidad histórica entre los grupos "constructores de cerritos" del Holoceno tardío final y las parcialidades étnicas *guenoa-minuanas*. En este marco, la articulación entre prácticas rituales y paisaje funerario adquiere un rol central. A partir de la documentación

histórica, se propone una interpretación que vincula estrechamente la presencia de estructuras de piedra (*cairnes*) con contextos de deposición secundaria, entendiéndolos como elementos integrados en el ciclo ceremonial. Estos espacios habrían funcionado como nodos de memoria colectiva, en que la inscripción de significados en el paisaje reforzaba los vínculos identitarios y legitimaba la ocupación territorial. En este sentido, la lógica funeraria habría desempeñado un papel activo en la consolidación de relaciones de pertenencia y en la construcción de una relación histórica con los territorios habitados.

En síntesis, la estrategia metodológica adoptada, basada en la articulación de distintas escalas de análisis y fuentes de evidencia, permitió abordar de manera más integral y contextualizada la complejidad del fenómeno funerario. Este estudio establece vínculos interpretativos entre fenómenos arqueológicos que han sido analizados de forma independiente dentro del proceso (pre)histórico regional. Si bien las evidencias disponibles son fragmentarias, las hipótesis propuestas abren nuevas líneas para explorar las dinámicas socioculturales de largo plazo y repensar las trayectorias de las poblaciones históricas locales. Estas interpretaciones deberán ser contrastadas en el futuro con datos adicionales que permitan su validación o revisión.

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a nuestra colega Carla Bica (FHCE, Udelar) por la lectura del manuscrito original y sus valiosas sugerencias, a Cristina Cancela por la elaboración de la Figura 1 y a los dos revisores anónimos por sus comentarios constructivos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA Y LARA, Eduardo. *La guerra de los Charrúas en la Banda Oriental*. Montevideo: Cruz del Sur, 2006.
- ALVEAR, Diego de. Diario de la segunda división de límites al mando de D. Diego de Alvear con la descripción de su viaje desde Buenos-Aires... In: ANGELIS, Pedro de (ed.). *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata, tomo VI*. Buenos Aires: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1837. Trabajo original publicado en 1784.
- ARAÚJO, Orestes. *Diccionario geográfico del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Artística, de Dornaleche y Reyes, 1900.
- AZARA, Félix de. *Voyages dans l'Amérique Méridionale*. París: Dentu, Imprimeur-Libraire, 1809. Tome 2.
- AZARA, Félix de. *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*. Madrid: Editorial Bajel, 1847.
- AZZIZ, Natalia. Análisis de un enterramiento secundario de la excavación III, Rincón de los Indios (Rocha). *Anuario de Arqueología* 2013, v. 3, p. 120-147, 2014.
- BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, n. 29, 1976.
- BECKER, Ítala Irene Basile. *Os índios Charruas e Minuanos na antiga Banda Oriental do Uruguai*. 1982. Disertación (Maestría de Arqueología) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.
- BERÓN, Mónica; LUNA, Leandro. Modalidades de entierro en el sitio Chenque I. Diversidad y complejidad de los patrones mortuorios de los cazadores-recolectores pampéanos. In: BAYÓN, Cristina; GONZÁLEZ, María Isabel; FLEGENHEIMER, Nora; PUPIO, María Alejandra;

- FRÉRE, María Magdalena (org.). *Arqueología en las Pampas*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2007. p. 129-142.
- BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes: interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.
- BRACCO, Diego; LÓPEZ MAZZ, José María. ¿Sepulturas de charrúas en la Sierra del Arbolito? Aproximación desde la Historia y la Arqueología a partir de un plano de 1834 que las señala en la República Oriental del Uruguay. *Memoria Americana*, v. 29, n. 2, p. 148-170, 2021.
- BRACCO, Roberto. Montículos de la Cuenca de la Laguna Merín: Tiempo, espacio y sociedad. *Latin American Antiquity*, v. 17, n. 2, p. 217-233, 2006.
- BRACCO, Roberto; DUARTE, Christopher; GUTIÉRREZ, Ofelia; TASSANO, Marcos; NORBIS, Walter; PANARIO, Daniel. El fuego en los procesos constructivos de los montículos del sur de la cuenca de la Laguna Merín (Uruguay): Un aporte de la datación por luminiscencia (OSL/TL). *Latin American Antiquity*, v. 31, n. 3, p. 498-516, 2020.
- BRITO DEL PINO, José. *Diario de la Guerra del Brasil (agosto de 1825 - noviembre de 1828)*. Montevideo: Talleres Gráficos, 1956.
- CABRERA PÉREZ, Leonel. Entre la arqueología y la historia: reflexiones sobre el pasado indígena de las “tierras bajas” del sur de Brasil y este uruguayo. *Tessituras*, v. 4, n. 1, p. 208-233, 2016.
- CABRERA PÉREZ, Leonel. Funebria y sociedad entre los “Constructores de Cerritos” del este uruguayo. In: SANS, Mónica; LÓPEZ MAZZ, José (ed.). *Arqueología y bioantropología de las tierras bajas*. Montevideo: FHCE, 1999. p. 63-80.
- CABRERA PÉREZ, Leonel. Los niveles de desarrollo sociocultural alcanzados por los constructores de cerritos del este de Uruguay. In: DURÁN, Alicia; BRACCO, Roberto (ed.). *Arqueología de las tierras bajas*. Montevideo: Imprenta Americana, 2000. p. 169-182.
- CABRERA PÉREZ, Leonel. Patrimonio y arqueología en el sur de Brasil y región este del Uruguay: Los cerritos de indios. *Saldvie*, v. 5, p. 221-254, 2005.
- CABRERA PÉREZ, Leonel; MAROZZI, Óscar. Las áreas domésticas de los constructores de cerritos: El sitio CG14E01. In: *Arqueología uruguaya hacia el fin del milenio: IX Congreso de Arqueología Uruguaya*. Montevideo: Gráficos del Sur, 2001. Tomo I. p. 55-68.
- CABRERA PÉREZ, Leonel; DURÁN, Alicia; FEMENÍAS, José; MAROZZI, Óscar. Investigaciones arqueológicas en el sitio CG14E01 (“Isla Larga”), Sierra de San Miguel, Depto. Rocha, Uruguay. In: DURÁN, Alicia; BRACCO, Roberto (ed.) *Arqueología de las tierras bajas*. Montevideo: Imprenta Americana, 2000. p. 183-194.
- CABRERA PÉREZ, Leonel; LUSIARDO, Alicia; FIGUEIRO, Gonzalo; SANS, Mónica. Señales de muerte violenta en un enterramiento en el montículo en el este de Uruguay. In: LÓPEZ-MAZZ, José; BERÓN, Mónica (ed.) *Indicadores arqueológicos de violencia, guerra y conflicto en Sudamérica*. Montevideo: CSIC, Universidad de la República, 2014. p. 37-56.
- CAPDEPONT, Irina. Presencia y ausencia de restos óseos humanos en la cuenca de la Laguna de Castillos, región este del Uruguay. In: BEOVIDE, Laura; BARRETO, Isabel; CURBELO, Carmen (ed.) *X Congreso Uruguayo de Arqueología: La arqueología uruguaya ante los desafíos del nuevo siglo*. Asociación Uruguaya de Arqueología, 2004. p. 1-26.
- CASTRO, Juan Carlos; DEL PAPA, Mariano Carlos. La estructura del registro bioarqueológico del río Uruguay inferior: Análisis de la colección osteológica humana del Museo Arqueológico Manuel Almeida (Gualedaychú, Entre Ríos). *Intersecciones en Antropología*, v. 16, n. 1, p. 195-205, 2015.

- CHANCA, Ingrid; BORGES, Caroline; COLONESE, André Carlo; MACARIO, Kita; TOSO, Alice; FONTANALS-COLL, Maria; DOS ANJOS, Roberto; MUNIZ, Marcelo; PEREIRA, Renan; TALAMO, Sahra; MILHEIRA, Rafael Guedes. Food and diet of the pre-Columbian mound builders of the Patos Lagoon region in southern Brazil with stable isotope analysis. *Journal of Archaeological Science*, v. 133, 2021.
- CORTELETTI, Rafael (ed.). *Paisagens Jê: uma arqueologia sobre povos indígenas do sul do Brasil*. Florianópolis: Habitus, 2024.
- DARWIN, Charles. Journal and remarks. 1832-1836. Voyages of the Adventure and Beagle. In: *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's ships adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836, describing their examination of South America, and the Beagle's circumnavigation of the globe*. London: Henry Colburn, 1839. v. 3.
- DEL PUERTO, Laura. *Interrelaciones humano-ambientales durante el Holoceno tardío en el este del Uruguay: cambio climático y dinámica cultural*. 2015. Tesis (Doctorado en Ciencias Biología) – Universidad de la República, Montevideo, 2015.
- DOBRIZHOFER, Martin. *An account of the Abipones, an equestrian people of Paraguay*. London: John Murray, 1822. v. 3. Trabalho original publicado em 1784.
- ERBIG, Jeffrey. *Imperial lines, Indigenous lands: Transforming territorialities of the Río de la Plata, 1680-1805*. 2015. Tesis (Doctorado en Historia) – University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, 2015.
- ERCHINI, Carina. Prácticas funerarias en Salto Grande. *Anuario de Arqueología* 2018, v. 8, p. 158-189. 2018.
- FALKNER, Thomas. *A description of Patagonia, and the adjoining parts of South America: containing an account of the soil, produce, animals, vales, mountains, rivers, lakes, &c. of those countries; the religion, government, policy, customs, dress, arms, and language of the Indian inhabitants; and some particulars relating to Falkland's Islands*. Hereford: C. Pugh para T. Lewis, 1774.
- FEMENÍAS, José; SANS, Mónica; PORTAS, Mónica. Enterramientos humanos en el montículo CH2DO1, Departamento de Rocha, Uruguay. *Coleção Arqueologia*, v. 1, n. 1, p. 518-593, 1995/1996.
- FEMENÍAS, José; LÓPEZ MAZZ, José; BRACCO, Roberto; CABRERA, Leonel; CURBELO, Carmen; FUSCO, Nelsys; MARTÍNEZ, Elianne. Tipos de enterramiento en estructuras monticulares ("cerritos") en la región de la Cuenca de la Laguna Merín (ROU). *Revista do CEPA*, v. 17, n. 20, p. 345-355, 1990.
- FIGUEIRA, José Henriques. Los primitivos habitantes de Uruguay. In: *El Uruguay en la Exposición Histórico-Americana de Madrid: Memoria de los trabajos realizados por la Comisión Nacional encargada de organizar los elementos de concurrencia*. Montevideo: Dornaleche y Reyes, 1892. p. 121-229.
- FIGUEIRA, José Joaquín. Eduardo Acevedo Díaz y los aborígenes del Uruguay (Conclusión). *Boletín Histórico del Ejército*, n. 193-196, p. 241-618, 1977.
- FIGUEIRO, Gonzalo. Aproximación a los entierros parciales del este uruguayo. In: BEOVIDE, Laura; BARRETO, Isabel; CURBELO, Carmen (ed.). *X Congreso Uruguayo de Arqueología: La arqueología uruguaya ante los desafíos del nuevo siglo*. Asociación Uruguaya de Arqueología, 2004. p. 1-28.
- FIGUEIRO, Gonzalo. Bioarqueología en el Uruguay: situación actual y perspectivas futuras. In: LUNA, Leandro H.; ARANDA, Claudia M.; SUBY, Jorge A. (ed.). *Avances en bioarqueología: estudios de casos en Sudamérica*. Buenos Aires: Grupo de Investigación en Bioarqueología, 2014. p. 47-68.

- FIGUEIRO, Gonzalo. Comunicación personal [conversación]. 23 de abril de 2025.
- FIGUEIRO, Gonzalo; SANS, Mónica. Determinación de sexo y proporciones sexuales en restos prehistóricos del Uruguay. *Colección Avances de Investigación*, v. 1, p. 1-22, 2011.
- FIGUEIRO, Gonzalo; MELGAR, Macarena. Apuntes para una bioarqueología de la infancia en Uruguay. *Comechingonia: Revista de Arqueología*, v. 29, n. 1, 2025.
- FIGUEIRO, Gonzalo; CABRERA PÉREZ, Leonel; LINDO, John; MALLOTT, Elizabeth K.; OWINGS, Amanda; MALHI, Ripan S.; SANS, Mónica. Análisis del genoma mitocondrial de dos individuos inhumados en el sitio arqueológico CG14E01 “Isla Larga” (Rocha, Uruguay). *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 19, n. 1, p. 17-33, 2017.
- FURLONG CARDIFF, Guillermo. *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1936.
- GAZZÁN, Nicolás; CANCELA-CEREIJO, Cristina; GIANOTTI, Camila; FÁBREGA-ÁLVAREZ, Pastor; DEL PUERTO, Laura; CRIADO-BOADO, Felipe. From mounds to villages: The social construction of the landscape during the Middle and Late Holocene in the India Muerta lowlands, Uruguay. *Land*, v. 11, n. 3, p. 441, 2022.
- GIANOTTI, Camila. *Paisajes sociales, monumentalidad y territorio en las tierras bajas de Uruguay*. Tesis (Doctorado en Geografía e Historia) – Faculdade de Xeografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago, 2015.
- GIANOTTI, Camila; LÓPEZ MAZZ, José. Prácticas mortuorias en la localidad arqueológica Rincón de los Indios, Rocha, Uruguay. In: LÓPEZ MAZZ, José; GASCUE, Andrés (org.). *Arqueología prehistórica uruguaya en el siglo XXI*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 2009. p. 151-196.
- GIANOTTI, Camila; DEL PUERTO, Laura; COURTOISIE, Lucía; ALDABE, Joaquín; FAGÚNDEZ, César; ORREGO, Beatriz; CANCELA, Cristina; GAZZÁN, Nicolás; TORTOSA, Joaquín; REBOULAZ, Rodolfo; QUEVEDO, Mónica; RAMOS, Maira; LARRALDE, Piero. Creating a collaborative management framework for the conservation of an Indigenous mounds’ landscape in the wetlands of India Muerta (Uruguay): State of the art and future perspectives. In: COLONESE, André Carlo; MILHEIRA, Rafael Guedes (ed.). *Historical ecology and landscape archaeology in lowland South America*. Cham: Springer, 2023. p. 21-50.
- GRANADA, Daniel. *Vocabulario rioplatense razonado*. 2. ed. Montevideo: Imprenta Rural, 1890.
- HOGG, Alan; HEATON, Timothy; HUA, Quan; PALMER, Jonathan; TURNEY, Chris; SOUTHON, John; BAYLISS, Alex; BLACKWELL, Paul G.; BOSWIJK, Gretel; RAMSEY, Christopher Bronk; PEARSON, Charlotte; PETCHEY, Fiona; REIMER, Paula; REIMER, Ron; WACKER, Lukas. SHCal20 Southern Hemisphere calibration, 0-55,000 years cal BP. *Radiocarbon*, v. 62, n. 4, p. 759-778, 2020.
- IRIARTE, José. *Mid-Holocene emergent complexity and landscape transformation: The social construction of early Formative communities in Uruguay, La Plata Basin*. 2003. Tesis (Doctorado en Arqueología) – University of Kentucky, Lexington, 2003.
- IRIARTE, José. Landscape transformation, mounded villages and adopted cultigens: the rise of early Formative communities in south-eastern Uruguay. *World Archaeology*, v. 38, n. 4, p. 644-663, 2006.
- J. Y. Comissão Científica Espanhola. [Correspondência] para “La Reforma Pacífica” Pan de Azúcar, 31 de diciembre de 1862. *La Reforma Pacífica*, Segunda Época, Año VI, n. 1294, 6 enero. 1863.

- KNÜSEL, Christopher J.; ROBB, John. Funerary taphonomy: An overview of goals and methods. *Journal of Archaeological Science: Reports*, v. 10, p. 655-673, 2016.
- LEVINTON, Norberto. Guaraníes y charrúas: Una frontera exclusivista-inclusivista. *Revista de História Regional*, v. 14, n. 1, p. 49-75, 2009.
- LÓPEZ MAZZ, José. Aproximación a la génesis y desarrollo de los cerritos. In: *Ediciones del Quinto Centenario*. Montevideo: Universidad de la República, 1992. p. 76-96.
- LÓPEZ MAZZ, José; CASTIÑEIRA, Carola. Estructura de sitio y patrón de asentamiento en la Laguna Negra (Depto. de Rocha). In: CONGRESO DE ARQUEOLOGÍA URUGUAYA, 9., Montevideo, 2001. *Anais [...]*. Montevideo: Gráficos del Sur, 2001. Tomo I. p. 147-161.
- LÓPEZ MAZZ, José; BRACCO, Diego. *Minuanos*: apuntes y notas para la historia y la arqueología del territorio guenoa-minuan (indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil). Montevideo: Linardi y Risso, 2010.
- LÓPEZ MAZZ, José; MORENO, Federica. El cambio social en la prehistoria de las tierras bajas del este de Uruguay: la visibilidad arqueológica del conflicto. In: LÓPEZ MAZZ, José; BERÓN, Mónica (org.). *Indicadores arqueológicos de violencia, guerra y conflicto en Sudamérica*. Montevideo: Biblioteca Plural, 2014. p. 19-35.
- LÓPEZ MAZZ, José; MORENO, Federica; MACHADO, Alfonso; ALONSO, Natalia; PIÑA, Ramiro. Cambio ambiental, respuesta humana y emergencia de complejidad cultural: primeros resultados de la investigación en la localidad arqueológica de La Viuda (Bañado de India Muerta, Rocha, Uruguay). *Arqueología*, v. 28, n. 2, 2022.
- LOS CAIRNES de Tacuarembó. *El Noticioso*, año II, n. 102, 11 set. 1898.
- LOZANO, Pedro. *Diario de un viaje a la costa de la mar magallánica en 1745, desde Buenos Aires hasta el Estrecho de Magallanes; formado sobre las observaciones de los PP. Cardiel y Quiroga*. [ca. 1745] Buenos Aires: Imprenta del Estado: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1836. Publicado originalmente em 1745.
- LOZANO, Pedro. *Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*. [ca. 1745] 1873. Buenos Aires: Imprenta Popular, 1873. Tomo I. Publicado originalmente em 1745.
- MAESO TOGNOCHI, Carlos. *Investigaciones arqueológicas*. Montevideo: Imprenta Don Bosco, 1977.
- MAROZZI, Óscar. Espacios sagrados, lugares persistentes: ritualidad y prácticas mortuorias en los grupos guenoa-minuán. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGÍA DE LA CUENCA DEL PLATA, 2., San José de Mayo, 7-11 abr. 2014. *Anais [...]*. Uruguay: SAB, 2014.
- MARTÍNEZ, Gustavo; FLENSBORG, Gustavo; BAYALA, Pablo D. Human corpse manipulation and the body as symbol: a case study from the Eastern Pampa-Patagonia transition (Argentina) during the Final Late Holocene. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 31, n. 2, p. 215-226, 2012.
- MARTÍNEZ, Gustavo; BAYALA, Pablo; FLENSBORG, Gustavo; LÓPEZ, Roberto. Análisis preliminar de los entierros humanos del sitio Paso Alsina 1 (Partido de Patagones, Provincia de Buenos Aires). *Intersecciones en Antropología*, n. 7, p. 95-108, 2006.
- MAZZANTI, Diana Leonis. *Arqueología de las relaciones interétnicas posconquista en las sierras de Tandilia*. 2007. Tesis (Doctorado en Arqueología) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2007.
- MILHEIRA, Rafael Guedes; FERREIRA, Gabrielle Reis. Bioarqueología dos cerritos do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 40, p. 189-214, 2023.

- MORENO, Francisco. *Viaje á la Patagonia Austral emprendido bajo los auspicios del Gobierno Nacional 1876-1877*. Buenos Aires: Imprenta de La Nación, 1879. Tomo I.
- MORENO, Federica. *Análisis arqueofaunístico del sitio Rincón de los Indios*. 2003. Monografía (Licenciatura en Ciencias Antropológicas) – Universidad de la República, Montevideo, 2003.
- MORENO, Federica; FIGUEIRO, Gonzalo; SANS, Mónica. Huesos mezclados: restos humanos de subadultos en el conjunto arqueofaunístico de un sitio prehistórico en el este de Uruguay. *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 16, n. 2, p. 65-78, 2014.
- MUÑO, José. Los primitivos pobladores del Este. *Anales del Museo de Historia Natural*, 2. serie, v. 6, n. 4, p. 1-36, 1954.
- MUSTERS, George Chaworth. *Vida entre patagones: un año de excursiones por tierras no frecuentadas, desde el Estrecho de Magallanes hasta el Río Negro*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1964. Trabajo original publicado en 1871.
- MUT, Patricia. Paleodietas de los pobladores prehistóricos del este del Uruguay: un retrato isotópico. *Anuario de Arqueología* 2015, p. 147-178, 2015.
- MUT, Patricia; BRACCO, Roberto. Dieta de los constructores de montículos del este de Uruguay, una aproximación biogeoquímica. *Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos*, v. 7, n. 1, p. 11-29, 2022.
- NAUE, Guilherme. Dados sobre o estudo de cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS-71-73. *Veritas*, v. 1, p. 1-24, 1973.
- OYÁRVIDE, Andrés. Memoria geográfica de los viajes practicados desde Buenos Aires hasta el Salto Grande del Paraná por las primeras y segundas partidas de demarcación de límites en la América meridional. In: CALVO, Carlos (org.). *Colección histórica completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos y políticos de todos los estados comprendidos entre el Golfo de Méjico y el Cabo de Hornos*. Bensazon, 1865. Tomo VII. p. 1-352. Trabajos originales publicados entre 1784 e 1785.
- PAUCKE, Florian. *Hacia allá y para acá (memorias)*. Santa Fe: Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, 2010.
- PINTOS BLANCO, Sebastián. Túmulos, caciques y otras historias. Cazadores recolectores complejos en la cuenca de la Laguna de Castillos, Uruguay. *Complutum*, v. 10, p. 213-226, 1999.
- PINTOS BLANCO, Sebastián; BRACCO, Roberto. Modalidades de enterramiento y huellas de origen antrópico en especímenes óseos humanos: Tierras bajas del este del Uruguay (R.O.U.). In: SANS, Mónica; LÓPEZ MAZZ, José (ed.). *Arqueología y bioantropología de las tierras bajas*. Montevideo: FHCE, 1999, p. 81-106.
- PINTOS BLANCO, Sebastián; CAPDEPONT, Irina. Arqueología en la cuenca de la Laguna de Castillos: Apuntes sobre complejidad cultural en sociedades cazadoras-recolectoras del este del Uruguay. *ArqueoWeb: Revista sobre Arqueología en Internet*, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2001.
- PIQUET, J. Tumbas charrúas. *La Razón*, Año V, n. 989, 5 mar. 1882.
- PLISCHUK, Marcos; DESÁNTOLO, Bárbara; GARCÍA MANCUSO, Rocío; CERUTI, Carlos; LAMENZA, Guillermo Nicolás. Entierro secundario múltiple en el Chaco austral: Sitio Pavenhan (Vera, Santa Fe). *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 22, n. 2, p. 1-15, 2020.
- PRIETO, Oscar; ALVAREZ, Alfredo; ARBENOIZ, Gerardo; DE LOS SANTOS, Juan A.; VESIDI, Ángel; SCHMITZ, Pedro Ignacio; BASILE BECKER, Ítala Irene; NAUE, Guilherme. Informe

- preliminar sobre investigaciones arqueológicas en el Departamento de Treinta y Tres, R.O. Uruguay. *Publicações Avulsas*, n. 1, p. 1-69, 1970.
- ROSALLES, Diego de. *História general de el reino de Chile*: Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, [ca. 1674] 1877.
- RIVET, Paul. Les derniers charruas. *Revista de la Sociedad "Amigos de la Arqueología"*, n. 4, p. 5-117, 1930
- SALDANHA, José. Diário resumido, e historico ou relação geographica das marchas e observações astronomicas com algumas notas sobre historia natural, do paiz: Primeira Divizão da demarcação da America Meridional. Campanha 4ª de 1786 para 1787. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. v. 51. p. 164-392.
- SANS, Mónica. Pautas de adaptación en el este del Uruguay a partir de los restos esqueléticos humanos. In: SANS, Mónica; LÓPEZ-MAZZ, José (ed.). *Arqueología y bioantropología de las tierras bajas*. Montevideo: FHCE, 1999. p. 107-126.
- SANS, Mónica; FEMENÍAS, José. Subsistencia, movilidad y organización social en el sitio monticular CH2D01-A (Rocha, Uruguay): inferencias a partir de las pautas de enterramientos y los restos esqueléticos. In: DURÁN, Alicia.; BRACCO, Roberto (ed.). *Arqueología de las Tierras Bajas*. Montevideo: Imprenta Americana, 2000. p. 383-394.
- SANS, Mónica; PORTAS, Mónica. Determinación del sexo en restos esqueléticos: morfología vs. biología molecular. In: *Arqueología uruguaya hacia el fin del milenio*: IX Congreso de Arqueología Uruguaya. Montevideo: Gráficos del Sur, 2001. Tomo I. p. 241-253.
- SANS, Mónica; FIGUEIRO, Gonzalo; HIDALGO, Pedro C. A new mitochondrial C1 lineage from the prehistory of Uruguay: Population genocide, ethnocide and continuity. *Human Biology*, v. 84, n. 3, p. 287-305, 2012.
- SANS, Mónica; FEMENÍAS, José; PORTAS, Mónica; BARRETO, Isabel. Modo de vida de una población prehistórica del Uruguay: una perspectiva socioeconómica. *Estudios de Antropología Biológica*, v. 8, p. 31-46, 1997.
- SANS, Mónica; FIGUEIRO, Gonzalo; HUGHES, Cris E.; LINDO, John; HIDALGO, Pedro C.; MALHI, Ripan. A South American prehistoric mitogenome: context, continuity, and the origin of haplogroup C1d. *PLoS ONE*, v. 10, 2015.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. Acampamentos litorâneos em Içara, SC: um exercício em padrão de assentamento. *CLIO Arqueológica*, n. 11, p. 99-118, 1996.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. Rio Grande: Habilis, 2011.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio; PUHL GOMES, Juliana. Os sepultamentos do sítio de Içara, SC. In: CONGRESO DE ARQUEOLOGÍA URUGUAYA, 9., Montevideo, 2001. *Anais [...]*. Montevideo: Gráficos del Sur, 2001. Tomo I. p. 365-374.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio; GIRELLI, Maribel; ROSA, André O. Pesquisas arqueológicas em Santa Vitória do Palmar, RS. In: *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas: UNISINOS, 1997. p. 1-95.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio; NAUE, Guilherme; BASILE-BECKER, Ítala. Os aterros dos campos do Sul: A tradição Vieira. In: *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas: UNISINOS, 2006. p. 101-124.
- SILVEIRA, Fiorella. *Aproximación a la variabilidad genética en poblaciones prehistóricas del sur y este de Uruguay*. 2024. Disertación (Maestría de Biología) – Universidad de la República, Montevideo, 2024.

- SOLOMITA, Fátima. Los entierros secundarios múltiples en la llanura aluvial del Paraná (Paraná medio e inferior) durante el Holoceno tardío y su correlación con la región pampeana (República Argentina). *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano. Series Especiales*, v. 8, n. 2, p. 278-293, 2020.
- SOTELO, Moira. *Paisajes olvidados en las serranías de Uruguay: Arquitecturas en piedra en la Sierra de Aguirre*. 2018. Tesis (Doctorado en Historia) – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2018.
- STUIVER, Minze; REIMER, Paula J. Extended 14C data base and revised CALIB 3.0 14C age calibration program. *Radiocarbon*, v. 35, n. 1, p. 215-230, 1993.
- ULGUIM, Priscila Ferreira; MILHEIRA, Rafael Guedes. Remanescentes humanos em sítios cerritos no sul do Brasil: uma análise osteológica. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 14, n. 27, p. 529-568, 2017.
- VAN RAAP, María Ramos. Caracterización del registro mortuario de la entidad arqueológica Goya-Malabrigo. In: POLITIS, Gustavo; BONOMO, Mariano (ed.). *Goya-Malabrigo: arqueología de una sociedad indígena del noreste argentino*. Tandil: Editorial UNICEN, 2018. p. 175-199.
- VARELA Y ULLOA, José. *Diario de la primera partida de demarcación de límites entre España y Portugal en América precedido de un estudio sobre las cuestiones de límites entre España y Portugal por Don Jerónimo Becker*. Madrid: Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia en Intervención Militar, 1920.
- VARELA Y ULLOA, José. *Plano topográfico que comprende la costa del mar desde la ensenada de Castillos hasta el Río Grande de Sn. Pedro, el arroyo del Chuy, la Laguna de la Manguera y la de Merín...* Washington, D.C.: Library of Congress, Geography and Map Division, 1789. 1 mapa.
- VILARDEBÓ, Teodoro. *Noticias sobre los charrúas*. Montevideo: Arte Gráfica Covadonga, 1963.
- XARQUE, Francisco. *Insignes misioneros de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Pamplona: Juan Micón Impresor, 1687.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTIGO

AS PEDERNEIRAS E A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO SERIDÓ POTIGUAR A PARTIR DO SÉCULO XVIII – SÃO FERNANDO (RN)

Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva*, Hebert Rogério do Nascimento Coutinho**, Hozana Danize Lopes de Souza***, Kayann Gomes Batista****, Daniel Ribeiro da Silva*****

RESUMO

As pederneiras são objetos líticos encontrados em diferentes sítios arqueológicos históricos no continente americano e frequentemente associadas a armas de fogo. A partir da coleta de pederneiras em contextos de ocupação histórica em três sítios arqueológicos no município de São Fernando (RN), foram realizadas ações de curadoria e análise visando identificar e compreender esses bens arqueológicos em um contexto de ocupação mais amplo que esteja relacionado ao sertão do Seridó. As análises evidenciaram uma variabilidade formal e a correlação com alguns padrões de pederneiras já identificados por outros pesquisadores. Além de reflexões acerca da abordagem sobre as pederneiras no contexto da arqueologia brasileira, caracterizamos os modos de produção e buscamos inferir contextos também ligados ao uso desses implementos.

Palavras-chave: Seridó; Arqueologia; Pederneiras.

* Professor no Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN) e chefe do setor de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo (MCC/UFRN). E-mail: abrahaoanderson@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6106-070X>.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: hrn.coutinho@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0497-1683>.

*** Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional/UFRJ). E-mail: hozanadanize.l@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9032-3070>.

**** Doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: kayannbatista3@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1634-2307>.

***** Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: daniel.daribei.ribeiro74@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8506-2216>.

GUNFLINTS AND HISTORICAL OCCUPATION IN SERIDÓ POTIGUAR DURING THE 18TH CENTURY – SÃO FERNANDO/RN

ABSTRACT

Gunflints are lithic objects discovered in different historical archaeological sites on the American continent, usually related to firearms. Curation and analysis were conducted on a collection of flints found in contexts of historical occupation at three archaeological sites in the middle course of the Piranhas River, located in the territory of the municipality of São Fernando, Seridó region of Rio Grande do Norte. The goal was to identify and understand these archaeological assets within a broader occupation context related to the Seridó *sertão*. The analyses showed formal variability and correlation with some gunflint patterns already identified by other researchers. Thus, in addition to reflecting on the approach to gunflints in the context of Brazilian archaeology, we characterize the modes of production and seek to infer contexts also linked to the use of these implements.

Keywords: Seridó; Archaeology; Gunflint.

LOS PEDERNALES Y LA OCUPACIÓN HISTÓRICA DE SERIDÓ POTIGUAR A PARTIR DEL SIGLO XVIII – SÃO FERNANDO/RIO GRANDE DO NORTE

RESUMEN

Los pedernales son objetos líticos encontrados en diferentes sitios arqueológicos históricos del continente americano y suelen asociarse con armas de fuego. A partir de la recolección de pedernales en contextos de ocupación histórica en tres sitios arqueológicos de São Fernando/Rio Grande do Norte (Brasil), se realizaron acciones de curación y análisis con miras a identificar y comprender estos bienes arqueológicos en un contexto más amplio de ocupación que se relaciona con el interior de Seridó. Los análisis mostraron variabilidad formal y correlación con algunos patrones de pedernales ya identificados por otros investigadores. Además de las reflexiones sobre el enfoque en los pedernales en el contexto de la arqueología brasileña, se caracterizan los modos de producción y se busca inferir contextos también vinculados al uso de estos implementos.

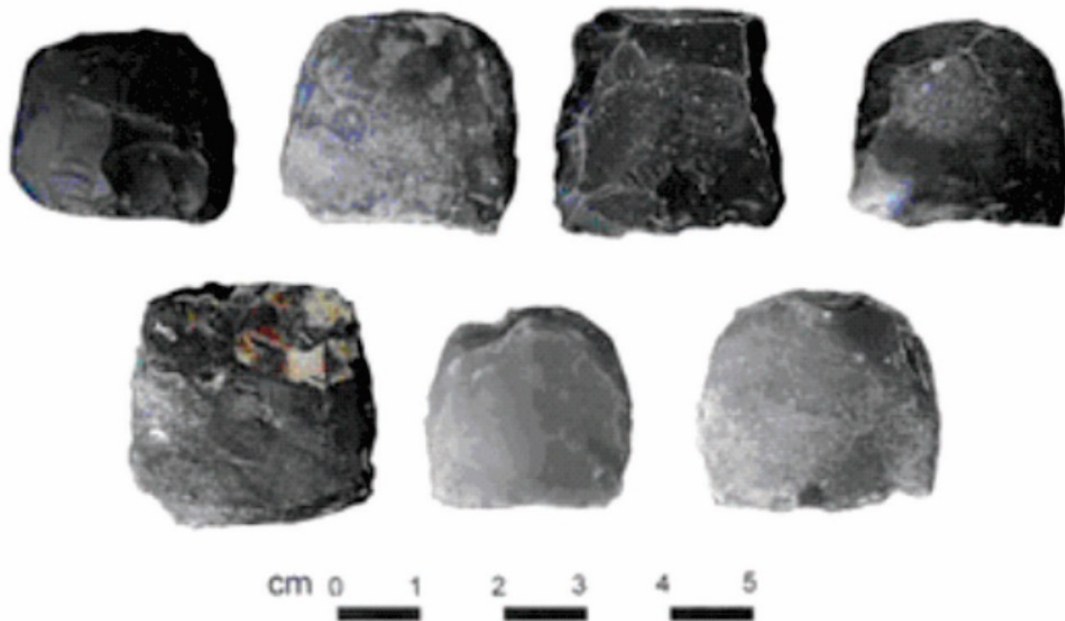
Palabras clave: Seridó; Arqueología; Pedernales.

INTRODUÇÃO

A ocupação europeia no continente americano durante o período colonial “has attracted the attention of historians, anthropologists, archaeologists, and, of course, the general public” (Bleed; Watson, 1991, p. 233). Nesse sentido, observamos que sítios arqueológicos de contato entre populações nativas e europeus, ou euro-americanos, têm contribuído para a ampliação do entendimento acerca do avanço das fronteiras de ocupação, evidenciando uma cultura material relacionada a diferentes relações, desde apropriações e modificações de objetos que incidem sobre processos de mudança cultural até mudanças ou movimentos advindos de contextos de conflitos bélicos (Bleed; Watson, 1991).

Assim sendo, é em meio a esses cenários de relações possíveis durante os processos de ocupação europeia no continente americano que compreendemos as pederneiras, instrumentos utilizados como implemento para produção de faíscas que geram a propulsão de projéteis de chumbo.

Figura 1. Coleção de pederneiras encontradas no sítio arqueológico Praia dos Ingleses 1, em Santa Catarina, Brasil, e associadas ao contexto de um naufrágio.



Fonte: Noelli, Viana e Moura (2009, p. 103).

As pederneiras correspondem a uma categoria de evidência arqueológica que passou a integrar a cultura material, ou materialidade (Miller, 2013), associada aos povos originários no continente americano. Isso porque, em um primeiro momento, esses objetos foram usados por grupos europeus ou euro-americanos ligados à ocupação colonial para ações de defesa ou de expedições de conquista e apresamento (Santos, 2010; Sousa, 2019), mas, posteriormente, foram inseridos nas dinâmicas tanto de caçadores quanto de guerreiros indígenas, sendo incorporados, até com relativa facilidade, aos contextos social e econômico das populações nativas (Bleed; Watson, 1991; Secoy, 1953).

Armas como bacamartes, pistolas de chispa, escopetas e carabinas, que utilizavam as pederneiras, tornaram-se também elementos constituintes das práticas de acolhimento e manutenção de alianças adotadas pelos europeus. Conforme Marinato (2007) indica ao

utilizar fontes do período colonial em relação aos grupos Botocudos, essas populações teriam gostado muito dos apetrechos bélicos europeus, entre eles as pederneiras.

No caso do Nordeste do Brasil, por exemplo, Taunay (1936) indica que populações indígenas adotaram sistemas de troca com europeus, cujo resultado implicava, também, a aquisição de armas de fogo e munições. Inclusive, esse autor cita, ainda, no caso do Rio Grande do Norte, populações como os “Janduis”, que matavam e feriam “muitos com armas de fogo e flechas, muito bem armados como estavam” (Taunay, 1936, p. 225, grifo nosso).

No Seridó potiguar, Faria e Azevedo (2022) afirmam que as pederneiras estariam associadas a antigas armas, que se valiam da faísca para inflamar a pólvora e seriam anteriores ao aparecimento de armas de espoleta. Essa mudança tecnológica em áreas do Seridó norte-rio-grandense teria ocorrido no final do século XVIII, quando teria havido a substituição da espingarda de pedra ou de chispa pela chamada espingarda de ouvido (Faria, 1980).

Assim sendo, as pederneiras aqui abordadas e que foram encontradas nos sítios arqueológicos Besta Braba 02 (BB 02), Santa Clara 02 (SC 02) e São Jerônimo (SJ) estão associadas ao processo inicial de ocupação colonial do Seridó potiguar, entre o final do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, momento em que esses instrumentos teriam sido utilizados por ocupantes europeus ou euro-americanos, ou adotados por populações indígenas, em processos de resistência à ocupação colonial, por meio de avanços das fronteiras coloniais ou em dinâmicas internas, como a caça.

AS PEDERNEIRAS EM CONTEXTOS HISTÓRICOS

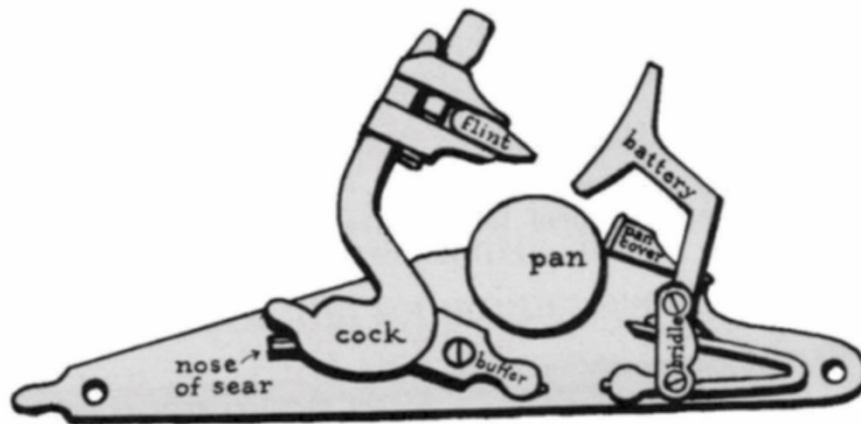
Constituídas a partir de diferentes suportes líticos, há diferentes tipos de pederneiras, produzidas, inicialmente, em contextos europeus. A pederneira de origem francesa, por exemplo, teria sido concebida na primeira metade do século XVII, como fruto de um desenvolvimento progressivo que culminou no uso desse instrumento em armas do tipo mosquete (Lenk, 1939 *apud* Jones, 2019). As pederneiras substituíram rapidamente o mecanismo de fecho das armas até então utilizado, e durante os séculos XVI e XVII disseminaram-se por países como Itália, Espanha e Alemanha,

dificultando aos estudiosos e pesquisadores de armas afirmar com exatidão de onde originou-se a fecharia de pederneira. Percebe-se que partir de um único centro para seguir o seu percurso para outras regiões é muito difícil, já que a resposta para solucionar esse problema ocorre simultaneamente em diversos locais (Maximino, 1985, p. 14).

A designação “pederneira” ocorre justamente porque os estudos realizados para melhoria das armas de fogo eram pensados em termos da confiabilidade e praticidade tanto das armas quanto dos mecanismos de disparo, sendo que estes estavam baseados no impacto de uma rocha silicosa com o metal, produzindo, então, uma faísca (Jones, 2019). O primeiro desses mecanismos de ignição do disparo com o uso de uma pederneira surgiu no século XVI e foi chamado de *snaphaunce*.

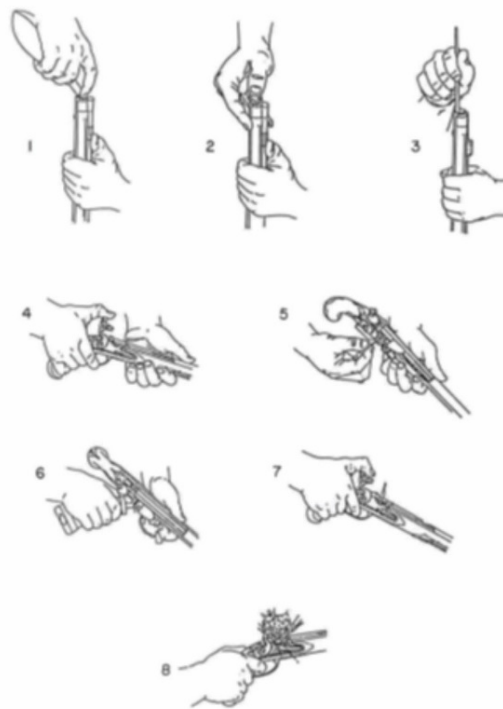
Mecanismos de disparo de armas de fogo contendo pederneiras compõem padrões específicos, como os fechos Italiano, Miquelet e Madrid, e representam uma mudança tecnológica que persistiu até o início do século XIX, quando foram suplantados pela introdução do sistema de percussão, que, em vez de uma pederneira, utiliza uma espoleta e martelo percutor (Maximino, 1985).

Figura 2. Mecanismo *snaphaunce*, com pederneira (*flint*). A porção "proximal" da pederneira tem maior espessura estando presa ao "galo" (*cock*); a porção "distal" tem menor espessura, formando um ângulo mais acentuado.



Fonte: Peterson (1956) *apud* Jones (2019, p. 6).

Figura 3. Etapas para carregar e disparar um rifle ou pistola de pederneira.



Fonte: Smith, Prouty e Nance (1991, p. 8).

Originalmente produzidos em territórios europeus, os componentes das armas de pederneira passaram a ser comercializados e utilizados também no contexto americano, sendo que

as primeiras armas trazidas para a América eram de qualidade inferior, mais baratas do que as produzidas na Europa. Os índios da América do Norte preferiam as armas com fecharia de pederneiras, longas e de pequeno calibre. Os componentes, como pederneiras e pólvora, também

eram trazidos da Europa e vendidos na colônia (Maximino, 1985, p. 25, grifo nosso).

Como consequência do comércio de armas de fogo no continente americano, particularmente na América do Norte, observa-se que no século XVIII, devido à presença de armeiros advindos da Europa, como alemães e ingleses, já havia negociação de armas produzidas em lugares como Kentucky, Tennessee e Indiana, nos Estados Unidos (Maximino, 1985). Um exemplo disso é o Tennessee, cuja produção de armas com pederneiras já acontecia por volta de 1770 (Smith; Prouty; Nance, 1991).

No Brasil, com o estabelecimento de D. João VI, artífices europeus passaram, ainda que timidamente, a integrar uma indústria armamentista. Contudo, nessa época o fluxo de armas no país era em grande parte norteador por processos de importação ou mesmo contrabando. Observa-se ainda que a partir dos anos 1830 as armas com fecho de pederneira no Brasil passam a ser gradativamente convertidas em armas com fecho de percussão (Maximino, 1985).

Assim, apesar das peças que permaneceram ainda sem modificações, o fluxo de armas com pederneiras em diferentes regiões do Brasil teve início ainda no século XVI e seguiu até o primeiro quartel do século XIX. As armas foram, em sua maioria, adquiridas por importação direta ou processos de contrabando, inclusive contrabandeadas por franceses e holandeses, por exemplo, para populações indígenas.

As pederneiras que afluíram para o atual território do Brasil durante o período colonial eram, em sua maioria, manufaturadas na Europa, apesar de artesãos terem aprendido técnicas de confecção e produzido de maneira local esses objetos.

Assim, possivelmente por isso, apesar de haver trabalhos que noticiem a descoberta de pederneiras em meio às evidências históricas em distintos sítios arqueológicos (Cali, 2002; Luna; Nascimento, 2009; Machado, 2004; Najjar, 2010; Noelli; Viana; Moura, 2009), a identificação e caracterização desse tipo de bem arqueológico é incomum em textos no campo da arqueologia histórica no Brasil. A exceção, nesse caso, é o trabalho de Eliete Maximino (1985), defendido ainda na década de 1980 e no qual encontramos uma importante caracterização sobre as ações para a elaboração das pederneiras, com base em dados do processo produtivo e análises de manufatura e experimentação.

ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS PEDERNEIRAS

A base do conhecimento sobre o processo produtivo das pederneiras na arqueologia teria acontecido a partir dos trabalhos de pré-historiadores, entre o final do século XVIII e início do XIX. Na identificação e caracterização desse processo, eles teriam contado com a ajuda de pedreiros, ou artesãos, que ainda dominavam as técnicas de lascamento associadas à produção de pederneiras (Maximino, 1985).

Destaca-se, contudo, que existe a incompletude de alguns dados, posto que os artesãos, assim como os comerciantes que distribuíam as pederneiras, pouco caracterizavam os objetos (Maximino, 1985); mas é possível dizer que, devido a conexões interculturais da época e da relativa homogeneidade das pederneiras naquele período, teria havido como implicação “the adoption and adaption of specific knapping techniques and the movement of materials between countries” (Brandl *et al.*, 2018 *apud* Kohanoff, 2019, p. 69).

Em meio a esse contexto, as tecnologias de produção inglesa e francesa se sobressaíram a ponto de que, em meados do século XVIII, o mercado associado à comercialização das pederneiras era basicamente dividido entre a França e a Grã-Bretanha (Maximino, 1985). Contudo,

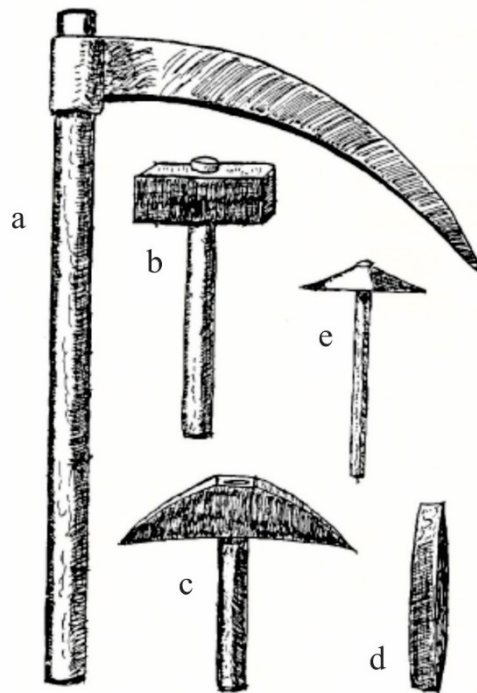
isto não significa que elas não fossem fabricadas fora da Europa, pois as pederneiras exportadas eram muito caras e os consumidores de armas de fogo nos países subdesenvolvidos deviam, por economia ou necessidade, lascar o sílex que pudessem conseguir para tal finalidade (Maximino, 1985, p. 56).

A partir de diferentes referências utilizadas (Coakley, 2010; Jones, 2019; Kohanoff, 2019; Maximino, 1985; Phillips; Allen, 2013; Smith *et al.*, 2017), observamos os atributos que fornecem uma caracterização das pederneiras, e que podem ser assim definidos:

- a) Em relação à(s) matéria-prima(s), o sílex aparece como dominante, tanto no contexto europeu quanto no continente americano. A variação no caso da matéria-prima ocorre em relação a coloração e textura, havendo preferência por sílices mais consolidados e de textura mais próxima ao de uma aparência vítrea; existe, em relação à cor, variações de tonalidade, e são percebidas as cores amarela, marrom, marrom avermelhado (devido ao amplificado teor de ferro, podendo ser associada a pederneiras de origem holandesa), preta e cinza.
- b) Em relação aos suportes, estes eram obtidos a partir de lascas ou de lâminas, retiradas diretamente de blocos ou de núcleos pré-formatados. Destaca-se que, na maioria dos casos observados, a ausência de córtex nas lascas e lâminas, das quais se originaram as pederneiras, foi dominante.
- c) A percussão utilizada era tanto direta quanto indireta (com o apoio de uma bigorna), valendo-se predominantemente de percutores duros, sob a forma de picaretas e martelos. No caso de pederneiras produzidas no Brasil, foi identificado também o uso de percutor duro, como seixos e cravos de fixação de trilhos de ferrovia (Maximino, 1985).
- d) Os retoques direto e inverso, unifaciais e bifaciais, são os mais comuns. O preparo de núcleos não é observado em todos os casos, enquanto há a evidência de retoques marginais nos bordos, contínuos ou não, sendo também observados retoques no talão, alguns do tipo inverso.
- e) Pederneiras apresentam granulometria de fina a média e são, normalmente, peças pouco espessas que atingem variações entre 6 e 10 milímetros, podendo haver casos com pouco mais de 10 milímetros de espessura. Quanto ao comprimento e à largura, respectivamente, as dimensões oscilam em médias entre 20 e 32 milímetros e entre 20 e 36 milímetros.
- f) As pederneiras, devido ao emprego em diferentes tipos de armas, apresentam variação morfológica, tendo sido observadas as seguintes variações: formato laminar quadrado com uma ou duas arestas dorsais (comumente utilizadas em mosquetes ou pistolas); formato laminar arredondado e formato convexo semelhante a uma letra D.

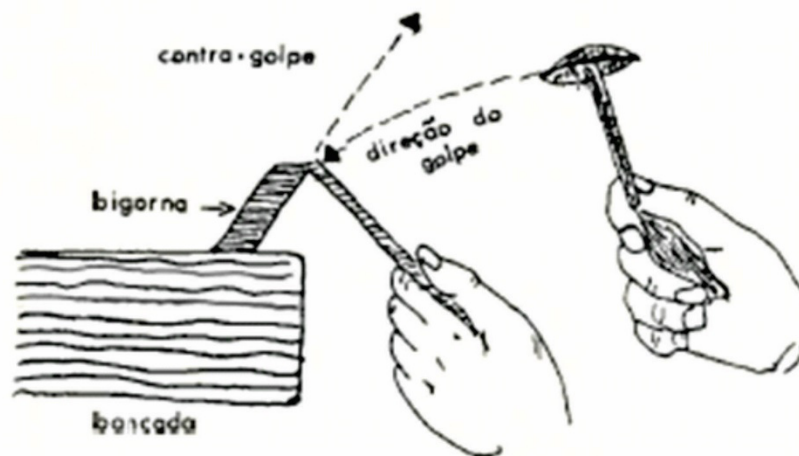
Ainda sobre o processo produtivo das pederneiras de origem francesa e inglesa, Maximino (1985) comenta que ao longo da produção das pederneiras eram utilizados diferentes tipos de instrumentos. No caso dos blocos, estes eram retirados com picareta de ferro de cabo curto e divididos igualmente entre os pedreiros que estavam extraíndo a matéria-prima. Nesse momento, os blocos que apresentassem impurezas eram descartados e os que restassem eram descorticados, com preparo dos planos de percussão a partir do uso de marretas. Os blocos descorticados e os núcleos preparados passavam por processo de secagem para não estarem úmidos durante a fase seguinte, que correspondia ao processo de retirada de lâminas dos núcleos. As lâminas inicialmente eram golpeadas de maneira a retirar as porções distal e proximal (o bulbo), e posteriormente eram quebradas em vários pontos, obtendo-se de duas a três pederneiras por lâmina. As pederneiras retiradas eram finalizadas a partir do retoque nos bordos e, após essa etapa, eram agrupadas de acordo com a morfologia relacionada e o uso em seus respectivos tipos de armas, sendo embaladas e repassadas ao vendedor, comerciante ou intermediário.

Figura 4. Instrumentos utilizados ao longo do processo de produção de pederneiras: a) picareta; b) marreta; c) martelo; d) cinzel; e) roleta.



Fonte: Adaptado de Mortillet (1908) *apud* Maximino (1985, p. 62).

Figura 5. Processo de fraturamento e retoque de lâminas de sílex para obtenção de pederneiras.



Fonte: Schleicher (1924) *apud* Maximino (1985, p. 66).

No caso inglês, a produção de pederneiras apresenta diferenças em alguns aspectos, quando comparamos com a produção francesa descrita anteriormente. O primeiro deles corresponde ao processo de extração da matéria-prima, que era realizada com o uso de pá, picareta e alavanca. Ocorre diferença também no processo produtivo, o qual incorporava mais agentes, dado que os pedreiros faziam apenas a retirada e transporte da matéria-prima para as oficinas de artesãos e estes realizavam então a conversão dos blocos em núcleos por meio de processos de debitage que envolviam, também,

o descorticamento. Uma vez que os núcleos estavam prontos, eles eram utilizados até estarem esgotados e não servirem mais para a retirada de lâminas. As lâminas eram trabalhadas por meio de uma sequência de golpes que, inicialmente, retirava o bulbo e, em seguida, dava início à retirada das pederneiras. A última pederneira, proveniente de uma mesma lâmina, só era destacada após o artesão separar e descartar sua extremidade distal. As pederneiras eram finalizadas por meio de retoques marginais nos bordos e da retirada de saliências, deixando uma das faces plana. Após isso, as pederneiras já apresentavam uma morfologia quadrangular, que acabou caracterizando mais a peças produzidas na região de Brandon (Inglaterra), e eram separadas de acordo com o tamanho, tendo em vista sua posterior comercialização.

Figura 6. Debitagem dos núcleos (A) e retirada dos suportes de lâminas dos núcleos (B).



Fonte: Barnes (1937) *apud* Maximino (1985, p. 82).

Figura 7. Obtenção das pederneiras a partir da debitação do suporte em lâminas. No detalhe vê-se a lâmina, com a aresta-guia no dorso, e o martelo em uso para obtenção da pederneira.



Fonte: Barnes (1937) *apud* Maximino (1985, p. 85).

No continente americano, eram obtidas lascas a partir de blocos e com percutor de rocha, trabalhadas por indígenas e não indígenas com uso de martelo e picareta para formação de pederneiras. Essas pederneiras, embora de função semelhante, podem apresentar características não semelhantes àquelas produzidas no contexto europeu, posto que, para além das diferenças em termos de matéria-prima, os processos técnicos adotados geraram produtos não tão padronizados.

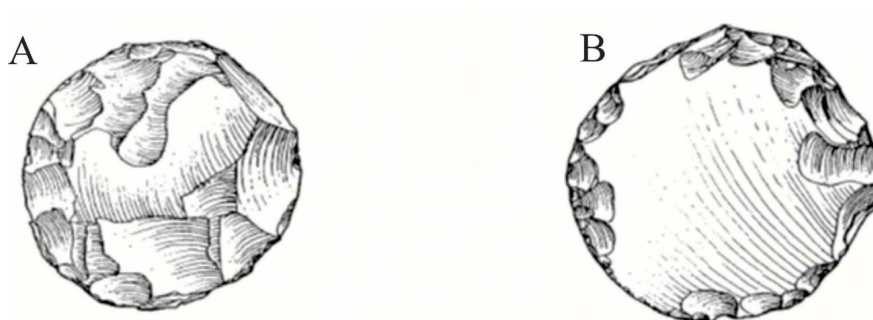
Figura 8. Pederneiras "crioulas", produto do trabalho de pessoas negras nascidas no continente americano.



Fonte: Machado (2004, p. 106).

No Brasil, a produção de pederneiras no estado de São Paulo teria utilizado o sílex de cor escura e, em menor proporção, de cor clara (Caldarelli *apud* Maximino, 1985). A matéria-prima era cortada em blocos, com auxílio de martelos chatos de cabo curto. Além disso, há nas peças analisadas talões (diedro, linear e puntiforme), com descorticamento dos núcleos, sendo também observada a produção de lâmina para obtenção de pederneiras, que apresentaram também retoque bifacial e formato quadrangular ou circular.

Figura 9. Pederneiras circulares, unifacial (A) e com retoques marginais (B) no sítio arqueológico Alambari (SP).



Fonte: Maximino (1985).

Diante do exposto, percebemos que as pederneiras apresentam características ou atributos que as homogeneizam, no sentido da função e de atributos de morfologia e processos técnicos associados ao processo de confecção. Mas também há elementos que as diferenciam e que estão ligados tanto à disponibilidade de matéria-prima específica quanto aos processos de aprendizagem relacionados à elaboração desses objetos, e que, no caso do continente americano, tiveram pouca difusão.

As pederneiras, no campo da arqueologia histórica praticada no Brasil, são pouco abordadas, havendo menção à existência desses objetos em sítios arqueológicos nas regiões Sul (Machado, 2004), Sudeste (Cali, 2002; Noelli; Viana; Moura, 2009) e Nordeste (Luna; Nascimento, 2009; Najjar, 2010). A exceção, conforme dito anteriormente, é o trabalho de Maximino (1985), tanto pelo recorte quanto pela densidade dos dados apresentados. Inclusive, a dissertação de Maximino (1985) aborda diretamente mais de um sítio arqueológico no estado de São Paulo em que teriam sido encontradas pederneiras.

Em nosso caso, a coleção a ser apresentada é formada por pederneiras encontradas em três sítios arqueológicos existentes no Seridó Potiguar, mais precisamente no município de São Fernando (RN). Os sítios SJ e BB 02 estão assentes em terraços do Rio Seridó, enquanto o sítio arqueológico SC 02 está em um terraço, mas compõe uma paisagem na área de confluência dos Rios Seridó e Piranhas.

Esses sítios arqueológicos foram identificados em um projeto de arqueologia preventiva de 2019 (Arqueorocha, 2019), tendo sido resgatados em 2022 (HCOUTINHO, 2022), e o acervo gerado está sob custódia do Museu Câmara Cascudo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tais sítios são associados ao início do povoamento histórico do Seridó norte-rio-grandense, um povoamento cujos contextos de conflito ou de associação a áreas de contato podem ser abordados a partir da caracterização dessa relação entre populações indígenas e grupos ligados à ocupação colonial.

A COLEÇÃO DE PEDERNEIRAS ASSOCIADA AOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BESTA BRABA 02, SANTA CLARA 02 E SÃO JERÔNIMO

O projeto Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área da Bacia Hidráulica da Barragem de Oiticica, municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu, no Rio Grande do Norte, abordou dezenas de sítios arqueológicos, alguns dos quais estão implantados em áreas de terraço dos Rios Piranhas e Seridó (HCOUTINHO, 2022). Em três desses sítios arqueológicos foram encontradas pederneiras, sendo identificadas na superfície dos sítios BB 02 e SJ, e tanto em subsuperfície quanto na superfície do sítio arqueológico SC 02.

Os sítios arqueológicos BB 02, SC 02 e SJ são multicomponenciais, com a presença de um horizonte associado à ocupação pré-colonial, observado a partir da existência de materiais líticos lascados. Tais objetos presentes nos sítios não deixam de ser convergentes com demais líticos lascados de outros sítios arqueológicos posicionados ao longo do Rio Piranhas, que se trata de uma indústria confeccionada a partir de seixos, tendo como matérias-primas sobretudo o quartzo e o quartzito. No caso, o próprio sílex, matéria-prima necessária para a confecção das pederneiras, ou até mesmo sílexito, configura-se de baixa disponibilidade para a área estudada (Batista, 2024).

Todavia, o horizonte que apresenta maior quantidade de evidências arqueológicas é o histórico e, ainda sobre o contexto dos sítios abordados, destacamos que eles foram afetados por processos pós-deposicionais, tanto naturais quanto antrópicos, que revolveram as evidências arqueológicas deixando-as, em alguns locais, ligadas aos dois componentes em um mesmo local sob a superfície.

Todas as peças encontradas nos sítios arqueológicos passaram por processo de curadoria, consistindo em limpeza a seco com pincel de cerdas macias e devido registro e catalogação. Especificando o quantitativo, o sítio arqueológico Besta Braba 02 apresenta uma pederneira (BB02.0726), o São Jerônimo apresenta duas pederneiras (SJ.351 e SJ.526) e o Santa Clara 02 foi o que apresentou a maior quantidade, com 13 peças, e maior variabilidade formal nas pederneiras, posto que são peças que apresentam alterações em relação, por exemplo, a tamanho, forma e contorno da forma, representando escolhas específicas dos artesãos durante o processo de produção dos objetos (Schiffer; Skibo, 1997 *apud* Silva, 2007).

Além disso, o SC 02 foi o único sítio arqueológico em que puderam ser encontradas pederneiras durante o processo de escavação (SC02.13618 e SC02.13619), posicionando esses instrumentos em meio a fragmentos cerâmicos e faianças portuguesas associáveis à 3ª fase de produção desse tipo de louça, quando voltada à exportação (Albuquerque, 2001). Assim, nos casos dessas pederneiras coletadas durante o processo de escavação, há uma referência clara à sua correlação com o contexto histórico ligado ao povoamento da região Seridó entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, fato corroborado pela datação por luminescência opticamente estimulada (LOE) obtida para um fragmento de cerâmica utilitária nesse sítio arqueológico, com o resultado de 260 ± 27 .

Antecedendo à análise efetuada nas pederneiras, salientamos que as peças apresentam marcas desde retiradas correspondentes ao próprio processo de confecção àquelas advindas do uso. Logo, a partir das referências consultadas (Coakley, 2010; Jones, 2019; Kohanoff, 2019; Maximino, 1985; Phillips; Allen, 2013; Smith *et al.*, 2017), todas as peças foram agrupadas com base no tipo, considerando principalmente a morfologia. Informações iniciais a respeito do agrupamento das pederneiras, bem como elementos iniciais de caracterização, estão dispostos na Tabela 1.

Tabela 1. Tipos de pederneiras, agrupadas por ordem de frequência em relação aos sítios arqueológicos.

Tipo de Pederneira	Sítio Arqueológico	Contexto de Deposição	Identificação	Matéria-prima	Integridade*	Dimensões** (mm)
<i>Gunspall</i>	Besta Braba 02	Superfície	BB02.0726	Sílex	76% - 100%	32 x 24 x 6,5
	São Jerônimo	Superfície	SJ.351	Sílex	76% - 100%	27 x 19,5 x 3
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.04254	Sílex	76% - 100%	22 x 20 x 3,5
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.03840	Sílex	76% - 100%	27 x 13 x 3
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08930	Sílex	76% - 100%	23 x 18 x 5
<i>Square blade</i>	São Jerônimo	Superfície	SJ.526	Sílex	76% - 100%	24 x 18 x 2
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08928	Sílex	51% - 75%	21 x 13 x 3
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08927	Sílex	76% - 100%	22 x 20 x 3
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08929	Sílex	76% - 100%	21 x 16 x 2,5
<i>D-Shaped gunspall</i>	Santa Clara 02	Superfície	SC02.13620	Sílex	76% - 100%	26 x 15,5 x 2
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08925	Sílex	76% - 100%	22 x 17 x 4
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.04502	Sílex	76% - 100%	28 x 19 x 2,5
<i>D-Shapped blade</i>	Santa Clara 02	Subsuperfície	SC02.13618	Sílex	25% - 50%	15,5 x 16 x 3
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08924	Sílex	51% - 75%	22 x 19 x 7
<i>Round-hell blade</i>	Santa Clara 02	Subsuperfície	SC02.13619	Sílex	76% - 100%	26 x 17,5 x 3
	Santa Clara 02	Superfície	SC02.08926	Sílex	76% - 100%	24 x 18 x 2

* Integridade avaliada conforme a capacidade de se inferir a forma original das peças, sendo variável entre 25% - 50%, 51% - 75% e 76% - 100%.

** Dimensões apresentadas na seguinte ordem: comprimento, largura e espessura.

Fonte: Elaboração de Hozana Souza (2025).

A pederneira encontrada no sítio arqueológico Besta Braba 02 (BB02.0726) tem como matéria-prima o sílex, apresenta retoques marginais e pode ser associada ao tipo *Gunspall*, também chamado de Holandês. A peça apresenta ainda bulbo parcialmente marcado, evidenciando ter sido obtida a partir de um suporte de lasca. Além disso, apresenta retoques diretos e inversos, contínuos, nos bordos de ambas as faces.

O sítio arqueológico São Jerônimo apresenta uma pederneira (SJ.351) que pode ser também classificada como *Gunspall*. Ela apresenta uma pequena marca de quebra na porção distal, além de um bulbo parcialmente retirado. Todas as retiradas são unifaciais, inversas e descontínuas, o suporte é de lasca, ou pode ter sido aproveitada a porção proximal de uma lâmina.

No sítio Santa Clara 02 a peça SC02.04254 apresenta formato circular, podendo ser possivelmente associável a uma classificação como *Gunspall* (Kohanoff, 2019). Skertchly (1879), quando citado por Maximino (1985), chama atenção para o fato de que, na evolução da pederneira de origem inglesa, a partir do século XVI o formato apresentado era oval e foi sucedido pela adoção de uma forma arredondada, a qual, posteriormente, evoluiu para a morfologia quadrangular. Essa pederneira encontrada no Santa Clara 02 é de sílex e o suporte identificado é o de lasca. Ela apresenta retiradas bifaciais e córtex em menos de 25% da peça. Há retiradas diretas e inversas contínuas, mas não paralelas, com o bulbo parcialmente retirado e uma marca de quebra no bordo esquerdo, localizada junto à porção proximal.

Além dessa peça, no Santa Clara 02 ainda foram encontradas duas pederneiras do tipo *Gunspall*. No caso da peça SC02.08930, há uma quebra na porção distal, enquanto essa mesma porção na pederneira SC02.03840 está com acentuado desgaste. Ambas as pederneiras são de sílex, com granulometria de média a fina e apresentam retiradas bifaciais, diretas e inversas, assim como contínuas.

Figura 10. Pederneiras do tipo *Gunspall*.



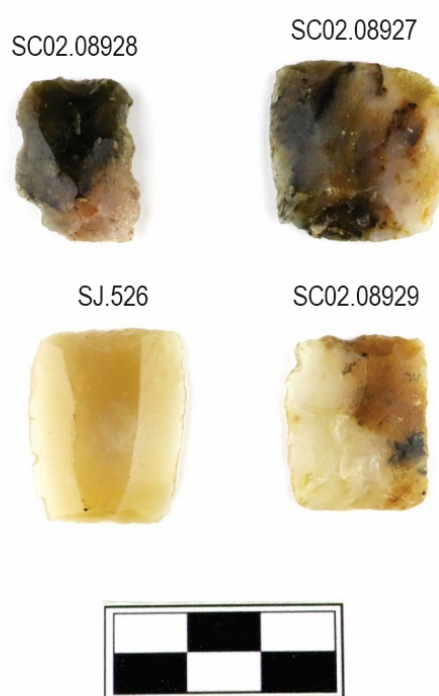
Fonte: Fotografia de Abrahão Sanderson Silva (2025).

O segundo agrupamento corresponde às pederneiras do tipo *Square Blade*, que se caracterizam pelo formato quadrado, produzidas a partir de suportes de lâmina, e são representadas por quatro exemplares. No São Jerônimo, a peça SJ.526 pode ser classificada

como *Square blade*, apresentando duas arestas dorsais. Apresenta ainda retiradas diretas e inversas, alternadas nas porções distal e proximal, com lascamento unifacial em um suporte de lâmina.

No sítio Santa Clara 02 foram três pederneiras associadas a esse tipo. A peça SC02.08928 apresenta o sílex de granulometria fina como matéria-prima e retiradas bifaciais. É dotada de cantos arredondados, com retiradas diretas e inversas descontínuas, porém paralelas, nos bordos e nas partes proximal e distal da peça. Além disso, apresenta uma marca de quebra não recente, também na porção proximal. A pederneira SC02.08927 apresenta retiradas inversas contínuas ao longo dos bordos, com retiradas diretas apenas nas porções proximal e distal. Enquanto isso, a pederneira SC02.08929 está com retiradas inversas contínuas em todos os bordos e com retiradas diretas descontínuas nas porções proximal e distal.

Figura 11. Pederneiras do tipo *Square Blade*.



Fonte: Fotografia de Abrahão Sanderson Silva (2025).

As peças SC02.13620, SC02.08925 e SC02.04502 foram classificadas como sendo do tipo *D-shaped gunspall*, apresentando a formação de um arco convexo, desde o bordo da porção proximal, com a formação de uma aresta mais próxima desta. São peças de sílex, com granulometria fina e lâminas como suporte. As peças SC02.08925 e SC02.04502 apresentam sinais de quebra não recente, sendo na região proximal do bordo esquerdo da peça SC02.04502 e no bordo direito e na porção proximal da pederneira SC02.08925.

São peças unifaciais, apresentando retiradas apenas inversas contínuas nos bordos, no caso da peça SC02.08925; retiradas diretas descontínuas na porção mesio-distal da pederneira SC02.04502 e, também nesta pederneira, retiradas inversas contínuas ao longo dos bordos; já no caso da pederneira SC02.13620, há retiradas diretas e inversas, paralelas e contínuas, nos bordos direito e esquerdo e na parte distal da pederneira, com retiradas apenas inversas na porção proximal.

Figura 12. Pederneiras do tipo *D-shaped gunspall*.

Fonte: Fotografia de Abrahão Sanderson Silva (2025).

As pederneiras SC02.13618 e SC02.08924 estão fragmentadas, o que dificulta o processo de análise. Contudo, em relação à matéria-prima utilizada, observamos que ambas são feitas de sílex, com a peça SC02.13618 apresentando granulometria fina e a SC02.08924 granulometria média. Igualmente, ambas apresentam retiradas bifaciais, com retiradas diretas e inversas, paralelas e não paralelas ao longo do contorno presente, excetuando-se os pontos de quebra. Considerando o perfil dessas peças, nossa inferência é a de que, quando completas, tratava-se de pederneiras classificadas como do tipo *D-shaped blade*.

Figura 13. Pederneiras do tipo *D-shaped blade*.

Fonte: Fotografia de Abrahão Sanderson Silva (2025).

A pederneira SC02.13619 apresenta uma variação morfológica ocasionada por uma retirada mais acentuada no bordo esquerdo da peça. Além disso, possivelmente retiradas ou quebras devido ao uso tenham implicado em alterações morfológicas em relação ao

seu formato original (talvez *Square blade*?). Contudo, considerando a formação de cantos mais arredondados, ainda que haja um bordo, ou lateral retilíneo, optamos por classificá-la como sendo do tipo *Round-heel blade*.

Trata-se de uma pederneira sobre suporte de lasca, sendo o sílex a sua matéria-prima e apresentando uma aresta dorsal. Essa peça contém retiradas diretas e inversas descontínuas e localizadas nos bordos das duas faces (interna e externa). Chamam ainda a atenção retiradas diretas e inversas descontínuas, mas paralelas, no bordo direito.

A pederneira SC02.08926 apresenta uma aresta dorsal retilínea posicionada mais ao centro da peça, com formação de um bordo retilíneo na parte distal. Essa peça foi classificada como *Round-heel blade* e sua matéria-prima é o sílex, de granulometria fina (mais translúcido), com suporte de lâmina. Apresenta retiradas inversas contínuas ao longo dos bordos, e retiradas diretas descontínuas no bordo direito da peça, próximo a um bulbo.

Figura 14. Pederneiras do tipo *Round-heel blade*.



Fonte: Fotografia de Abrahão Sanderson Silva (2025).

Após a compreensão dos aspectos analíticos dos conjuntos de tipos de pederneiras encontradas nos três sítios arqueológicos, detalhamos a correlação desses objetos com o contexto de ocupação histórica do Seridó Potiguar. Destacamos, então, o povoamento colonial no que compreende as três primeiras sesmarias localizadas no sertão do Rio Piranhas. Como destacado por Macedo (2013), a primeira foi dada ao capitão-mor Antonio dos Santos Guimarães; a segunda, a uma indígena chamada Inez Ferreiras; e a terceira, a uma pessoa denominada pelo autor somente de moço “baiano”, que passou a ocupar porções de terra a partir de alianças com populações indígenas locais.

Tal organização é estranha quando se pensa a valorização dos padrões ocidentais, pois põe em cena as alianças firmadas entre indígenas e colonizadores no seio do sistema colonial. A partir delas, os primeiros abriam espaço para a prática da pecuária em seus territórios, garantindo a segurança dos vaqueiros diante das etnias inimigas. Recebiam em troca, entre outras coisas, proteção contra a violência do sistema (Macedo, 2013).

É importante destacar o auxílio de que os colonizadores precisavam para que pudessem sobreviver em um espaço diferente e em condições que divergiam das que estavam acostumados. Essa boa relação também não era duradoura e se definia como

transitória, uma vez que era seguida pela perseguição e extermínio das populações indígenas à medida que deixassem de ser necessárias. Inicialmente vistos como aliados, os indígenas logo se tornaram inimigos do projeto de ocidentalização.

Diante disso, foi recorrente na historiografia norte-rio-grandense a ideia de que os indígenas teriam desaparecido após a Guerra dos Bárbaros, vitimados pelas práticas coloniais. Entretanto, Macedo e Possamai (2005) destacam a resistência indígena nessa região apontando a presença desses povos entre os séculos XVII e XIX. A partir desse texto, podemos perceber a circulação no cotidiano colonial de populações indígenas situadas na região do Seridó, mais especificamente próxima aos rios Seridó e Piranhas.

O aprofundamento do projeto de conquista e colonização dos espaços no Seridó, que envolve áreas dos atuais estados da Rio Grande do Norte e Paraíba, ocasionou choques culturais entre os modos de vida indígena e europeu. Apesar da resistência empreendida, que desencadeou o conflito conhecido como Guerra dos Bárbaros, os povos indígenas foram vencidos e associados à sociedade colonial, tendo sofrido um posterior apagamento das narrativas históricas do estado do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Entretanto, os eventos vivenciados durante esse período deixaram heranças que podem ser estudadas, por exemplo, a partir da cultura material.

Diante dos dados apresentados, principalmente no que concerne ao sítio arqueológico Santa Clara 02, que dispõe de um quantitativo maior de pederneiras, e com o dado fornecido pela datação em LOE para a sua cronologia, podemos inserir os conjuntos de pederneiras no contexto social ligado ao processo de ocupação e de contato entre populações indígenas habitantes desse território e as ações da iniciativa colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pederneiras compõem uma parte dos bens arqueológicos ligados à ocupação humana nos sítios arqueológicos pesquisados. Embora numericamente não sejam tão representativas quanto outros conjuntos artefatuais encontrados nos mesmos sítios, como as milhares de cerâmicas e faianças, são peças cujo aspecto qualitativo precisa ser considerado, sendo, pois, um campo de evidência passível de diferenciadas interpretações. Aspectos como interação e comércio, por exemplo, também são passíveis de inferência a partir da análise desses objetos.

Contudo, as referências bibliográficas sobre pederneiras na arqueologia brasileira ainda são poucas. Talvez isso aconteça porque a presença desse tipo de evidência arqueológica esteja relacionada a sítios arqueológicos encontrados ou existentes em contextos específicos de fortificações ou de habitações implantadas em regiões de avanço colonizador. Nesse sentido, áreas como o Seridó Potiguar, que foi nos séculos XVII e XVIII espaço onde se desenrolaram diferentes conflitos qualificados como relacionáveis ao fenômeno histórico da Guerra dos Bárbaros, seriam um espaço favorável ao aparecimento desse tipo de objeto.

Em especial, as pederneiras analisadas apresentaram padrões já classificados, e estes evidenciam a presença de peças cuja origem, ou ao menos o padrão, estaria ligada a diferentes países, como no caso do padrão holandês *Gunspall*. Haveria diferentes formas de transporte desses objetos da Europa para o Brasil, assim como não abandonamos a possibilidade de que em alguns casos padrões previamente estabelecidos e relacionados às primeiras levadas de pederneiras chegadas ao Brasil não tenham sido replicados em contextos de produção locais com o emprego de técnicas de confecção específicas.

A prática de uma análise das pederneiras que se dedique ao processo de manufatura permite a compreensão voltada para o padrão correspondente aos processos técnicos de sua produção. A presença dos elementos diferentes pode estar relacionada à disponibilidade

da matéria-prima específica e dos processos de aprendizagem que, no continente americano, podem ter sido pouco difundidos.

A vida às margens do Rio Piranhas no contexto do povoamento histórico do atual Seridó Potiguar envolveu diferentes mecanismos, desde trocas comerciais até eventos de conflito e confronto, passando por demandas ligadas à alimentação a partir da proteína animal, cuja origem nem sempre estaria ligada ao rebanho ou criatório, estando, também, associada ao contexto da caça, principalmente quando do início dessa ocupação ainda nos séculos XVII e XVIII.

A presença de três sítios arqueológicos próximos um ao outro e à margem do Rio Piranhas remete a uma lógica da escolha de bom lugar para habitar, principalmente, quando se trata de uma área sertaneja, em que a proximidade com a água se caracterizava como fundamental. Dessa maneira, esses sítios arqueológicos fazem parte da conjuntura da iniciativa colonial que, para consolidar sua ocupação, buscava os espaços próximos aos cursos de água, tal qual o Rio Piranhas, em cujas margens foram concentrados núcleos de povoamento colonial – e não podemos esquecer que já eram habitadas pelas populações nativas. No próprio processo de ocupação do sertão do Rio Piranhas vigorou, em seu momento inicial, a política de alianças visando à proteção, porém não foi duradoura, e as populações indígenas passaram a ser perseguidas pelas ações de extermínio.

Desse modo, entendemos que a compreensão do processo de povoamento histórico na região que hoje se configura como o Seridó do Rio Grande do Norte demanda a análise de diferentes problemáticas e o uso de diferentes tipos de fontes. Nesse sentido, as fontes arqueológicas e, particularmente, as pederneiras oferecem caminhos interpretativos ligados a variados níveis de relações entre grupos/etnias e lógicas de ocupação, constituindo-se, também, como uma evidência a ser buscada ou enxergada em outros sítios arqueológicos que estejam não só no médio curso do Rio Piranhas, mas em outras áreas cuja ocupação histórica esteja também inserida no contexto cronológico de produção ou uso de ferramentas bélicas cujo disparo era em grande parte produzido graças ao uso de uma pederneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. *A faiança portuguesa demarcador cronológico na arqueologia brasileira*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- ARQUEOROCHA. *Reprospecção arqueológica na área da bacia hidráulica Barragem Oiticica*. Relatório Final. Mossoró, 2019.
- BATISTA, Kayann Gomes. *Tecnologia lítica na Ribeira do Piranhas: caracterização das indústrias líticas lacadas de seis sítios em superfície no município de Jardim de Piranhas/RN*. 2024. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/56312/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20Kayann%20Gomes%20Batista.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BLEED, Peter; WATSON, Daniel. Frontier flintlocks: a fault tree analysis of firearm use at contact period sites of the great plains. *Great Plains Research: A Journal of Natural and Social Sciences*, v. 1, n. 2, p. 233-248, 1991.
- CALI, Plácido. Pederneiras, cachimbos e moedas: conhecendo o sítio Engenho Pacuíba. *Jornal da Ilha*, Ilhabela, 15 out. 2002.
- COAKLEY, Robert W.. *The war of the American revolution: narrative, chronology, and bibliography*. Washington, DC: Center of Military History United States Army, 2010.

- FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília, DF: Gráfica do Senado Federal, 1980.
- FARIA, Oswaldo Lamartine de; AZEVEDO, Guilherme de. Vocabulário do criatório norte-rio-grandense. In: SEREJO, Vicente; VIANA, Graco Aurélio Melo; MACEDO, Helton Rubiano de (org.). *O sertão de Oswaldo Lamartine*. Natal: EDUFRN, 2022. v. 4. p. 25-345.
- HCOUTINHO. *Resgate arqueológico e educação patrimonial na área da Bacia Hidráulica da Barragem de Oiticica, municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu, no Rio Grande do Norte*. Relatório Final. Teresina, jun. 2022.
- JONES, Kevin Paul. *An examination of flintlock components at Fort St. Joseph (20BE23), Niles, Michigan*. Tese (Mestrado em Artes e Antropologia) – Western Michigan University, Kalamazoo, 2019.
- KOHANOFF, Anna. *(Flint)Lock, stock and two smoking barrels: 18th 19th Century gunflints from Dutch and British archaeological contexts*. Thesis MSc Material Cultures – University of Leiden, Leiden, 2019.
- LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. Salvamento arqueológico na área da Refinaria do Nordeste, Ipojuca-PE, Brasil. *Clio Arqueológica*, v. 24, n. 1, p. 177-187, 2009.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Relações entre índios e colonos nos sertões do Seridó, Capitania do Rio Grande, no século XVIII. *Clio Arqueológica*, v. 28, n. 2, p. 1-17, 2013.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; POSSAMAI, Paulo César. História indígena no sertão do Rio Grande do Norte após a “Guerra dos Bárbaros”: resistência e mestiçagem cultural. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. *Anais [...]*. Londrina: ANPUH, 2005.
- MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *Entre Guardas e Casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios Imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- MAXIMINO, Eliete Pythagoras Britto. *Sítios com pederneiras no Vale Médio do Rio Tietê: um estudo de arqueologia histórica*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- NAJJAR, Rosana (org.). *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília, DF: IPHAN, 2010.
- NOELLI, Francisco Silva; VIANA, Alexandre; MOURA, Marcelo Lebarbenchon. Arqueologia Subaquática no sítio do naufrágio da Praia dos Ingleses 1, Ilha de Santa Catarina: contribuição à História Marítima do Brasil. *Navigator*, v. 5, n. 10, p. 93-107, 2009.
- PHILLIPS, Caroline; ALLEN, Harry. Archaeology at Opita: three hundred years of continuity and change. *RAL – Research in Anthropology & Linguistics*, n. 5, 2013.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SECOY, Frank Raymond. *Changing Military Patterns on the Great Plains*. Locust Valley, NY: August, 1953.

- SILVA, Fabíola Andrea da. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 2, n. 1, p. 91-103, 2007.
- SMITH, Marvin T. *et al.* A seventeenth-century trade gun and associated collection from Pine Island, Alabama. *Southeastern Archaeology*, v. 36, n. 1, 2017.
- SMITH, Samuel D.; PROUTY, Fred M.; NANCE, Benjamin C. *A preliminary survey of historic period gunmaking in Tennessee*. Report of Investigation n. 8. Nashville (Estados Unidos): Tennessee Department of Conservation Division of Archaeology, 1991.
- SOUSA, Karolynne Soares. *A Guerra Fluvial: a engenharia indígena no processo de expansão neerlandesa no Maranhão e Grão-Pará (1621-1641)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.
- TAUNAY, Afonso D'Escagnolle. A Guerra dos Bárbaros. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. XXII, 1936. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ataunay-1936-guerra/Taunay_1936_AGuerraDosBarbaros.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTÍCULO

UN ASUNTO DE COLOR: ARQUEOLOGÍA DE LA ARQUITECTURA EN LA CANDELARIA, BOGOTÁ (COLOMBIA)

David Cohen Daza*, Mario Omar Fernández Reguera**, Sergio Adrián Garcés Corzo***, Mauricio Hoyos Rueda****

RESUMEN

Esta investigación sobre el estudio del color en fachadas de viviendas en el centro histórico de Bogotá (Colombia) aplica herramientas arqueométricas, secuencias estratigráficas de capas pictóricas y revisión de fuentes históricas documentales, para indagar las transformaciones cromáticas a lo largo del tiempo. Este estudio cuestiona la visión tradicional y homogeneizadora que ha predominado en las políticas de conservación, proponiendo una lectura más compleja del color en contraste con las evidencias materiales. El análisis de las pinturas sintéticas permitió identificar materiales industriales correspondientes a los siglos XIX y XX, estableciendo indicadores de datación relativos a este tipo de estratos. Los resultados aportan a la construcción de una arqueología del color urbano y abren nuevas posibilidades metodológicas para la valoración patrimonial interdisciplinar.

Palabras clave: Ciencias de la conservación; arqueometría; patrimonio cultural; estratigrafía pictórica; arqueología de la arquitectura.

* Miembro de la junta de coordinadores del grupo de trabajo en Conservación Preventiva de International Council for Museums –Committee for Conservation (ICOM-CC). Profesor Asociado de la Universidad de los Andes, Facultad de Artes y Humanidades. Laboratorio de Estudios en Artes y Patrimonio (LEAP). E-mail: dcohen@uniandes.edu.co. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1950-0780>

** Profesor Asociado de la Universidad de los Andes. Facultad de Artes y Humanidades. Laboratorio de Estudios en Artes y Patrimonio (LEAP). E-mail: mo.fernandez@uniandes.edu.co. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8940-4025>

*** Universidad de La Salle. Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo. Laboratorio de Patrimonio Cultural. E-mail: sgarces@unisalle.edu.co. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5340-6838>

**** Fundación ERIGAIE. E-mail: mauriciohoyos@yahoo.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7557-121X>

UMA QUESTÃO DE COR: ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA EM LA CANDELARIA, BOGOTÁ (COLÔMBIA)

RESUMO

Esta pesquisa, sobre o estudo da cor em fachadas residenciais no centro histórico de Bogotá (Colômbia), aplica ferramentas arqueométricas, sequências estratigráficas de camadas de tinta e uma revisão de fontes documentais históricas, investigando as transformações cromáticas ao longo do tempo. O estudo desafia a visão tradicional e homogeneizadora que predomina nas políticas de conservação, propondo uma interpretação mais complexa da cor em contraste com as evidências materiais. A análise de tintas sintéticas permitiu a identificação de materiais industriais correspondentes aos séculos XIX e XX, estabelecendo indicadores de datação relativos a esses tipos de estratos. Os resultados contribuem para a construção de uma arqueologia da cor urbana, abrindo novas possibilidades metodológicas para a avaliação interdisciplinar do patrimônio

Palavras-chave: Ciências da conservação; arqueometria; patrimônio cultural; estratigrafia pictórica; arqueologia da arquitetura.

A MATTER OF COLOR: ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE IN LA CANDELARIA, BOGOTÁ (COLOMBIA)

ABSTRACT

This research, on the study of color in residential facades in the historic center of Bogotá (Colombia), applies archaeometric tools, stratigraphic sequences of paint layers, and a review of historical documentary sources, investigating chromatic transformations over time. The study challenges the traditional, homogenizing view that has predominated in conservation policies, proposing a more complex interpretation of color in contrast to material evidence. The analysis of synthetic paints allowed the identification of industrial materials corresponding to the 19th and 20th centuries, establishing dating indicators relative to these types of strata. The results contribute to the construction of an archaeology of urban color, opening up new methodological possibilities for interdisciplinary heritage assessment.

Keywords: Conservation sciences, archaeometry, cultural heritage, paint stratigraphy, archaeology of architecture.

INTRODUCCIÓN

Hoy en día el sector histórico de La Candelaria en Bogotá es considerado como el núcleo del centro histórico de la capital de Colombia, el punto inicial de la fundación de la ciudad y su sector construido más antiguo. El consenso historiográfico de la ciudad y la evidencia arqueológica recuperada desde hace casi treinta años de investigación muestran que este sector sufrió grandes transformaciones durante el siglo XIX y las primeras décadas del XX con diversos estilos arquitectónicos¹. Pese a esto, continúa perpetuándose la idea de que es un ejemplo de un sector y una arquitectura de la época colonial. Esta situación sucede por la manera como el pasado se reconstruye en escenarios y discursos políticos, patrimoniales y turísticos.

La motivación de este proyecto parte de la necesidad de contrastar estos correlatos del pasado, a partir del estudio microestratigráfico de los revestimientos cromáticos de varios inmuebles de este sector de la ciudad².

El estudio del color en las fachadas históricas constituye una herramienta fundamental para comprender los procesos de transformación urbana y las prácticas culturales asociadas a la arquitectura. En el caso del barrio La Candelaria, en Bogotá, las capas cromáticas presentes en los paramentos no son simples acabados decorativos, sino testimonios materiales que revelan dinámicas sociales, técnicas y estéticas a lo largo del tiempo. En este contexto, este artículo presenta los resultados de una investigación centrada en el análisis microestratigráfico del color en las fachadas de este sector, con el objetivo de reconstruir secuencias históricas y aportar criterios para la conservación del patrimonio edificado.

La aproximación metodológica adoptada se inscribe en el marco interdisciplinar de la arqueología de la arquitectura, un campo que aplica métodos arqueológicos al estudio de los edificios históricos a partir de la comprensión de la arquitectura como documento material en constante transformación. Este enfoque surge en Italia en los años 1980, con aportes decisivos de Tiziano Mannoni y Roberto Parenti, y se consolida en Europa gracias a autores como Gian Pietro Brogiolo y Alberto Chavarría Arnau, quienes sistematizan la lectura estratigráfica de paramentos como herramienta interpretativa (Brogiolo; Chavarría Arnau, 1999).

Desde esta perspectiva, la estratigrafía muraria –inspirada en los principios de Harris (1989)– permite reconstruir la secuencia histórica de las fábricas arquitectónicas, revelando procesos de agregación y sustracción que expresan dinámicas sociales, técnicas y estéticas (Mileto; López-Manzanares, 2012). Así, la arquitectura deja de ser un objeto

¹ Estos cambios sucedieron debido a varios factores entre los que se destaca una historia sísmica importante con varios eventos que afectaron la ciudad desde la segunda mitad del siglo XVIII, en particular, el sismo de 1785 (Gomez-Capera *et al.*, 2014, p. 212).

² El Centro Histórico de La Candelaria fue declarado monumento nacional en 1965 y desde 1980 se creó la “Corporación La Candelaria” como un ente descentralizado de la Alcaldía Mayor de la ciudad encargado de “...conservar y defender el Centro Histórico de la ciudad [...], así como la protección de los inmuebles de interés histórico [...]” (Corporación La Candelaria 1994 p. 108). En 2006 esta Corporación se convirtió en el Instituto Distrital de Patrimonio Cultural – IDPC ampliando sus límites de acción más allá de este sector considerado como núcleo “fundacional” de la ciudad, pese a las dudas que permanecen con relación al lugar y al año en el que realmente ocurre la fundación de Bogotá (Martínez, 1976, p. 23) y que la historiografía tradicional ha situado el 6 de agosto de 1538. A este respecto, diversos incendios ocurridos en la ciudad destruyeron los registros documentales así como las cartografías históricas que reposaban en el cabildo de la ciudad, de las cuales, el plano más antiguo que se conserva es de 1791.

estático para convertirse en un texto material, un palimpsesto que acumula significados a lo largo del tiempo (Corboz, 1983). Este marco teórico sustenta la aproximación de este estudio, en el cual el análisis microestratigráfico del color se entiende como parte del registro arqueológico. Las capas cromáticas no son meros acabados, sino huellas históricas que permiten reconstruir prácticas culturales y procesos de transformación urbana, en diálogo con los principios de la arqueología de la arquitectura (Azkarate, 2020; Carandini, 1997).

El análisis de estos estratos permite comprender el valor social y cultural que tuvo el color para los bogotanos en determinados momentos del pasado frente a su uso y su materialidad. La caracterización de estos estratos y su interpretación devela momentos en los que aparecen prácticas sociales ligadas al color, y también políticas públicas encaminadas a controlarlas que responden a la aparición de los discursos sobre el patrimonio cultural, el pasado y su conservación que en Colombia tuvieron un primer impulso en la década de 1960.

Este proyecto denominado *El color de La Candelaria*, ganador de la convocatoria 2023 de la Corporación de Universidades del Centro de Bogotá³, se enfocó metodológicamente en el estudio de las fachadas de once casas localizadas sobre el eje de la Calle 10 (ver Figura 1) conocida en uno de sus tramos como Calle de la fatiga.

Figura 1. Localización de las casas estudiadas sobre el eje de la Calle 10 en el sector de La Candelaria en Bogotá.



Fuente: Autores (2024).

³ La red de universidades del Centro anualmente financia una convocatoria de investigación con proyectos conjuntos entre varias universidades. Los resultados de esta investigación hicieron parte del proyecto ganador en 2023 formulado por la Universidad La Gran Colombia, la Universidad de La Salle, la Universidad América, la Universidad de los Andes y la Fundación Erigaie. El objetivo consistió en la creación de un producto de divulgación digital basado en los resultados de la investigación de los colores de las casas.

Esta calle, recientemente peatonalizada, es una de las más emblemáticas por la presencia de edificios representativos de la ciudad, pero también, por el impulso turístico y la visibilidad patrimonial que tiene debido a su posición convergente con la Plaza de Bolívar como punto central de la ciudad.

La selección de estos edificios (ver Cuadro 1) estuvo marcada por su localización a lo largo de la calle, por la posibilidad de tomar muestras (permisos y acceso) y por el hecho de que cada inmueble cumpliera con dos condiciones. La primera es que fuesen casas; es decir, edificios construidos dentro del ámbito doméstico independientemente de su uso actual (ver Figura 2).

Cuadro 1. Identificación de los inmuebles, el número de muestras y el número de estratos.

ID	DENOMINACIÓN	DIRECCIÓN	PROPIETARIO	MUESTRAS	TIPO DE UE	PLANTA	ESTRATOS
1	Casa Eduardo Santos	Calle 10 # 4-49	Universidad América	18-1	Muro	1	5
				18-2	Carpintería	1	15
2	El Zócalo	Calle 10 # 3-76	Fundación Erigaie	18-3	Muro	2	14
				18-4	Moldura	2	14
3	Casa Manuelita Sáenz	Calle 10 # 6-12	América	18-5	Muro	2	4
				18-6	Moldura	2	16
4	Casa de los siete balcones	Calle 10 # 3-61	IDPC (Museo de bogotá)	18-9	Muro	2	18
				18-10	Muro	2	13
				18-11	Carpintería	1	17
5	Casa Samano	Calle 4 # 10-18	IDPC (Museo de bogotá)	18-12	Muro	1	24
				18-13	Zócalo	1	19
6	Casa 2-38	Calle 10 # 2-38	Privado	18-14	Carpintería	1	22
				18-15	Muro	1	18
7	Casa de los Comuneros	Calle 8 # 9-83	Secretaría Distral de Cultura	18-16	Zócalo	1	14
				18-17	Muro	2	11
8	Casa 9-25	Calle 10 # 9-25	Privado	18-18	Carpintería	1	24
				18-19	Zócalo	1	21
9	Casa 305	Calle 10 # 9A-13	Privado	18-20	Zócalo	1	26
				18-21	Carpintería	1	33
10	Casa 8-43	Calle 10 # 8-3	Privado	18-22	Carpintería	1	33
11	Casa 3-17	Calle 10 # 3-17	Privado	18-23	Muro	1	22
Muestras				23	Estratos		383

Fuente: Autores (2024).

El énfasis en las viviendas se debe a nuestro interés por explorar las decisiones de los habitantes con relación al color de sus casas para entender cómo se fue dando forma y apariencia al barrio como respuesta a lo que se ha denominado el estilo de vida desde la perspectiva de los estudios de cultura material en términos de la “*relación dialéctica y recursiva entre personas y cosas*” (Tilley *et al.*, 2006, p. 4), que en este caso se desenvuelve a partir de las casas y el color.

Por otro lado, el ámbito de lo doméstico y el concepto de “casa” es una categoría de análisis “[...] *interesante para explorar el significado de la permanencia y las formas que*

esta adquiere" (Therrien; Jaramillo 2004, p. 90). Es decir, la imagen urbana de este sector estuvo y aún está mediada por las decisiones de los propietarios más allá de las decisiones institucionales, de los edificios públicos o de las políticas de manejo del barrio, pese a que estas últimas han tenido una incidencia directa en esas decisiones.

La segunda condición fue concentrar el estudio estratigráfico en las capas de pintura de las fachadas debido a que estos elementos, a diferencia de otros lugares de la casa, constituyen un umbral y al mismo tiempo una membrana entre lo privado y lo público. La fachada da cuenta de las expectativas de los habitantes en la relación con el escenario de lo público, y los cambios físicos y sociales de la ciudad.

Cualquier pintura está compuesta por un medio (aglutinante) que sirve de vehículo para poder esparcir sobre una superficie los pigmentos, que son las sustancias en polvo que brindan color (Mayer, 1993, p. 2). Por tanto, la caracterización de este tipo de unidades estratigráficas requirió establecer la naturaleza de los aglutinantes que determina el tipo de técnica pictórica, y también la naturaleza de los pigmentos.

Al tratarse de estratos de revestimiento subyacentes, la metodología empleada se centró en el procesamiento de muestras debido a las dificultades para realizar excavaciones en los muros. Si bien los sondeos o calas de exploración sobre el muro brindan información óptica acerca de la textura y apariencia general de los mantos cromáticos, los cortes estratigráficos permiten una mejor caracterización de este tipo de unidades al establecer con claridad las relaciones topográficas entre estratos y al permitir la identificación de los materiales de cada capa.

De cada inmueble se tomaron dos o tres muestras considerando la configuración arquitectónica de cada fachada. Tras un levantamiento arquitectónico de planta y alzada⁴ incluyendo un acercamiento preliminar a los elementos compositivos como pórticos, pañetes, dinteles y balcones, entre otros, se seleccionaron los lugares específicos para extraer las muestras. Algunas fueron tomadas de muros en la planta de acceso de las casas a diferentes alturas. En otros casos, se tomaron muestras de carpinterías o muestras localizadas en molduras decorativas en las segundas plantas (ver Figura 2).

Cada muestra tiene una extensión del orden de 0,5 cm y fue numerada con un código único. Esta identificación permite elaborar las secuencias estratigráficas de cada inmueble. Si bien nuestro interés no fue establecer una secuencia urbana o una evolución del sector de La Candelaria mediante un análisis clúster (Mesanza Moranza; García Gómez; Azkarate, 2020, p. 9), todas las muestras fueron georreferenciadas y localizadas planimétricamente en cada fachada, con miras a futuros análisis e interpretaciones espaciales.

Por otro lado, se consultaron diferentes fuentes históricas que incluyeron anuncios comerciales de prensa, catálogos y magazines o anales de las asociaciones de productores de pinturas que brindaron un marco para la interpretación cronológica de las secuencias mediante la identificación de eventos específicos que, en conjunto con la caracterización de materiales, nutrieron el análisis de los resultados. A este respecto, las fuentes documentales acerca de materiales modernos como las pinturas sintéticas siguen estando dispersas, son escasas o no han constituido un problema histórico o arqueológico de investigación en Colombia.

⁴ Los levantamientos con nube de puntos o la actualización de levantamientos previos existentes fueron llevados a cabo por los profesores José Alcides Ruíz y Carlos Alberto Díaz Riveros de la Universidad La Gran Colombia y sus estudiantes del semillero de investigación en patrimonio cultural.

CARACTERIZACIÓN DE LOS ESTRATOS

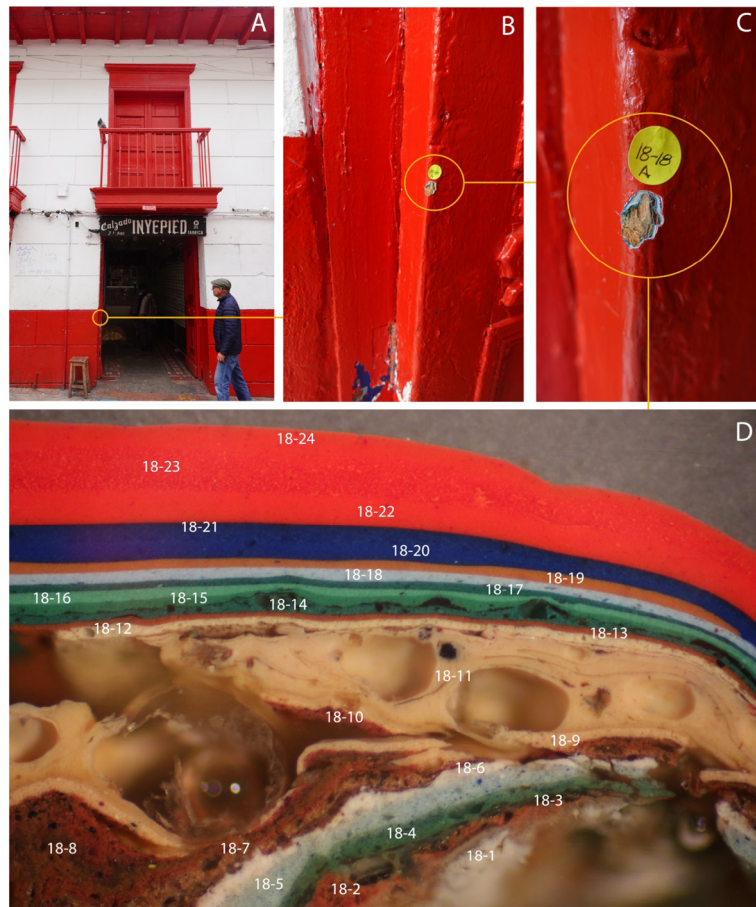
Para la toma de muestras se realizó un acercamiento a los lugares y elementos arquitectónicos de cada inmueble. Estos elementos, muros, zócalos, carpinterías y molduras decorativas fueron elegidos en función de las posibilidades para la toma de muestras, el estado de cada edificación y su localización dentro de cada fachada. Estos elementos, metodológicamente, fueron considerados como unidades de excavación (UE).

La caracterización de los estratos se realizó por medio del procesamiento de las muestras tomadas de cada uno de los inmuebles seleccionados. En total, se procesaron 23 muestras empleando la técnica conocida como cortes estratigráficos.

Esta técnica consiste en englobar la muestra entre dos capas de resina para cortarla transversalmente y pulirla hasta revelar cada una de las capas que la componen. Al tratarse de un corte transversal, lo que se observa es la sucesión de estratos presentes en cada muestra.

Todas las muestras fueron procesadas y analizadas con un microscopio óptico de luz visible y fluorescencia de UV en el Laboratorio de Estudios de Artes y Patrimonio –LEAP– y se realizaron microfotografías a diferentes aumentos (100x, 200x y 400x). Utilizando las microfotografías, en primera instancia, se estableció la posición topográfica de cada estrato y se numeró con un código único de identificación (Figura 3) Se midió el grosor de cada estrato en micras (μm). En total se identificaron 383 estratos.

Figura 2. El proceso de caracterización de los estratos implica transitar por diversas escalas de análisis: la lectura de la fachada (B), el elemento arquitectónico (B) y el lugar para la toma de muestra (C). Los cortes estratigráficos permiten ver la sucesión de estratos bajo el microscopio (D). Casa 9-25.

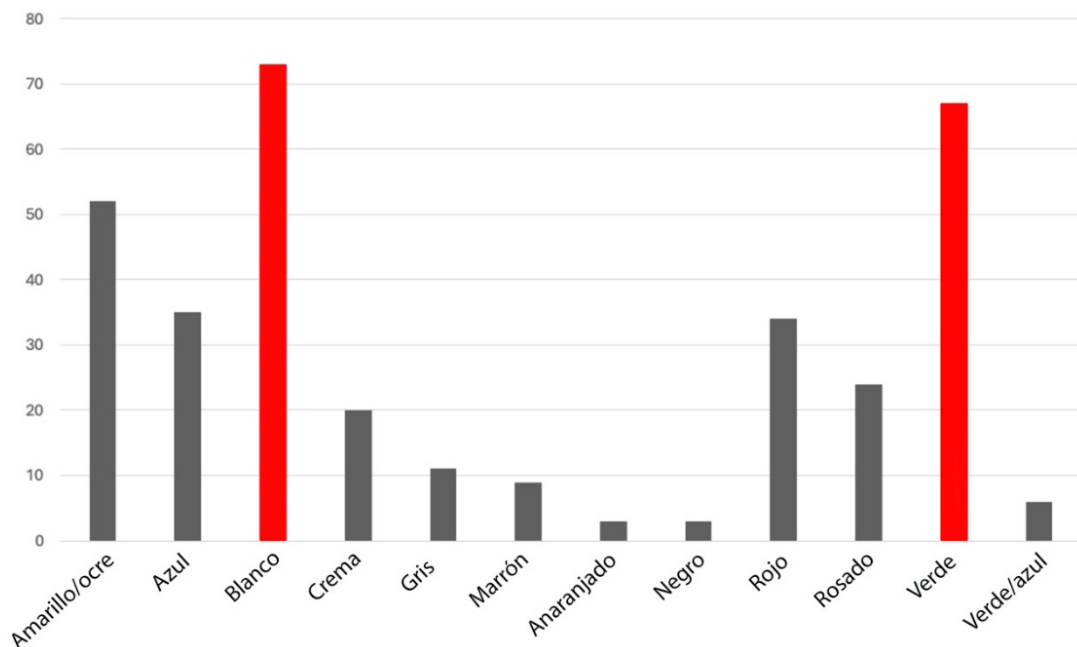


Fuente: Autores (2024).

En una segunda instancia se revisaron las características morfológicas más generales de cada estrato. Se identificaron estratos de soporte o preparación (como madera, piedra, mortero, estuco o enlucido), estratos cromáticos (pinturas y purpurinas) o elementos negativos o interfaciales (separaciones, capas de suciedad, etc.). De la totalidad de los estratos, 341 corresponden a capas de pintura. De estos, 103 fueron extraídos de muros, 72 de zócalos, 27 de molduras y 139 de unidades de excavación asociadas a elementos de carpintería (ventanas, rejas, balcones y puertas).

Con relación al color, se hizo una descripción inicial tal y como se observa a través del microscopio óptico. Aunque la descripción del color depende de su fenomenología, se realizó una aproximación cualitativa para describir cada estrato pictórico. En todos los casos, se estableció el color dominante para la descripción y se intentó normalizar el vocabulario para unificar las diferencias de saturación, tono y matiz. Los colores más recurrentes correspondieron al blanco y al verde (Figura 3).

Figura 3. Gráfico de distribución de los colores. En los estratos cromáticos predomina casi por igual el verde y el blanco con 67 y 73 estratos, respectivamente, de los 341 estratos de pintura.

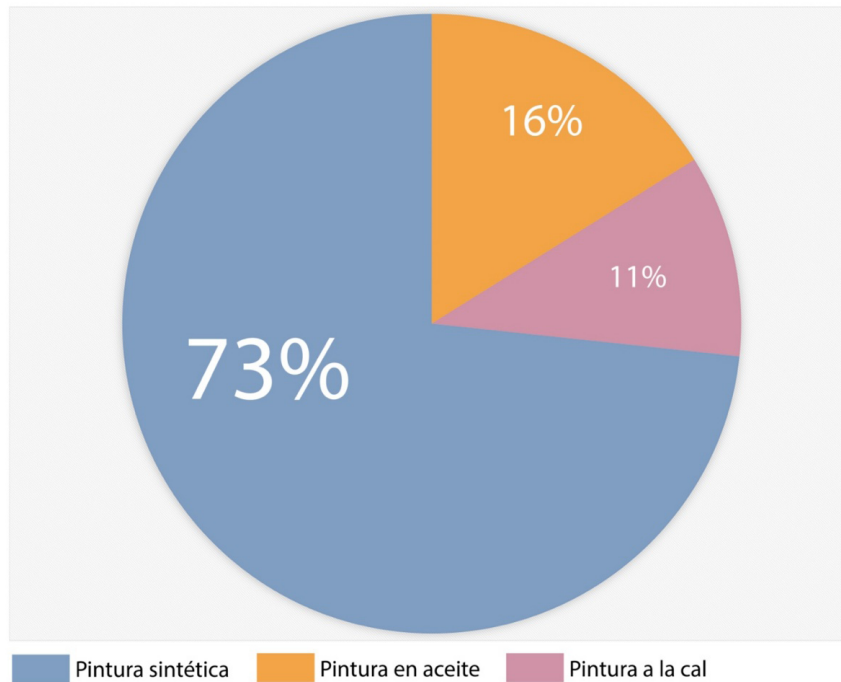


Fuente: Autores (2024).

Por medio de análisis microquímicos, es decir, mediante el uso de reacciones a la gota directamente sobre las muestras, se realizó un acercamiento a los aglutinantes de los estratos de pintura. En general, se caracterizaron pinturas a la cal, en aceite, vinílicas o acrílicas. La mayoría de los mantos cromáticos correspondieron a capas de pintura sintética (73%), seguidas por un 16% de pinturas en aceite y tan solo un 11% de pinturas a la cal (Figura 4).

Existe una correlación entre el tipo de pintura y los elementos arquitectónicos de donde que se tomaron las muestras. Las pinturas en aceite, por ejemplo, solamente aparecen en unidades que corresponden a zócalos y carpinterías, mientras que las pinturas a la cal aparecen mayoritariamente en los muros y en menor medida en los zócalos. Las pinturas sintéticas están en todos los tipos de UE.

Figura 4. Gráfico con la distribución de los tipos de pintura caracterizados. El 73% de los 341 estratos corresponden a pinturas sintéticas.



Fuente: Autores (2024).

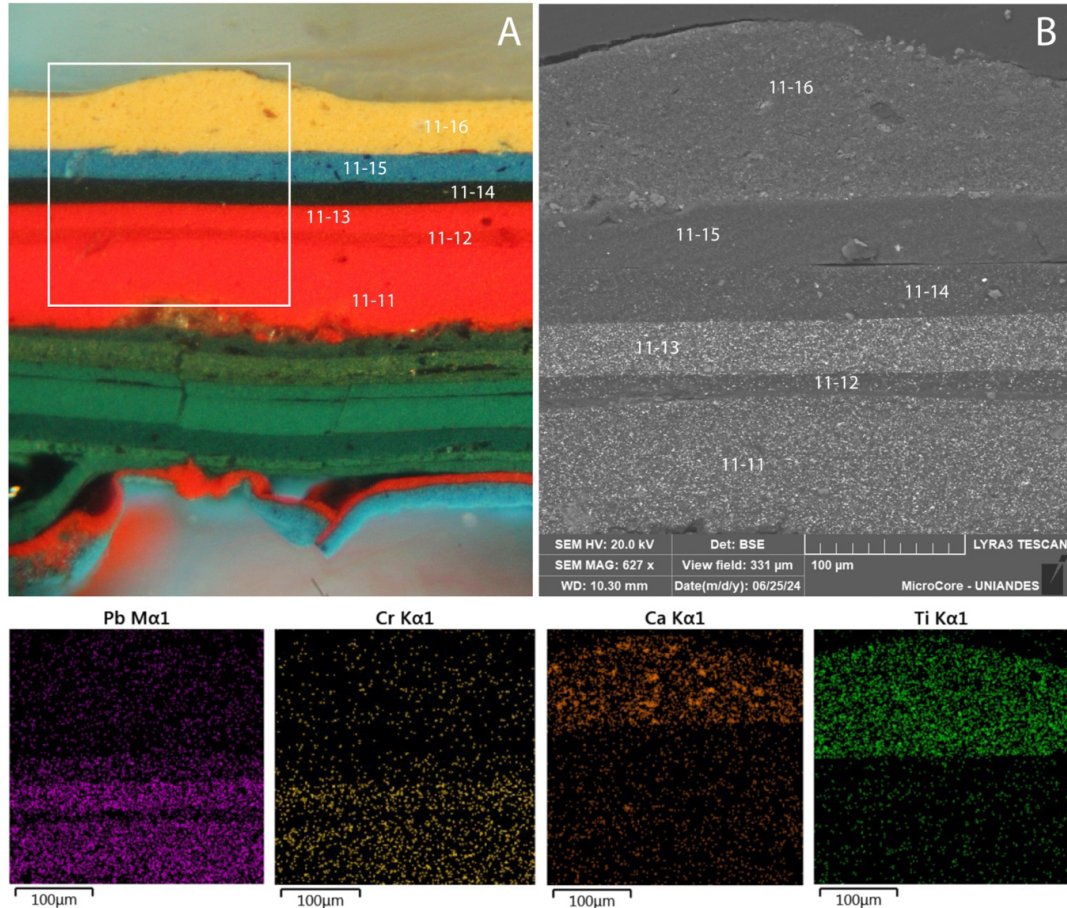
Posteriormente, las muestras fueron analizadas en el microscopio electrónico de barrido del laboratorio MicroCore⁵ en donde se realizaron mapas elementales y espectroscopías dispersivas (MEB-EDS) para identificar y cuantificar los elementos químicos, información esencial para la identificación de los pigmentos, así como de otros materiales inorgánicos que se utilizan como extensores o aditivos en la fabricación de pinturas.

No todos los pigmentos fueron identificados en tanto se realizó un barrido general de las muestras. Asimismo, en muchos casos las formulaciones más contemporáneas emplean colorantes orgánicos que no pueden ser detectados con MEB-EDS. En el caso de los blancos, casi todos los estratos analizados, exceptuando los encalados, corresponden al pigmento blanco de titanio (TiO_2) o a mezclas de blanco de titanio y litopón (ZnS BaSO_4), estas últimas presentes en los estratos menos superficiales de pintura.

Con relación a los verdes, en su mayoría se trata del pigmento verde de cromo (Cr_2O_3), mientras que los amarillos y ocre corresponden casi en su totalidad a óxidos de hierro como la limonita. Solamente se detectó la presencia de amarillo de cromo en un estrato. Estratos rojos, naranjas y rosados presentan mayoritariamente hematita (Fe_2O_3) aunque en unas cuantas capas se detectó una mezcla de plomo y cromo que posiblemente corresponde a una combinación de minio de plomo (Pb_3O_4) con amarillo de cromo (PbCrO_4) (Figura 5).

⁵ Microscopio de barrido de electrones y de haz de iones focalizado FE-MEB LYRA3 de TESCAN. Los análisis cuantitativos tienen una precisión de $\pm 2\%$, con límites de detección de 100 ppm aproximadamente en análisis rutinarios. MicroCore. Vicerrectoría de Investigación y Creación. Universidad de los Andes.

Figura 5. Los cortes estratigráficos (A) se analizan en el MEB-EDS para producir una imagen con electrones retrodispersados (B). Este análisis permite identificar por separado los elementos químicos presentes en un área determinada de la muestra. En la parte de abajo se observa como el plomo (Pb) y el cromo (Cr) coinciden en los estratos 11-13 y 11-11, mientras que el calcio (Ca) y el titanio (Ti) están únicamente en las capas más recientes. Casa de los 7 balcones.



Fuente: Autores (2024).

En el caso particular de las pinturas sintéticas fueron identificados otros elementos químicos como calcio (Ca), silicio (Si), aluminio (Al), magnesio (Mg) y bario (Ba), los cuales corresponden a aditivos empleados como extensores para estabilizar los pigmentos minerales o para darle cuerpo y consistencia a las capas pictóricas.

Con relación al número de estratos, algunas de las muestras, como la 18-1, solamente presentan una sucesión de cuatro capas de pintura blanca, en contraste con otras como la 18-22 que tiene 33 capas. Estas diferencias indican procesos de intervención de los edificios en los que se han eliminado los pañetes y capas de pintura más antiguos para ser reemplazados por completo. Estos resultados constituyen un indicador de los procesos de desarrollo de la industria de las pinturas domésticas y su introducción en el mercado local.

INDUSTRIALIZACIÓN, PINTURA Y ESTÉTICA DE LA CIUDAD

Los resultados de la caracterización de los estratos con la presencia mayoritaria de pinturas sintéticas y la aparición de distintos elementos químicos apuntan al establecimiento de marcadores para la datación de este tipo de materiales como consecuencia del desarrollo de la industria de pinturas desde la segunda mitad del siglo XIX.

En el catálogo “Best Paint in the World”, de la empresa Pacific Rubber Paint Co. (1857, p. 3) de San Francisco, se señala que:

La superioridad de este tipo de pinturas sobre las de plomo y aceite y todas las demás pinturas mezcladas está ahora plenamente establecida, habiendo sido sometida durante varios años a las pruebas y ensayos más severos, y después de este lapso de tiempo, sigue siendo tan dura y sólida como cuando se aplicó por primera vez, sin agrietarse, pelarse ni descascararse, lo que le da justo derecho al título de la Mejor Pintura en el Mundo.

Más allá de la evidente promoción comercial, lo que el anuncio indica es el interés por el desarrollo de nuevos materiales de pintura, así como el impulso que los fabricantes hacían deliberadamente como parte de su negocio. Varias de las marcas comerciales, tanto en América como en Europa, adquieren renombre y para comienzos de siglo XX entran a formar parte del mercado, y también de la cultura popular. No en vano, Marcel Duchamp en 1916-1917 toma un anuncio comercial de las pinturas Sapolin para hacer su famosa obra *Apolinère Enameled*, que actualmente hace parte de la colección del Museo de Arte de Filadelfia.

En la revisión de documentos anteriores al siglo XIX, se hallaron pocas menciones o referencias de valores culturales o sociales en cuanto al uso de colores en las fachadas de las casas. El valor estético se remitía a la importancia de la limpieza, exclusivamente, bajo el nombre de enlucimiento⁶ y blanqueamiento (cuando se utilizaba la cal o materiales de tierra blanca). Tanto el periodo colonial como el republicano utilizaban estos verbos de manera idéntica y suelen remitirse al uso de la cal. Solo hasta las últimas décadas del siglo XIX, inicia la introducción paulatina de nuevos tipos de pintura, tanto en las prácticas constructivas como en el propio lenguaje.

Esta incursión de nuevos materiales para la construcción generó transformaciones en la arquitectura doméstica y fueron consecuencia de los cambios que estaban sucediendo, tanto en las dinámicas comerciales e industriales del país como en las mutaciones urbanas de Bogotá a finales del siglo XIX⁷.

La aplicación del programa del liberalismo económico y la vinculación del país al comercio internacional [...] permitieron que el país y un número significativo de comerciantes aumentara sus recursos económicos y tuviera con que mantener un activo mercado de importación. Esta reactivación comercial provocó numerosos cambios en el desarrollo urbano de Bogotá y en la arquitectura doméstica, sobre todo por el aumento en la capacidad adquisitiva de la élite. A la capital llegaron algunos arquitectos extranjeros, los colombianos pudieron viajar con asiduidad a Europa o los Estados Unidos y los libros e ideas provenientes del viejo continente se

⁶ En el diccionario de autoridades del año de 1732, expresan que enlucimiento es: “el blanqueamiento que se da las paredes para limpiarlas y enlucirlas [...] blanquear las paredes, bañándolas con paños que llaman de yeso, para que queden limpias”. (Real Academia Española, 1729).

⁷ A partir de las últimas décadas del siglo XIX y primeras décadas del siglo XX, la ciudad experimentó una importante transformación en sus estilos arquitectónicos. Fueron cambios muy sutiles porque no se contaba con los recursos económicos para hacer cambios profundos y estructurales a las viejas prácticas de construcción coloniales. Estos se daban, particularmente, en las fachadas de los inmuebles. Sin embargo, estos cambios que hoy conocemos como “arquitectura republicana” fueron los suficientemente importantes para marcar lenguajes (Arango, 1990).

difundieron con mayor rapidez. Todo ello contribuyó a modelar el gusto estético y arquitectónico de los residentes capitalinos de acuerdo con patrones europeos (Betancourt, 1998, p. 53).

El negocio de estos materiales estaba a cargo de las casas comerciales como la de la familia Samper, Francisco Vargas o Camacho Roldan, quienes importaban materiales de construcción, desde Europa o Estados Unidos, mediante pedidos exclusivos (cuando se trataba de proyectos específicos) o pedidos relativamente pequeños debido a los riesgos de importación (Safford, 2003), haciendo de estos un bien de consumo restringido a una porción limitada de la población.

Existen casos documentados, como el ejemplo de la pintura blanca y colorada que se compró y pidió desde Nueva York, para restaurar la iglesia de San Francisco de Santa Marta en el año de 1887, donde la ciudad importó un volumen de 800 libras para la obra. Esto sucedía con el resto de los proyectos públicos al igual que con proyectos privados (Roldán, 1887).

Se ha registrado evidencia de la importación frecuente de pinturas a Colombia, particularmente de insumos para colores, en la segunda mitad del siglo XIX. Estos materiales comenzaron a ser regulados bajo parámetros establecidos de tarifas de importación. Por ejemplo, en la estadística de comercio, publicada por el Estado en el año de 1872, ya es común el uso de regulaciones para artículos como el “aceite de linaza, el almagre, blanco de España [Carbonato de cal] i de zinc [Carbonato de Zinc], humo negro [Hollín], palo campeche, brasilete, guayacán, mora i sandalino rosado, en rasura” y “pinturas preparadas en aceite” al igual que “albayalde o carbonato de plomo, amarillo inglés y cromato de plomo, azul de Prusia i azul mineral” (Colombia, 1871). Pese a que son insumos que no se utilizan exclusivamente en las pinturas sintéticas, esto es un indicio de que el escenario para que se diera un comercio, una industria, un lenguaje especializado y una demanda local de pinturas ya se estaba gestando.

Ante la falta de productores locales, algunos autores estaban dando discusiones relevantes a la ciencia e industria de los materiales de construcción, así como a la necesidad de fábricas nacionales, mediante revistas como “anales de la ingeniería”, “la ciencia” o “el agricultor”. Por ejemplo, en el año de 1879 E. Morales escribió un pequeño texto acerca de la silicatización y su posible industria para la cobertura de paredes y fachadas en la ciudad argumentando que *“hasta ahora 20 años no se construían en Bogotá sino paredes de tapia pisada y de adobe, que se enlucían con cal blanca, sistema con el cual no es posible que una aglomeración de casas, por numerosas que sean, tome el aspecto de ciudad decente y elegante”* (Morales, 1887).

Los documentos consultados, entre 1850 y 1910, no permiten prever una comparación de precios, estándares y costos en cuanto a la pintura de paredes, e incluso, en los textos no existe una verdadera diferenciación entre pinturas industriales, importadas, locales o preparadas de manera artesanal.

Algunos autores como Mejía Pavony (2000) señalan que las prácticas de diferenciación social, anteriores a 1850, se daban por medio de la adquisición de bienes de consumo y se dieron primero hacia el interior decorativo de las casas y no hacia su exterior. Las fachadas de las casas eran de aspecto pobre, a diferencia de sus interiores, donde las personas utilizaban su poder adquisitivo mediante la ostentación de papeles de tapiz, muebles y pinturas, entre otros elementos.

Lentamente la pintura encontró un mercado más grande en la medida que nuevas estéticas y técnicas de construcción comenzaron a aplicarse en la ciudad a partir de la segunda mitad del siglo XIX. Algunos testimonios permiten inferir que ciertas tendencias

estéticas estaban siendo introducidas⁸. Por ejemplo, el escritor Juan de Dios Restrepo escribió en el año de 1858 su percepción del cambio urbano en Bogotá:

La antigua costumbre santaferña, un tanto cuanto hipócrita, de dar una fachada humilde y mezquina a casas llenas en el interior de lujo y de confortables, va desapareciendo: hoy en día el lujo no se oculta, se refleja también en lo exterior: a las buenas casas les ponen frontispicios elegantes (Restrepo, 1858 *apud* Betancourt, 1998).

En cuanto al uso del color en el exterior de las casas, los textos de la época no describen estos cambios, sin embargo, José Manuel Marroquín, quien escribió cuadros de costumbres a principios del siglo XX, expresaba que los nuevos estilos arquitectónicos acostumbraban a pintar partes de la fachada, como las barandas y balcones de “varios colores” (Marroquín, 1850 *apud* Vergara y Vergara, 1967).

En el periódico “XYZ” (1907) que circuló en Bogotá aparece un anuncio publicitario de una tienda en la que se vende “Pintura Sapolin”, “Pinturas preparadas”, “Verde Cal”, “Verde imperial”, lo que indica que ya existían para este momento pinturas importadas en la ciudad, mucho antes de la aparición en 1945 de “Pintuco” como la primera fábrica en producir a nivel local pinturas sintéticas⁹.

A diferencia de los materiales para el arte, las pinturas domésticas enfrentaron el problema de cubrir grandes superficies y de resistir a la intemperie, manteniendo al mismo tiempo costos accesibles para hacerlas competitivas dentro del mercado como pinturas previamente “preparadas”, en contraposición a las mezclas manuales empleadas por los pintores de brocha gorda.

Esto llevó a un interés científico por la introducción de cambios y mejoras en las formulaciones. Desde comienzos de siglo XX se crea una “Sección científica” dentro de la Asociación de fabricantes de pinturas de los Estados Unidos en la que se discuten pruebas de materiales, formulaciones y estándares de calidad que se van sustentando dentro de un marco de investigación y experimentación de nuevos materiales.

En la edición de septiembre de 1909 (No. 1 vol. 2) del magazine “American Paint and Oil Dealer”, por ejemplo, se menciona que el uso del silicato de magnesio “[...] *no afecta los colores, protege la vida de la pintura y previene también el asentamiento de la pintura en la lata*” (359). Lo mismo para la barita en la formulación de las pinturas blancas de plomo.

Otros extensores como el caolín, el sulfato de calcio, la alúmina y el carbonato de magnesio se fueron introduciendo para lograr mejores resultados y mantener durante más tiempo los pigmentos en suspensión evitando el problema de la decantación o el endurecimiento de las pinturas antes de llegar al consumidor.

Aparecen nuevos pigmentos como el blanco de titanio que es introducido por primera vez en 1910, se comercializa desde 1918 y hacia 1946 ya había reemplazado casi por completo a los demás pigmentos de color blanco (Laver, 1997, p. 297-300). Los primeros intentos para

⁸ La arquitectura republicana es sobre todo un lenguaje. Esta característica permite, además, su reproductibilidad; con más o menos habilidad, arquitectos menores o maestros de obra armados de un repertorio fácil de imitar podían vestir de “lenguaje republicano” a la arquitectura. La repetición seriada de moldes de yeso para ciertos detalles (capiteles, cornisas, por ejemplo) hizo accesible este lenguaje a la mayor parte de la población (Arango, 1990, p. 133).

⁹ <https://www.pintuco.com.co/historia/>

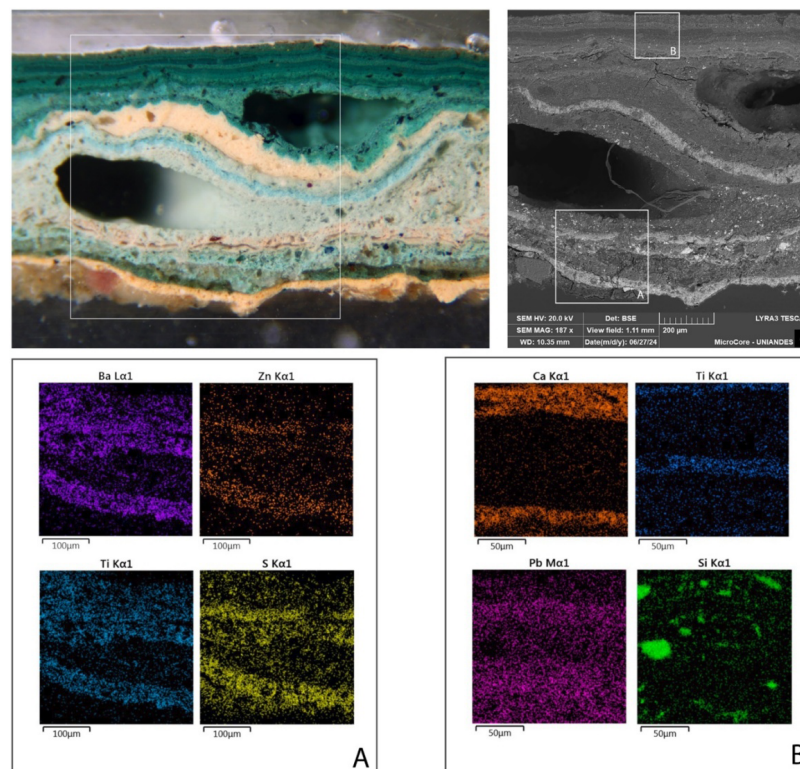
producir blanco de titanio a escala industrial datan de 1914 y se basaron en la precipitación del dióxido de titanio natural en sulfato de bario (Laver, 1997, p. 296).

Adicionalmente, antes de la Segunda Guerra Mundial el blanco de titanio se mezclaba con pigmentos blancos de plomo y zinc posiblemente para mejorar sus propiedades y para disminuir los costos (Fisher, 1953, p. 7). Esta situación comienza a cambiar debido a que, por una parte, las restricciones en el uso del aceite para la fabricación de pinturas durante la Segunda Guerra (Fisher, 1953, p. 12) condujeron al desarrollo de una nueva generación de polímeros que funcionaba bien con el blanco de titanio. Por otra parte, el proceso mismo de fabricación para obtener pigmento también se fue perfeccionando, y se obtuvo un material con menos impurezas, con mejor poder cubriente y con unos costos de producción viables.

Estos datos coinciden con los resultados en la caracterización de los estratos pictóricos. En las muestras 6 y 14, por ejemplo, la superposición de titanio (Ti), zinc (Zn), bario (Ba) y azufre (S) se observa únicamente en los primeros estratos pictóricos 6-2 a 6-10 (la secuencia va de 6-1 a 6-16) y 14-2 a 14-6 (la secuencia va de 14-1 a 14-22), mientras que, en otras muestras como la 3, 12, 13, 17 y 18, el titanio aparece sin estos otros elementos, particularmente en los estratos más superficiales.

Si bien en las formulaciones desde la década de 1920 el dióxido de titanio puede aparecer puro o mezclado en diversos porcentajes con otros compuestos como el litopón, el óxido de zinc, el sulfato de bario o el yeso, el análisis de estas pinturas parece demostrar que a medida en que transcurre el tiempo este pigmento blanco se emplea más puro (Figura 6).

Figura 6. Los mapas elementales muestran la distribución de los elementos químicos. En las capas más antiguas correspondientes al área A, el titanio se superpone al bario, al zinc y al azufre. En las capas más superficiales (área B), el titanio aparece sin estos otros elementos, además del plomo, el calcio y el zinc. Estos cambios pueden ser un indicador de los cambios en la formulación de las pinturas durante el siglo XX. Muestra 6. Casa 2-38.



Fuente: Autores (2024).

DE VERDE Y DE BLANCO O LA CONSTRUCCIÓN DE UNA IMAGEN COLONIAL

La idea de que el sector de La Candelaria es un lugar fundacional para Bogotá trajo consigo una materialización cromática de lo colonial: la combinación de los colores blanco (para los muros) y verde (para las carpinterías y zócalos) en la pintura de las casas. Si bien es cierto desde el siglo XVIII existía la costumbre del uso de la cal para enjalbegar las fachadas de las casas (Daza, 2020, p. 4), durante el siglo XX diversas disposiciones y reglamentaciones locales terminan por promover esta combinación específica de colores.

De las primeras reglamentaciones con respecto al mantenimiento y color de las fachadas de La Candelaria, el Decreto 28 de 1903 de la alcaldía de Bogotá ordena a los habitantes a “blanquear” las fachadas de las casas.

En el registro municipal de 1919, que era un cuaderno en el que se consignaban las deliberaciones del Consejo de la ciudad, se menciona un debate en el que se aprueba obligar a los propietarios a pintar de un solo color los muros de sus casas exceptuando los balcones y las ventanas. El documento no especifica ningún color en particular, pero claramente tiene una intención de normalizar las decisiones de los habitantes (Rojas, 1919).

Esta idea de control cromático se va consolidando paulatinamente en la ciudad y aparece de forma explícita en el Decreto 158 de 1936 en el cual el alcalde señala que se deben enlucir los frentes de las casas. Los colores deben ser claros correspondientes a tonos crema, marfil, amarillo o rosado mate. Se prohíben los colores oscuros (azul, rojo, verde y gris oscuro), excepto si el edificio se había construido bajo estándares “modernos”.

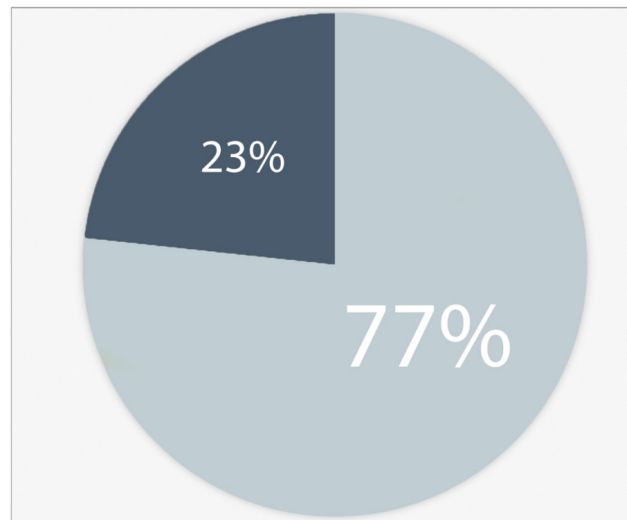
La última parte del decreto resulta importante, dado que el control del color depende de la antigüedad de los inmuebles, en tanto se definen dos categorías distintas de edificios que entran en oposición (coloniales *vs.* modernos) y una visión en la que la política pública se aplica únicamente a aquellas edificaciones que no son “modernas”. En este sentido, por primera vez se está ligando de forma deliberada la antigüedad de una casa a una paleta específica de colores. El pasado, en este contexto, comienza a adquirir una imagen y un color tangible.

La evidencia encontrada en los estratos pictóricos de los muros demuestra que este decreto entró en vigor y los colores claros (blanco, crema, rosado y amarillo/ocre) son predominantes frente a los colores oscuros tal y como lo señala la disposición del alcalde. De los 103 estratos de pintura extraídos de los muros, el 77% corresponde a colores claros como los señalados por el decreto, mientras que el 23% restante posee “colores oscuros” (Figuras 7 y 8). Estos estratos oscuros están además en las capas más superficiales de pintura.

A mediados de la década de 1950 aparecen diversas disposiciones que se aplicaron en otros sectores históricos de Colombia para el uso de la pintura blanca en los muros (Téllez; Moure, 1995, p. 50). En el caso de La Candelaria, en 1967 se crea un comité de expertos para gestionar la conservación y restauración del barrio (Rengifo, 1967).

Como resultado, se instituye en 1968 el Decreto 658 que obliga a los residentes de La Candelaria a pintar sus edificios de blanco, aceptando el uso del color únicamente en las carpinterías y zócalos. En una nota de prensa de 1974 (Fijan ..., 1974) se menciona que el alcalde de la ciudad ordena a los vecinos de este barrio pintar sus casas de blanco y de verde (Figura 9).

Figura 7. Los colores claros (blanco, crema, rosado y amarillo/ocre) corresponden al 77% de todos los estratos cromáticos en contraste al 23% relacionado con los colores oscuros (azul, gris, rojo, marrón, anaranjado, negro, verde y verde/azul).



Fuente: Autores (2024).

Figura 8. En esta muestra tomada de la Casa 3-17 (muestra 23) las primeras capas de color 23-3 a 23-5 son pinturas de colores claros a la cal. Luego aparece una sucesión de capas azules (23-6 a 23-14) sobre la que se ubica una pintura amarilla y un nuevo pañete (23-15 y 23-16). Luego aparecen nuevamente estratos azules (23-17 a 23-22).



Fuente: Autores (2025).

Figura 9. La combinación de colores blanco y verde se fue imponiendo como un patrón que remitía a una imagen colonial. Sin embargo, tal y como se observa en la muestra 18-2 tomada del marco de la puerta principal, debajo de los verdes aparecen 8 estratos con colores distintos. En esta casa, los muros (muestra 18-1) son de color blanco y solo se observan cuatro estratos de pintura. Esta diferencia en el número de estratos de color entre una muestra y otra se debe a que durante la intervención de la casa en la década de los 1990 decidieron quitar todos los pañetes y volver a poner unos nuevos.

Casa Eduardo Santos.



Fuente: Autores (2025).

Esta postura estética que buscaba reinterpretar el pasado y proponer una imagen de La Candelaria para revitalizar este sector de la ciudad como un “conglomerado cultural y artístico” (Noticias ..., 1969) consolida una combinación específica de colores (blanco y verde) como una evidencia o prueba de antigüedad. Las casas, aunque no fueran coloniales, debían verse como tal, y el blanco y el verde se erigen como una imagen concreta de lo colonial.

Esta tendencia se cuestiona a mediados de los 1980 cuando se determina recuperar los colores de las fachadas a partir de la propuesta de la Corporación La Candelaria como órgano gestor de la conservación del barrio.

Lo interesante de estas discusiones de prensa es que son los propios vecinos los que defienden los colores blanco y verde como un hito patrimonial (Colorines ..., 1984). En una carta pública se menciona que un grupo grande de ciudadanos están luchando por revivir el barrio como un testimonio “[...] de nuestra vida desde la Colonia hasta hoy” y, por tanto, ven como algo contradictorio llenar La Candelaria de “colorinches” (Colorines ..., 1984)

Es destacable que en tan solo cuarenta o cincuenta años de aplicación de una política pública ligada al manejo del color (y solamente veinte años de una política asociada

específicamente al color blanco de los muros) se haya creado un imaginario tan fuerte en los vecinos del barrio. Este fenómeno no fue exclusivo de Bogotá, y procesos similares en los que se termina asociando el pasado hispánico colonial con una arquitectura blanca ocurren en diversas ciudades del continente (Daza, 2020, p. 5).

Para 1989 finalmente la Corporación La Candelaria firma un convenio con la empresa Pintuco para pintar de colores 1.440 casas del barrio, lo que se evidencia en la aparición de estratos cromáticos distintos al blanco dentro de las secuencias estratigráficas.

Pese a estos procesos y a la recuperación de los colores en las casas de La Candelaria que hoy deja en manos de los propietarios este tipo de decisiones, los efectos psicológicos de materializar el pasado resultan potentes y todavía persisten. Varias casas del barrio siguen manteniendo muros blancos con carpinterías verdes aun cuando debajo de todas estas capas se conservan evidencias de otros colores.

Esto indica que intervenciones más contemporáneas (probablemente de la década de los 1990 o de finales de siglo XX) continúan reproduciendo esa idea blanca y verde de lo colonial. También indica la necesidad de basar las decisiones de restauración en un estudio del propio edificio y su estratigrafía, dado que, como puede observarse en la Figura 10, mientras en la muestra de la carpintería (18-2) aparecen 14 estratos de pintura, en la muestra del muro solo son cuatro y todos son blancos. Los estratos anteriores fueron eliminados, y la información de los muros como contexto arqueológico se perdió (Figura 9).

CONSIDERACIONES FINALES

En primera instancia es necesario resaltar la importancia que tiene el estudio de los estratos en las investigaciones de la cultura material, en la corroboración de los correlatos históricos y en el reconocimiento del valor que adquieren ciertos elementos estéticos, como el color, en el plano de la interpretación y las construcciones de discurso que se tejen en función del pasado.

El color de las fachadas de los inmuebles asumió un papel importante a finales del siglo XIX en la ciudad, una vez se instauró la estética republicana como un lenguaje cultural, gestando un mercado local. A partir de entonces, la pintura, poco a poco, fue objeto de interacciones y reinterpretaciones históricas. En la década de 1960, el color de las fachadas adquiere un lugar de hito y también de mito en la historiografía. Los debates académicos y la emergencia del concepto de lo patrimonial influyeron considerablemente en el campo de las políticas públicas urbanas que pretendieron regular el color en función de unos prejuicios sobre la supuesta identidad histórica de la ciudad.

Este contexto también ejerció peso en las decisiones estéticas que asumían los vecinos en cuanto a la realidad de sus fachadas. Cabe mencionar que, en el presente, estos juicios continúan influyendo en las metodologías de valoración para los parámetros de las decisiones administrativas de la gestión del espacio público y de la conservación del patrimonio cultural, en el sentido en que el color de La Candelaria continúa cambiando (Figura 10).

El análisis estratigráfico de las paredes permite demostrar la importancia de los estudios arqueológicos y arqueométricos para la historiografía de la historia y para la comprensión del valor arquitectónico de los edificios. Estas herramientas también tienen la capacidad de entablar una conversación en el campo de la tradición del conocimiento del pasado en sí mismo, porque permiten corroborar, contrastar o plantear nuevas visiones de la escritura y crítica de la historia de la ciudad, de la cultura y la sociedad.

Por otro lado, los resultados del proyecto de investigación muestran la importancia de entender los edificios como objetos complejos y de la arqueología de la arquitectura como un campo interdisciplinario fundamental para comprender las edificaciones y

el mejoramiento del proceso de toma de decisiones para su conservación. La pérdida de información que conduce quitar las capas de pintura o los pañetes de una casa es irreparable, y por desgracia los profesionales del patrimonio cultural en Colombia aún no han dimensionado por completo el valor de las evidencias para poder interpretar la significación cultural de estos bienes, en especial, cuando se trata de edificaciones republicanas, modernas o contemporáneas.

Figura 10. Después de múltiples cambios y restricciones el color de La Candelaria continúa siendo un elemento importante en la estética e identidad de este sector de la ciudad que está en permanente transformación.



Fuente: Autores (2025).

Materiales más recientes, como las pinturas sintéticas, tampoco parecen ser un problema de investigación interesante para la arqueología, las disciplinas históricas o la arquitectura en Colombia, lo que dificulta la interpretación de resultados al no existir bases de datos o catálogos de referencia que puedan consultarse. Esto se debe en parte al peso excesivo que ha tenido la antigüedad como un criterio instalado en el discurso del patrimonio cultural, su epistemología y su valoración.

Estas dos condiciones, intervenciones inadecuadas e intereses esquivos de investigación, coinciden para que este tipo de contextos arqueológicos y patrimoniales se encuentren en peligro de extinción. A esto debe sumarse el hecho de que los estratos de color, en especial cuando son pinturas planas –de brocha gorda– siguen considerándose prescindibles o que, por ser más contemporáneos, no brindan información suficiente como para velar por su conservación.

Finalmente, es importante resaltar la necesidad de seguir planteando preguntas de investigación en torno a este tipo de estratos para seguir ahondando en problemas del pasado que se dan por supuestos sin evidencias consolidadas. La historiografía de la arquitectura de Bogotá, particularmente de temas relevantes al valor social de las estéticas (como el caso del color de las fachadas), suele evocar valores e interpretaciones que no son posibles de corroborar de manera definitiva mediante el análisis de documentos o de evidencias materiales por separado.

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a todas las personas involucradas en la investigación. A la Universidad América, a la Universidad La Gran Colombia y a la Universidad de La Salle. Asimismo, a la Fundación Erigae y al Instituto Distrital de Patrimonio Cultural de Bogotá –IDPC.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN paint and oil dealer. *The American Paint Journal Company*, St. Louis Missouri, v. 2, n.1, 1909.
- ARANGO, Silvia. *Historia de la arquitectura en Colombia*. Bogotá (Colombia): Universidad Nacional de Colombia, 1990.
- AZKARATE, Agustín. (2020). La arqueología de la arquitectura a revisión: reflexiones desde la práctica. *Arqueología de la Arquitectura*, n. 17, 2020.
- BETANCOURT, Patricia Lara. La sala doméstica en Santa fe de Bogotá Siglo XIX. *Arquitectura doméstica: lenguajes colonial y republicano. Memoria y Sociedad*, v. 3, n. 5, p. 53-75, 1998.
- BROGIOLO, G. P.; CHAVARRÍA ARNAU, A. *Arqueología de la arquitectura*. Barcelona: Ariel, 1999.
- CARANDINI, Andrea. *Arqueología y estrategias: el método en arqueología*. Barcelona: Crítica, 1997.
- COLOMBIA. Banco de la República. Estadística del comercio exterior i de cabotaje: i de los demas ramos relacionados con la hacienda nacional correspondiente al año de 1871 a 1872. Bogotá: [s. n.], 1871.
- COLORINES en la Candelaria. *El Tiempo*, Colombia, Sección ULTIMA-B, 8 mar. 1984.
- CORBOZ, André. (1983). *El territorio como palimpsesto*. En *Diogenes*, 121, 12-35.
- CORPORACIÓN LA CANDELARIA. La Candelaria. El centro histórico de Santafé de Bogotá. Bogotá, Alcaldía Mayor de Bogotá. 1994.
- DAZA, David Cohen. A ambos lados del cero. *Arqueología de la Arquitectura en Colombia. Arqueología de la Arquitectura*, n. 17, 2020.
- FIJAN plazo para enlucir fachadas. *El Tiempo*, Colombia, Sección 14-C, 10 mayo 1974.
- FISHER, E. M. What you should know about Paint. *National Painters Magazine*, Nueva York, 1953.
- GOMEZ-CAPERA, Augusto Antonio; SALCEDO-HURTADO, Elkin de Jesus; BINDI, Dino; CHOY, Jose Enrique; GARCIA-PELAEZ, Julio Antonio. Localización y magnitud del terremoto de 1785 en Colombia calculadas a partir de intensidades macrosísmicas. *Revista Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales*, v. 38, n. 147, p. 211-222, 2014.
- HARRIS, Edward C. *Principios de estratigrafía arqueológica*. Londres: Academic Press, 1989.
- LAVER, Marilyn. Titanium dioxide whites. In: FITZHUGH, Elisabeth West (ed.). *Artists' pigments: a handbook of their history and characteristics*. Washington, DC: National Gallery of Art, 1997. v. 3. p. 295.
- MARTÍNEZ, Carlos. *Sinopsis de su evolución urbana: 1536-1900*. Bogotá (Colombia): ESCALA Fondo Editorial, 1976. Colección Historia.
- MAYER, Ralph. *Materiales y técnicas del arte*. Madrid (España): Hermann Blume Ediciones, 1993.

- MEJÍA PAVONY, Germán Rodrigo. *Los años del cambio: historia urbana de Bogotá, 1820-1910*. Bogotá: CEJA, 2000.
- MESANZA MORAZA, Amaia; GARCÍA GÓMEZ, Ismael; AZKARATE, Agustín. Del edificio al paisaje, una panorámica metodológica de la Arqueología de la Arquitectura en el banco de pruebas de Vitoria-Gasteiz (País Vasco). *Revista Arqueología de la Arquitectura*, n. 17, 2020.
- MILETO, Camilla; LÓPEZ-MANZANARES, Fernando Vegas. El análisis estratigráfico: herramienta para la conservación. In: MORALES, Martín; VEGA GARCÍA, Esther de (coord.). Valencia: Editorial UPV, 2010. p. 145-158.
- MORALES, Enrique. Silicatización. *Anales de Ingeniería*, v. 1, n. 4, p. 100- 104, 1887.
- NOTICIAS locales. *El Tiempo*, Colombia, n. 4, 15 ago. 1969.
- PACIFIC RUBBER PAINT & CO. Best Paint in the World. San Francisco, 1857.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*. Madrid (España): Imprenta de Francisco del Hierro, 1729. Tomo tercero.
- RENGIFO, Luis. Los barrios Antiguos. *El Tiempo*, Colombia, n. 57, p. 5, 21 oct. 1967.
- ROJAS, Tiberio. *Sesión del día 13 de septiembre de 1918*. Registro Municipal, n. 43, p. 3395-3397, 1919.
- ROLDÁN, Antonio. Exención de derechos de Aduana en favor de la iglesia de San Francisco en Santa Marta. *Diario Oficial*: Bogotá, v. 7204, p. 1178, 19 oct. 1887.
- SAFFORD, Frank. El comercio de importación en Bogotá en el siglo XIX; Francisco Vargas, un comerciante de corte inglés. In: DÁVILA, Carlos; GUEVARA, L. de. (ed.). *Empresas y empresarios en la historia de Colombia siglos XIX-XX*. Bogotá: Editorial Norma, 2003. p. 375-406.
- TÉLLEZ, Germán; MOURE, Ernesto. *Arquitectura doméstica: Cartagena de Indias*. Bogotá (Colombia): Escala Editores, 1995.
- THERRIEN, Monika; JARAMILLO, Lina. Mi casa no es tu casa. Procesos de diferenciación en la construcción de Santa Fe, siglos XVI y XVII. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá: Instituto Distrital de Cultura y Turismo, 2004.
- TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KUECHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike y SPYER, Patricia. *Handbook of material culture*. Londres: SAGE Publications, 2006.
- VERGARA Y VERGARA, José María. Cuadros de costumbres. Bogotá: Ediciones Sol y Luna, 1967.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTIGO

A ARQUEOLOGIA E SUAS IMAGENS: ALGUMAS CONDIÇÕES INICIAIS

Luara A. Stollmeier*

RESUMO

É impossível pensar em Arqueologia sem suas imagens: sua vocação visual é amplamente reconhecida. Este artigo propõe uma genealogia crítica das práticas imagéticas na disciplina, articulando a constituição do observador arqueológico e dos aparatos visuais à sua institucionalização. Com base em autores como Crary, analisa-se como os modelos epistemológicos da *câmara escura* e da *câmera fotográfica* intra-agem com concepções de evidência, corpo, tempo e autenticidade. Entrelaçando episódios da história da arqueologia – como a mudança de propósito em conhecer o passado e a estabilização de regimes de visibilidade –, o artigo evidencia como esses modelos operaram na produção do conhecimento arqueológico e como continuam informando práticas atuais.

Palavras-chave: Arqueologia das imagens gráficas; Arqueologia da fotografia; História da Arqueologia.

* Pós-doutoranda do Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (LEACH-UFGM), Programa de Pós-Graduação de Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Antropologia com concentração em Arqueologia (2022) pelo Programa de Pós-Graduação de Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: luarastollmeier@gmail.com. Orcid <https://orcid.org/0009-0006-6089-2268>.

ARCHAEOLOGY AND ITS IMAGES: SOME INITIAL CONDITIONS

ABSTRACT

It is impossible to think about Archaeology without its images: its visual vocation is widely acknowledged. This article proposes a critical genealogy of imaged practices within the discipline, articulating the constitution of the archaeological observer and visual apparatuses with its institutionalization. Drawing on authors such as Crary, it analyzes how the epistemological models of the *camera obscura* and the *photographic camera* interact with conceptions of evidence, body, time, and authenticity. By interweaving episodes in the history of archaeology—such as the shift in the purpose of knowing the past and the stabilization of regimes of visibility—the article shows how these models operated in producing archaeological knowledge and how they continue to inform current practices.

Keywords: Archaeology of graphic images; Archaeology of photography; History of Archaeology.

LA ARQUEOLOGÍA Y SUS IMÁGENES: ALGUNAS CONDICIONES INICIALES

RESUMEN

Es imposible pensar la Arqueología sin sus imágenes: su vocación visual es reconocida ampliamente. Este artículo propone una genealogía crítica de las prácticas imagéticas en la disciplina, articulando la constitución del observador arqueológico y de los aparatos visuales con su institucionalización. A partir de autores como Crary, se analiza cómo los modelos epistemológicos de la *cámara oscura* y de la *cámara fotográfica* intraactúan con concepciones de evidencia, cuerpo, tiempo y autenticidad. Entretejiendo episodios de la historia de la arqueología –como el cambio en el propósito de conocer el pasado y la estabilización de regímenes de visibilidad–, este artículo muestra cómo estos modelos operaron en la producción del conocimiento arqueológico y cómo siguen informando prácticas actuales.

Palabras clave: Arqueología de imágenes gráficas; Arqueología de la fotografía; Historia de la Arqueología.

One image, multiple stories. One image, a duplicate present. One image, a multiple past. It is therefore clear, as Bruno Vandermeulen emphasizes that “instead of taking photos, you are making images”, or as Connie Svabo and Michael Shanks put it – “you are entering a mode of engagement” (Nicolae, 2015, p 237).

“Que a história da antropologia, como a reconheceríamos hoje, e a da fotografia têm seguido trajetórias paralelas”, Pinney (1996, p. 29) já nos contou. Que se valem de procedimentos muito parecidos para adquirir poderes de representação, também foi uma tese apresentada pelo autor. Ele constata a coincidência do estabelecimento da Sociedade de Proteção aos Aborígenes (1837) e da Sociedade Etnológica de Londres (1843) com o primeiro exemplar de daguerreótipo bem sucedido (1837) e a apresentação pública de “ilustração fotogênica” de Fox-Talbot (1839)¹.

Há, entrelaçadas a elas, histórias da Arqueologia. As sociedades etnológicas, bem como museus desse período (o Museum of Ehtnology de Leiden, inaugurado na Holanda em 1837, e o Nationalmuseet, na Dinamarca, em 1807, como exemplares), organizavam objetos arqueológicos a fim de expor a variedade de tecnologias relacionadas ao passado humano (Bruno, 1996, p. 299). Constato, ao modo de Pinney (1996), a coincidência da fundação do Instituto de Correspondência Arqueológica (Roma, 1828) e da Sociedade Arqueológica de Atenas (1837), da Sociedade Francesa de Arqueologia (1834), entre muitas outras imbricadas – mas também paralelas – às instituições antropológicas, ainda mais disseminadas a partir da metade do século XIX (Brito, 2018). Posteriormente, o surgimento das associações profissionais, como Associação de Arqueólogos Portugueses (1863), dava “corpo” à institucionalização da arqueologia, também literal a partir do *arqueólogo*, ou da figura mais próxima da *ideia moderna de arqueólogo* (Funari, 2013).

O advento da *arqueologia* e do *arqueólogo*, bem como do *corpo do arqueólogo* e do *corpo arqueológico*, aconteceu com mudanças tecnicamente orientadas e, principalmente, institucionais, conduzidas pelo deslocamento no propósito de conhecer o passado, para o qual as experiências anteriores não forneciam recursos ou soluções adequadas (Bicho, 2006; Schnapp, 1996). Embora remeta, de fato, a um “advento”, com a promessa ocidental de “iluminação” sobre o passado, trata-se, em realidade, da impossibilidade de “arqueólogo/arqueológico” enquanto entidades independentes. Ou seja, de um efeito de *emergir*, como emergem fenômenos na teoria baradiana (Barad, 2007). Emergem *arqueólogos* e *arqueológicos* como gestos e ações que performam o corte de sua própria possibilidade.

E assim, há o *corpo do arqueólogo*, composição moderna, um corpo que tende a se especializar enquanto articulação de elementos institucionais e onto-epistemológicos nas práticas de arqueologia. Como essas práticas se relacionaram com a *feitura de imagens*? Penso que, a princípio, elas estavam situadas em uma configuração na qual conhecer o passado era cada vez mais sobre posicionar-se no mundo enquanto *observador* e herdeiro de uma humanidade anterior, ainda bastante confusa.

O OBSERVADOR IMÓVEL, A FORMA DAS COISAS E A CAMERA ESCURA

Interessados pela materialidade do passado ilustravam, faziam imagens gráficas como aquarelas, croquis, pinturas. Eram antiquaristas, colecionadores e cónsules que

¹ Este artigo é adaptado da minha tese de doutorado, “Ao toque da vista, ao alcance da imagem: Arqueologia de fotografias históricas da Antártica”, defendida em 2022, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)..

registravam ruínas, artefatos e escavações, apostando na ilustração como espécie de *argumento factual*. Assim, James Douglas se referia às suas aquarelas de escavações nos sepulcros saxões, publicadas em *Nenia Britannica* (1793), enquanto “the facts here established” (*apud* Moser; Smiles, 2005, p. 4). De maneira semelhante, Piranesi (1760) publicava imagens de relíquias romanas propondo técnicas específicas de apresentação, a fim de sacralizar tais objetos em projeto articulado ao papado (*apud* Dixon, 2005, p. 115).

O poder informativo das *representações gráficas*, como argumenta Guha (2013, p. 6), era bem conhecido por esses atores e bastante explorado. Com ele, comprovar e salvaguardar eram funções atribuídas às imagens, ou melhor, efeitos esperados delas (*ver* Hissa, 2015). A pressuposição de tais efeitos convergia com as técnicas de observação praticadas no século XVIII, informadas pelo *modelo epistemológico* da *câmara escura*, como teorizado por Crary (2012).

Câmara escura é uma tecnologia – ou um conjunto de projetos, premissas técnicas e aparatos – que migrou da Grécia aos países árabes e, posteriormente, se espalhou pela Europa, pelo menos desde Aristóteles (Mannoni, 2001). Sua fórmula é composta basicamente por um ambiente escuro e uma fonte de raios de luz, com um orifício entre os dois, e, bem posicionado, um observador humano. Foi popularizada em sua versão portátil, como entretenimento e ferramenta de criação artística.

Do final do século XVI ao final do século XVIII, a *câmara escura* foi engajada para explicar a visão humana, especialmente em Kepler², e para “representar tanto a relação do sujeito perceptivo quanto a posição de um sujeito cognoscente em relação ao mundo exterior” (Crary, 2012, p. 35). Crary (2012) argumenta que, portanto, não se pode reduzi-la à um objeto tecnológico ou à um objeto discursivo: a *câmara escura* é, nas palavras do autor, uma *assemblage*, simultaneamente máquina e enunciação. E, note-se, *assemblage* completamente distinta da câmera fotográfica, por pertencerem a “ordenações fundamentalmente diferentes da representação e do observador, assim como da relação do observador com o visível” (Crary, 2012, p. 45), rompendo com uma das genealogias tecnológicas mais clássica no estudo dos aparatos visuais³. Os princípios estruturais

² A analogia da visão humana com a *câmara escura* foi engajada anteriormente por Porta, Leonardo, Alhazen e, finalmente, Kepler (Tossato, 2007). Com Kepler, a separação do fenômeno óptico e das sensações foi, por um lado, fundamental para a proposição de uma óptica geométrica. Por outro lado, entretanto, o olho passa a ser aceito como elemento passivo e mecânico (Tossato, 2005). As implicações das imagens formadas na retina como possibilidade de representações não exatas, conforme conclusões de Kepler, não foram automaticamente incorporadas à filosofia do conhecimento, persistindo a correspondência entre objeto e visão do objeto, posto que dependa e resulte do componente mecânico. Com Descartes, as sensações voltam à pauta, se assemelhando também a processos mecânicos, interpretados pela *alma*. O ajuste dos defeitos decorrentes da percepção (desfoque e inversão da imagem) feito pelo cérebro contraria a possibilidade de similitude, mas, novamente, o processo se inicia mecanicamente, e o racionalismo é o recurso capaz de estabilizar a realidade, a depender do método. O plano de fundo dessas proposições é o *oculocentrismo*, a relação entre a mente e a visão que, privilegiada frente aos demais sentidos, limitava as experiências de conhecimento derivadas da visão como as formas legítimas de conhecimento do mundo (Thomas, 2008). A *câmara escura* foi um aparato importante para Newton desenvolver os experimentos que proporião teorias alternativas aos fenômenos luminosos. *Ver também* Donatelli, 2008; Zemplén, 2005; Martins; Silva, 2015.

³ Genealogia afirmada pelo próprio discurso de Fox-Talbot, importante lembrar, quando narra a invenção do seu aparato, o talbotiόtipo, a partir do desejo de gravar, de forma durável, as imagens projetadas pela *câmara escura* (1844, p. 6), presente também nos discursos de apresentação do daguerreόtipo na Câmara dos Deputados em 1839 (Benjamin, 2017).

compartilhados por elas seriam menos relevantes do que os aspectos que são, entre elas, diferenças, como veremos adiante.

Um observador imóvel e atento à imagem, isolado num quarto fechado e escuro (respondendo à operação de individuação do aparato), narrava os efeitos visíveis dos raios de uma fonte de luz, ou seja, da exterioridade objetiva (o necessário “distanciamento do mundo”). Centradas na visão mecânica do mundo e no processo narrativo correlato, as informações sobre o passado foram então apresentadas como uma imagem projetada na *camera obscura*: Estar diante de um objeto era suficiente para constatar características e atributos físicos, especialmente a forma, e, assim, levantar questões sobre a sua autenticidade. Como argumenta Thomas (2008, p. 5), havia um abismo entre presente e passado, “constituído pela qualidade inerte dos remanescentes artefatuais”.

A operação, apesar de exigir condições físicas bastante específicas, fundamentava-se na descorporificação da visão e na marginalização do corpo: “a câmara escura impede *a priori* que o observador veja sua posição como parte da representação” (Crary, 2012, p. 47). *Aquilo que é se manifesta ao olho*, como no postulado de visibilidade de Blumenberg (Kittler, 2016), desenhos de ruínas e de objetos do passado seriam manifestação da existência autônoma do mundo, independentes da observação. Em tal modelo, os olhos do observador funcionam como um aparato neutro e substituível por um cristal, ou mesmo um olho de boi, como instrui Descartes (1644 *apud* Crary, 2012).

Kittler (2016) menciona uma curiosa característica, se referindo à explicação do aparato feita por Shannon (1949): os raios da fonte de luz que passam pelo orifício interceptam as luzes difusas do ambiente, criando, assim, a nitidez da projeção. O aparato trabalha, portanto, como um filtro de ruído. Esse fenômeno provoca a atenuação do sinal, que é a implicação de um filtro, o que contribui para que tenha sido um aparato especialmente eficaz na Itália, como argumenta o autor, “o país da Europa Ocidental com o Sol mais claro”. Locke (1999) se atentou a esse efeito e sugeriu, sob um sol bastante diferente, que a recepção não seria neutra, mas seletiva, permitindo “excluir tudo o que for desordenado e desregrado” (Crary, 2012, p. 49). Constatações dessa espécie, pautadas na confiabilidade da razão, contribuíram também para a difusão do aparato nas práticas da revolução científica.

Apesar da migração milenar da *câmara escura*, os efeitos de operacionalização do próprio olho e de fornecimento de uma análise (quase) automática da imagem são situados no enfrentamento da condição teológica da visão e da imagem – o que aconteceu em experiências como a de Brunelleschi, no século XV, e de Leonardo da Vinci, no século XVI, como situa Kittler (2019). Esses efeitos compõem diversas continuidades, como as controvérsias às narrativas bíblicas. Os *observadores* do passado humano se encontrariam, alguns séculos depois, enfrentando a condição teológica do argumento antediluviano a partir desse mesmo modelo.

Como observamos na pesquisa de Schnapp (1996), quando o encontro com diferentes artefatos e fósseis colapsava o sistema explicativo da teoria antediluviana, ao encarnarem histórias incompatíveis com o projeto de conhecer o passado daquele contexto, o modelo epistemológico da *câmara escura* era ainda mais engajado, recorrendo a imagens gráficas: os relatórios publicados por Schmerling, em 1834, eram fartamente acompanhados por desenhos de ossos humanos encontrados nas cavernas de Liege. As imagens nos trabalhos de Perthes em Abbeville, contexto decisivo no reconhecimento da antiguidade humana, impactaram profundamente os debates decorridos entre 1830 e 1850 (Reyero, 2001).

Frente aos desafios teóricos, a produção de conhecimento sobre o passado gradualmente explicitava a necessidade de criar uma tipologia de objetos conjugada

a uma ordenação cronológica. Isso aconteceu entre os debates da Paleontologia e da Geografia, contexto em que Lyell publicou os volumes de *Os Princípios de Geologia*, nos primeiros anos de 1830, defendendo o princípio do uniformitarismo. As ferramentas estavam dispostas em campo: *sobreposição* era uma ideia que completava quase 200 anos de anúncio (desde os fósseis de Steno (Trigger, 2004), a noção de *estratigrafia* vinha sendo aplicada, mas precisava compor outros níveis de informação. O passo foi dado por físicos, farmacêuticos e naturalistas (ver Schnapp, 1996), não conformando uma resposta de um nicho disciplinar, mas de um enfrentamento epistemológico complexo, uma vez que não era (caso pudesse de alguma forma ser) apenas sobre *conhecer*, e sim sobre *realizar* um diferente projeto de humanidade.

A sugestão de um passado humano em continuidade com a natureza, como narrativa do absurdo, duvidada muitas vezes pelos próprios autores, dessa vez não se acumularia às proposições lançadas ao fogo da Inquisição (como Isaac De La Peyere, em 1655) ou ao esquecimento (John Frere, em 1797) (Bicho, 2006). Como recursos para interceptar teorias bem estabelecidas, as técnicas de observação na epistemologia e a configuração que um campo de visibilidade científica instituía com as possibilidades ontológicas de realização reforçaram os argumentos transformistas. Esses argumentos tinham o respaldo na suposição de um progresso linear e universal – *L’homme est passé de l’état le plus infime à la forme la plus parfaite que la nature lui permis d’atteindre. Ce développement est moral et intellectuel* (Nilsson, 1868 *apud* Moro Abadia; Gonzalez Morales, 2003)⁴ –, e na tríade conceitual que se estabelecia enquanto base da *ciência do passado: tipo, tecnologia e estratigrafia* (Schnapp, 1996). Em contrapartida, ou em contraponto, o modelo da *câmara escura* materializava uma proposição fixista e seria, inevitavelmente, afetado.

O OBSERVADOR CORPORIFICADO, O OUTRO E OS RELÓGIOS DE VER

Nas primeiras décadas do século XIX, a física e a fisiologia iniciavam a proposição de uma noção de observador completamente diferente do modelo da *câmara escura*, seguindo os delineamentos de Cray⁵. Um corpo que não recebia mecanicamente as imagens – via, ativamente, produzia suas próprias imagens pós-retinianas, como elaborado por Goethe (2013), e que extrapolava em afetos e sensações com relativo descolamento de um referente⁶. Um corpo que, enquanto perceptivo e produtor, tanto de suas próprias

⁴ Uma discussão aprofundada, relacionando trabalhos da década de 1830 com esforços anteriores (e posteriores), pode ser lida em Daniel (1963; 1975); Van Riper (1993); Bahn (2014) e, novamente, em Schnapp (1996).

⁵ Que não determina a extinção das práticas instituídas pelo modelo anterior ou de seus rastros, como descreve Cray (2012, p. 88): “Os modos de representação oriundos do Renascimento, bem como os modelos de perspectiva que vieram depois, deixaram de contar com a legitimação de uma ciência da óptica. É claro que a verossimilhança associada à construção perspectiva continuou no século XIX, mas, separada do fundamento científico que um dia a justificou, ela não podia mais ter os mesmos significados que teve quando imperavam as ópticas aristotélica ou newtoniana”.

⁶ Para situar esse “relativo descolamento”, o exemplo das cores como classificadas por Goethe pode ser interessante: “Consideremos, em primeiro lugar, as cores na medida em que pertencem ao olho e dependem de sua capacidade de agir e reagir. Em seguida, despertam a atenção na medida em que as percebemos através dos meios incolores ou com o auxílio destes. Por fim, são dignas de nota na medida em que podemos pensá-las como fazendo parte do objeto. Chamamos as primeiras de fisiológicas, as segundas de físicas e as terceiras de químicas. As primeiras são constantemente fugidias, as segundas são passageiras, embora tenham uma certa permanência. As últimas têm longa duração” (Goethe, 2013). De acordo com a análise de Teixeira (2015, p. 17), “Goethe faz algo como dar corpo às cores. Fundação de toda doutrina, segundo o próprio autor,

imagens como de significados – e de mais-valia –, precisava ser disciplinado. Foram desenvolvidos ajustes para capacidades treináveis, como a atenção, instruções prévias “do trabalhador para que ele aprenda a adequar seu movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato” (Marx, 2013, p. 492).

Foram propostas as cartografias das funções do cérebro, os sentidos compartimentados e especializados, os quais respondiam diferentemente aos mesmos estímulos. Com um plano imanente de sensorialidade, o observador estaria vulnerável à manipulação e falhas, como ressalta Crary (2012) – havia em seu corpo a capacidade inata e a faculdade transcendental de *perceber erroneamente*. Emergiram, assim, indivíduos a corrigir e indivíduos incorrigíveis, numa “psicofisiologia das sensações, da motricidade e das aptidões” (Foucault, 2014, p. 287). Consolidaram-se as ciências da “psico” (Foucault, 2016, p. 66), “patologizando a loucura pela análise de sintomas, pela classificação das formas, pela pesquisa das etiologias, que ela (medicina mental) pode constituir uma medicina própria da loucura: era a medicina dos alienistas” (Foucault, 2014, p. 271).

O corpo do observador estava se diferenciando. O corpo da luz também, com os debates iniciados por Fresnel no primeiro quarto do século XIX. Na década de 1830, as teorias ondulatórias enfrentavam as teorias corpusculares em publicações francesas, alemãs e, principalmente, inglesas, engajando um arsenal de matemáticos de Cambridge a desenvolver seus constructos (Buchwald, 1989). A popularização da teoria coincidiu com a expansão das pesquisas em óptica e, inclusive, a expansão do interesse da física sobre os efeitos da luz.

Sob esse contexto, Becquerel, que ficaria conhecido por suas pesquisas em hiperfosforescência, bem como em fotografia colorida décadas mais tarde (Bjelkhagen, 2008), desenvolvia experimentos para observar a influência da luz sobre substâncias químicas, especialmente sobre halógenos de prata. Iniciou as observações sobre o efeito fotovoltaico em 1839, e, dois anos depois, inverteu seu escopo de pesquisa – passou do estudo das reações fotoquímicas ao estudo da luz através das reações fotoquímicas (Fatet, 2005). Propôs, nessa nova fase, o *actinômetro eletroquímico*, para compreender a *natureza* da luz, decompondo o espectro solar visível e, posteriormente, os espectros não visíveis. No decorrer da primeira metade do século XIX, o modelo da *câmara escura* foi afetado e atravessado pelos elementos dessa *assemblage* e pelos deslocamentos que mobilizavam na composição de um modelo de observação completamente diferente.

Era um ambiente intelectual que transbordava, ademais, que se expandia ao entretenimento, inundando-o com aparatos ópticos migrantes dos experimentos científicos (Crary, 2012; Mannoni, 2001). Esses aparatos eram explicitamente mecânicos – e nesse sentido a relação metonímica se realizava. Entre todas as mudanças orquestradas por Crary, das quais entrelacei apenas algumas (apesar de citá-lo continuamente) para pensarmos as técnicas de observação na produção do conhecimento, há uma tese de inspiração marxiana sobre a mudança de relação entre o olho e os aparatos ópticos. Tal relação teria se deslocado de metafórica – quando havia fundamentalmente uma semelhança conceitual –, à metonímica – quando essa relação passa a ser de

esta seção introduz o olho na pesquisa do aparecimento da cor. Faz-se notar que, apesar deste desdobramento ser evidente, não é uma introdução do olhar na teoria, mas sim do órgão olho. Esta diferença sugere que o ‘olhar formal’ ou ‘olhar artístico, cultivado intelectualmente’ não é, em princípio uma prioridade para o autor; Goethe adentra sua fenomenologia pela porta da ciência, ao mesmo tempo, tem a clareza de que trazer a pesquisa para o olho carrega um sujeito (o leitor, ‘the beholder’) junto”.

complementariedade, como “instrumentos contíguos no mesmo plano de atuação, com capacidades e características variáveis” (Crary, 2012, p. 127).

O *modelo da câmera fotográfica*, então, inclui um conjunto de projetos, premissas técnicas e aparatos mecânicos, que emergem com a configuração da relação metonímica. Apresentam certa independência do observador, implicando a enunciação de uma relação física entre entidades aparentemente distintas, com inscrições particulares em seus corpos e virtualidades diferentes. Dessa forma, emergem com uma capacidade de preservação da ilusão referencial da *câmara escura* muito mais plena, como lembra Crary sobre a câmera fotográfica em si. Autores que versam sobre a ontologia da imagem fotográfica, reforçam como ela foi capaz de cumprir,

[...] por sua própria essência, a obsessão de realismo. [...] Assim, o fenômeno essencial na passagem da pintura barroca à fotografia não reside no mero aperfeiçoamento material (a fotografia ainda continuaria por muito tempo inferior à pintura na imitação das cores), mas num fato psicológico: a satisfação completa do nosso afã de ilusão por uma reprodução mecânica da qual o homem se achava excluído. A solução não estava no resultado, mas na gênese (Bazin, 1991, p. 22).

Sontag (2019, p. 104) enfatiza esse aspecto: “*Os primeiros fotógrafos falavam como se a câmera fosse uma máquina copiadora; como se, embora as pessoas operassem as câmeras, fosse a câmera que visse*”. Mas não é nada simples, pois à revelia da enunciação que os distingue, o corpo possível do fotógrafo e o corpo da câmera (que engloba uma diversidade de aparatos) emergem inevitavelmente juntos⁷. A síntese elaborada por Dubois (2012, p. 94) nos auxilia a compreender como a metonímia emerge e reforça a indexalidade fotográfica:

[...] a fotografia procede de uma conexão física com seu referente: é constitutivamente um traço singular que atesta a existência de seu objeto e o designa com o dedo por seu poder de extensão metonímica. É portanto por natureza um objeto pragmático, inseparável de sua situação referencial.

⁷ O primeiro desses aparatos a ser expressivo como proposta de aplicação à arqueologia é o daguerreótipo. Os aparatos têm em comum pesquisas sobre superfícies fotossensíveis, articulando óptica, mecânica e química. A proposta da natureza se reproduzindo “por ela mesma”, ou por meio desses aparatos, condiz com a ilusão referencial mencionada por Crary. É importante situar que é a captação seguida pela fixação da imagem de forma relativamente independente da habilidade manual humana que emergem como condição especial desses aparelhos. Esse aspecto foi refutado de formas diferentes ao longo do século XX, especialmente pela abordagem de McLuhan (2017), argumentando que cada mídia ou tecnologia seja uma espécie de prolongamento do corpo humano (e que o conteúdo de cada meio seja, inescapavelmente, composto por outro meio). Em Flusser, cada etapa de desenvolvimento tecnológico contém todas as anteriores (Guldin, 2015, p. 269) e suas relações corpóreas, mas ele desloca o foco sobre a mídia, ou o “meio”, para os *códigos* (“mídia”, para Flusser, é apenas uma má utilização do latim, como enfatiza o autor), estabelecendo a ideia de que “aparelho-operador” é um complexo “demasiadamente complicado para que possa ser penetrado: é uma caixa preta, e o que se vê é apenas input e output” (2018, p. 23). Flusser expande sua análise para a implicação dos gestos humanos e não humanos, e das semânticas humanas e não humanas (2014) e suas ironias.

Seguindo com Crary (2012), uma das diferenças mais radicais entre as *assemblages* da *câmera obscura* e da *câmera fotográfica* está, portanto, nas relações corpóreas: do observador, do aparato, da excepcionalidade da imagem produzida, da situação observada e dos desdobramentos enquanto técnicas de observação. A experiência visual foi redefinida enquanto “instrumental, modificável, e abstrato, [...] uma vez que a visão passou a se localizar no corpo empírico e imediato do observador, ela passou a pertencer ao tempo, ao fluxo, à morte” (Crary, 2012, p. 32).

Pertencer ao tempo, acontecer em etapas, fazer parte de um processo, noções com as quais a percepção (e o conhecimento do mundo) foi posta em discussão nesse período. A *câmara escura* representou a condição de separabilidade e simultaneidade entre exterior e interior, ao sustentar o ideal cartesiano de *contraposição*. O modelo substituto emergiu com um outro aparato, o corpo; e com outra temporalidade, em desdobramentos no tempo fisiológico (Crary, 2012). Como “se descobria que o conhecimento tinha condições anatomofisiológicas” (Foucault, 2016, p. 440)⁸, a partir das análises que “se alojaram no espaço do corpo” (p. 439), emergia a proposição de uma *natureza* do conhecimento humano. Como tece Foucault, essa era uma entre duas espécies de análises que emergiam juntas – a segunda, que se aplicava ao estudo das “ilusões da humanidade”, lembrava que o conhecimento tinha também condições “históricas, sociais ou econômicas, que ele se formava no interior de relações tecidas entre os homens [...]” (Foucault, 2016, p. 439).

No domínio de proposição dessas análises ambivalentes, chamo atenção para três eventos que se referem à emergência de diferentes ciências – e objetos. O primeiro se trata de uma lei francesa que inaugurava uma relação institucional entre justiça e medicina, como propõe Foucault (2014, p. 120). O segundo diz respeito à possibilidade de a sociologia desenvolver, enquanto ciência positiva, uma visão futuroológica como desdobramento metodológico da análise de fenômenos sociais, a partir de Comte. A arqueologia, no mesmo período, inaugura a metodologia combinatória e apresenta no Museu de Copenhague artefatos – corpos arqueológicos – em ordenações cronológicas. O terceiro é a apresentação do daguerreótipo e do talbotiótipo como aparatos eficientes para otimizar o trabalho científico.

A lei de 1838, na França, a ser seguida por outros países em processos legislativos semelhantes, concedia à psiquiatria um papel administrativo, “uma certa técnica científica e especializada de higiene pública” (Foucault, 2014, p. 121). A partir dela, a pedido da administração prefetorial, uma pessoa poderia ser internada em hospital psiquiátrico (internação *ex officio*) por capacidade de perturbação da ordem ou da segurança pública. Duas coisas então se relacionam: termos de psiquiatria e termos de desordem e perigo social. Foucault sustenta nesse contexto uma mudança muito importante de objeto nas ciências da mente,

⁸ Esse momento marcaria, na proposta de Foucault, uma descontinuidade na teoria clássica de representação: “A episteme clássica se baseia na condição de que uma dissolução total do *signifiant* ocorre no *signifié*: nada no signo resiste à ideia de que se representa por meio dele, sobretudo quando a ordem das ideias é pensada na sua verdade como atemporal: algo é verdadeiro, de acordo com o pensamento clássico, simplesmente porque não pode ser visto de outra forma. [...] Essa premissa deixará de vigorar, quando o tempo [...] intervém na síntese da representação.” (Frank, 1983, p. 167-168, *apud* Santaella; North, 2017, p. 25), “a representação que se faz das coisas [...] é a aparência de uma ordem que agora pertence às coisas mesmas e sua lei interior” (Foucault, 2016, p. 324), as regularidades históricas inerentes aos sistemas das coisas (Santaella; North, 2017, p. 25) se colocam em primeiro plano

Não se trata mais, portanto, dos estigmas da incapacidade no nível da consciência, mas dos focos de perigo no nível do comportamento. [...] A análise, a investigação, o controle psiquiátrico vão tender a se deslocar do que pensa o doente para o que ele faz, do que ele é capaz de compreender para o que ele é capaz de cometer, do que ele pode conscientemente querer para o que poderia acontecer de involuntário ao seu comportamento. (Foucault, 2014, p. 121).

A ciência se volta a um mecanismo de defesa da sociedade, com uma preocupação evidente sobre a manutenção da ordem social, e as aferições sobre o corpo humano se relacionam às suas ações e comportamentos potenciais. Sob o mesmo contexto científico, e sob a ótica da ordem, é instituída a Sociologia.

A abordagem analítica de Montesquieu, como inspiração newtoniana aplicada à ciência política e inclinação cientificista à inteligibilidade de dados sociais, é aceita como uma das fundadoras do pensamento sociológico – ainda mais moderna em seus pressupostos que a própria física social Comtiana, como argumenta Aron (2008) –, mas o termo em si, e o impulso para a instituição da ciência específica da sociedade, foram promovidos no *Curso de filosofia positiva* de Comte, tomo IV, de 1839.

Sociologia, uma modalidade de “autoantropologia”, como brinca (seriamente) Viveiros de Castro (2018), estava ainda impregnada pelo conceito de humanidade enquanto unidade de uma espécie, e atrelado a ele, pelo postulado de unidade histórica da humanidade. Como proposta, a disciplina explicaria “com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da história humana, considerado em todas as suas partes essenciais” (Comte *apud* Moraes Filho, 1989, p. 53).

O método era histórico, não no mesmo sentido da busca pela autenticidade dos antiquaristas, mas uma historicidade engajada com o positivismo e estritamente sintática: o conhecimento do comportamento social era uma filosofia tardia (Aron, 2008), uma síntese possível apenas com a observação das alterações ocorridas anteriormente, afetivas e práticas, mas principalmente as relacionadas ao campo da inteligência (Souza, 2008). Essas seriam elementos essenciais das etapas históricas do progresso humano, e, para tanto, Comte situou-se como participante da ascensão do modelo científico aplicado no trabalho e desenvolvimento industrial, superando a metafísica enquanto estágio intermediário, e testemunhando a decadência de um modo de inteligência teológico.

A Lei dos Três Estados e a classificação das ciências (chamada de *fórmula* ou *sistema enciclopédico*), pretendiam sistematizar as complexas alterações que aconteciam no campo filosófico (ou, como utilizado por Comte, num *sistema intelectual*). Toda ciência passaria invariavelmente por aqueles três estados históricos (teológico/fictício, metafísico/abstrato, científico/positivo), que implicam também o desenvolvimento progressivo de uma coerência interna. Nesse trajeto, o saber positivo se desenvolveria com o aperfeiçoamento das capacidades da *arte da observação*.

Observar, em tal paradigma, é *orientar-se teoricamente*. Do fenômeno em si às condições manipuladas e artificiais durante experimentos, a possibilidade da *observação verdadeira* é necessariamente guiada por uma teoria (ou seja, um olhar disciplinado). São enunciadas, nesse postulado, as operações e leis observacionais, tais como a comparação, a hipótese e a verificabilidade.

O “ver para prever” comtiano, recorrentemente reduzido a um positivismo vulgar e simplista (Goldfarb *et al.*, 2012, p. 39), atribui às ciências positivas uma capacidade de futurologia que deriva da observação teoricamente orientada e tardia (ou seja, apresentaria uma potência diferente da observação aleatória de um viajante). Permitiria,

portanto, certo deslocamento em que o passado se torna uma significância de atuação política sobre o futuro – o que não seria observado por qualquer pessoa, nem de qualquer maneira. Em um contexto de pretensa linearidade histórica, dinâmica evolucionista e colonialismo, os desdobramentos de tal deslocamento enquanto intervenção sobre os corpos não europeus foram/são graves.

A concatenação de inovações tecnológicas com mudanças fundamentais da epistemologia permite vislumbrar a constituição do “observador na modernidade” e, ainda, do “observador do passado humano na modernidade”. *Modernidade*, entretanto, não é um fenômeno que pode ser definido atomicamente pela modernização tecnológica, industrial e capitalista (Everdell, 2000), ainda que esses configurem complexos organizacionais absolutamente significativos em seu desenvolvimento (Giddens, 1990). As transformações sociais e econômicas implicadas, que provocaram a “reorganização de conhecimentos, linguagens, espaços, redes de comunicação, além da própria subjetividade” (Crary, 2012, p. 19), sustentam a possibilidade desse observador. Em uma perspectiva foucaultiana, não podem ser ignorados os rearranjos dos mecanismos de poder, resultando em uma política que “exigia a participação de relações de saber nas relações de poder” (Foucault, 2013 *apud* Crary, 2012, p. 24), e decorrente deles, a assimilação de técnicas de vigilância tanto à serviço do contrato de trabalho nominalmente livre, como aos contornos do estado moderno que instituía o monopólio dos meios de violência.

Em tais movimentos, havia e fora reforçada uma medida de distância linear entre o civilizado e o passado, ainda que se tratassem de grupos coexistentes, no mesmo período cronológico. Assim, uma análise sociológica da insurreição dos camponeses na França, de dezembro de 1848, poderia ser apresentada tanto como a sua entrada no movimento revolucionário, como um “hieróglifo indecifrável para a razão dos homens civilizados” (Marx, 2012, p. 59), remetendo a um distanciamento da racionalidade.

A metáfora que associou vestígios do passado, percepções de obscurantismo e necessária decodificação aos fenômenos de coletivos humanos contemporâneos tinha condições materiais de existência. A licença poética carrega o lastro da realidade, que nesse caso, era sustentado pela própria *ciência da antiguidade*. Ao aproximar-se dos métodos positivistas, a disciplina tentava se desvincular da *ciência dos antiquaristas* e viajantes, dos empiristas desqualificados, assumindo para si a compreensão dos passados obscuros e da futurologia dos impérios.

Filologia, jurisprudência, anatomia, enfim, disciplinas comparadas “que se tornariam motivo de orgulho do método do século XIX”, tiveram como primeira fase um comparatismo simples, como lembra Said (2007, p. 171). A observação e a comparação sistematizada permitiriam uma expansão segura dessa tendência. No estudo do passado humano, ela foi inaugurada como *método combinatório*. Em 1836, Thomsen dispõe as coisas arqueológicas em *séries*, criando associações que permitiram a elaboração de uma cronologia geral (Schnapp, 1996). Nessa proposta, o Museu de Copenhagen é formatado como o primeiro museu de arqueologia comparativa – e Thomsen, como o desenvolvedor do sistema de documentação arqueológica, o qual inclui três valiosas informações à análise arqueológica: a localização geográfica, o contexto e os objetos.

Com ares de novidade, o daguerreótipo, apresentado em 1839, foi proposto também para o registro de hieróglifos. Foi preciso fazer espaço entre croquis e esboços, entre equipamentos e habilidades anteriormente disseminadas nas pesquisas sobre o passado. Envolveria um benefício operacional evidente, afinal, um daguerreótipo e uma pessoa fariam o trabalho de décadas de “legiões de desenhistas” replicando a eficiência do tempo industrial no processo científico, e especificamente apropriado para uma ciência que fluentemente argumentava em imagens, como a arqueologia (Bohrer, 2011; Hamilakis;

Ifantidis, 2015). Ainda assim, não foi uma aceitação imediata, e é preciso considerar os custos e complexidade da tecnologia, entre outras questões.

Guha (2002, 2003a, 2003b, 2012a; 2013a, 2013b) articula como esse processo aconteceu na Índia durante a última metade do século XIX, em que a emergência de fotografias foi inicialmente submetida a outras práticas de imagem, principalmente aos desenhos. De maneira geral, esses continuaram a forma mais popular de registro no trabalho arqueológico enquanto forneciam um melhor *controle* da representação: uma noção dos detalhes e da escala de uma escavação considerada mais exata. Por outro lado, a fotografia prontamente serviu ao registro das comunidades próximas às ruínas arquitetônicas.

Como sustenta a autora, as primeiras pesquisas arqueológicas registraram vestígios arquitetônicos relacionados ao budismo em seus aspectos “gloriosos”. E registraram o cotidiano das vilas próximas a eles em aspectos “precários”, de extrema pobreza. Nas fotografias, as comunidades foram retratadas como incapazes de habitar aquele passado monumental, do qual teriam até mesmo decaído. Com uma projeção escassa para o futuro, não poderiam sustentar-se sem uma intervenção que as salvasse: a cristianização (2012a, 2012b, 2013b).

Embora o discurso de exposição do daguerreótipo por Arago, como do talbotiotipo, aparato de Fox-Talbot, falasse sobre o registro eficiente de hieróglifos, o engajamento das imagens técnicas na arqueologia, em consonância às preocupações liminares da antropologia, tratava também de tornar visíveis ou *evidenciar* as métricas do progresso entre grupos contemporâneos.

Se os desenhos funcionaram reorganizando a visualização das dimensões espaciais e temporais do sítio arqueológico, as fotografias funcionaram reorganizando a visualização das dimensões espaciais e temporais do campo social da pesquisa. Ambos operavam o modelo estratigráfico e cronológico, sob a rubrica de “registro”, estabeleciam enquadramentos e escolhas de escala. Flusser sugere uma diferença ontológica entre esses dois tipos de imagens (aquelas como imagens tradicionais e essas como imagens técnicas), que nos ajuda a compreender tanto a sua coexistência como os seus destinos na disciplina⁹:

Ontologicamente, as imagens tradicionais imaginam o mundo; as imagens técnicas imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo. Essa posição das imagens técnicas é decisiva para o seu deciframento. Elas são dificilmente decifráveis pela razão curiosa de que aparentemente não necessitam ser decifradas (Flusser, 2018, p. 21).

Interessados pela materialidade do passado ilustravam, como dito antes, faziam imagens gráficas como aquarelas, croquis e pinturas. Também davam grande valor a registros fotográficos de viajantes como curiosidade e prova de existência de contextos exóticos. Arqueólogos ilustravam, como compreendemos então, orientando-se teoricamente. Somando as fotografias às aquarelas, croquis e pinturas, buscavam estabilizar uma ordenação temporal que era condição de sua própria existência e autonomia.

⁹ As ilustrações utilizadas em textos arqueológicos foram os primeiros objetos visuais sobre os quais se debruçou o campo batizado de Arqueologia das Representações. As fotografias demonstraram mais tempo para se constituírem objeto de análise da disciplina, dialogando com diversas epistemologias da imagem fotográfica a partir dos anos de 1970.

A câmera fotográfica enquanto *relógio de ver*, como imaginaria Barthes mais de um século depois devido à sua mecânica e marcenaria, se alinhava a práticas materiais-discursivas que registravam uma temporalidade antes impossível, pois eram, aparatos e temporalidade, constituídos a partir dos mesmos textos científicos aplicados.

VISUALISMO RETÓRICO E AS METAMORFOSES COLONIAIS

A estratigrafia de fato compôs níveis combinados de informação, não apenas com a geologia temporalizada de Lyell, com as tipologias de Thomsen e Gehard, mas com o transformismo (e possível e oficialmente, a partir de 1859, com o evolucionismo darwinista), o positivismo sociológico, a noção temporal objetivista, a violência política colonialista e a imagem técnica. Seguindo a tese de Fabian (2013) sobre a conformação do objeto antropológico e o distanciamento temporal, podemos compreender um movimento sincronizado – o *visualismo retórico*, nos termos de Pinney (2003) – em função de um regime de visibilidade comum, um regime de fisicalidades (tempo e espaço) comum, e, é claro, a filiação institucional e conceitual das disciplinas, que provocou tantos debates ao longo do século XX (Binford, 1962; Gumerman; Phillips Jr., 1978; Taylor, 1948; Willey; Phillips, 1958, etc.).

Na arqueologia, são vários precursores que relacionaram pesquisa arqueológica e prática fotográfica consistentemente, coniventes a missões imperiais e colonizadoras, herdeiros da primeira geração de Orientalistas, cumprindo função de cônsules ou ostentando trajetórias militares, o que não é uma surpresa pelo contexto em que emergiram (basta acompanhar as biografias dos arqueólogos citados em Reyero, 2001)¹⁰. Sob essa perspectiva, o *modelo de observação da câmera fotográfica* e a corporificação da observação emergiram com e potencializaram a retórica colonialista, tanto com a indexicalidade atribuída à fotografia, como a partir da presença do corpo da câmera e do fotógrafo nos espaços colonizados. Metonímias dos próprios impérios, compondo as justificações da violência, a tecnologia das roupas, dos gestos, da fala, os hábitos – o cheiro do sabonete Pears¹¹ –, e a tecnologia mecânica de domínio da luz para captar o *real* expressavam alinhamento com o *progresso*.

Um veículo cuja certeza e especificidade podem modificar vidas – é uma das definições de Pinney (1996) para a câmera fotográfica, enquanto recria as trajetórias paralelas da Antropologia e da fotografia. Ele dialoga com Foucault (2013), sobre as relações que o poder disciplinador estabelece com princípios de visibilidade; e com Sontag (2019), mais enfaticamente no argumento da câmera como aparato violento, como sublimação da arma de fogo, provocadora de uma experiência negativa de exposição e violação da vida do fotografado, compondo uma tese sobre as implicações éticas da fotografia (que recentemente é discutida também por Azoulay (2008, 2019), e, engajando criticamente perspectivas não ocidentais sobre o contexto egípcio, por Close (2024)).

Pinney (1996) adverte que, nessas trajetórias paralelas, o antropólogo trouxe para si próprio as funções de uma placa de vidro fotográfica. Não seria então um outro aspecto de uma disposição corporal metamorfoseada? Não foi apenas o antropólogo. Eram centenas as Sociedades de Fotografia espalhadas na “Inglaterra, na Alemanha, na Itália

¹⁰ Exemplarmente, surge nesse levantamento Ernest Renan, que chega à Síria com as tropas imperiais para a sua *misión*. Para uma discussão aprofundada sobre Renan e as implicações do Orientalismo, ver Said (2007, p. 164).

¹¹ Argumento apresentado em comunicação oral de Murilo S. B. Meihy, no curso *Olhares Contemporâneos sobre o Oriente Médio*, Centro de Estudos Árabes e Islâmicos (UFS), em 2021.

e nos Estados Unidos [...] abrindo um vasto campo de debates em torno dos sucessivos aperfeiçoamentos dos processos fotográficos e dos múltiplos usos que a fotografia deveria oferecer às ciências” (Samain, 2001, p. 92), tantas que sua proliferação era preocupante e notada em periódicos especializados como insustentável¹².

Entre 1826, com o negativo de Niépce sobre uma placa de estanho emulsionada com betume de judéia, e 1889, com a primeira câmera Kodak 01 equipada com um rolo de cem filmes plásticos flexíveis, foram centenas de processos fotográficos criados e comercializados. O número de patentes fotográficas registradas desde 1839 (com o daguerreótipo) até o final do século XIX foi de 3209 apenas na Inglaterra, somando, é claro, aparatos e componentes dos processos (Pritchard, 2010). O fato é que tanto o serviço de revelação oferecido pela Kodak como a praticidade da câmera “compacta” incentivaram a fotografia amadora, mudando radicalmente o perfil dos produtores de imagem, incluindo estudantes de ciências, como a Arqueologia.

Até o final do século XIX, a fotografia se popularizou como uma prática de laboratório e campo. Nas ciências biológicas, ainda mais com a publicação de “The Expression of the emotions in man and animals” (1872), na qual Darwin propôs que gestos humanos eram também remanescentes de ações práticas que evoluíram, ela cooperou com estudos antropométricos e classificatórios no que caracterizava gesto, traços e raças. Na antropologia, com a ideia de que a observação era um procedimento mais objetivo que o diálogo, Tylor “advertia os pesquisadores contra fazer ‘perguntas não necessárias’” (Pinney, 1996, p. 36) e, em vez disso, estar atento a *observar e registrar* os rituais. Na arqueologia, foi incorporada ao registro das etapas de escavação, sendo incluída nos manuais de pesquisa do início do século (Petrie, 1904).

Enquanto as fotografias passaram a registrar as etapas do trabalho arqueológico com maior frequência, o próprio trabalho arqueológico precisou ser reconfigurado para obter resultados em adequação ao registro fotográfico. A foto deixava de ser a única imagem editada (ou “retocada”, como se dizia à época) da situação – a própria situação passou a ser editada para fins de fotografia. Assim, os sítios arqueológicos eram também normatizados, sendo inauguradas as boas práticas de higienização do ambiente a ser fotografado (Witmore, s/d. *apud* Hissa, 2015, p. 79). Pensando com a filosofia flusseriana, essa poderia ser compreendida como umas das situações nas quais os arqueólogos teriam passado a viver também em função de imagens.

Metamorfoseio-me antecipadamente em imagem [...] sinto que a fotografia cria meu corpo ou o mortifica – assim Barthes (2018, p. 18) se relata em frente à câmera, com uma miríade de sensações derivadas, ambíguas, desagradáveis e profundas. Certamente, muitas fontes nos ensinam mais efeitos da prática fotográfica que eram (e podem permanecer) não ditos ou sequer emergiriam com os aparatos conceituais que convencionalmente engajamos quando com elas. O que acontece quando um arqueólogo aponta a câmera, além de se fazer, ele mesmo, placa de vidro?

A fotografia de um sítio arqueológico é uma proposta de redução e enquadramento de um corpo arqueológico, ou mesmo de uma realidade arqueológica, como situa Bateman (2005). São comumente distanciados da composição os atores e as práticas que devem apresentar-se separadamente, e são mantidos os itens importantes para a noção de escala perante o corpo específico, em cena. Nesse sentido, a imagem técnica *substitui*

¹² Na edição Almanaque de 1879 do periódico semanal *The British Journal of Photography* são apresentadas quatorze sociedades de fotografia apenas na Inglaterra e mencionadas outras seis sociedades norte americanas (1879).

o evento por uma cena, de fato (Flusser, 201). A distância objetivada por essa configuração continua de grande valor epistemológico (Bateman, 2005). Assim se negociam as possibilidades futuras de uso e circulação das imagens feitas em campo; assim também emerge uma das configurações (do corpo) do sítio arqueológico: a cenográfica.

Se a fotografia protocolar (ou “formal”, como denomina Bateman) em tal situação propõe a realidade autônoma do arqueológico, ela também idealiza a existência autônoma do arqueólogo. Separando “palco” e “bastidores”, termos que Giddens empresta de Goffman (1959) em suas elaborações teóricas, essa existência autônoma se torna o *ponto de acesso* principal (e uma dimensão da confiabilidade devotada) a um sistema abstrato de conhecimento, a confiança “na fidedignidade dos indivíduos específicos envolvidos e no (necessariamente misterioso) conhecimento ou habilidades aos quais o indivíduo leigo não tem acesso efetivo” (1990, p. 89). O arqueólogo como *ponto de acesso* privilegiado ao passado, quem nos permite conhecê-lo de fato.

O trajeto até aqui propôs que a institucionalização da arqueologia necessariamente emerge com a figura do arqueólogo e uma série de capacidades e práticas materiais-discursivas típicas. No modelo epistemológico da *câmera fotográfica*, dada a relação metonímica, essas práticas foram necessariamente corporais, demandaram deslocamento, presença, gestos e interações específicas com outros aparatos, comunidades e povos; além de serem teoricamente orientadas e disciplinadas. Entretanto, é interessante pensar com Giddens que, como mais um processo de criação de confiança em um conhecimento especializado, esse tornaria o corpo do arqueólogo específico (e até mesmo perito), mas também paradoxalmente despersonalizado (despersonalização além de tudo corpórea, como atestam as protocolos quadrículas de 1m x 1m).

A confiabilidade sobre o sistema de conhecimento arqueológico geraria, em certo sentido, uma omissão do *rostro do arqueólogo*, para então, a partir de “processos por meio dos quais compromissos sem rosto são mantidos ou transformados por presença de rosto”, acontecer o *reencaixe*. Esse será um processo extremamente relevante a partir da década de 1960, quando a confiabilidade do sistema passa a envolver a formalização de códigos de ética da arqueologia, honrados por pessoas e seus históricos pessoais. E se renova com as tendências pós-processualistas, quando a autoridade das narrativas arqueológicas – a partir dos seus *pontos de acesso* – é severamente questionada e lidamos com aspectos políticos do discurso, como o *lugar de fala*.

Movimento semelhante de despersonalização ainda ocorre nas imagens do trabalho arqueológico, porém, no que Bateman denomina de *fotografia formal*. O autor propõe (e produz) uma fotografia *social* do trabalho arqueológico em diferenciação daquela, personalizando novamente o *fazer arqueológico* e engajando suas histórias de bastidores¹³. Fica evidente como o corte entre fotografias sociais e formais da prática arqueológica está amalgamado ao fenômeno em que a arqueologia é determinada *saber perito despersonalizado*, sendo essa apenas uma estabilização momentânea da arqueologia.

A partir da visibilidade emergente com as fotografias sociais, a pesquisa de Bateman me faz lembrar que, sob outros fenômenos, *arqueólogos e sítios são corpos que emergem juntos, cuja continuidade de um a outro firma uma corresponsabilidade vital*. Como radicalidade, talvez fosse possível até mesmo imaginar que fragmentar um corpo arqueológico tenha processo equivalente ou recíproco sobre o corpo do arqueólogo e sobre seu sistema conceitual

¹³ *Social e Formal* são as categorias escolhidas pelo próprio autor, para argumentar sobre uma variedade de produções fotográficas em campo, que implica, necessariamente, sobre diferentes destinos a essas imagens.

(alguns trabalhos experimentais invertem essa questão: o corte arbitrário que separa as entidades “terra” e “corpo” é que seria uma radicalidade, como em Bailey (2013))¹⁴. Não como ciclo de causalidades psicossomáticas que se arrasta indefinidamente, mas como agentes ativos em sua emergência simultânea.

Ao fim do trajeto, as histórias paralelas da antropologia e da fotografia, como Pinney propôs, se associam igualmente a perspectivas reticentes sobre suas próprias indexicalidades. Apesar de ter amalgamado esse pretenso paralelismo, inserindo a arqueologia na reflexão... não teria sido assim também com essa última?

CONCLUINDO: UM MUNDO ESTABILIZADO ARQUEOIMAGETICAMENTE

Condições iniciais, como escreve Kirby (2011), são condições ativamente inauguradas durante a feitura intelectual¹⁵. A autora argumenta que nossas proposições podem se deparar com limitações por preservarem, como condições iniciais, efeitos da observação de paradigmas filosóficos anteriores. Propor uma genealogia das *condições iniciais* permite compreender como efeitos de observação em uma situação específica são estabilizados como novos pontos de partida, enquanto premissas ativamente engajadas. Desestabilizando condições iniciais, que até mesmo teorias críticas teriam aceitado como realidades primordiais, “nós entramos numa zona muito diferente de possibilidades políticas” (2011, p. 68), que não se pautam no binarismo lógico e muito menos em uma ideia de identidade humana absoluta.

Em tal sentido, o *modelo epistemológico da câmara escura* possibilitou a realização de uma humanidade em continuidade com a natureza. Pautou, entretanto, uma prática de visão descorporificada, na qual o observador é incapaz de perceber a “sua posição como parte da representação” (Crary, 2012, p. 47). Esse tipo de operação era e ainda parece ser suficiente para constatar atributos físicos de objetos, catalogá-los e decidir sobre a sua autenticidade, pois em suas premissas os objetos existem como tal, independentemente do método de observação engajado.

O *modelo epistemológico da câmera fotográfica* foi um dos elementos com os quais a arqueologia, o corpo especializado do arqueólogo e o de seu objeto, emergiram em autonomia institucional e aparente separação ontológica. O *arqueólogo*, diante de/com o *arqueológico*, se porta e relaciona *arqueologicamente*, engajando combinações de aparatos teóricos e corporais que *dão acesso ao passado*, uma dinâmica complexa de aproximação sistemática e prático-discursiva. Reforçado pela premissa da ilusão referencial, esse modelo sugere que, ao ser disciplinado, um tipo específico de sujeito pode compreender o passado e a futurologia do campo social no qual a pesquisa arqueológica acontece. Uma série de premissas politicamente problemáticas, mas que ainda mantêm a sua potência subjugando as relações que as comunidades têm com as suas próprias histórias, os seus antepassados e as materialidades que as constituem.

¹⁴ Similarmente, isso me faz imaginar que *acrescentar* ao corpo arqueológico tenha implicações recíprocas sobre o corpo do arqueólogo e seu sistema conceitual, mas essa não é uma via de mão única – objetos novos emergem na disciplina quando todos os elementos do fenômeno de observação já foram afetados por corpos e conceitos dissidentes, por exemplo.

¹⁵ São diferentes de “condições iniciais” como articulado pela física newtoniana, que implicam a primazia do objeto, dos “values of position and the momentum of an object at any given moment of time”, como define Barad (2008, p. 175). Kirby propõe o termo enquanto discorre sobre a reprodução de binarismos tais quais “natureza e cultura”, “matéria e ideação”, etc., não entre os estruturalistas, mas na própria Teoria Crítica (analisando Butler e Latour, por exemplo).

Configurações contemporâneas assumiram narrativas diversas que discordam sobre tal premissa de “acessar o passado”, bem como sobre os derivativos “reconstruir”, “remontar” etc. (Lucas; Olivier, 2022, p. 49), modificando as disposições implicadas em “se portar e relacionar arqueologicamente”. Como nos inspira Deleuze, *a teoria não totaliza; ela se multiplica e multiplica* (Foucault, 2008), e assim precisa ser, até se consolidarem diferentes condições iniciais em nossas práticas, na academia e no mercado.

Espero ter conseguido, ao longo da narrativa, um sentido de conectividade que permita compreender fotografia e arqueologia não em termos de hibridismo, ou paralelismo, mas de superposição, em que *one is too few, two is too many* (Barad, 2010). Objetos e agências de observação são fenômenos marcados por diversos cortes de agenciamento, consolidando padrões de engajamento que se diferenciam. Assim, antes de atribuírem propriedades a objetos, o que os conceitos informam são os deslocamentos de significados e materialidades durante os próprios fenômenos de observação. A superposição nos dá o vislumbre da sobrevivência de padrões de engajamento da arqueologia e de suas imagens: alternados ou misturados, os dois modelos epistemológicos entrelaçados aqui e inspirados em Crary (2012), o *modelo da câmara escura* e o *modelo da câmera fotográfica*, podem estar operando em nossa prática arqueológica, séculos depois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- AZOULAY, Ariella A. *The Civil Contract of Photography*. New York: Zone Books, 2008.
- AZOULAY, Ariella A. *Potential History: Unlearning Imperialism*. New York: Verso, 2019.
- BAHN, Paul (ed.). *The History of Archaeology: na introduction*. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2014.
- BAILEY, Douglass. Cutting the earth / cutting the body. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (ed.). *Reclaiming Archaeology: Beyond the Tropes of Modernity*. London: Routledge, 2013. p. 337-345.
- BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham; London: Duke University Press, 2007.
- BARAD, Karen. Living in a Posthumanist Material World: Lessons from Schrodinger's cat. In: SMELIK, Anneke; LYKKE, Nina (ed.). *Bits of Life: Feminism at the intersections of media, bioscience, and technology*. Seattle: University of Washington Press, 2008. p. 165-176.
- BARAD, Karen. Quantum Entanglements and Hauntological Relations of Inheritance: Dis/continuities, SpaceTime Enfoldings, and Justice-to-Come. *Derrida Today*, Edinburgh, v. 3.2, p. 240-268, 2010.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BATEMAN, Jonathan. Wearing Juninho's shirt: Record and negotiation in excavation Photographs. In: SMILES, Sam; MOSER, Stephanie. (ed.). *Envisioning the Past: Archaeology and the Image*. Oxford: Blackwell, 2005. p. 192-203.
- BAZIN, André. *O Cinema: Ensaios*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Estética e Sociologia da Arte*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BICHO, Nuno F. *Manual de Arqueologia Pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

- BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.
- BJELKHAGEN, Hans I. Becquerel, Alexandre Edmond (1820-1291). In: HANNAVY, John (ed.). *Encyclopedia of Nineteenth Century Photography*. New York: Routledge, 2008. v. 1. p. 131-133.
- BOHRER, Frederick N. *Photography and Archaeology*. London: Reaktion Books, 2011.
- BRITO, Mariana V. A política de Patrimônio Francesa: Esboçando seu passado e presente. *Revista CPC*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 86-111, 2018.
- BRUNO, Maria C. O. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 6, p. 293-313. 1996.
- BUCHWALD, Jed Z. *The Rise of the Wave Theory of Light: Optical Theory and Experiment in the Early Nineteenth Century*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- CASTRO, Eduardo V. *Metafísicas Canibais: elementos para uma Antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018.
- CLOSE, Ronnie. Introduction: Unruly photography. In: CLOSE, Ronnie. *Decolonizing Images: A new story of photographic cultures in Egypt*. Oxford: Manchester University Press, 2024. p. 01-09
- CRARY, Jonathan. *Técnicas do Observador: Visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DANIEL, Glyn E. *The Idea of prehistory*. Cleveland; New York: The World Publishing Company, 1963.
- DANIEL, Glyn E. *150 years of Archaeology*. London: Duckworth, 1975.
- DARWIN, Charles D.; Darwin, F. (ed.). *The Expression of the emotions in man and animals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DIXON, Susan M. Illustrating Ancient Rome, or the *Ichonographia* as Uchronia and Other Time Warps in Piranesi's *Il Campo Marzio*. In: MOSER, Stephanie; SMILES, Sam. *Envisioning the Past: Archaeology and the Image*. Oxford: Blackwell publishing, 2005. p. 115-132.
- DONATELLI, Marisa C. O. F. A visão e o princípio de correspondência e Descartes. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 26-35, 2008.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papirus editors, 2012.
- EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a Antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FATET, Jérôme. Recreating Edmond Becquerel's electrochemical actinometer. *Archive des Sciences*, Geneva, v. 51, n. 2, p. 147-156, 2005.
- FLUSSER, Vilém. *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma filosofia da fotografia*. São Paulo: É Realizações, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2013.

- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma Arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FUNARI, Pedro. A. Arqueologia no Brasil e no Mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- GOETHE, Johann. W. *Doutrina das Cores*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2013.
- GUMERMAN, George. J.; PHILLIPS JR., David A. Archaeology beyond Anthropology. *American Antiquity*, Cambridge, v. 43, n. 2, p. 184-191. 1978.
- GOLDFARB, Denis P.; RODRIGUES, Domingo G.; CROSSI Filho, Onofre; FOELKER, Rita C. A filosofia da ciência em Auguste Comte: desvencilhando o pensamento comtiano de mal-entendidos históricos. *Inquietudes*, Goiania, v. 3, n. 2, 2012.
- GUHA, Sudeshna. The visual in archaeology: photographic representation of archaeological practice in British India. *Antiquity*, v. 76, p. 93-100, 2002.
- GUHA, Sudeshna. *The camera and the spade: Photography in the making archaeological Knowledge*. Edinburgh: The University of Edinburgh, 2003a.
- GUHA, Sudeshna. Mortimer Wheeler's Archaeology in South Asia and its Photographic Presentation. *South Asian Studies*, Abingdon-on-Thames, v. 19, n. 1, p. 43-55, 2003b.
- GUHA, Sudeshna. Visual Histories, Photography and Archaeological Knowledge. In: ALLAN, Rahaab. (ed.). *Depth of Field: Photography as Art and Practice in India*. New Delhi: Lalit Kala Akademi, 2012a. p. 29-40.
- GUHA, Sudeshna. Material Truths and Religious identities. In: DODSON, Michael. (ed.) *Banaras: Urban History, Architecture, Identity*. London: Routledge, 2012b. p. 42-74.
- GUHA, Sudeshna. Beyond representations: photography in archaeological knowledge. *Complutum*, v. 24, n. 2, p. 173-188, 2013a.
- GUHA, Sudeshna. Photographs and Archaeological Knowledge. *Ancient Asia*, Pune, v. 4, n. 4, p. 1-14, 2013b.
- GULDIN, Rainer. Um “profeta das tecnologias da informação” – A atualidade da obra de Vilém Flusser sobre teoria midiática. In: SERRA, Alice; DUARTE, Romero; FREITAS, Rodrigo. *Imagem, Imaginação, Fantasia – 20 anos sem Vilém Flusser*. Belo Horizonte: Relicário, 2014. p. 157-176.
- HAMILAKIS, Yan.; IFANTIDIS, Fotis. The Photographic and the Archaeological: The ‘Other Acropolis’. In: PAPARGYRIOU, Eleni; HAMILAKIS, Yannis; CARABOTT, Phillip (ed.). *Camera Graeca: Photographs, Narratives, Materialities*. Surrey: Routledge, 2015. p. 133-158.
- HISSA, Sarah. A fotografia arqueológica: entre a mimese e a criação. *Habitus*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 71-88, 2015.
- KIRBY, V. *Quantum Anthropologies – Life at large*. Durham; London: Duke University Press, 2011.
- KIRBY, V. Initial Conditions. *Differences*, v. 23, n. 3, p. 197-205, 2012.
- KITTLER, Friedrich. *Mídias Ópticas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

- KITTLER, Friedrich. *Gramofone, filme, typewriter*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.
- LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MANNONI, Laurent. *A grande Arte da Luz e da Sombra: Arqueologia do cinema*. São Paulo: Editora Senac; São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MARTINS, Roberto A.; Silva, C. C. As pesquisas de Newton sobre a luz: uma visão histórica. As pesquisas de Newton sobre a luz: uma visão histórica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, v. 37, n. 4. 2015.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding Media: the extensions of man*. Richmond: Gingko Press, 2017.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *Comte*. São Paulo: Ática, 1989.
- MORO ABADIA, Oscar; GONZALEZ MORALES, Manuel R. L'art Bourgeois de la fin du XIXe siècle face à l'art mobilier Paléolithique. *L'anthropologie*, v. 107, p. 455-470. 2003.
- MOSER, Stephanie; Smiles, Sam. *Envisioning the Past: Archaeology and the Image*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- NICOLAE, Catalin. I. Archaeology and Photography: from the field to archive. *Revista Anuala de arhitectura, restaurare si arheologie*, Budapest, v. 6, p. 227-238, 2015.
- PINNEY, Christopher. A história paralela da Antropologia e da fotografia. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1996.
- PINNEY, Christopher. Introduction. In: PINNEY, Christopher; Peterson, Nicolas (ed.). *Photography's Other Histories*. Durham: Duke University Press, 2003. p. 1-16.
- PRITCHARD, Michael. *The Development and growth of ritish photographic manufacturing and retailing 1839-1914*. 2010. Tese (Doutorado em *Imaging and Communication Design*) – Universidade de Montfort, Montfort, 2010.
- REYERO, Susana G. Los usos de la fotografia em favor de la Arqueologia como ciência moderna: Francia 1850-1914. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia*, v. 27, p. 163-182. 2001.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTAELLA, Lucia; NOTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo, Iluminuras, 2017.
- SAMAIN, Etienne. Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal *La Lumière* (1851-1860). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 89-126. 2001.
- SCHNAPP, Alain. *The Discovery of The Past: The origins of Archaeology*. Spain: Imago Publishing, 1996.
- SHANNON, Claude E. *The Mathematical Theory of Communication*. Illinois: University of Illinois, 1998.
- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Ricardo L. A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte. *Cronos*, Natal, v. 9, n. 1, p. 137-155, 2008.

- TAYLOR, Walter W. Archaeology: History or anthropology. In: *A Study of Archaeology*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, 1983. p. 25-44.
- TEIXEIRA, Maria L. N. A *Farbenlehre* de J.W. Goethe (1749-1832) e o problema da visão: do método goetheano de fazer ciência. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.
- THOMAS, Julian S. On the ocularcentrism of archaeology. In: THOMAS, Julian; JORGE, Vitor Oliveira. *Archaeology and the Politics of Vision in a Post-Modern Context*. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008. p. 1-12.
- TOSSATO, Claudemir R. A função do olho humano na óptica do final do século XVI. *Scientle Studia*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 415-41. 2005.
- TOSSATO, Claudemir R. Os fundamentos da óptica geométrica de Johannes Kepler. *Scientle Studia*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 471-99. 2007.
- TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Ed. Odysseus, 2004.
- VAN RIPER, A. Bowdoin. *Men Among the Mammoths: Victorian Science and the Discovery of Human Prehistory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- WILLEY, Gordon R.; PHILLIPS, Philip. *American Archaeology and general Anthropological Theory: Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- ZEMPLÉN, Gábor A. *The History of Vision, Colour & Light theories*. Bern: Bern Studies, 2005.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ARTIGO

MUITO ALÉM DE LÁGRIMAS E FULIGEM: RESISTÊNCIA DAS MEMÓRIAS ESCULTÓRICAS DO BRASIL MERIDIONAL

Ivana Oricchio*, Angela Camardella Rabello**, Mariana Ferreira***, Pedro Luiz Von Seehausen****, Ana Luiza Castro do Amaral*****, Claudia Rodrigues-Carvalho*****, MaDu Gaspar*****

RESUMO

O artigo objetiva apresentar as esculturas líticas do Brasil Meridional do acervo do Museu Nacional sobreviventes ao incêndio de 2018, bem como seu potencial para futuras pesquisas. Dado seu apelo visual, o desenvolvimento deste trabalho prioriza o compartilhamento de imagens das peças. Uma visão geral antes do sinistro é oferecida a partir de pesquisas acadêmicas e artigos científicos que disponibilizaram fotos das peças do acervo. Os tipos de danos sofridos são apontados por meio da análise do estado de conservação de um conjunto de peças que podem integrar futuras exposições. Nota-se que, mesmo diante da perda irreparável, os zoólitos resistem enquanto memória de um povo que ocupou a costa do Brasil Meridional e persistem como fonte de inspiração para novos estudos.

Palavras-chave: Esculturas líticas; zoólitos; memória; incêndio; Museu Nacional.

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - PPGArq/MN. E-mail: ivanaoricchio@ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6155-9727>.

** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: angela@mn.ufrj.br.

*** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: marianaduarte@mn.ufrj.br.

**** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: pedrovonseehausen@mn.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2105-7877>.

***** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ana.amaral@mn.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3650-4476>.

***** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - PPGArq/MN. E-mail: claudia@mn.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9491-0659>.

***** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - PPGArq/MN. E-mail: madugaspar@mn.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5483-4495>.

FAR BEYOND TEARS AND SOOT: ENDURANCE OF THE SCULPTURAL MEMORIES OF SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT

This paper aims to present the lithic sculptures of Southern Brazil, part of the National Museum/UFRJ collection, which survived the 2018 fire, and discusses their potential for future research. Given their visual appeal, this work prioritizes sharing images of the pieces. An overview of the collection before the disaster is provided through academic research and papers that included photographs of the pieces. The types of damage are highlighted through analysis of the conservation status of a selection of pieces that may be included in future exhibitions. It is observed that, despite the irreparable loss, the zooliths endure as heritage of the people who once inhabited the Southern Brazilian coast and persist as a source of inspiration for new studies.

Keywords: Lithic sculptures; Zooliths; Memory; Fire; Museu Nacional.

MÁS ALLÁ DE LÁGRIMAS Y HOLLÍN: RESISTENCIA DE LAS MEMORIAS ESCULTÓRICAS DEL BRASIL MERIDIONAL

RESUMEN

Este artículo busca mostrar las esculturas líticas de Brasil Meridional que se encuentran en la colección del Museo Nacional (Brasil) y que había sobrevivido al incendio de 2018, así como su potencial uso en futuras investigaciones. Dado su atractivo visual, el desarrollo de este trabajo prioriza compartir imágenes de las piezas. Se presenta una visión general previa al siniestro basada en investigaciones académicas y artículos científicos que pusieron a disposición fotos de las piezas de la colección. Los tipos de daños sufridos se señalan en un análisis del estado de conservación de un conjunto de piezas que podrían formar parte de futuras exposiciones. Se observa que, incluso ante la pérdida irreparable, los zoolitos perduran como memoria de un pueblo que ocupó la costa de Brasil Meridional y persisten como fuente de inspiración para nuevos estudios.

Palabras clave: Esculturas líticas; Zoolitos; Memoria; Fuego; Museo Nacional.

INTRODUÇÃO

As esculturas do Brasil Meridional (SP, PR, SC, RS) e do Uruguai evocam formas animais com diferentes graus de detalhamento, permitindo, em alguns casos, sua identificação taxonômica. Muitas apresentam cavidades arredondadas ou angulosas de localização e volume variados. Foram encontradas em diferentes tipos de sítios arqueológicos, embora muitas sejam provenientes de sambaquis, tornando pertinente sua associação aos construtores dessas estruturas do litoral meridional brasileiro. Em sua tese, Pompeu (2021) computou 322 peças, dentre as quais 51 estavam sob a guarda do Museu Nacional (MN), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), até 2018.

Apresentar à comunidade científica as 31 estatuetas resgatadas e seu potencial para inspirar futuras pesquisas é o objetivo deste artigo. Nossa jornada começa muito antes do incêndio, apreciando a riqueza do acervo do MN a partir da perspectiva de diferentes autores (“Histórico das pesquisas”). Os resultados impactantes do fogo sobre as esculturas são a nossa primeira parada (“O incêndio, o resgate e as condições de algumas estatuetas”), de onde seguimos para as possibilidades que se desvelam a despeito dos efeitos da tragédia ou graças a eles. Por fim, trazemos “Imagens inspiradoras” que demonstram como os espécimes resgatados podem ensejar novos estudos.

HISTÓRICO DAS PESQUISAS

Os zoólitos têm sido estudados por diversos pesquisadores desde o século XIX. Involuntariamente, todo o conhecimento gerado preparou o terreno para, no século XXI, florescer a conexão entre essas esculturas e o perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro, 2002), conceito pan-americano que, segundo Denise Gomes (2012), trata das relações simbólicas entre humanos e outros seres, reconhecível a partir de etnografias, mitos e da iconografia de artefatos arqueológicos que contêm transformações corpóreas.

De forma muito condensada, trazemos imagens e alguns dos aspectos abordados por autores que expuseram as esculturas do acervo do MN antes do incêndio. Algumas considerações são recorrentes em várias publicações, tais como o reconhecimento das habilidades escultóricas, a sugestão de identificação dos seres representados (Cabral, 1969; Faria, 1959; Garcia, 2018; Gaspar, 1995; Gomes, A., 2012; Moreiras, 2015; Netto, 1885; Oricchio, 2019; Pompeu, 2021; Prous, 1974; Serrano, 1940; Wiener, 1876) e a correlação das peças com práticas rituais, cerimoniais ou sagradas (Cabral, 1969; Faria, 1959; Garcia, 2018; Gaspar, 1995; Gomes, A., 2012; Moreiras, 2015; Netto, 1885; Oricchio, 2019; Pompeu, 2021; Prous, 1977; Serrano, 1940).

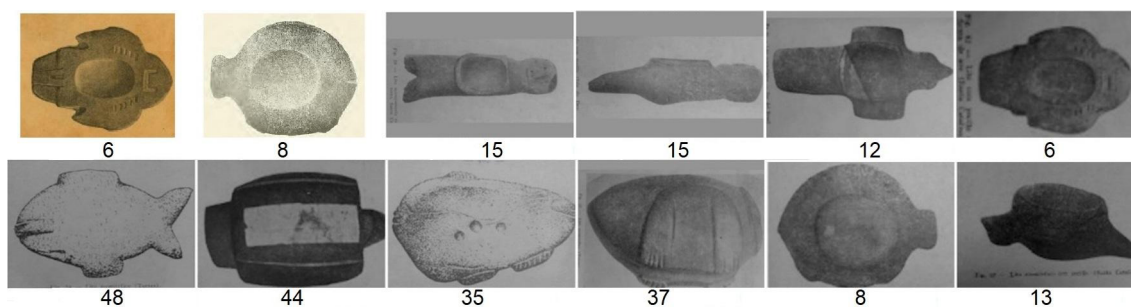
No século XIX, Carlos Wiener (1876, p. 14) divulga um “almofariz” em forma de arraia. Anos depois, Ladisláu Netto (1885) sugere que os zoólitos teriam sido utilizados para sorver ou preparar substâncias destinadas a uso cerimonial, ideia acompanhada por Antonio Serrano (1940). Em 1959, Castro Faria identifica dois animais diferentes (um tubarão e uma ave) em uma única escultura, além da ambiguidade em peças que suscitam a presença de aves e quelônios marinhos. Oswaldo Cabral (1969) ressalta o apurado senso estético e a técnica aprimorada na confecção dos zoólitos platiformes. André Prous (1974, 1977) integra dados e/ou imagens de 242 espécimes em obras consideradas referências para o estudo do tema. Para Prous (2018), as estatuetas eram objetos de alto valor simbólico que poucos indivíduos teriam o direito de levar para seus túmulos. Maria Dulce Gaspar (1995) afirma que a intimidade dos escultores com o mar poderia ser percebida com base no tratamento detalhado dado a um albatroz em osso, ave típica de mares distantes.

Inaugurando uma nova fase nos estudos das esculturas, Angela Gomes (2012) sugere a aplicação de conceitos como o perspectivismo ameríndio, o xamanismo e

o totemismo para a compreensão dessas peças. A autora salienta a existência de uma escultura que permite a observação de uma tartaruga e de uma pessoa. Rodrigo Moreiras (2015) identifica microvestígios botânicos em quatro zoólitos. O autor interpreta as possíveis marcas de queima em fitólitos e alterações em grãos de amido como evidências de processamento (torra e moagem) de vegetais não associados à alimentação. As peças seriam parte da parafernália ritual utilizada para inalação de rapé. Jefferson Garcia (2018) afirma que esses artefatos expressam uma cosmovisão associada ao xamanismo. Ivana Oricchio (2019) identifica nove esculturas em que diferentes seres compartilham o mesmo volume corpóreo, sugerindo alguma espécie de metamorfose interespecífica, em que bichos viram outros bichos, mortos e xamãs assumem formas de animais ou seres humanos são transformados em animais (Viveiros de Castro, 2002). Filipi Pompeu (2021) sugere a relação das esculturas com diferentes tipos de ritos de passagem e com ciclos de chegada e partida de animais e pessoas em migração através do território sambaquiano.

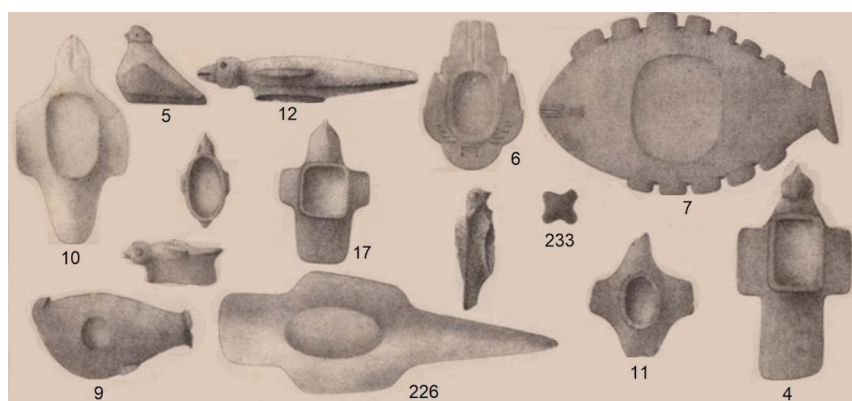
A compilação das imagens das peças do acervo do MN mostradas por esses autores (Figuras 1 a 7)¹ sintetiza suas percepções visuais. Cada escultura é identificada pelo número no catálogo de Prous (1974), cujo código correspondente na instituição de guarda é listado na Tabela 1.

Figura 1. Esculturas apresentadas por Carlos Wiener, Ladisláu Netto e Antonio Serrano.



Fonte: Imagens adaptadas, da esquerda para a direita, de Wiener (1876, 1ª imagem), Netto (1885, 2ª imagem) e Serrano (1940, demais imagens). Acervo do MN.

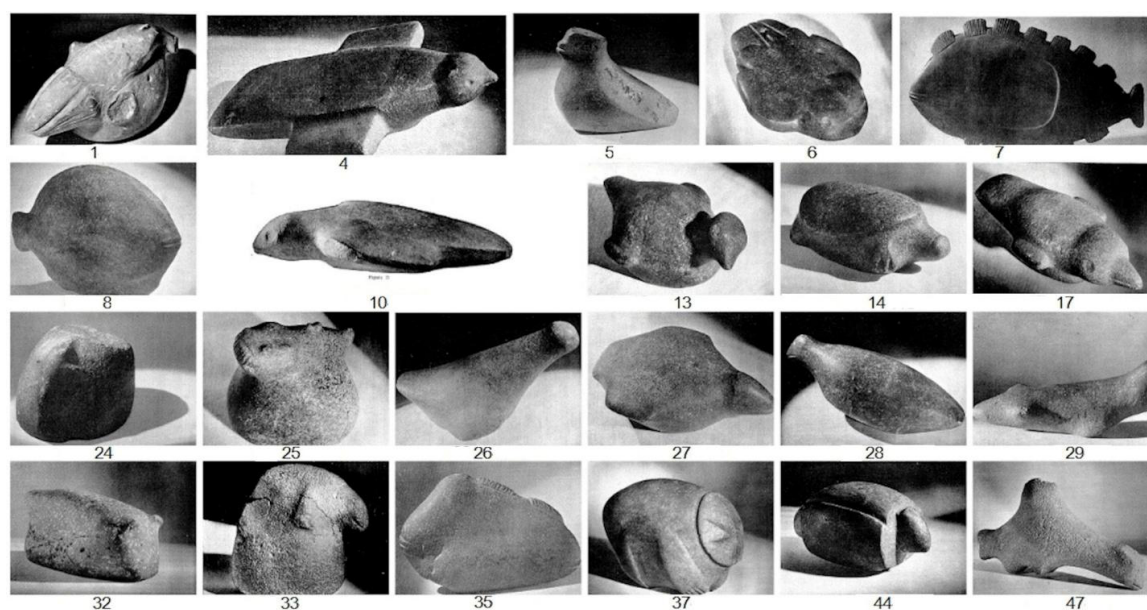
Figura 2. Esculturas apresentadas por Ladisláu Netto.



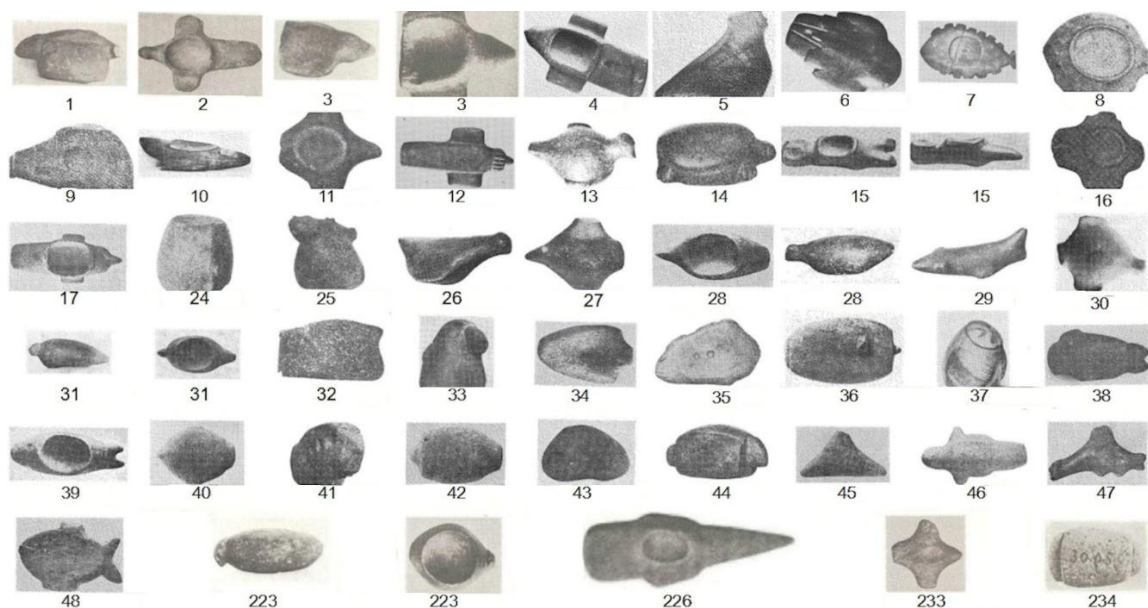
Fonte: Adaptado de Netto (1885). Acervo do MN.

Observação: Os desenhos sem códigos não puderam ser associados a peças do acervo.

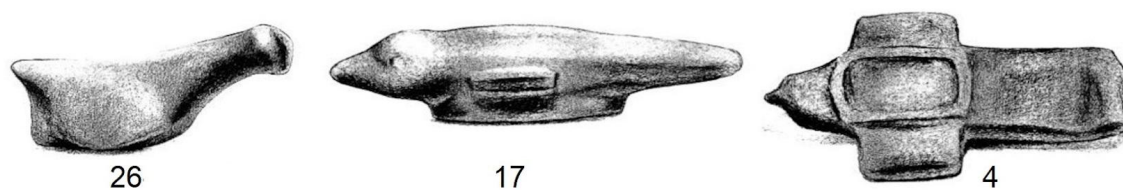
¹ Não foram gerados novos quadros a partir de imagens já contempladas neste estudo, ainda que republicadas ou editadas por outros pesquisadores.

Figura 3. Esculturas apresentadas por Castro Faria.

Fonte: Adaptado de Faria (1959). Acervo do MN.

Figura 4. Esculturas apresentadas por André Prous.

Fonte: Adaptado de Prous (1974). Acervo do MN.

Figura 5. Esculturas líticas apresentadas por Maria Dulce Gaspar.

Fonte: Adaptado de Gaspar (1995). Acervo do MN.
Desenhos de Mila a partir de fotos de Paulinho Muniz.

Figura 6. Esculturas apresentadas por Angela Gomes.

Fonte: Adaptado de Angela Gomes (2012). Acervo do MN.

Figura 7. Esculturas apresentadas por Ivana Oricchio.

Fonte: Adaptado de Oricchio (2019). Acervo do MN.

Olhando para esses estudos, percebemos que as estatuetas se destacam em um mar de material faunístico usado como elemento de construção, emergem de montes de conchas, das entranhas da terra, teimando em deslumbrar e capturar pessoas de diferentes tempos e geografias. Em torno delas, reunimo-nos em admiração, espanto e encantamentos, reconhecendo a competência artística dos escultores, sua capacidade de conferir vida à rocha, de apontar caminhos ou esconder encruzilhadas.

Depois dessa visão panorâmica das esculturas antes do incêndio, prosseguimos apresentando análises de alterações observadas na maioria das peças resgatadas.

Tabela 1. Correlação entre os números das esculturas no catálogo de Prous e os códigos na instituição de guarda (MN).

Número (Prous, 1974)	Código na Instituição de Guarda (MN) / <i>Archaios</i>	Número (Prous, 1974)	Código na Instituição de Guarda (MN) / <i>Archaios</i>	Número (Prous, 1974)	Código na Instituição de Guarda (MN) / <i>Archaios</i>
1	63.465	24	28.568	41	30.043
2	63.464	25	28.569	42	30.044
3	63.463	26	28.570	43	30.045
4	5440	27	28.571	44	30.046
5	5891	28	28.572	45	30.047
6	10.270	29	28.573	46	30.048
7	10.348	30	28.576	47	35.526
8	10.548	31	28.577	48	30.038
9	10.760	32	28.578	223	13.416
10	10.792	33	28.579	226	10.339
11	10.793	34	30.032	233	10.896
12	10.904	35	30.036	234	30.050
13	10.906	36	30.037	244*	30.049
14	13.418	37	30.039	262*	30.062
15	13.419	38	30.040	264*	30.101
16	17.237	39	30.041	278*	30.031
17	17.278	40	30.042	332*	29.912

* Numeração de Filipi Pompeu (Tabela 66 Completa) para peças não contempladas em Prous (1974). Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1RTJorXoRJYcQyL_OcG_Ur7LwqiD4smQB/edit?gid=1816407937#gid=1816407937. Acesso em: 21 ago. 2024.
Fonte: Ivana Oricchio (2024).

O INCÊNDIO, O RESGATE E AS CONDIÇÕES DE ALGUMAS ESTATUETAS

As imagens do incêndio de 2018, transmitidas pela televisão, atravessaram-nos como uma fumaça espessa e sufocante.

A tragédia gerou um sentimento de “revolta diante da falta de sensibilidade e cuidado com o acervo científico, histórico e a memória de nosso país” e desespero, dadas as incomensuráveis perdas (Rodrigues-Carvalho, 2021, p. 6). Grande parte do museu foi consumida pelas chamas (Figura 8). Dada a magnitude dos danos, foi criado o Núcleo de Resgate de Acervos para o salvamento das coleções e dos remanescentes arquitetônicos. As ações de resgate prosseguiram durante longos e ininterruptos meses até março de 2020 (Carvalho *et al.*, 2022).

Figura 8. Fotos de algumas áreas do Museu Nacional após o incêndio.

Fonte: Adaptado do blog Resgate de acervos do Museu Nacional (Um pouco [...], [ca. 2018]). Fotos de Gabriel Cardoso e Orlando Nelson Grillo (terceira imagem).

A diferença na forma como cada ambiente foi afetado impôs dificuldades durante o resgate. As coleções arqueológicas estavam na Reserva Técnica (RT), em áreas de exposição, em espaços de curadoria, temporariamente localizadas em laboratórios ou gabinetes devido a estudos em desenvolvimento (Polo *et al.*, 2021, p. 112). Felizmente, as coleções encontradas em dependências complementares ao MN situadas na Quinta da Boa Vista não sofreram danos com o incidente.

As esculturas do Brasil Meridional estavam na Reserva Técnica de Arqueologia (1º andar), na área de exposição permanente (2º andar) e em sala disponibilizada para pesquisa (3º andar). As peças da Reserva Técnica estavam acondicionadas dentro do armário de estantes deslizantes (compactador), que permaneceu em sua posição, ainda que parcialmente soterrado. Na Sala Sambaquis, estavam expostas em duas vitrines. Nesta área, o piso não cedeu e o resgate foi feito *in loco*. As peças em análise no terceiro andar foram resgatadas em meio aos escombros dos três pavimentos, no térreo. Nas Figuras 9 e 10 vemos as peças que não foram e as que foram resgatadas.

Figura 9. Visão geral do acervo de esculturas líticas do MN não resgatadas.

Fonte: Autores (2024). Fotos de: Reserva Técnica do MN.

Figura 10. Visão geral do acervo de esculturas líticas do MN resgatadas (antes e depois do incêndio).

Fonte: Reserva Técnica do MN (antes: 1 a 8, 10 a 15, 17, 25 a 29, 32, 34, 36, 38 a 41, 46, 226, 244, 262); Ivana Oricchio (depois: 3, 8, 11, 12, 17, 34, 36, 38, 40, 41); Pedro Von Seehausen (depois: 1, 2, 4 a 7, 10, 13 a 15, 25 a 29, 32, 39, 46, 226, 244, 262).

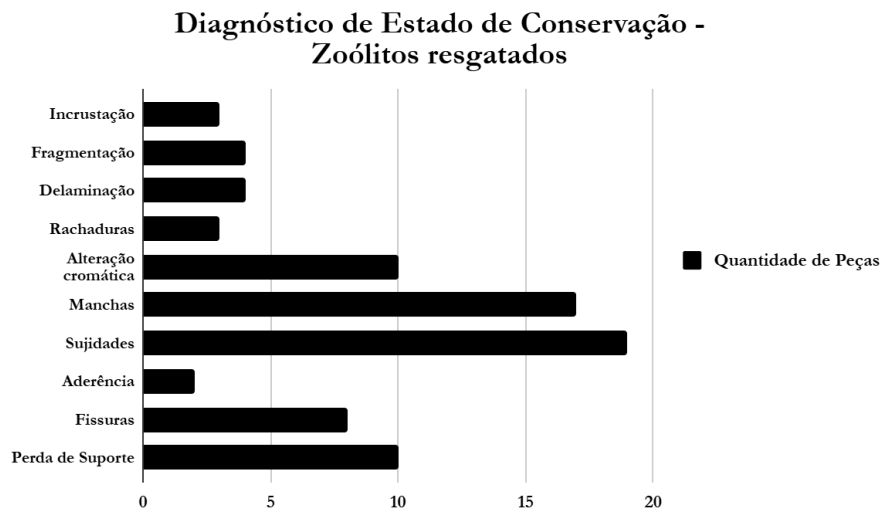
As esculturas resgatadas apresentaram uma grande variedade de danos causados durante o incêndio. É importante ressaltar que essas alterações resultaram de diferentes tipos de impacto, como a ação do fogo, colapso de andares superiores e ação dos bombeiros para a contenção das chamas. Alguns dos principais danos encontrados foram grossas camadas de sujidades e fuligem, manchas de diversas colorações e tamanhos, alterações cromáticas do material pétreo e perda de suporte parcial, de pequena e grande escala.

Após o resgate e tratamento emergencial, as esculturas resgatadas passaram por uma nova avaliação, realizada pelo Laboratório Central de Conservação e Restauração (LCCR) em 2023. Esse novo diagnóstico tinha o intuito de avaliar seu estado de conservação e a possibilidade de fazer parte do conjunto de peças que irão compor as novas exposições. Foram executados exames organolépticos e, a partir de um vocabulário controlado, a identificação dos danos presentes em cada escultura, o que possibilitou, a partir de uma análise de intervenção e identificação quantitativa de danos desse conjunto, indicar se os estados de conservação individual se enquadravam em “Bom”, “Regular” ou “Ruim”.

Foi então desenvolvida uma planilha (Quadro 1) com as principais informações sobre os 19 zoólitos, além de um gráfico quantitativo (Gráfico 1). Para que as intervenções de

conservação e restauração sejam possíveis, é necessário traçar uma metodologia individual de conservação adequada. Então, futuramente, será necessária a realização de uma avaliação e diagnóstico mais aprofundados.

Gráfico 1. Diagnóstico de estado de conservação de parte dos zoólitos resgatados (19 peças).



Fonte: Autores por meio do LCCR (2024).

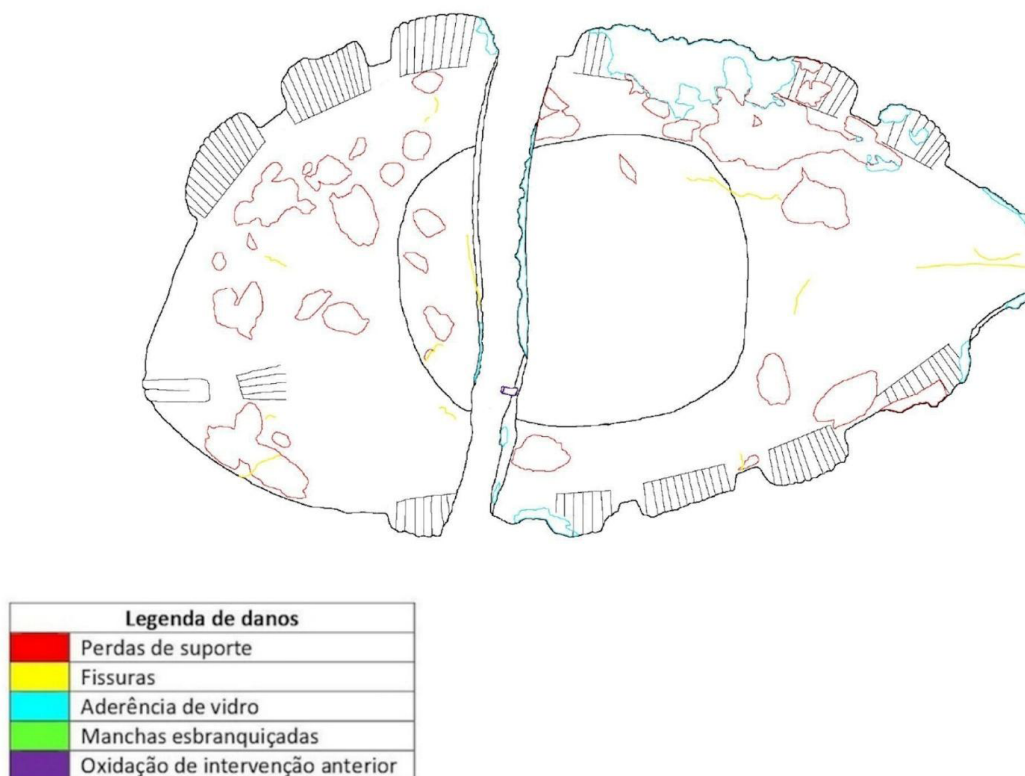
Quadro 1. Levantamento de dados e danos observados nas esculturas após o incêndio de 2018.

MUSEU NACIONAL/UFRJ				
LABORATÓRIO CENTRAL DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - LCCR				
Nº CATALOGAÇÃO MN (catalogação do setor responsável dentro das próprias normas)	DIMENSÕES (alt x larg x prof x peso)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO (BOM/REGULAR/RUIM)	OBSERVAÇÕES	IMAGEM
132E150 archaios: 63464	8,0 x 33,0 x 21,0 cm 2,793 kg	REGULAR	Apresenta oxidação, delaminação, manchas, sujidades e perda de suporte.	
132E152 archaios: 10792	7,0 x 28,0 x 17,0 cm 2,655 kg	REGULAR	Apresenta oxidação, alteração cromática, manchas e sujidades.	
132E153 archaios: 63465	12,0 x 24,0 x 13,0 cm 1,982 kg	REGULAR	Apresenta manchas e sujidades.	
158E014 archaios: 28572	6,0 x 20,0 x 8,0cm 1,109 kg	BOM	Apresenta alteração cromática e sujidades.	
158E018 archaios: 28571	5,5 x 18,0 x 14,0 cm 1,161 kg	REGULAR	Apresenta alteração cromática, manchas, sujidades e fissuras.	
158E018 archaios:10339	5,0 x 43,0 x 16,0 cm 3,401 kg	REGULAR	Apresenta fragmentação, delaminação, manchas, sujidades e perda de suporte.	
158E030 archaios: 30048	6,5 x 15,0 x 9,0 cm 525 g	REGULAR	Apresenta alteração cromática, manchas e sujidades.	
158E014 archaios:10906	9,0 x 21,0 x 14,0 cm 1,670 kg	REGULAR	Apresenta alteração cromática e sujidades.	
158E014 archaios: 28569	9,5 x 11,0 x 9,0 cm 853 g	REGULAR	Apresenta alteração cromática, manchas, sujidades e fissuras.	
138F008 archaios:17278	4,7 x 26 x 10 cm 873 g	REGULAR	Apresenta incrustação, manchas e sujidades.	
138F009 archaios: 10904	4,7 x 26 x 10 cm 1,145kg Medida e peso dos fragmentos menores: 1,9 x 3,5 x 7,6 cm / 3,9 x 11,6 x 6 cm juntos: 417g	REGULAR	Apresenta incrustação, fragmentação, oxidação, manchas, sujidades, fissuras e perda de suporte.	
158E029003 / 30049	0,8 x 7,9 x 13,3 cm 164 g	REGULAR	Apresenta incrustação, oxidação, delaminação, alteração cromática, manchas, sujidades, aderência e perda de suporte.	
158E029002 - A 158E029002 - B archaios: 30041	5,4 x 9,8 x 7,2 cm 481 g 4,8 x 10,6 x 7,6 cm 481g	REGULAR	Apresenta fragmentação, delaminação, rachaduras, alteração cromática, manchas, sujidades, fissuras e perda de suporte.	
158E014-13418	5,6 x 15,5 x 9,6 cm 1,400 kg	REGULAR	Apresenta rachaduras, manchas, sujidades, fissuras e perda de suporte.	
158E018 archaios: 5891	12 x 12 x 4,9 cm 743 g	REGULAR	Apresenta alteração cromática, manchas, sujidades e perda de suporte.	
158E014-28578	5,8 x 11,1 x 6,9 cm 800g	REGULAR	Apresenta rachaduras, alteração cromática, manchas, sujidades e fissuras.	
158E018-28573	6 x 22,5 x 7,2 cm 1,135 kg	REGULAR	Apresenta manchas, sujidades, fissuras e perda de suporte.	
132E165-10793	5,6 x 15,5 x 14 cm 1,155 kg	REGULAR	Apresenta manchas, sujidades e perda de suporte.	
158E018-10348	2,9 x 6,5 x 25 cm 1,798 kg 2,6 x 27,5 x 24 cm 2,478 kg	REGULAR	Apresenta fragmentação, oxidação, manchas, sujidades, aderência, fissuras e perda de suporte.	

Fonte: Autores por meio do LCCR (2024). Acervo do MN.

Com o intuito de ilustrar uma avaliação e diagnóstico mais aprofundados, selecionamos o emblemático peixe platiforme (número 7 na Figura 10) para que Ana Luiza Castro do Amaral realizasse um mapeamento visual dos danos sofridos (Figura 11). Essa escultura havia sido restaurada e duas de suas partes fixadas com metal. Após o incêndio, além da disjunção desses fragmentos, ocorreram rachaduras, fissuras, perda de suporte, aderência de vidro, aparecimento de manchas esbranquiçadas em diversas regiões da peça e oxidação do pino da intervenção anterior.

Figura 11. Desenho do peixe platiforme (7) e mapeamento visual dos danos sofridos.



Fonte: Ana Luiza Castro do Amaral (2024). O metal que fixava as duas partes está destacado na cor roxa.
Acervo do MN.

Os profissionais que atuaram durante os resgates das diferentes coleções do MN ficaram esperançosos ao verem os primeiros exemplares resgatados (Rodrigues-Carvalho, 2021, p. 6). É possível sentir o mesmo ao ver o acervo de esculturas.

As imagens, constatações e interpretações que compartilhamos a partir deste ponto pretendem engrossar os esforços de todas as equipes envolvidas no resgate e na reconstituição das coleções do MN, abrindo outras janelas, salpicando de vírgulas o que um dia pareceu ser um lúgubre ponto final.

IMAGENS INSPIRADORAS

A expectativa de muitos pesquisadores quanto à situação da coleção de esculturas do MN é de total desolação. Neste texto, apresentamos imagens e dados que proporcionam uma percepção menos catastrófica.

Notamos que os danos sofridos por algumas esculturas contribuíram para evidenciar certas informações. Na Figura 12, constam imagens da peça de número 41 (Figura 10).

A foto à esquerda foi tirada antes do incêndio. Nela, observa-se a presença de pátina que evidencia diversas marcas de abrasão. Nas outras duas, a peça apresenta um aspecto fosco, resultado de uma alteração da pátina, o que torna as estrias mais visíveis, facilitando a identificação das mudanças de direção do movimento realizado pelo escultor.

Figura 12. Fotografias da escultura número 41 antes (em 2018) e depois do incêndio (em 2023), ressaltando marcas de abrasão mais visíveis após o incidente.



Fonte: Ivana Oricchio (2024), acervo do MN.

Outro exemplo é o da baleia, número 1 na Figura 10 (Figura 13), em que foram verificadas sujidade e manchas (ver Quadro 1). Essas alterações não conseguiram, por exemplo, eliminar a presença de ocre descrita no catálogo de Prous (1974, p. 15).

Figura 13. Escultura número 1, em que foi observada a presença de ocre após o incêndio em locais indicados no catálogo de Prous.



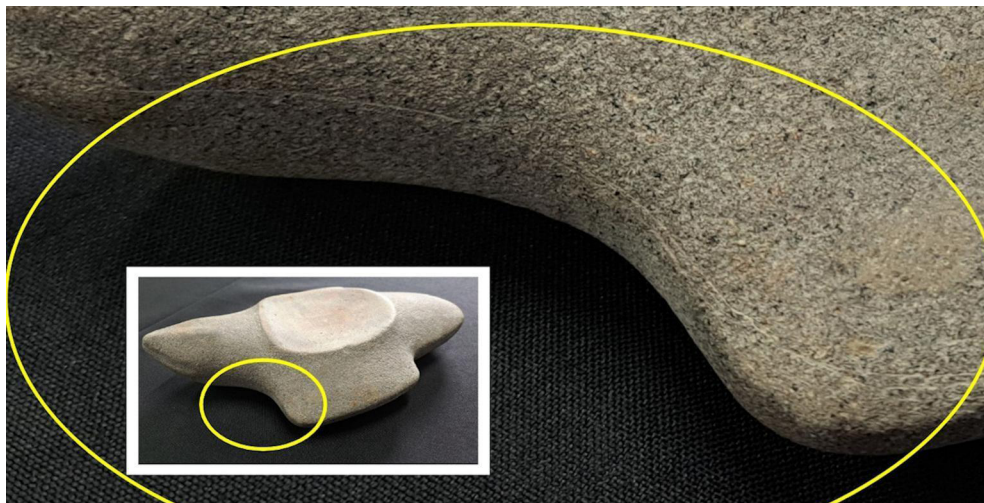
Fonte: Ivana Oricchio (2024, detalhe), Pedro Von Seehausen (2024, escultura) e acervo do MN.

Na Figura 14, observamos que a escultura em diabásio (Prous, 1974, p. 17) tem linhas não descritas em trabalhos anteriores, possivelmente por não estarem visíveis. Ressaltamos que essa peça estava, no momento do incêndio, acondicionada dentro do armário deslizante (compactador) situado na Reserva Técnica de Arqueologia, no 1º andar, tendo sido menos impactada do que algumas das outras esculturas.

Garcia, Almeida e Emmerich (2023, p. 145) descreveram experimentações arqueológicas para a reprodução de lâminas em diabásio com incisões que nos auxiliaram a ponderar sobre as marcas na estatueta. As incisões reproduzidas pelos cientistas utilizando lascas de sílex apresentam aspecto similar ao da escultura de número 10. Isso nos permitiu inferir a possibilidade de o artista ter utilizado algum método semelhante para riscar aquelas linhas, ora contínuas, ora interrompidas, que ora tendem a linhas retas e ora tendem a curvas. As marcas foram observadas em diferentes locais, sugerindo intenção de delimitar

regiões, correlacionar áreas ou demarcar a silhueta da escultura. Por todo o exposto, entendemos que as incisões verificadas não resultam de um processo tafonômico associado ao incêndio, sendo resultado da intencionalidade do escultor. A alteração na superfície da peça facilitou essa observação, abrindo uma outra oportunidade de aprofundamento sobre uma das etapas do processo para esculpir a estatueta.

Figura 14. Imagem da escultura de número 10 e ampliação de região com linhas incisais.



Fonte: Ivana Oricchio (2024).

CONCLUSÃO

Neste estudo, observamos que mais da metade das esculturas líticas que integravam o acervo do MN sobreviveram ao incêndio de 2018 (31 de 51), apresentando diferentes estados de conservação. Trouxemos imagens do acervo antes do incêndio disponibilizadas por diferentes autores.

Os resultados das análises preliminares do estado de conservação de 19 estatuetas com potencial para integrar futuras exposições nos mostram que as alterações observadas na maioria das peças foram manchas, sujidades, alteração cromática e perda de suporte.

Oferecemos uma visão geral, comparando imagens das esculturas sobreviventes antes e depois do incêndio, e apresentamos fotos e dados que proporcionam uma percepção menos catastrófica do cenário resultante. Há o exemplo da escultura cuja alteração superficial evidenciou ainda mais as marcas de abrasão, facilitando a verificação das diferentes direções dos movimentos realizados pelo escultor, e o exemplo daquela em que pudemos ver linhas circundando quase toda a peça, parecendo demarcar áreas ou sua silhueta. Notamos que o ocre observado na baleia continua visível, mesmo que a escultura tenha apresentado sujidade e manchas.

Lamentavelmente, a perda ocasionada pelo incêndio é irreparável. Entretanto, por tudo que apresentamos neste artigo, demonstramos que as estatuetas sobreviventes persistem como fonte de memória dos povos litorâneos daquela região. Elas permitem que conheçamos parte de seu mundo, os seres com os quais conviviam, suas tecnologias, reforçando e mantendo seu potencial para inspirar futuras pesquisas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a cessão de uso de imagens a André Prous, Angela Gomes, Gabriel Cardoso, Mila, Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional, Orlando Nelson Grillo,

Paulinho Muniz; o apoio de Carolina Erlanger, Lucas Antonio da Silva e Rafael Mayer no desenvolvimento do vídeo baseado neste estudo; e as sugestões dos avaliadores para a melhoria deste texto. Agradecemos também o apoio financeiro dado à Ivana Oricchio por meio da Bolsa CAPES Demanda Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Da raridade dos zoólitos platiformes e sua presença exclusiva nos sambaquis do litoral de Laguna*. Florianópolis: Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 1969. n. 2.
- CARVALHO, Luciana *et al.* Introdução: Primeiros passos de uma jornada. In: RODRIGUES-CARVALHO, Claudia *et al.* (org.). *Depois das cinzas: conservação preventiva das coleções recuperadas pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2022. p. 10-11.
- FARIA, Luiz de Castro. *A arte animalista dos paleoameríndios do litoral do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959.
- GARCIA, Anderson Marques; ALMEIDA, Fernando Ozorio de; EMMERICH, Diego Chermant. Lâminas de machado com motivos incisivos na bacia do Ji-Paraná, sudoeste da Amazônia. *Cadernos do Lepaarq*, v. 20, n.39, p.129-159, 2023.
- GARCIA, Jefferson B. *Patrimônio Arqueológico: os artefatos zoomorfos e antropomorfos sambaquieiros do Estado de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2018.
- GASPAR, Maria Dulce. Zoolitos, peces y moluscos. Cultura material e identidad social. *Revista Artesanías de América*, n. 46-47, p. 81-96, 1995.
- GOMES, Angela A. de Oliveira. *Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomórficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 7, n. 1, p. 133-159, 2012.
- MOREIRAS, Rodrigo. *Voando alto: uma abordagem micropaleontobotânica sobre a possível função dos zoólitos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- NETTO, Ladisláu. Investigações sobre a arqueologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional no Rio de Janeiro*, v. 6, p. 261-554, 1885.
- ORICCHIO, Ivana. *Zoólitos do Brasil meridional: uma proposta de classificação paradigmática*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- POLO, Mario *et al.* As coleções Arqueológicas. In: RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (org.). *500 dias de resgate: memória, coragem e imagem*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021. p. 112-131.
- POMPEU, Filipi Gomes de. *O universo numa casca de marisco: arqueologia animista aplicada aos sambaquis e zoólitos do Brasil meridional*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- PROUS, André. *Catalogue raisonné des sculptures préhistoriques zoomorphes du Brésil et de l'Uruguay*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo, 1974.

- PROUS, André. *Les sculptures zoomorphes du sud brésilien et de l'Uruguay*. Tese (Doutorado) – Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1977.
- PROUS, André. As esculturas de pedra (zoólitos) e de osso dos sambaquis do Brasil Meridional e do Uruguay. *Revista Memore*, v. 5, n. 1, p. 197-217, 2018.
- RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. O resgate: desafios e perseverança nos primeiros 500 dias. In: RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. *500 dias de resgate: memória, coragem e imagem*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021. p. 6-9.
- SERRANO, Antonio. Los sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasileña. In: CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Globo, 1940. p. 327-442.
- UM POUCO do que passou. *Blog Resgate de acervos do Museu Nacional*, [ca. 2018]. Disponível em: https://resgate.mn.ufrj.br/?page_id=8. Acesso em: 15 jan. 2023.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: CosacNaify, 2002.
- WIENER, Carlos. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. *Boletim do Museu Nacional*. Brasil: [s. n.], 1876.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

ENSAIO

KUANDIK: CORPO DE MATERIAL, DE SER OU DE GENTE?

Bibi Nhatarâmiak Reis Ferreira*

RESUMO

Este artigo eu escrevi com o intuito de contar um pouco sobre a relação do *kuandik* e meu povo, sobre como nós vivemos com ele, como nos cuidamos, como ele vem para nossas vidas e como ele retorna para a mãe-terra. Durante a escrita e desabafos a respeito de ter um corpo indígena sendo arqueóloga, surgiram dois novos conceitos que debaterei ao longo do texto, vivendo e caminhando o processo de avermelhar a Arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia; Indígena; *Kuandik*; Remãeterração.

* Indígena do povo Borum-kren, Mulher Wayrakuna, Doutoranda em Antropologia com área de concentração em Arqueologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bolsista Capes. E-mail: bibilelis18@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9780-5352>.

ESSAY

KUANDIK: BODY OF MATERIAL, OF BEING OR OF PEOPLE?

ABSTRACT

I wrote this paper to tell you a little about the relationship between the *kuandik* and my people, about how we live with it, how we take care of ourselves, how it comes into our lives and how it returns to mother earth. While writing and venting about having an indigenous body as an archaeologist, two new concepts emerged that I will discuss throughout the text, living and walking the process of reddening archaeology.

Keywords: Archaeology; Indigenous; Kuandik.

ENSAYO

KUANDIK: ¿CUERPO DE MATERIAL, DE SER O DE PERSONA?

RESUMEN

Escribí este artículo para contar un poco sobre la relación entre el *kuandik* y mi pueblo, sobre cómo convivimos con él, cómo nos cuidamos, cómo entra en nuestras vidas y cómo vuelve a la madre tierra. Mientras escribía y me desahogaba sobre el hecho de tener un cuerpo indígena como arqueóloga, surgieron dos nuevos conceptos de los que hablaré a lo largo de este texto, viviendo y caminando el proceso de enrojecimiento de la arqueología.

Palabras clave: Arqueología; Indígena; *Kuandik*; Remadretierracción.

Você só vê minha pele
Só vê o que transborda por fora
Se eu me deixar enganar
Eles levam meu espírito embora
Ouço o maracá pra não esquecer
Entro na terra pra acordar
Sussurro segredos no entardecer
Emanando e recebendo no luar

(Kaê Guajajara, 2021)

DUALIZANDO O INDIVISÍVEL

Minha jornada dentro da Arqueologia se iniciou por dualidades e conflitos de mundos que a disciplina separou ao longo dos anos. Na minha primeira aula de graduação, eu escutei a famosa divisão de nós/outros e demorei muitas aulas adiante para entender que o “nós” são as pessoas brancas, e os “outros” somos nós, indígenas.

No mundo do meu povo Borum-kren¹, o “nós” seríamos nós, indígenas, que chamamos de *mauã*, e o “outro” seriam as pessoas brancas, que chamamos de *kray*. Todavia, nosso mundo não é dividido entre *mauã* e *kray*; muitas outras pessoas, seres, parentes animais, encantados, ancestrais, *nanjon*, *marét*, raízes, elementares, plantas, montanhas e nossas curas pela mãe-terra, tudo permeia, perpassa, complementa, transforma e nos faz nós, enquanto povos da terra.

Não existe a ideia de um “outro” isolado, o qual a gente observa e sobre o qual cochichamos a respeito e olhamos de longe. Nós somos porque todo mundo é, a gente se ajuda, e fazemos em nome de todas as pessoas. Eu sou minhas ancestrais, e elas são eu; por isso nós prosperamos, porque continuamos sempre em busca do bem-viver dos povos, com “a capacidade de sonhar, de construir modos de viver harmônicos entre todas as relações humanas e não humanas, com seres montanhas, seres rios e seres florestas, de continuar dançando, cantando e contando histórias” (Bárbara Flores Borum-Kren, 2023, p. 65). É sobre regar, cuidar e plantar o útero da mãe-terra, que nos semeia alimento, nos cura, nos trás a vida e nos acolhe quando ancestralizamos.

Voltando à sala de aula... o segundo choque na realidade arqueológica que eu vivi veio com essa ideia em separar natureza e cultura (Levi-Strauss, 1997); até hoje isso não faz nenhum sentido na minha mente, no meu corpo e na minha realidade, que é uma realidade de uma mulher indígena, ocupando um espaço e um mundo onde nós somos a mãe-terra, e a mãe-terra somos nós, “a terra é uma extensão do nosso corpo” (Célia Xakriabá, 2022, p. 18). Quando ferem a mãe-terra, nós somos feridas; as queimadas que feriram nossas montanhas, as árvores, os animais; nós sentimos a dor do fogo criminoso destruindo nossa morada, nosso lar, nosso corpo. A música a seguir evidencia muito bem o pedido para que cessem o fogo na mata:

¹ Borum-kren, povo originário do Alto Rio das Velhas, Alto Rio Doce e Alto Rio Paraopeba – Minas Gerais, ocupamos essa região desde séculos antes da chegada dos bandeirantes paulistas. Somos um povo ressurgente após anos de violência, etnocídio e silenciamento do nosso povo. Nossa língua vem do tronco linguístico Macro-Jê.

Não bote fogo na mata
Que a mata tem morador,
Quem mora lá é Jandira,
Jurema quem lhe mandou
A onça toda pintada
Jandira quem lhe pintou
Brincando com a onça 'braba'
Jandira a onça mansou
A mata, ela é sagrada
Tupã também mora lá
Eu chamo o povo da aldeia
Não deixa a mata queimar
(Cabocla Jandira - Círculo Piaga, 2024).

Percebemos nas linhas e entrelinhas dessa música que natureza e cultura não existem, é uma das muitas invenções destruidoras e individualistas dos homens brancos, que vão em nossas aldeias para nos “estudar” como se fôssemos bichos do mato. São invenções que compõem uma ciência exterminadora de histórias, pessoas, mundos, espiritualidades e saberes (Natasha Lyons; Kisha Supernant, 2020).

No livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o parente Ailton Krenak (2019) fala sobre o caos social, desgoverno geral e em como estamos caminhando para um abismo no qual nossas futuras geração cairão. O autor não tem ideia de como adiar o fim do mundo, eu também não tenho, mas sabemos que muitos mundos já acabaram ao longo dos desastres dos tempos, e nossos ancestrais e nós já vivemos muitos fins de mundo. A questão é que continuamos a acabar com mundos dentro da ciência e nas pesquisas realizadas em universidades, epistemicídio legalizado e financiado.

Quando arrancamos da mãe-terra materialidades poderosas que não compreendemos, nós matamos mundos; quando não respeitamos os seres e as pessoas que cuidaram e cuidam do que conhecemos hoje como sítios arqueológicos, mas que são nossas aldeias antigas, lugares em que nossos antepassados pisaram, construíram, moraram, caçaram, lugares sagrados onde nossas ancestrais trouxeram muitas de nós à vida, e devolveram muitos para terra. Nossos corpos, nossas materialidades, nossos territórios possuem histórias, possuem vida, e a espiritualidade que guarda tudo.

Todavia, a ciência branca ocidental insiste em nos retirar da terra e nos colocar em caixas dentro das reservas técnicas, com o discurso absurdo de que estão nos salvando, que nos salvaguardam, nos salvam e depois nos guardam. Açam que estão nos salvando de quê? Como escreveu a parenta Eliane Potiguara (2018, p. 67) em seu livro *Metade cara, metade máscara*, em um poema que ela chamou de “Desilusão”:

A mim me choca muito esse ambiente
Essa música, essa dança
Parece que todos dizem sim.
Sim a quê?
Sim a quem?
Por que concordar tanto
Se o que se tem que dizer agora
É NÃO!
NÃO à morte da família
NÃO à perda da terra
NÃO ao fim da identidade.

Não estou dizendo que devemos nunca mais escavar, até porque tem muitos parentes que vão ao encontro da Arqueologia para fazer parte das escavações e se reencontrarem com as materialidades e os seres antigos. Todavia, nós, enquanto integrantes da Arqueologia, temos a obrigação de sermos respeitadas e conscientes do que estamos fazendo e dos futuros que estamos criando, pois somos nós as pessoas responsáveis pelas interpretações criadas sobre as vidas antigas dos parentes. Por isso, respeito, cuidado, atenção e colaboração são as chaves para o presente e o futuro da Arqueologia.

Na Arqueologia, nós trazemos as materialidades e as pessoas que estavam dentro da terra para a superfície. Deveríamos ouvir cada caquinho de cerâmica, as histórias inscritas nas lascas e nas pontas usadas para caçar e alimentar um povo. Também deveríamos ouvir as pessoas que estão em condição de ossos – que seguem sendo pessoas e que, ao serem acionadas, têm vida a narrar (Gabrielle Ferreira, 2024) – e a própria terra. Todavia, essa escuta não é uma realidade da Arqueologia convencional.

A Arqueologia retira tudo da terra, mas não se lembra de escutá-la. A mãe-terra detém a memória de tudo, de todas nós que aqui pisamos um dia, de tudo que fizemos, construímos, cuidamos, plantamos, pintamos... Por isso é tão indispensável a presença de nossos corpos indígenas ocupando os ambientes arqueológicos. A terra fala com a gente porque nós somos a terra, já dizem os parentes: “a resposta somos nós”.

MÃETERRALIDADES

Sou acompanhada por muitos espíritos ancestrais, seres encantados que me guiam, mulheres que vieram antes de mim e que são minha força para a caminhada e as materialidades que não são humanas, mas que também são minhas orientações. Materialidades, pinturas, seres e medicinas antigas... São as encantarias que me constroem e me instruem onde devo pisar, o que posso falar, quando me retirar e em quem confiar; são o que eu chamo dos sopros das ancestrais.

Tendo o corpo que eu tenho, habitando o mundo que habito, eu me questiono quando estou lendo, falando, ouvindo a respeito de e fazendo Arqueologia: como vou separar a mãe-terra de quem eu sou? Como vou desassociar a terra e eu? Eu sou a terra, *té imè tupý nak*, sou feita de terra, fui parida pela terra e vou para dentro da terra quando ancestralizar.

Nossa identidade não cabe em uma caixa de polipropileno, já diz a parenta Eliane Potiguara no livro ‘Metade Cara, Metade Máscara’: nossa identidade é caminhante e renascente, ela vem da imensidão da floresta, não do espremido da caixa.

A Arqueologia precisa da mãe-terra, ela é a guardiã das nossas materialidades, por isso mãeterrallidades, é a mãe-terra que cuida das materialidades; é um cuidando do outro, é a urna que cuida de quem ancestralizou, é a mãe-terra que cuida da urna e de quem ancestralizou, nos protegendo, protegendo nossas materialidades encantadas e as nossas histórias. E quando algum saber, canto ou história está adormecido, é com a ajuda da nossa conexão com a mãe-terra que nos são trazidas de volta as memórias que estavam dormindo com ela. E nos auxilia na retomada, na ressurgência e no reencontro. É como aponta a arqueóloga Juliana Machado sobre a ligação de território e memória em seu texto sobre as histórias roubadas dos parentes Laklânô Xokleng de Santa Catarina, nossos territórios são nossas memórias, nós somos os nossos territórios, tudo está conectado em nós.

Agora, eu peço licença para contar um pouco da minha relação e vivência com um ser muito poderoso que faz parte de mim e ao mesmo tempo é uma extensão de quem eu sou e da energia que eu coloco no mundo e nas pessoas ao meu redor.

Nós precisamos de muito mais educação que preze pela responsabilidade de envolver uns aos outros, envolver o que é humano e não humano; nós precisamos de respeito nesse envolvimento. Porque quando nós não sabemos respeitar o que não é humano nós acabamos por desrespeitar também o que é humano (Joziléia Kaingang, 2022, p. 80).

Eu tomei a decisão de que nesse texto eu não vou trair minha língua indígena, traduzindo o que é esse ser tão poderoso conhecido no meu povo Borum-kren como *kuandik*, porque a tradução exata não trás toda a essência e importância que é conhecer e perceber esse ser-instrumento para nós; eu preciso que você o veja como se fosse a primeira vez, não apenas compreendendo o significado da palavra, mas reconhecendo quem são aqueles de quem estamos falando. Eu vou explicar com foto e com as palavras que um dia foram ensinadas a mim pelas pessoas anciãs, pelo cacique, pelos espíritos guias. Deixarei registrado que eu não sou detentora de todo o saber, sou aprendiz da mãe-terra, aprendiz de mulheres elementais, que desaguam cura, plantam amor, acendem os saberes, “renovam o ar e polinizam sementes” (Aline Kayapó *et al.*, 2023, p. 21), mulheres Wayrakuna. Eu sou uma das muitas filhas da ventania e estou dando continuidade à luta das minhas ancestrais.

O *kuandik* vive nesse mundo de dualidades mencionado anteriormente, porque ele está dentro de binarismos como de pessoa/objeto, ser/coisa, material/espiritual, porque é um instrumento muito importante para vários povos indígenas, incluindo o meu povo. Mas, a partir do momento que ele é visto com olhos de pessoas não indígenas, ele é colocado na caixinha de coisa e de objeto.

Para meu povo Borum-kren, o *kuandik* é um ser poderoso e é feito por nossas mãos com tudo que a mãe-terra nos oferece. Usamos cabaça, sementes, madeira, penas, fogo e nosso rezo para trazer um *kuandik* para luta e para o toré; ele está muito além de um mero objeto.

O dia de trazer *kuandik* é um dia de festa no território, fazemos peixe na fogueira, beijú, muito abacaxi e manga verde assada, tinta e pinturas com jenipapo. É sempre importante a presença dos mais jovens para viverem e aprenderem tais práticas, estarem juntos o tempo todo na busca pelas sementes, no cortar das madeiras, na escolha de por ou não penas, no momento de fazer os grafismos na cabaça, nos cantos e no primeiro toré dos *kuandik* que chegam.

Assim como nós somos a extensão de nossos territórios, onde quer que a gente caminhe, nossos territórios vão com a gente, é o corpo-território (Célia Xakriabá, 2018). O *kuandik* é uma extensão de nós, ele vive nossas batalhas, nossos rezos, nossas festas e nosso cantar, ele ajuda a trazer o equilíbrio, é o ser som do equilíbrio.



Figura 1. *Kuandik* no colo.

NÓS ESTAMOS CONECTADAS

Para o meu povo, quando tocamos o *kuandik* em um toré, estamos trazendo equilíbrio, somos o centro da mãe-terra enquanto evocamos sua força, sua bravura, suas energias e sua voz, em soma com o som do *kuandik*. Esse nosso ser tem o poder de aprisionar e libertar energias, por isso deve ser sempre acionado com responsabilidade e consciência energética, para não conturbarmos nossas próprias vidas e esquecermos que fomos nós as causadoras das confusões.

Existe uma força espiritual que me liga ao meu *kuandik*, e caso ele passar para outra pessoa, isso deve ser feito em vida. Quando uma parente ancestraliza, seu ser *kuandik* é quebrado ou plantado junto dela. Da mesma forma quando o ser é fraturado, não devemos remendá-lo, mas, sim, destruí-lo, liberar todas as energias, e assim fazer um novo ser para nós.

Meu ser *kuandik* possui vontades. Ele sente raiva; ele vive a agitação quando estamos em algum movimento com muitas pessoas; ele se manifesta quando não quer ser tocado por algum humano estranho; ele se comunica na realidade dos sonhos se eu não o compreender nessa realidade; ele é capaz de sentir minhas emoções, meus medos e sentimentos quando está em minhas mãos.

É que antes de navio, vem mar, e antes da rua, vem terra,
e antes de guerra, é luta, e antes da igreja, é serra.
E só reza quem sabe rezar.
Oro-pytá (nós ficamos) onde a alma pousar.
Porque antes de cidade,
O mundo é Ka'á (floresta) e Y' (água)
E enquanto houver abá (indígena), a yby (terra) gira.
Para (re)escrever seu (re)existir

(Ellen Lima, 2021, p. 16).

Dá mesma forma que a terra gira, as sementes giram dentro da cabaça e ressoam com a força do rezo, nos acompanham na luta e no bater dos pés na terra dentro ou fora da mata. A relação com o *kuandik* é tranquila quando mantemos o respeito, o espaço, o cuidado, a energia em equilíbrio, a força e os movimentos ao girá-lo no sentido que tem que ser, que somos ensinadas desde o nosso primeiro ser som. Precisamos tomar cuidado com o lado para o qual giramos nosso ser, com a energia que estamos mandando para o mundo, porque isso aprisiona ou liberta as energias elementares em que estamos vibrando coletivamente. Nós não andamos só.

Os encantados desceram e mostram o caminho
Semente estelar, tu nunca tá sozinha
Lágrimas vêm lavar o suor do teu rosto
Rapé sagrado puro e te deixa disposto
A tua mãe-terra não vai sucumbir
Estacionei a minha nave e vim perto de ti
Lembra que viestes cumprir uma missão
Ancora na tua mãe-terra amor e união

(Chegou a hora - Siba Puri, 2024).

O *kuandik* exige de nós uma postura do nosso corpo quando estamos com ele em um momento de rezo e canto do toré. É uma troca e uma ligação de muitas energias de parentes indígenas, de seres, da mãe-terra que está alinhando, recebendo e nos devolvendo a força. É um ser que nos traz de volta quando precisamos retornar, que faz o som da cura se assim for pedido, que pode aprisionar lembranças, desejos, cantos e vontades se for instruído a isso.

Quando alguém do povo ancestraliza, seu *kuandik* é quebrado e vai com ele para dentro da mãe-terra, igual os parentes Wajãpi descrevem em *Para nós não existe só imagem*, “tem que tirar da casa as coisas da pessoa que morreu, ou enterrar na sepultura” (Pesquisadores Wajãpi, 2008, p. 7); isso para que a pessoa não seja acionada se alguém tocar seu *kuandik*, porque nossos *kuandik* são extensões de nós.

Eu nunca vou a nenhuma manifestação, a nenhum encontro com parentes indígenas sem levar comigo um dos meus ser som do equilíbrio. Minha vivência de hoje me conectou a mais de um *kuandik*, que estão comigo em meu lar, todos são meus e são eu, contudo, existe sempre um com o qual a nossa ligação é mais forte.

O *kuandik* canta com a gente até altas horas da manhã quando tem toré, mas ele também sabe fazer o som da política e da universidade. Assim como nós sabemos, ele entende que “é preciso sorrir quando estamos na luta pela sobrevivência e preservação cultural, mesmo que nos arranquem os dentes ou a língua” (Eliane Potiguara, 2018, p. 108), por isso ele segue em todas as lutas, cantos e rezos ao nosso lado, nos protegendo e nos fazendo avançar.

A tentativa de enquadrar ele nas dualidades do mundo dos brancos é uma forma de apagamento. Ele é um ser completo e complexo demais para estar num ambiente fechado e escuro como uma caixa de categoria “objetos”. E não é porque os não indígenas não compreendem o poder do nosso *kuandik* que ele se torna algo menos importante. A realidade da cidade não é a única que existe. Viemos e vivemos a espiritualidade e a verdade da floresta, e contamos nossas histórias e as histórias dos nossos seres para continuar “preservando a identidade indígena a qualquer preço” (Eliane Potiguara, 2018, p. 108).

REMÃETERRAÇÃO

Quando encontrado em escavações arqueológicas, o *kuandik*, assim como as cerâmicas, os machados, as pontas, as urnas, as pessoas, são todas encaixotadas literalmente em caixas e gavetas nas reservas técnicas e nos museus, sendo arrancado deles a memória, o som, a experiência, a própria vida do ser, porque as reservas e os museus “separam histórias, pessoas e coisas” (Juliana Machado, 2021, p. 5).

A urna que era guardiã de uma pessoa quando foi entregue à mãe-terra, tem sua pessoa separada dela. O que era antes um só ser foi separado e repartido porque a guardiã urna e gente humana não ficam na mesma categoria na Arqueologia, sem contar que isso gera confusões espirituais, porque ali tinha uma proteção para a pessoa que ancestralizou. Enquanto a Arqueologia cresce e o tempo passa, “as coisas ficam cada vez mais engavetadas e encaixotadas” (Juliana Machado, 2021, p. 7).

Dentro da Arqueologia, precisamos tomar escolhas políticas de quais narrativa das mãeterralidades vamos criar, buscar e contar. Ouvi-las é como ouvir um ancião falando com a gente. Pensa em quanta coisa aprendemos com a história e vivência de um pote de cerâmica que foi feito por parentes para ser usado na alimentação da festa de nascimento de uma criança.

Nós, pessoas arqueólogas, deveríamos ir atrás de nossas realidades indígenas, porque, se um pote de cerâmica encontrado em uma escavação foi visto, sentido e

conectado com um parente que é a geração nascida dos antigos que o fizeram, nós vamos saber além do peso, da espessura, da cor, da pasta do pote. Nós vamos poder contar para as pessoas sobre o povo que fez aquele pote, suas lutas, suas danças, entender como o pote é feito e o que mudou dos antigos até hoje, porque nossas vivências em saber-fazer corre como o rio: criamos, recriamos e adaptamos as formas de contruir.

A parenta indígena Ivana Carina Jofré (2024) fala sobre ser uma arqueóloga indígena, nessa identidade profissional que nos coloca modos de ser, de se portar dentro da universidade, das formas de trazer as temáticas, somos outra realidade dentro da Arqueologia.

Isso é tão real e praticamente palpável, porque eu me coloco no lugar de uma indígena arqueóloga, nasci indígena e escolhi a profissão de Arqueologia, mas a forma como sou questionada em sala de aula, como sou lida nos corredores da universidade, o jeito que indagam a minha existência dentro da ciência, tudo isso faz parte de outro modo de ser arqueóloga, que não é o tradicional. E isso só acontece porque eu sou feita de terra e é a ela que eu devo respeito. Eu não me tornei pesquisadora na Arqueologia para ir contra os saberes da terra e das minhas raízes, mas para trazer os nossos saberes e questionamentos para dentro da universidade.

Para nós, indígenas indígenas na arqueologia, é exaustivo a forma como nos tratam dentro da Arqueologia e como tratam nossas materialidades, porque não nos querem fazendo ciência, mas querem ir atrás de nós dentro de nossos territórios. E para quê? Para escrever sobre nossos saberes em nome das cara gente branca? E ainda tratar nossas materialidades como coisas sem ação?

O que a Arqueologia retira da terra se torna um tal de patrimônio da união. Depois disso, os parentes que não são da área, não podem mais ver, nem sentir, nem conversar com as mãeterralidades que levaram. Esse tal de patrimônio aí é bom para quem? Porque dentro da Arqueologia ninguém quer falar sobre demarcação dos territórios, ninguém quer trazer para a roda os problemas do marco temporal.

As pessoas arqueólogas precisam tomar uma posição política diante do que a Arqueologia representa para os mundos, como ela fere pessoas, seres e materialidades e como ela pode curar. Se um parente fala que um *kuandik* que foi retirado da terra em uma escavação precisa retornar para a terra, o que a gente faz? A gente questiona? Não, a gente aceita e descobre a melhor forma de fazer isso acontecer e de proteger os lugares, isso é a remãeterração, a ação de devolver para a mãe-terra o que precisa ser devolvido.

Os sítios arqueológicos que são tão caros para a Arqueologia são menos cuidados depois das escavações. Esses locais são nossos lugares, nossas aldeias antigas. Portanto, se nossos povos estão em processo de retomada territorial de algum desses lugares, por que a Arqueologia se cala? Se para nós, na Arqueologia, eles são sítios de grande importância, a melhor forma de cuidar deles é deixar que nós, indígenas, cuidemos, porque se vocês não sabem, os sítios arqueológicos não são de vocês que pesquisam a respeito deles; eles não são do professor Y, ou da professora X, eles são nossos territórios. E da mesma forma que o *kuandik* é uma extensão de nós, nossos territórios também são.

Estamos em um momento crítico dentro da universidade e dentro da Arqueologia. As materialidades e as pessoas retiradas da mãe-terra não são coisas estáticas, elas têm poder, força, raiva e estão protegidas. Precisamos entender que o futuro da Arqueologia será ancestral ou não será.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHEGOU a Hora. S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Siba Puri. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RmGWti_9MNM&list=OLAK5uy_kPw8_CYJTFj po 21oTzCCxqbO4Mu0CIVg0&index=3. Acesso em: 23 dez. 2025.

CABOCLA Jandira. Intérprete: Círculo Piaga. Compositor: Eulália Rodrigues. 2024.

FERREIRA, Gabrielle. Eu tinha um nome, um sorriso, uma ancestralidade e uma voz. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 1, p. 1-10, 2024.

FLORES BORUM-KREN, Bárbara. O que os feminismos e o ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas mulheres e o bem-viver? In: KAYAPÓ, Alin; LIMA-PAYAYÁ, Jamille; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete (org.). *Wayrakuna Polinizando a vida e semeando o Bem-Viver*. Ponta Grossa: Coleção Retomadas, 2023. p. 20-28.

JOFRE, Ivana Carina. Coming home with a vengeance: indigenous activism on the margins of archaeology. In: NICHOLAS, George; WATKINS, Joe. *Working as Indigenous Archaeologists*. Routledge: Abingdon-on-Thames, 2024. p. 204-217.

KÂE – Por dentro da Terra (Clipe Oficial). S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Azuru. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gcZvckHKfPk>. Acesso em: 19 dez. 2025.

KAINGANG, Joziléia. A voz que sopra do Sul. In: Lima, Martha. (org.). *Oboré: Quando a terra fala*. São Paulo. Arapoty, 2022. p. 68-85.

KAYAPÓ, Aline *et al.* As filhas da ventania. In: Kayapó, Aline; LIMA-PAYAYÁ, Jamille; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Arlete (org.). *Wayrakuna Polinizando a vida e semeando o Bem-Viver*. Ponta Grossa: Coleção Retomadas, 2023. p. 20-28.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem* Campinas: Papirus, 1997.

LIMA, Ellen. *Ixé Ygara Voltando pra 'Y'kúá (Sou canoa voltando pra enseada do rio)*. 2. ed. São Paulo. Urutau, 2021.

LYONS, Natasha; SUPERNANT, Kisha. Introduction to an Archaeology of the Heart. In: SUPERNANT, Kisha *et al.* (ed.). *Archaeologies of the Heart*. Cham: Springer, 2020. p. 1-19.

MACHADO, Juliana. Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios e coleções arqueológicas e os Laklânô Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC. *Revista Hawò*, Goiânia, v. 2, p. 1-49, 2021.

PESQUISADORES WAJÃPI. Para nós não existe só “imagem”. Amapá: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena; Unesco, 2008.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Lorena: DM Projetos Especiais, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. *O Barro, o Genipapo e o Giz no Fazer Epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. Só sabe ser humano quem sabe ser natureza. In: LIMA, Martha (org.). *Oboré: Quando a terra fala*. São Paulo. Arapoty, 2022. p. 12-27.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 1 Janeiro - Abril 2026

RESENHA

RESENHA DO LIVRO *ARQUEOLOGIA DO POVOAMENTO AMERICANO – CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO BRASILEIRO*

Glauco Constantino Perez*

RESUMO

A coletânea *Arqueologia do povoamento americano – contribuições a partir do contexto brasileiro*, organizada por Lucas Bueno e Adriana Schmidt Dias, constitui uma síntese atualizada e crítica sobre os processos de povoamento das Américas. Fruto de uma cooperação internacional entre arqueólogos brasileiros e franceses, a obra articula abordagens teóricas, metodológicas e empíricas para repensar o papel do Brasil nas discussões sobre as primeiras ocupações humanas no continente. Os capítulos abrangem desde revisões conceituais e a introdução de novos modelos de mobilidade até estudos de caso sobre o Planalto Central, a Amazônia, o litoral brasileiro e a região de Lagoa Santa. O conjunto da obra representa uma contribuição instigante quando promove diálogo interdisciplinar e valoriza cronologias profundas, além disso, se firma como leitura indispensável para pesquisadores e estudantes da Arqueologia do povoamento americano.

Palavras-chave: Povoamento da América; América do Sul; Arqueologia americana; Antiguidade humana; Ocupações antigas.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – DHI/UEM.
E-mail: glauco1113@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1472-3360>.

REVIEW OF THE BOOK *ARCHAEOLOGY OF AMERICAN SETTLEMENT – CONTRIBUTIONS FROM THE BRAZILIAN CONTEXT*

ABSTRACT

The collection *Arqueologia do povoamento americano – contribuições a partir do contexto brasileiro*, organized by Lucas Bueno and Adriana Schmidt Dias, is an updated and critical synthesis of the settlement of the Americas. The result of an international cooperation between Brazilian and French archaeologists, the work articulates theoretical, methodological, and empirical approaches to rethink Brazil's role in debates on the earliest human occupations of the continent. The chapters range from conceptual revisions and the introduction of new mobility models to case studies on the Central Plateau, the Amazon, the Brazilian coast, and the Lagoa Santa region. The work represents a thought-provoking contribution by fostering interdisciplinary dialogue and highlights in-depth chronology. This collection is an essential reading for researchers and students of the archaeology of the settlement of the Americas.

Keywords: Settlement of the Americas; South America; American Archaeology; Human antiquity; Ancient occupations.

RESEÑA DEL LIBRO *ARQUEOLOGIA DO POVOAMENTO AMERICANO – CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO BRASILEIRO*

RESUMEN

La colección *Arqueologia do povoamento americano – contribuições a partir do contexto brasileiro*, organizada por Lucas Bueno y Adriana Schmidt Dias, es una síntesis actualizada y crítica de los procesos de asentamiento en América. Fruto de la cooperación internacional entre arqueólogos brasileños y franceses, la obra articula enfoques teóricos, metodológicos y empíricos para repensar en el papel de Brasil en las discusiones sobre las primeras ocupaciones humanas en el continente. Los capítulos abarcan desde revisiones conceptuales y la introducción de nuevos modelos de movilidad hasta estudios de caso sobre la Meseta Central, la Amazonía, el litoral brasileño y la región de Lagoa Santa. La obra en su conjunto representa una contribución que invita a la reflexión, ya que promueve el diálogo interdisciplinario y valora las cronologías en profundidad, además de ser una lectura esencial para investigadores y estudiantes de arqueología acerca del asentamiento americano.

Palabras clave: Poblamiento de América; Sudamérica; Arqueología americana; Antigüedad humana; Ocupaciones antiguas.

Organizada por Lucas Bueno e Adriana Schmidt Dias, a obra *Arqueologia do povoamento americano – contribuições a partir do contexto brasileiro* (Bueno; Dias, 2025) constitui uma importante síntese de reflexões contemporâneas sobre o povoamento das Américas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e crítica ancorada no contexto arqueológico brasileiro. Fruto do projeto de cooperação internacional CAPES/COFECUB (nº 840/2015), o livro é resultado da colaboração entre arqueólogos brasileiros e franceses e reúne capítulos que cobrem desde abordagens teóricas e conceituais até estudos de caso empíricos sobre as primeiras ocupações humanas no continente. Bueno, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Dias, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ambos doutores em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), oferecem ao leitor um panorama amplo, profundo e multifacetado, que se distancia das abordagens reducionistas e linearizantes que durante décadas predominaram nos estudos sobre o povoamento americano.

A obra se destaca por adotar uma perspectiva multidimensional, articulando contribuições da Arqueologia, Arqueogenética, EtnoArqueologia, Arqueobotânica, GeoArqueologia e Estudos da Paisagem. Ela se insere em um momento de redefinição paradigmática, no qual antigos modelos – como o “Clovis First” – vêm sendo superados por ancoradas em evidências de ocupações mais antigas e rotas alternativas. Embora dirigido principalmente ao público acadêmico especializado, o livro tem potencial para alcançar estudantes e profissionais interessados na pré-história das Américas e nos debates teóricos contemporâneos em Arqueologia.

Nos dois primeiros capítulos, Lucas Bueno e Adriana Schmidt Dias propõem um arcabouço conceitual para a compreensão do povoamento americano. Em vez de focar apenas datações, rotas e artefatos, os autores relativizam o procedimento de povoamento como processo histórico de ocupação, deslocamento e construção de paisagens. Conceitos como migração, dispersão e colonização são discutidos a partir de seus significados técnicos e implicações para a leitura do registro arqueológico. A obra se vale também de categorias como “paisagem lembrada” e “barreiras de conhecimento” e de modelos de ocupação como “pulo do sapo” e “colar de pérolas” para pensar o movimento humano em ambientes desconhecidos e a formação de territórios. A crítica ao modelo linear e difusionista do Clovis First aparece desde o início, sugerindo que o povoamento se deu por múltiplas vias, temporalidades e estratégias.

O segundo capítulo amplia o escopo ao situar o povoamento americano dentro da trajetória evolutiva global da humanidade. Os autores discutem a construção simbólica da humanidade, destacando o papel da materialidade e das tecnologias sociais na constituição de redes de pertencimento. A noção de “humanidade construída no caminho” reforça a ideia de que a expansão territorial foi também um processo de invenção cultural contínua. A obra retoma a origem do povoamento americano a partir do nordeste asiático, com evidências genéticas indicando isolamento de uma população fundadora na Beríngia entre 24 mil e 20 mil anos atrás. Trajetórias diferenciadas pelas costas do Pacífico e pelos sistemas fluviais do leste continental são sugeridas como vias de ocupação da América do Sul.

Os capítulos subsequentes – 3, 4, 5 e 6 – oferecem um panorama regional do processo de ocupação no Brasil. O capítulo 3, centrado no planalto central brasileiro, propõe uma leitura dinâmica e multicomponencial dos processos de territorialização, considerando alternâncias de ocupação e abandono regional marcadas por eventos paleoclimáticos. Já o capítulo 4, dedicado à Amazônia, desconstrói a visão de uma floresta sem passado, demonstrando a presença de sítios com datas superiores a 10 mil anos AP,

indicando a existência de paisagens culturalmente transformadas desde os primeiros momentos de ocupação.

O capítulo 5 aborda as indústrias líticas bifaciais no sul do Brasil, enfatizando a diversidade cultural e a complexidade tecnológica dos grupos humanos do Holoceno Inicial. É questionada a oposição simplista entre tecnologias unifaciais e bifaciais, propondo categorias mais refinadas para analisar a produção técnica. O capítulo 6, de Levy Figuti, discute a ocupação costeira, ressaltando a importância da tecnologia náutica e das adaptações litorâneas no processo de colonização, mesmo diante da dificuldade em localizar sítios antigos devido à submersão costeira.

O capítulo 7 destaca o sítio Santa Elina, cuja longa sequência cronoestratigráfica e associação com megafauna pleistocênica o torna referência nos debates sobre ocupações pré-Último Máximo Glacial. A articulação entre dados arqueológicos, paleontológicos e sedimentares é um dos pontos altos do capítulo. O capítulo 8 trata da arqueogenética de Lagoa Santa, discutindo os debates sobre ondas migratórias, cronologias curtas versus profundas e ancestralidades genéticas. Os autores apresentam evidências de uma origem única para os nativos americanos, mas reconhecem exceções e possíveis contribuições genéticas adicionais, como o sinal da chamada “População Y” em grupos amazônicos.

No capítulo 9, os autores abordam a territorialidade e arte rupestre na Cidade de Pedra (MT), conectando representações gráficas à construção de paisagens simbólicas. O capítulo 10, de Myrtle Pearl Shock, é uma das contribuições mais inovadoras da obra, ao discutir o manejo de plantas por grupos caçadores-coletores e sugerir uma “ecologia com história”, na qual as ações humanas transformam o meio e influenciam sua ocupação por gerações subsequentes. Por fim, o capítulo 11 retoma questões epistemológicas e metodológicas, argumentando que a pluralidade interpretativa deve ser reconhecida como parte constitutiva da produção de conhecimento arqueológico.

A principal virtude desta coletânea é sua capacidade de articular um texto equilibrado, demonstrando os diversos paradigmas conhecidos na bibliografia especializada a respeito do povoamento americano, aliando exemplos empíricos e a reflexão teórica. A abordagem multidisciplinar da obra permite observar os dados arqueológicos com informações paleoambientais, arqueogenéticas e simbólicas, permitindo construir uma visão ampla dos processos de ocupação do continente. Além disso, o livro opera com um nível de consciência metodológica admirável: os autores não apenas expõem dados, mas problematizam as condições e os caminhos pelos quais esses dados foram produzidos, como acontece nos capítulos 2 e 11.

Apesar disso, não há uma crítica aberta ao modelo Clovis First; os capítulos propõem modelos alternativos e interpretativos, como os de mobilidade segmentada (capítulo 6), colonização por zonas ecológicas contínuas (capítulo 10) e manutenção de vínculos com territórios de origem (capítulo 3). Destaca-se também o uso de conceitos como “paisagens lembradas” e “territorialidades múltiplas”, que enriquecem a análise arqueológica ao considerar as dimensões simbólicas e relacionais da ocupação humana. Há ainda uma valorização importante da agência dos grupos humanos, sendo que o livro evita o determinismo ambiental, ao enfatizar que as escolhas técnicas, dietéticas, territoriais e simbólicas foram tomadas por sujeitos históricos em contextos específicos. Capítulos como o de Shock (manejo de plantas) e o de Vialou & Vialou (territorialidade rupestre) são exemplares nesse sentido.

Contudo, a obra não está isenta de lacunas, como a ausência sobre abordagens alternativas como a hipótese solutrense, que pode limitar o alcance crítico da coletânea, especialmente em um campo no qual novos achados e interpretações emergem com frequência. Ainda que os autores se justifiquem ao indicar que a obra não pretende

ser exaustiva, a ausência de alguns debates recentes (como os trabalhos de Araujo e colaboradores entre 2021 e 2025) deve ser considerada uma limitação. Outra questão diz respeito ao equilíbrio geográfico: embora o Brasil Central e a Amazônia recebam destaque, outras regiões com potencial arqueológico relevante, como o Nordeste ou o norte andino, são pouco contempladas. Esse recorte pode ser explicado pela origem do projeto, mas, ainda assim, um capítulo de síntese comparativa continental poderia ter sido valioso. De todo modo, essas limitações não comprometem a qualidade geral da obra. Ao contrário, reforçam sua abertura para futuros desdobramentos e indicam a necessidade de novas sínteses que integrem os avanços recentes em diferentes regiões das Américas. A própria pluralidade de autores, formações e abordagens indica um campo em ebulição, no qual este livro se insere como uma referência obrigatória.

Em síntese, a coletânea *Arqueologia do povoamento americano – contribuições a partir do contexto brasileiro* representa uma das mais relevantes contribuições recentes à Arqueologia das Américas. Seus capítulos demonstram um esforço genuíno de apresentação conceitual, metodológica e epistemológica, abrindo e sugerindo espaços para interpretações e instigando novas pesquisas. O diálogo entre diferentes disciplinas, a valorização de cronologias profundas e a crítica a modelos consolidados são marcas da obra. Ela se consolida como leitura obrigatória para pesquisadores e estudantes interessados na Arqueologia do povoamento americano, e aponta caminhos promissores para investigações futuras. Durante a leitura se percebe que, em alguns capítulos, há exaltação de determinados modelos explicativos, o que revela uma cautela editorial que poderia ter sido superada para ampliar ainda mais o escopo das discussões apresentadas. De qualquer forma, a obra em português pode ser indicada aos diversos contextos acadêmicos, pois apresenta o estado da arte das discussões relevantes ao tema e instiga o leitor sobre como conhecemos, interpretamos e ensinamos a História profunda do continente Americano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana Schmidt (org.) *Arqueologia do povoamento americano: contribuições a partir do contexto brasileiro*. Curitiba, Appris, 2025.